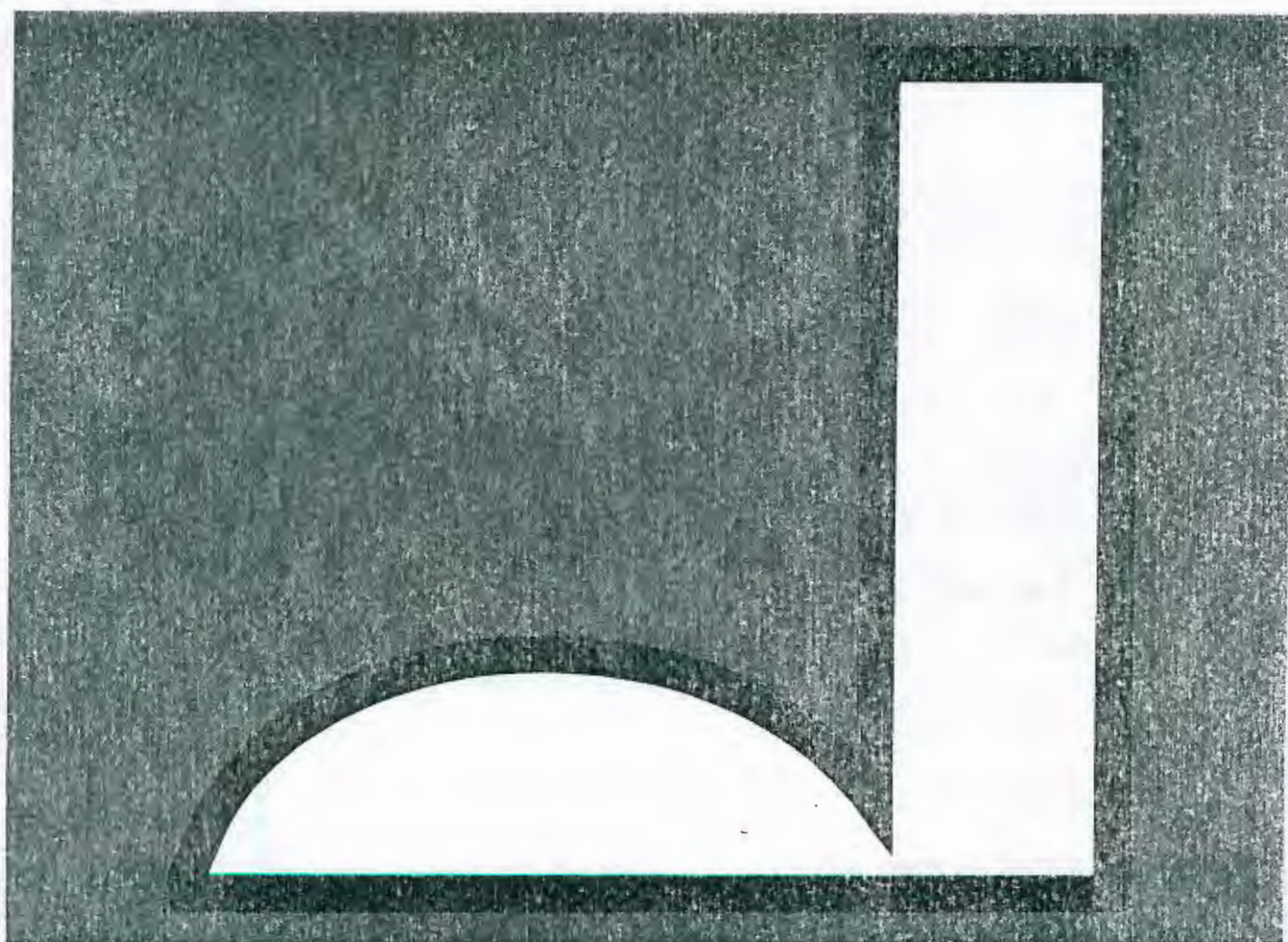




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 52, DE 2004 - CN

Mensagem nº 152, de 2004 - CN (Nº 542/ 2004, na origem)

**“Altera dispositivos da Lei nº 10.933,
de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o
Plano Plurianual para o período 2004/2007
e dá outras providências”**

VOLUME II

ANO LIX - SUP. 'B' AO Nº 140 - QUINTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2004 - BRASÍLIA-

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes: Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleida – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes: Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Farias</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Warner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Atas Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K – 3º andar
FONE: (61) 224.1441
www.planobrasil.gov.br
www.planejamento.gov.br
CEP: 70.040-906 – Brasília – DF

© 2004, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/CGDI/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano plurianual 2004-2007 : projeto de lei de revisão / Ministério do
Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e
Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2004.

203 p. color.

1. Plano de desenvolvimento – Brasil I. Título

CDU – 338.26(81)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL

2004-2007

PROJETO DE LEI DE REVISÃO

VOLUME II

ANEXOS IV e V

Brasília
2004

ANEXO IV

Justificativas da Proposta de Revisão do Plano Plurianual 2004/2007

I. Introdução

Em atendimento ao disposto no artigo 5º § 4º da Lei nº 10.933, que institui o Plano Plurianual 2004/2007, o presente Anexo IV apresenta as justificativas para as propostas de inclusão, exclusão ou de alteração de programas constantes do Anexo I da mesma Lei. As propostas são regidas pelo princípio do planejamento moderno de aperfeiçoamento contínuo da programação, no sentido de adequá-la às transformações sociais e assegurar maior transparência e controle da sociedade sobre a ação governamental.

As propostas de alteração a serem procedidas no Plano Plurianual 2004-2007, necessárias para garantir a manutenção da qualidade de seus programas estão dispostas da forma seguinte:

- a) A exclusão de 17 programas apresentados no Anexo I;
- b) A inclusão de 18 programas apresentados no Anexo II;
- c) A alteração em 347 programas apresentados no Anexo III.

Conforme o disposto no artigo 5º § 5º da Lei nº 10.933 as justificativas de programas excluídos apresentam as razões da exclusão e os possíveis impactos nos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual. Os programas incluídos e alterados, expostos no Anexo II a esta Lei, apresentam o diagnóstico do problema a ser enfrentado ou demanda da sociedade a ser atendida, bem como sua compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano.

O impacto financeiro e a exequibilidade fiscal das inclusões e alterações do conjunto de programas são justificados no item que se segue.

II. Dos impactos financeiros e da exequibilidade fiscal das inclusões e alterações de programas

A economia brasileira vem apresentando resultados próximos aos referenciais lançados no Plano Plurianual, como pode ser verificado no Quadro I. O desempenho do primeiro semestre aponta para uma retomada consistente do crescimento econômico com manutenção das taxas de inflação dentro das metas estabelecidas e com uma perspectiva de trajetória declinante, a despeito da ampliação dos preços do petróleo e das pequenas variações da taxa de câmbio. O excepcional resultado nas exportações e no saldo comercial vem reduzindo as pressões cambiais e a vulnerabilidade externa.

Quadro I

Principais Variáveis Macroeconômicas - Revisão FPA 2004-2007

	2004		2005		2006		2007	
	PPA	Revisão	PPA	Revisão	PPA	Revisão	PPA	Revisão
Cresc. do PIB Real (%)	4,0	3,8	4,5	4,0	5,0	4,5	5,5	5,0
IPCA (%)	5,5	6,7	4,5	4,5	4,0	4,5	4,0	4,0
Tx de Câmbio R\$/US\$ (Valor ao final do período)	3,51	3,1	3,64	3,24	3,75	3,39	3,86	3,54

Estes resultados, contudo, têm influências significativas no comportamento das contas públicas que merecem destaque. As receitas orçamentárias vêm obtendo, ao longo de 2004, particularmente no que diz respeito às receitas não administradas e à arrecadação previdenciária, um desempenho superior ao previsto originalmente no Plano Plurianual. Este desempenho permitiu uma reestimativa de receitas disponíveis mais do que suficiente para compensar o acréscimo de recursos proporcionado pelas inclusões de novos programas e alterações de ações. O Quadro II com as novas estimativas de receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compatível com a trajetória de resultado primário de 2,45% para o Governo Central é apresentado a seguir.

Quadro II

PPA 2004-2007

REESTIMATIVA DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA NÃO - FINANCEIRA

	Lei (a)	Revisão (b)	Diferença (b)-(a)
I - Receita Total	1.913.228,9	1.915.008,0	1.779,1
I.1 Receita Administrada	1.320.782,1	1.278.750,6	-42.031,5
I.2 Arrecadação Líquida do INSS	434.355,2	447.286,8	12.931,6
I.3 Receitas Não-Administradas	158.091,6	183.029,8	24.938,2
II - Transferências a Estados e Municípios	314.049,3	294.113,1	-19.936,3
III - Receita Líquida	1.599.180,2	1.620.894,9	21.714,7

As despesas do orçamento de investimento das estatais apresentaram um incremento líquido de R\$ 6,3 bilhões, valor compatível com a meta de 0,7% do PIB para os anos 2005, 2006 e 2007 previstas na LDO 2005.

Os programas contidos nos Anexos I, II e III a esta Lei contemplam um conjunto de alterações que resultaram numa ampliação das estimativas de dispêndios dos orçamentos fiscal, da seguridade social e das empresas estatais no período 2004-2007 da ordem de R\$ 7,1 bilhões, dos quais R\$ 6,3 bilhões se referem ao orçamento de investimento das estatais e R\$ 0,8 bilhões aos demais, conforme expresso no Quadro III.

Quadro III

Dispêndios Consolidados

(Em R\$ Bilhões)

Orçamento / Natureza da Despesa	LEI (a)	REVISÃO (b)	Diferença (b)-(a)
Orçamento Fiscal/Seguridade	1.403,1	1.403,9	0,8
Despesa Corrente	1.269,8	1.287,5	17,7
Despesa de Capital	133,3	116,4	(16,9)
Investimento das Estatais	143,6	149,9	6,3
TOTAL	1.546,7	1.553,9	7,2

Os programas e ações incluídos ou com acréscimo de valores somaram R\$ 157,2 bilhões. Houve cancelamentos compensatórios da ordem de R\$ 150 bilhões dos recursos totais previstos na Lei.

Quadro IV**Fontes e Aplicação dos Recursos Orçamentários**

(Em R\$ bilhões)

Origem		Aplicação	
Ações excluídas ou com redução de recursos	150,0	Ações Incluídas ou com acréscimo de valores	157,2
Recursos Disponíveis para Programação	7,2		
Total	157,2	Total	157,2

Todos os recursos de programas incluídos e as alterações das estimativas de valor dos programas já existentes encontram-se limitados pela projeção atualizada da receita e pelas metas de resultado primário fixadas na LDO 2005, que mantém as metas referenciais do PPA 2004-2007.

III. Problema a ser enfrentado ou demanda da sociedade a ser atendida e demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

0352 - Abastecimento Agroalimentar

Problema:

É importante aproveitar as oportunidades em relação à demanda por produtos diferenciados de leite, carne, pele e lã de caprinos e ovinos com qualidade superior, pelos mercados interno e externo, e à diversidade de espécies animais com potencial de domesticação e de exploração econômica racional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para melhor enfrentamento do problema houve uma alteração no objetivo do programa, que mudou de "elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas" para "elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas". O programa continua compatível com o desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais. A exemplo dos programas que se prestam ao desenvolvimento da criação de outras espécies animais de interesse econômico, o que se pretende é particularizar no objetivo um instrumento por meio do qual a produtividade deverá ser promovida - a defesa zoossanitária. Os recursos para tanto já estão consignados em ações próprias e trata-se apenas de melhor visualização do importante papel do Estado, especialmente em cadeias produtivas tão sensíveis a importantes zoonoses que podem acometer o rebanho nacional, como a febre aftosa, para o quê os animais de porte médio servem como termômetro para detecção do surgimento de focos que podem comprometer a criação de outros grupos de animais, como bovinos e bubalinos.

0274 - Abastecimento de Energia Elétrica

Problema:

É frágil o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, com potencial risco de desequilíbrio. Há necessidade de identificação dos potenciais hidrelétricos, visando à expansão da oferta de energia, e de supervisão dos sistemas elétricos, mediante avaliação do desempenho e o desenvolvimento de ferramentas para detectar sinais de alerta de risco de desabastecimento.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alterações no título da ação 4697, que passou para "Autorização e Concessão de Geração de Energia Elétrica". As mudanças nos atributos das ações visam fortalecer sua compatibilidade com o objetivo do programa. O programa objetiva assegurar condições para o pleno atendimento de energia elétrica aos consumidores e está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0271 - Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível

Problema

É necessário assegurar a operacionalidade dos instrumentos legais que deveriam assegurar o abastecimento de petróleo e seus derivados dentro das condições previstas pela política energética nacional, estabelecida a partir da flexibilização do monopólio com a promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478/97.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4237 – Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural e Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível teve seu título alterado para 6596 – Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural. As demais alterações nos atributos visam o aperfeiçoamento das ações e do programa.

O programa visa garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo território nacional e está compatível particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaprojetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1049 - Acesso à Alimentação

Problema

O programa visa enfrentar o problema da insegurança alimentar e nutricional (falta de acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana) de parte da população, em especial, mas não exclusivamente, aquelas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A baixa intersetorialidade do programa não refletia o nível de articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com os parceiros, tornando-se necessária a migração e/ou criação de ações para dar maior transparência à sociedade do que está sendo feito para combater a insegurança alimentar e nutricional. Para proporcionar maior consistência ao programa, foram incorporadas as ações dos programas 1051 - Banco de Alimentos e 1048 - Educação para Alimentação Saudável. Em relação ao indicador "Taxa de segurança alimentar", houve necessidade de se ajustar a fórmula de cálculo de "Relação percentual entre o número de famílias pobres atendidas pelo programa e o total da população" para "Relação percentual entre o número de famílias pobres atendidas anualmente pelo programa e o total da população com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo". Cria-se, assim, um indicador que melhor reflete o público-alvo atendido. Alterou-se também a fonte de obtenção de dados para cálculo do indicador.

O programa está vinculado ao desafio de combater a fome visando a sua

erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania.

Para tal, são executadas ações relativas a bancos de alimentos, a restaurantes populares, à educação alimentar, à distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, entre outras. Além disso, o programa visa enfrentar o problema viabilizando o acesso à água em áreas do semi-árido. As diretrizes relacionadas são as descritas a seguir: garantia de acesso a alimentos, em quantidade e qualidade, aos grupos sociais em situação de risco alimentar, por meio de transferência de renda e, excepcionalmente, em espécie; combate ao desperdício na produção, armazenamento, transporte, comercialização e consumo de alimentos; promoção de ações emergenciais associadas a iniciativas estruturantes de segurança alimentar, econômica e ambientalmente sustentáveis; promoção da educação alimentar da população, contextualizada cultural e regionalmente, e valorização das características regionais no consumo e no abastecimento alimentar em âmbito local.

0621 - Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Problema:

Para o cumprimento da missão constitucional determinada pelo artigo 142 da Constituição Federal, ou seja, de defesa da pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, torna-se necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos necessários adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do país.

O objetivo específico deste programa é o de preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacional; neste contexto, foi necessário o ajuste do índice de referência do indicador "Taxa de esforço aéreo", que foi alterado de 100% para 75%.

0622 - Adestramento e Operações Militares da Marinha

Problema:

Para o cumprimento da missão constitucional determinada pelo artigo 142 da Constituição Federal, ou seja, de defesa da pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, torna-se necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos necessários adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do país.

O objetivo específico deste programa é o de preparar o poder naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 2862 - Ações Cívico-Sociais foi transferida para o programa 1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil. Foi, também, necessário o aperfeiçoamento textual de atributos, tais como objetivos e justificativas. Por fim, cabe mencionar que a ação 2449 - Doutrina e Estratégia Militar foi excluída, em virtude do encerramento desta atividade. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacional.

0770 - Administração Tributária e Aduaneira

Problema:

Possibilitar a arrecadação de recursos para financiamento das ações do Estado, por meio da aplicação da legislação tributária vigente, de forma que a carga tributária (volume arrecadado/PIB) expresse o volume de recursos necessários para o bem estar da sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas ações padronizadas, e na ação 2248 – Sistema Informatizado da Secretaria da Receita Federal foi alterado o valor financeiro para adequação das metas. Também nessa ação a unidade de medida passou de “gigabyte” para “unidade”, preservando a compatibilidade com o desafio do PPA de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego.

1102 – Agenda 21

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais teve sua meta financeira ampliada de R\$11,0 milhões para R\$14,1 milhões, no período do Plano, contribuindo ainda mais para o alcance do desafio de melhorar a gestão e a

qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0351 - Agricultura Familiar - PRONAF

Problema:

É necessário fortalecer a agricultura familiar, promovendo a inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Seu problema tem origem na exclusão dessa classe de produtores das políticas públicas dirigidas ao meio rural, quer sejam estas de caráter produtivo ou social. A implementação do PRONAF tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda, emprego e exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, infra-estrutura produtiva, habitação, saúde, educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Do aprofundamento das discussões referentes à agricultura familiar no Brasil surgiu a percepção de que o desenho proposto, quando cotejado com as ações de outros programas, poderia ser aperfeiçoado de modo a otimizar a atuação do governo federal sobre o tema; assim, a ação 0620 - Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agricultura Familiar foi alocada ao Programa 1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais em virtude do fato de o produto gerado pela execução da ação trazer uma contribuição muito mais efetiva para este programa, e a ação 001T - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas foi alocada ao programa Brasil Quilombola, visando atender a nova demanda da criação de um programa específico para tais comunidades. O produto e alguns atributos da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (lei nº 10.700, de 2003) foram alterados para melhor qualificar seus resultados. Por não se mostrarem adequados a aferir os resultados do novo desenho do programa, os indicadores “Taxa de atendimento a unidades familiares de produção” e “Taxa de consolidação da agricultura familiar” foram excluídos; além disso, o índice de referência do indicador “Taxa de atendimento aos usuários do Pronaf - Linha D” foi corrigido em razão de novo cálculo efetuado. Assim, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

1215 – Alimentação Saudável

Problema

São inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas. Dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (1996) indicam que 10,5% das crianças brasileiras apresentavam *déficit* de altura e que a prevalência desta condição variava notavelmente entre as regiões brasileiras (entre 5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste). Um ponto prioritário está relacionado às deficiências de micronutrientes. A deficiência de vitamina A constitui problema endêmico em grandes espaços das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. No tocante à deficiência de ferro, a anemia configura-se problema nutricional de maior magnitude no País, acometendo sobretudo mulheres no período fértil e crianças menores de dois anos de idade. Estima-se que, de cada dez gestantes que fazem o pré-natal, três são anêmicas, sendo bem maior a proporção entre crianças (50% ou mais). Quanto ao bócio e outros distúrbios decorrentes da deficiência de iodo, considera-se que representam também grave problema, inclusive pelo risco de associação com o cretinismo e a surdo-mudez irreversíveis.

Ao lado do quadro carential, observa-se no Brasil a evolução epidêmica da obesidade das dislipidemias e suas relações com as doenças cardiovasculares, que representam a principal causa de morte e de incapacidade na vida adulta e na velhice. São responsáveis por 34% de todas as causas de óbito, estando relacionadas, em grande parte, com a obesidade e com práticas alimentares e estilos de vida inadequados.

A população adulta brasileira vem apresentando um aumento na prevalência de excesso de peso importante: cerca de 32% têm algum grau de excesso de peso; destes, 6,8 milhões (8%) possuem obesidade, com predomínio entre as mulheres (70%). A prevalência ainda se acentua com a idade, atingindo um valor maior na faixa etária de 45 – 54 anos (37% entre homens e 55% entre mulheres). O aumento da prevalência da obesidade no Brasil torna-se ainda mais relevante ao se considerar que este aumento, apesar de estar distribuído em todas as regiões e nos diferentes estratos socioeconômicos, é proporcionalmente mais elevado nas famílias de baixa renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa contou com a incorporação de três novos indicadores, imprescindíveis para a verificação dos resultados a serem alcançados como consequência da execução do conjunto de suas ações. Além disso, houve alteração em uma ação quanto ao seu tipo, deixando de ser classificada como operação especial e tornando-se uma atividade, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas na área de competência do governo federal no setor de saúde.

As ações também foram ajustadas quanto à sua forma de implementação e uma das medidas essenciais nesse contexto consistirá no monitoramento da situação alimentar nutricional, com o fortalecimento e a consolidação da vigilância

alimentar nutricional, integrante do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Esse monitoramento deverá ser capaz de indicar, de forma oportuna, as intervenções que se fizerem necessárias. O setor saúde manterá também a sua participação ativa nas medidas voltadas ao combate à fome no país, apoiando inclusive a implementação do Bolsa Família - sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - e promovendo o envolvimento contínuo do SUS. Nesse particular, cabe destacar o acompanhamento do cumprimento da agenda de compromissos do setor saúde - uma das condicionalidades do Bolsa Família, - representados pelo pré-natal, vigilância alimentar e nutricional, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e a vacinação em dia de crianças e gestantes. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0502 - Amazônia Sustentável

Problema:

A expansão das atividades produtivas em bases não sustentáveis nos Estados compreendidos pela Amazônia Legal vem comprometendo os recursos naturais e os diferentes ecossistemas existentes na Região, evidenciando um quadro de destruição das florestas tropicais brasileiras.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa foi alterado com as ações Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto) e Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia sendo absorvidas pelos programas Comunidades Tradicionais e Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, respectivamente, por se adequarem melhor aos objetivos desses programas. O indicador do programa estará sendo construído. Para isso, contará com recursos orçamentários alocados na ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do programa Gestão da Política de Meio Ambiente.

As alterações deste programa não afetam o alcance do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0781 - Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Problema:

Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram alterados os valores para o período na ação 3324 – Modernização de Agências, a fim de se adequar às metas, sem efeito sobre a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos pelo programa em relação ao PPA.

1279 – Análise e Difusão da Política Externa Brasileira**Problema:**

O nível de informação da opinião pública do país sobre as questões referentes à inserção internacional do Brasil e à fundamentação das posições adotadas pela diplomacia brasileira mostra-se aquém do desejado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação padronizada 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, o que não afeta a compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

0750 - Apoio Administrativo**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa de Apoio Administrativo, que agrega, em geral, despesas não passíveis de incorporação em ações finalísticas do órgão, relacionadas a serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, bem como demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da instituição.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída no programa a ação 8567 – Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art. 65), que trata de transferência da União a Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Além disso, foram realizados ajustes nas metas físicas e financeiras das ações 2833 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores de Extintos Estados e Territórios, 2079 – Auxílio-Refeição ao Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios, 2087 – Pagamento de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios e 2078 – Vale-Transporte ao Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios.

Dada a natureza do programa, não cabe demonstrativo de compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

0256 - Aprimoramento dos Serviços Postais

Problema:

O grande desafio do Setor Postal continua sendo a universalização dos serviços.

Atualmente, cerca de 38% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes não contam com serviços postais básicos e 20% dos brasileiros não recebem a visita de um carteiro.

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, prioritariamente aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade. Desta forma, a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais implementada por meio de projetos e atividades vinculadas ao Programa Serviços Postais visam a proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando aferir o impacto dos resultados do Programa junto ao público-alvo, foram criados 02(dois) novos indicadores: Grau de Satisfação do Usuário na Atividade de Atendimento e Grau de Satisfação do Usuário na Atividade de Distribuição.

As ações do programa visam principalmente atender ao mega objetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais, objetivando atender a disponibilização de bens e serviços públicos de forma eqüitativa e com justiça social, promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular, e de outro garantir o acesso aos bens e serviços de qualidade para as camadas populares. Busca-se também o crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, mediante o estímulo à responsabilidade social das instituições públicas e privadas.

1224 - Aquicultura e Pesca do Brasil (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

A aquicultura e a pesca apresentam características que as tornam peculiares, principalmente pela diferença de atuação desses setores. Enquanto a aquicultura trata de iniciativas de produção a partir da criação (cultivo) de organismos aquáticos, a pesca incide sobre os estoques pesqueiros existentes no ambiente aquático natural. O programa Aquicultura e Pesca no Brasil foi criado a partir de uma iniciativa de fundir as ações inerentes a cada setor específico (pesca e aquicultura) e, após avaliações sobre o conteúdo e a forma do programa, percebeu-se a necessidade de se dissociar tais ações finalísticas em programas próprios. Os novos programas são 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca; 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura; 1344 Gestão da Política Pesqueira e 0750 Apoio Administrativo.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá prejuízos aos megaobjetivos, desafios e diretrizes do PPA 2004/2007, uma vez que o que este programa se propôs a realizar será efetivado no âmbito de outros programas.

O desdobramento resultante da exclusão do programa Aquicultura e Pesca no Brasil e da criação de programas específicos tende a facilitar a operacionalização e a garantia dos resultados previstos no macroplanejamento da pesca e da aquicultura brasileiros. Facilita, ainda, o entendimento dos processos de produção (pesqueira e aquícola), garantindo maior transparência na execução das ações finalísticas do governo federal. A exclusão do programa não afetará a persecução dos megaobjetivos, dos desafios e das diretrizes do PPA 2004/2007, já que a criação dos programas 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca; 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura; 1344 Gestão da Política Pesqueira e 0750 Apoio Administrativo suprirá a ausência deste.

0499 - Áreas Protegidas do Brasil**Problema:**

A área total equivalente à "área protegida" é insuficiente para a conservação da biodiversidade brasileira; além disso, é baixo o grau de implementação das Unidades de Conservação (UCs) já existentes, mesmo em áreas protegidas reconhecidas por atos/convenções internacionais, para atender os compromissos internacionais do Estado.

Soma-se a isso, o fato de que é baixa a participação e informação da sociedade na criação, planejamento e gestão de UCs. Desta forma, conta-se recentemente com um sistema nacional de Unidades de Conservação, que no entanto ainda funciona de forma não integrada, persistindo a existência de conflitos de posse da terra e sobreposição de área entre UCs e terras indígenas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração do programa se limitou à atualização dos índices dos indicadores para todo o período do Plano, o que não acarretará impacto sobre o alcance dos desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

1015 - Arranjos Produtivos Locais**Problema**

As empresas nacionais constituídas em arranjos produtivos locais (APLs) apresentam um baixo patamar de competitividade, principalmente as microempresas e empresas de pequeno e médio porte, em decorrência de deficiências em seus produtos, processos e gestão.

Essas dificuldades refletem-se na diminuta participação do segmento no volume total de exportações do país e na reduzida percentagem de empresas que entram e permanecem na base exportadora. Assim, é necessário atuar nas empresas dos APLs para aumentar a competitividade e a eficiência produtiva, ampliar a capacidade exportadora, elevar o nível de ocupação e renda, bem como promover o fortalecimento e dinâmica de interação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa visa aumentar a competitividade e a internacionalização das empresas brasileiras, promovendo o desenvolvimento integrado de arranjos produtivos locais como estratégia para o alcance de um dos megaobjetivos do governo, a saber, o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades.

A inclusão, mediante crédito especial, das ações 09HH – Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais, 6659 - Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e 6670 - Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, assim como a exclusão das ações 2702 – Capacitação de Multiplicadores da Metodologia dos Arranjos Produtivos Locais e 04090 – Apoio à Instalação de Incubadoras de Empresas nos Arranjos Produtivos Locais, melhoram o desenho do programa na adequação das ações ao objetivo e ampliam a contribuição do programa para o alcance do megaobjetivo a ele relacionado, reforçando sua atuação quanto ao desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

As novas ações orçamentárias também estão inseridas nos objetivos setoriais estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, lançada em 31/03/2004.

Em relação aos indicadores, foram incluídos ou alterados para uma melhor mensuração do resultado do programa.

0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias**Problema:**

No Brasil verifica-se um desequilíbrio entre as receitas previdenciárias arrecadadas e os benefícios pagos. Dentre as principais causas que contribuem para esse problema pode-se destacar a cobertura social garantida pela Constituição Federal de 1988 sem a correspondente cobertura financeira, comprometendo a liquidez do sistema; a inadimplência (contribuintes que declaram, mas não pagam); a sonegação; o aumento da demanda por novos benefícios e a não recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência, além de fraudes e renúncias fiscais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve inclusão no programa da ação 8211 - Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS. A inclusão de duas ações melhora a programação a partir do destaque de novas atividades relacionadas ao enfrentamento de causas alusivas ao problema do desequilíbrio entre receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos. A partir do seu conjunto de ações, o programa contribui para o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos para ampliação das receitas administradas pela Previdência, estando alinhado com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

1016 - Artesanato Brasileiro

Problema:

A não inserção dos produtos artesanais nos mercados interno e externo e a reduzida taxa de emprego, ocupação e renda no segmento artesanal são atribuídas, principalmente, à desestruturação do setor no que diz respeito ao manejo, à produção, à divulgação e à comercialização dos seus produtos, bem como à preservação da cultura local, que dificulta a agregação de valor nos produtos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração do indicador deste programa e a modificação no produto da ação 2708 – Rotas de Artesanato e Turismo não afetam a compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. O programa, tendo como objetivos a promoção de um crescimento econômico sustentável, a distribuição de renda, o estímulo à eficiência produtiva, o fortalecimento dos núcleos produtivos locais e a preservação da cultura brasileira, encontra-se totalmente compatível com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a qualificação dos trabalhadores e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade de trabalho, inserido no megaobjetivo de crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades.

0135 - Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Problema:

No Brasil, a falta de democratização no acesso à terra prejudica o alcance da soberania alimentar e a geração de emprego e renda. Assim, a reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do país. A forte demanda pelo acesso à terra e por condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terra, vinculada a um processo de obtenção de terras insuficiente, reativo, conflitivo e vulnerável em relação às demandas vem gerando fortes conflitos no meio rural. A não intervenção neste processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e uso da terra, impedindo o avanço sócio-econômico e ambiental dos grupos vulneráveis. A existência de um grande estoque de terras públicas e particulares produtivas e/ou improdutivas permitirá o atendimento dos objetivos propostos. O modelo de intervenção praticado em exercícios anteriores não foi suficiente para induzir a melhoria na qualidade de vida e trabalho dos assentados, além de gerar expressivo passivo ambiental, oferecendo serviços sociais básicos insuficientes, desintegrados e inadequados em relação às necessidades da população rural e dos beneficiários da reforma agrária, gerando a necessidade da adoção de um novo modelo de assentamento de trabalhadores rurais. A intervenção para a implantação de novos assentamentos é realizada em áreas prioritárias que possibilitem a potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura sócio-econômica do meio rural, respeitando as diversidades regionais, com vistas ao desenvolvimento integrado e sustentável. O processo de planejamento e execução das ações relativas à implementação de projetos de assentamento conta com a efetiva participação da comunidade assentada, de

modo a estimular a organização comunitária, promovendo-se um processo de capacitação na gestão dos recursos públicos e na organização da produção, assegurando mecanismos de participação das mulheres e dos jovens.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Esse novo modelo busca integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio ambiente, dentre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento, com ênfase para a inserção das questões de gênero, raça/etnia e geração de renda; dessa forma, as alterações realizadas pretendem assegurar o caráter integrador do programa. Como o aporte de recursos necessários à ação de implementação de projeto de assentamento é realizado de forma não fragmentada, ordenada e de disponibilidade assegurada, conforme o plano de trabalho e o cronograma de desembolso dos recursos previstos, foram revistos o produto e especificação do produto da ação 4296 - Implantação de Projetos de Assentamento Rural. Do mesmo modo os indicadores do programa foram alterados com o intuito de melhor refletir o resultado sobre o público-alvo, aumentando assim, sua efetividade.

Com isso o programa mostra-se compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

0686 - Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Problema:

É crescente no país a demanda por serviços consulares, notariais, legais e por assistência em geral, inclusive necessidades sociais por parte da comunidade de brasileiros radicados, domiciliados ou em trânsito no exterior.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu uma melhoria na descrição dos seus objetivos para melhor se adequar ao objetivo setorial, que prevê o aperfeiçoamento da assistência e da proteção dos brasileiros que se encontram no exterior. Além disso, foi feita atualização da base legal das ações de acordo com o Decreto nº 5.032, de 05/04/2004, que trata da nova estrutura do Ministério de Relações Exteriores e das atribuições de suas unidades administrativas.

Com as alterações, o objetivo do programa passa a ser "prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade" fortalecendo sua compatibilidade com o objetivo setorial de ampliar e aperfeiçoar a assistência e a proteção aos 2,5 milhões de brasileiros que residem no exterior e aos dois milhões que viajam anualmente ao exterior, para garantir que continuem a exercer plenamente sua cidadania no exterior. Esse objetivo setorial contribui para o desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de

paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. A compatibilidade com os desafios e as diretrizes definidas no PPA foi, portanto, reforçada.

1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil

Problema

Cumprindo missões complementares à sua destinação, o Ministério da Defesa deverá viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, bem como oferecer aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional. Visando, também, atender o dispositivo legal do cumprimento de atribuições subsidiárias, as Forças Armadas cooperarão com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, assim como operarão o Correio Aéreo Nacional-CAN, participando também de ações de governo direcionadas ao combate da fome e da mortalidade infantil, dando apoio às campanhas de vacinação e outras congêneres, suporte às atividades eleitorais e às operações da Polícia Federal, quando demandadas pelos órgãos competentes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é novo e contemplará ações cívico-sociais, permitindo que os seus recursos humanos especializados na área de saúde atendam às populações carentes existentes nas diversas regiões do país, contribuindo com o governo federal no apoio à população carente.

É importante para o governo federal e para o Ministério da Defesa esta atividade junto à população carente, tanto a que circunda as organizações militares como aquela mais afastada, que não tem um atendimento adequado e regular dos serviços de saúde. Este atendimento permitirá ao governo melhor executar suas políticas sociais, realizando o atendimento das comunidades mais carentes, melhorando a qualidade de vida e condições dessas comunidades, diminuindo a incidência de doenças e ampliando a cidadania. O Ministério da Defesa é freqüentemente solicitado a prestar apoio aéreo ao transporte de cargas e passageiros em apoio aos órgãos públicos contra calamidades, combate a incêndios florestais, missões de vacinação, apoiar ações governamentais e missões do Correio Aéreo Nacional. Por fim, cabe mencionar que este programa englobou a ação 3136 - Cooperação com Construção de Infra-Estrutura do antigo programa 0636 - Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil e a ação 2862 - Ações Cívico-Sociais do programa 0622 - Adestramento e Operações Militares da Marinha. Este programa alinha-se ao macroobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e ao desafio de impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável.

0636 - Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Em virtude da criação do programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil e sendo este da mesma natureza, a ação 3136 - Cooperação com Construção de Infra-Estrutura migrou para o novo programa.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Esse programa foi substituído pelo programa 1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, que absorveu tanto o indicador "Taxa de atendimento à demanda de cooperação" quanto a ação 3136 - Cooperação com Construção de Infra-Estrutura. Com isso, não ocorre prejuízo no alcance do megaobjetivo, pois a ação do programa migrou para outro programa de mesma natureza.

1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Problema:

Pesquisas recentes sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não tem acesso suficiente aos medicamentos essenciais. Tais pesquisas apontam também uma fragmentação das ações que operacionalizam as políticas públicas no âmbito da assistência farmacêutica.

Entre 1975 e 1999, somente 1% dos 1.393 novos medicamentos licenciados no mundo foi destinado a doenças tropicais e tuberculose, apesar de essas doenças constituírem mais de 10% da carga global de enfermidade. O Brasil é um dos poucos países que possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos (17), cuja principal finalidade é prover medicamentos ao SUS nos três níveis de atenção. Entretanto, a maior parte desses laboratórios apresenta capacidade ociosa estimada em 25%.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações promovidas neste programa possibilitarão o desenvolvimento de ações integradas que compreenderão todas as etapas do ciclo de assistência farmacêutica – prescrição, dispensação, comercialização e farmacovigilância - com o objetivo de efetivar a política nacional de assistência farmacêutica. Dessa forma, inclui-se: (i) a intensificação de campanhas educativas sobre o uso correto e adequado de medicamentos, como um dos instrumentos de conscientização e prevenção; (ii) o acesso à cesta da I Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica de Medicamentos, melhorando e ampliando a cesta básica de medicamentos; (iii) o fornecimento de medicamentos excepcionais aos usuários, de acordo com as definições da I Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica de Medicamentos, melhorando e ampliando o acesso à assistência farmacêutica e aos insumos estratégicos nos diversos níveis de atenção à saúde.

O novo escopo dado ao programa está traduzido no elenco de suas ações finalísticas, bem como na redefinição de seus indicadores. As alterações efetuadas legitimam a execução de ações, de forma a apropriar sua política específica, com destaque para algumas prioridades: a existência de profissional habilitado nas unidades de saúde; a vigilância dos efeitos adversos dos medicamentos em toda a rede SUS; o estímulo do uso racional de medicamentos, a revisão da Relação Nacional de Medicamentos - Rename; a reavaliação e ampliação da lista de medicamentos da assistência farmacêutica básica e a instalação e o funcionamento das farmácias populares que serão destinadas à oferta de medicamentos a preços reduzidos e visarão promover o acesso da população aos produtos essenciais de que necessitam.

Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0699 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Problema:

Falta de assistência jurídica a camadas da população incapazes de arcar com o pagamento de honorários advocatícios.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Programa ligado diretamente ao desafio “fortalecer a cidadania, com a garantia dos direitos humanos” – contido no Mega-Objetivo III – Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita tinha como Unidade Orçamentária o Ministério da Justiça (30101) e como Unidade Responsável a Defensoria Pública da União. No entanto, com a criação da Unidade Orçamentária 30109 – Defensoria Pública, foi necessário alterar a responsabilidade orçamentária das atuais ações para a nova Unidade, bem como incluir as ações pertinentes à gestão do Programa: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes; Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados; Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; Gestão e Administração do Programa.

1185 – Assistência Suplementar à Saúde

Problema:

Tem se configurado como problema na área da saúde suplementar o fato de os gestores estaduais e municipais do SUS estarem à parte das questões do complexo da atenção à saúde neste âmbito. Os órgãos reguladores e o conjunto da política estabelecida para o setor ainda não se subordinam às instâncias de controle social do SUS, nas suas várias esferas de gestão. Inexiste, portanto, uma relação permanente e suficientemente estreita entre essas instâncias e a atenção suplementar. Assinale-se também que tem persistido uma qualidade insuficiente na assistência prestada aos usuários dos planos de saúde privados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para dar conta dos desafios e das diretrizes propostos nesse setor, no âmbito do Ministério da Saúde, foram necessárias a ampliação da abrangência da regulação e a consolidação do papel da Agência Nacional de Saúde em relação ao setor de saúde suplementar, por intermédio da promoção de ações e incentivo à integração do setor saúde suplementar ao setor público de saúde, garantindo a qualidade da atenção à saúde dos usuários e a consolidação do SUS.

A alteração proposta no elenco das ações desse programa visa promover maior visibilidade à estrutura complexa que compõe a organização programática dessa área, bem como o controle social de forma a orientar o cidadão brasileiro. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1303 - Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas**Problema:**

As mortes por acidentes e violência se colocam como segunda causa de óbitos no quadro de mortalidade geral, representando cerca de 15% das mortes registradas no país, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório. Os acidentes de trânsito e os homicídios – estes em ascensão, ultrapassando os primeiros, desde 1990, em termos proporcionais – são os dois subgrupos responsáveis por mais da metade dos óbitos por acidentes e violência. A concentração dos acidentes e da violência é visivelmente mais clara nas áreas urbanizadas, que acumulam cerca de 75% do total das mortes por causas violentas.

No conjunto das causas externas, os acidentes de transporte destacam-se em termos de magnitude, tanto de mortes quanto de feridos. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade - SIM revelam que, em 2001, 30.266 pessoas morreram em consequência de acidentes de transporte. Desses óbitos, 44% foram jovens de 20 a 39 anos de idade e 82% do sexo masculino.

Quanto à morbidade por acidentes e violências, dados das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) mostram que, em 1996, foram registradas 679.511 internações por essas causas, somente nos hospitais ligados ao SUS. A preponderância do sexo masculino e da faixa etária de 15 a 29 anos de idade indica que esses eventos se devem, sobretudo, a acidentes de trabalho e de trânsito.

O impacto econômico dos acidentes e das violências no Brasil pode ser medido diretamente por meio dos gastos hospitalares com internação, inclusive em unidades de terapia intensiva, e dias de permanência geral. Em 2003, o total desses gastos correspondeu a R\$ 466.572.620,33, valor que representou, aproximadamente, 12,5% dos dispêndios com internações por todas as causas. Também em 2003, as lesões e envenenamentos perfizeram um total de 724.585 internações em todo o Brasil, o que é um número preocupante porque essa enorme demanda faz com que o SUS gaste muitas vezes mais nesses setores do atendimento.

O adulto jovem apresenta-se como vítima importante, fato que evidencia não só um dano social, mas perdas na população economicamente ativa. O Sistema de Internação Hospitalar do Ministério da Saúde registrou que, no período de 1996 a 2000, em sua grande maioria, as vítimas de causas externas são homens. Eles perfizeram cerca de 480 mil internações em relação às 217 mil hospitalizações de mulheres por ano. A maior parte dos que se internaram tinha entre 15 e 49 anos de idade, constituindo, portanto, uma parcela da população em idade produtiva, o que onera social e economicamente o país.

Levando em consideração as dimensões familiar e comunitária e as perspectivas geracionais de gênero e étnico/raciais, são também relevantes os casos de abuso e exploração sexual, maus tratos e negligência, os quais são responsáveis por sofrimentos cotidianos que se refletem na qualidade de saúde e vida dos brasileiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O texto relativo ao objetivo do programa foi reformulado com a intenção de tornar mais claras a área de atuação e a abrangência das ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde para as pessoas que vivem em situações de urgências, violências e outras causas externas.

Para responder com efetividade ao aumento da morbidade e mortalidade por acidentes e violência, o MS reestruturou esse programa de forma que suas ações sejam executadas de forma compartilhada com outras esferas governamentais e promovam as políticas emergenciais e estruturais que garantam a presença do Estado nas regiões com comunidades mais fragilizadas. Ao lado disso, deverá ser promovida a mobilização de recursos e o estabelecimento de parcerias com instituições acadêmicas e organizações não governamentais que lidam com o tema.

Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Problema:

As desigualdades sociais construídas historicamente no país e as diferenças entre os segmentos populacionais e regionais resultam em diferentes riscos à saúde, destacando-se, entre estes, a mortalidade infantil e materna, o que retrata as condições e a qualidade de vida. A taxa média nacional de mortalidade infantil, em 2001, foi de 27,4 por mil nascidos vivos, enquanto que, no Nordeste foi de 43,0 por mil, a despeito dos resultados positivos alcançados nesta região, sobretudo nas duas últimas décadas. Já a Razão de Mortalidade

Materna (origida), indicativa de precariedade nas condições socioeconômicas e baixo grau de informação e escolaridade, foi de 75 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos no País. Tal situação relaciona-se, em especial, à inadequada atenção obstétrica, assistência em anticoncepção e abortamento em condições de risco. Outro problema relevante é a situação da gravidez na adolescência,

sobretudo na região Norte, onde uma em cada 4 mães teve o seu filho com idade entre 15 e 16 anos.

Esses indicadores são ainda mais negativos quando se trata da população afro-descendente, na qual a taxa de mortalidade infantil foi de 62,3 por mil, enquanto para as crianças brancas correspondeu a 37,3 por mil, segundo a PNAD/1996. No que tange a mortalidade materna, segundo a pesquisa de Alaerte L. Martins, com base em 956 óbitos maternos na faixa etária de 10 a 49 anos de idade, ocorridos no Paraná, de 1993 a 1998, a mortalidade das mulheres negras é 6,6 vezes maior do que das mulheres brancas.

No segmento da população idosa, no Brasil, a faixa etária de 60 anos de idade ou mais é a que mais cresce em termos proporcionais. O índice de envelhecimento, calculado pelo número de pessoas idosas para cada 100 indivíduos jovens, no Brasil como um todo, foi de 19,77, em 2000, com diferenças regionais importantes, variando de 9,77, na região Norte, a 22,88 na região Sudeste. Já a região Sul apresentou um índice de 22,60; a Nordeste, 17,73; e a Centro-Oeste de 14,29. Tal ocorrência tem provocado uma rápida transição nos perfis de saúde, que se caracterizam, em primeiro lugar, pelo predomínio das enfermidades crônicas não transmissíveis e, em segundo, pela importância crescente de diversos fatores de risco para a saúde, que requerem ações preventivas em diversos níveis.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa foi estruturado considerando a heterogeneidade das ações necessárias para atingir seu objetivo. Sua linha de atuação passa pelos ciclos de vidas; pela saúde do trabalhador, que procura responder às demandas institucionais e aos movimentos sociais; pela assistência à pessoa portadora de deficiência, que ainda apresenta um perfil de fragilidade, desarticulação e descontinuidade de ações nas esferas pública e privada; pela população prisional, situação em que há urgência em definir ações efetivas que diminuam os fatores de riscos à saúde dessa população e pela saúde mental, com ações mais humanizadas como a desospitalização da atenção e a ação de auxílio financeiro conhecida como "De Volta para Casa".

Várias ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

Assim, o programa permanece compatível com os desafios definidos no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1214 - Atenção Básica em Saúde

Problema:

A prevalência de um modelo de atenção à saúde – historicamente centrado no hospital, nas especialidades médicas e na utilização de alta tecnologia – tem se revelado caro e pouco eficaz. É amplamente reconhecido que a sofisticação da assistência médica não garante melhores condições de saúde à população. No Brasil, ao longo do tempo, a atenção básica ocupou um segundo plano, com uma

parcela significativa da população desprovida desta ação, sabidamente eficaz e capaz de resolver grande parte dos problemas de saúde.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa teve acréscimo de uma nova ação - que se refere à atenção à saúde bucal - compatível com o seu objetivo de expandir a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutive, integral e humanizada. Dessa forma, pode-se verificar a convergência com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

Algumas ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma com que são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

1216 - Atenção Especializada em Saúde

Problema:

O insuficiente acesso da população às ações e serviços de saúde é evidenciado no congestionamento nos pronto-socorros, nas filas, nos pronto-atendimentos e nos ambulatorios dos hospitais, na carência de leitos de terapia intensiva e semi-intensiva ou na demora na oferta de procedimentos cirúrgicos, nas internações e serviços de apoio diagnóstico de maior ou menor complexidade.

Acresce-se a isso a pouca cobertura do atendimento pré-hospitalar móvel com regulação médica de urgência, serviço este instalado em poucas cidades do país, sobretudo nas capitais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Duas novas ações foram acrescentadas ao programa sob a forma de projetos de reforma e ampliação de instituições que oferecem serviços especializados de atenção à saúde, corroborando para a garantia do acesso e da integralidade dos cuidados de saúde, convergindo para o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

Algumas ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma com que são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

1220 - Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

Problema:

A atenção de média complexidade reúne uma grande quantidade de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, bastante heterogêneos, de níveis e custos variáveis e cuja distribuição geográfica da oferta entre os municípios obedece a lógicas distintas, sendo, por isto, de difícil organização e controle.

A cobertura de serviços hospitalares no Brasil apresenta significativa pulverização de leitos em pequenos hospitais. Cerca de 10% deles estão localizados em estabelecimento de saúde com menos de 30 leitos, que representam 42% da rede hospitalar. A maioria desses hospitais (70%) está localizada em municípios com menos de 30 mil habitantes e, com frequência, representa a única possibilidade de internação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve acréscimo de uma nova ação ao programa, ação que tem o intuito de regular, controlar e avaliar os procedimentos assistenciais de saúde, que, como já foram descritos no problema, são bastante heterogêneos, de níveis e custos variáveis e cuja distribuição geográfica da oferta entre os municípios obedece a lógicas distintas. Assim a nova ação contribui para a obtenção do acesso universal, oportuno e equânime aos serviços de saúde.

Algumas ações sofreram alteração quanto ao seu tipo, passando de operações especiais para atividades, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma com que são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde.

0152 - Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Problema:

A ausência de propostas de atendimento sociopsicopedagógico adequadas, de pessoal qualificado e o distanciamento das famílias e comunidade num elevado número de sentenças de internação vêm causando superpopulação das unidades, ocorrência de motins e alto índice de reincidência dos adolescentes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

No programa Atendimento Sócio-Educativo para o Fundo Nacional da Criança e Adolescente houve replicação de uma ação, originalmente dotada de fonte 100, com fonte 196, para possibilitar recebimento de doação de empresas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, prevê a renúncia fiscal do Imposto de Renda para doações de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. O volume de doações ao FNCA vem crescendo a cada ano, possibilitando a execução de um número cada vez maior de ações com recursos dele provindos. A inclusão da ação Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória, que será financiada com recursos de doação de empresas, não trará nenhum impacto financeiro.

Não há alteração no escopo do programa, nem incompatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007.

0282 - Atuação Internacional na Área de Petróleo

Problema

A pouca atuação internacional do país na área de petróleo concorre para o aumento da nossa dependência externa. Desta forma, este programa visa ao aumento da participação do Brasil no cenário externo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 11LA – Expansão da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior, 11SX – Implantação do Terminal Marítimo de Caleta Paula na Argentina, 4864 – Adequação da Infra-Estrutura Industrial no Exterior, 4865 – Adequação da Infra-Estrutura de Transporte de Gás no Exterior, 8019 – Adequação da Infra-Estrutura de Exploração e Produção no exterior, 8055- Adequação da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior. As inclusões destas ações e as mudanças feitas nos atributos das demais reforçam a compatibilidade do programa com os objetivos do PPA.

O programa objetiva incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural e é compatível o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Problema

É necessário atender à demanda da sociedade no que concerne à apreciação de proposições de legislação em geral, à apuração de dados no exercício da fiscalização e controle externo dos órgãos e representantes do poder público bem como no desempenho das demais prerrogativas constitucionais, legais e regimentais do órgão e de seus membros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações visam ajustar a programação a decisões tomadas posteriormente ao exercício de 2003, momento em que se fez a proposta que resultou na elaboração do presente PPA. Foi criada ação com o objetivo de reformar as unidades funcionais de uso dos Deputados Federais, o que se justifica na medida em que a utilização das mesmas representará economia real, além de que é necessário manter em condições adequadas o patrimônio público. Por outro lado foi excluída a ação de Gestão e Administração do Programa - GAP, compatibilizando-se com as diretrizes da programação.

A demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal**Problema:**

É necessário proporcionar condições para atendimento da competência constitucional, que é demanda do Estado e também da sociedade, relativamente ao processo legislativo de exclusiva competência do Senado Federal, nos termos do que trata o art. 59 da Constituição Federal, de forma a produzir e apresentar à sociedade uma legislação que tenha em seu contexto cada vez maior representatividade dos anseios da população, proporcionando assim, os meios indispensáveis à promoção da justiça social e ao funcionamento pleno da democracia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recebeu a inclusão da ação Construção de Acréscimo à Unidade de Apoio I, em virtude da necessidade de dotar o órgão de melhor estrutura física para o desempenho das atividades relacionadas à Secretaria de Patrimônio, Arquivo, Serviços Gerais e Secretaria de Pessoal. A programação da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis sofreu alterações que atendem sua priorização para conclusão no período de execução do PPA. A ação Rede de Integração e Participação Legislativa – Interlegis, terá implementação priorizada. Cabe também destacar a exclusão dos projetos Construção de Guaritas, Construção do Prédio da Sala de Vídeo do Instituto Legislativo Brasileiro-ILB e a Construção de Galpão de Apoio às Empresas Prestadoras de Serviços Terceirizados, tendo em vista avaliação de prioridades definidas pelo órgão. Essas alterações visam dar maior capacidade de atendimento às competências legais do Senado Federal.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

1096 - Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal (Excluído)**Justificativa para a exclusão do programa:**

Na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 o programa visava avaliar os programas da área social. No momento da revisão o escopo da avaliação foi reduzido, de forma a atender apenas aos programas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por não se tratar de programa finalístico, suas ações foram absorvidas pelo programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Embora excluído, não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, tendo em vista que as ações foram absorvidas pelo programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1333 - Avaliação do Plano Plurianual

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Coordenar a elaboração, avaliação e revisão participativas do Plano Plurianual e supervisionar a sua execução, visando implementar a estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo está alinhado com o desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão. O objetivo setorial não será afetado pelas alterações propostas, quais sejam: alteração do título da ação 6476, que passará a denominar-se "Avaliação dos Programas do Plano Plurianual"; alteração do título da ação 6482, que passará a denominar-se "Avaliação dos Pactos de Concertação entre União, Estados e Municípios"; alteração do título da ação 6478, que passará a denominar-se "Capacitação de Equipes do Governo Federal, dos Estaduais e Municipais em Avaliação"; exclusão da ação 6480 - Fomento à Elaboração de Planos de Avaliação de Programas Finalísticos do Plano Plurianual e exclusão da ação 6477 - Avaliação de Satisfação do Público-Alvo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual.

1051 - Banco de Alimentos (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O problema que originou o programa não foi superado. Suas ações foram absorvidas pelo programa 1049 - Acesso à Alimentação, de forma a contribuir para o objetivo de garantir segurança alimentar por meio de uma alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Embora excluído, não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, tendo em vista que as ações do programa continuarão a ser executadas por meio do programa 1049 - Acesso à Alimentação.

0466 - Biotecnologia

Problema:

O desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos no Brasil ainda é insuficiente para inserir o país no mercado internacional. Sem o desenvolvimento da biotecnologia não será possível a aplicação de técnicas inovadoras na melhoria de alimentos, prevenção e tratamento de doenças, recuperação e preservação do meio ambiente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi excluída a ação 4975 - Pesquisa e Desenvolvimento em Biociência, que não mais refletia a execução realizada, conforme manifestação da unidade responsável, a Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCT); deve-se considerar que, em contrapartida, foi incluída a ação 6753 - Fomento a Projetos de Biotecnologia para Produção de Bioenergia em Pequenas Comunidades, que traduz melhor as iniciativas a serem implementadas. Além disso, foram agregados ao programa dois novos indicadores ("Número-índice de empresas de biotecnologia apoiadas pelo programa" e "Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa"), em substituição aos dois anteriores, pois estes não mediam a efetividade do programa.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos**Problema:**

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, 13,6% da população de 15 anos e mais é analfabeta. Em algumas regiões do Brasil, esse quadro é ainda mais grave: 26,2% na Região Nordeste e 16,3% na Região Norte. Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, são 7,7%, 8,1% e 10,8% de analfabetos, respectivamente. Estas taxas vêm diminuindo nas últimas décadas, mas ainda estão longe do ideal. De acordo com estudo publicado pelo Inep, a taxa de analfabetismo no país está diretamente atrelada à distribuição de renda. Nesse sentido, no Brasil, que apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente. A taxa de analfabetismo da população cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de 29%, já nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos esse índice não chega a 2%. Quanto ao grau de escolaridade se observa que cerca de 33,2 milhões de brasileiros possuem até a terceira série do ensino fundamental. Ademais, persiste grande descontinuidade no processo de alfabetização de jovens e adultos, comprometendo a qualidade do ensino e o alcance dos resultados almejados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O remanejamento de ações do programa Brasil Escolarizado para o programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos se justifica pela melhor focalização do problema, de modo a garantir não somente a alfabetização, mas também a continuidade no processo educacional de jovens e adultos. As ações incluídas vêm integrar a alfabetização da população de 15 anos ou mais em um processo de educação que possibilite ampliar as práticas de leitura e escrita e o universo lingüístico dos alfabetizandos, disponibilizando a jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, ou dela foram excluídos precocemente, o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental. O programa pretende contribuir para a inserção social de cerca de 49 milhões de brasileiros com 15

anos de idade ou mais, cujo exercício da cidadania está limitado por não dominarem o mundo da leitura e da escrita e por não terem acesso a um processo contínuo de educação. Portanto, a reformulação do programa está compatível com o desafio do governo federal de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

1045 - Brasil com Todo Gás

Problema:

É baixa a interiorização do uso de gás natural e a infra-estrutura de transporte e distribuição é insuficiente. Com base nas previsões de disponibilidade dos pólos produtores, a ampliação desta infra-estrutura permitirá a interiorização do gás natural.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações 11Y6 – Aquisição de Terrenos e Direito de Passagem para a Implantação do Gasoduto Coari-Manaus, 12AX – Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (TNS), 12AY – Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (TNS), 12BC – Ampliação da Capacidade do Gasoduto Bolívia – Brasil para 34 Milhões de m³/dia, 4861 – Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural e 4867 – Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural passaram a integrar o programa. Houve também alterações nos atributos de outras ações, com o propósito de aumentar a sua contribuição no alcance dos objetivos do programa.

O programa visa promover o uso do gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores. A expansão do mercado consumidor, a criação de novos mercados, a maximização do aproveitamento do gás associado e a monetização das reservas nacionais permitem reduzir a dependência externa, de forma a consolidar o produto como uma alternativa energética segura e confiável. Tudo isto é compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1061 - Brasil Escolarizado

Problema:

Ainda que preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a universalização da educação básica está se concentrando em apenas um dos seus níveis de ensino, o fundamental. Dessa forma, o processo educacional se segmenta pela precariedade da oferta nos outros dois níveis, educação infantil e ensino médio. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente, a educação infantil. As estatísticas apontam que 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos de idade e 3,9

milhões (38,5%) de 4 a 6 anos estão sem atendimento escolar. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito do cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente. Estima-se que entre 2004 e 2005, os sistemas de ensino serão pressionados por 1,3 milhão de novos alunos oriundos do ensino fundamental regular ou de cursos e exames de Educação de Jovens e Adultos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas buscam adequar o programa ao objetivo de expansão da oferta e à melhoria da qualidade nos dois extremos da educação básica, tradicionalmente preteridos: a educação infantil e o ensino médio. Mudanças institucionais no Ministério da Educação procuraram refletir esta nova visão, a exemplo da transformação da Secretaria de Ensino Infantil e Fundamental-SEIF em Secretaria de Educação Básica-SEB, que passou a agregar à sua estrutura o ensino médio, antes vinculado à educação tecnológica, e da transferência das ações de educação de jovens e adultos para o programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos. Além disso, as alterações no programa pretendem dar maior racionalidade à gestão das diversas ações de apoio à educação infantil e ao ensino médio, articulando-as com as ações destinadas ao ensino fundamental. O programa está em consonância com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, mediante a equidade na implementação das políticas sociais, o desenvolvimento de mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços prestados e a promoção da eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos.

0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Problema:

É alta a disparidade de resultados obtidos nos diversos esportes em competições internacionais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. Seu objetivo foi alterado de modo a melhor atender ao problema identificado, que também foi alterado e teve sua descrição aperfeiçoada.

Os indicadores e seus índices foram modificados na tentativa de melhor medir a efetividade do programa. Foi incluída a ação 2434 - Intercâmbio de Atletas de Alto Rendimento das Modalidades dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos em Centros de Excelência de Renome Mundial, que pertencia ao programa 1246 - Rumo ao Pan 2007, por sua finalidade estar mais afeta ao objetivo deste programa. Outra modificação foi a inclusão da ação 09HW – Concessão de Bolsa a Atletas, que tem a finalidade de apoiar e promover o desenvolvimento e o aprimoramento de atletas destacados, praticantes do

desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional - COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz e de direitos humanos no cenário internacional.

0167 - Brasil Patrimônio Cultural

Problema:

O programa visa a combater o aumento da degradação dos bens integrantes do patrimônio histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados e acervos, que desestimula novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população. O problema que se manifesta pela deterioração é a descaracterização dos bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, seja em decorrência da escassez de iniciativas de conservação preventiva, seja de situações de origem fortuita. Com relação aos sítios arqueológicos, nota-se que estes estão localizados em regiões menos

desenvolvidas economicamente, criando-se uma zona de tensão para a preservação do patrimônio nas frentes agropecuárias, em expansão, e áreas de menor densidade demográfica, como o centro-oeste, o nordeste e a Amazônia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em função do novo entendimento de que o patrimônio cultural deve ser tratado em suas dimensões material e imaterial e devido à reestruturação institucional de todos os órgãos e entidades que compõem o sistema MinC, as ações do programa 1141 - Cultura e Tradições - Memória Viva (excluído) foram absorvidas por este programa, sofrendo modificações em sua concepção (realinhamento dos objetivos, realocação de ações e melhor definição de público alvo) de forma a refletir esta nova estrutura. Houve reavaliação de seus indicadores e algumas ações foram modificadas em sua concepção, aglutinando ou separando iniciativas e projetos já existentes nos dois programas, visando maior transparência e visibilidade dos produtos.

As alterações realizadas se compatibilizam com os desafios e diretrizes de participação do país no mercado internacional, pois contribuem para o turismo preservando os interesses nacionais, assegurando a integridade física, a permanência e sustentabilidade do patrimônio nacional, a geração de emprego, renda e a elevação da auto-estima da população, valorizando a identidade e preservando a integridade e a soberania nacionais.

1336 - Brasil Quilombola

Problema:

As comunidades remanescentes de quilombos, por sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem uma atenção especial dos poderes públicos, pois representam setores esquecidos e marginalizados do processo de desenvolvimento que o país vem experimentando nas últimas décadas.

0169 - Brasil, Som e Imagem

Problema

O setor audiovisual cumpre um papel estratégico no processo produtivo mundial, interagindo com outros setores produtivos, apresentando-se como propício à geração de emprego e renda e à construção de padrões de consumo e comportamento. O setor é uma forma de expressão de identidades culturais e um dos setores nevralgicos da sociedade contemporânea, pois lida diretamente com a disseminação de valores, crenças e ideologias e com a difusão de informações e de fontes de lazer, transformando-se em catalisador privilegiado de uma construção positiva de soberania nacional e cidadania, bem como de uma articulação dialógica entre as esferas públicas e privadas. Ademais, a cadeia produtiva do audiovisual mostra-se capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo global.

O setor ainda permanece oligopolizado, o que faz com que o produto audiovisual encontre grandes dificuldades para alcançar o público e se expressa na baixa visibilidade do cinema brasileiro no mercado, na qualificação do conjunto da produção, na relação sala/espectadores, bem como na indefinição de uma política clara e de instrumentos regulatórios capazes de introduzir novas dinâmicas no mercado cinematográfico.

Há que se considerar, inclusive, que os mecanismos de distribuição/exibição das obras audiovisuais tendem a estar ligados aos interesses do capital transnacional e do processo de acumulação internacional de capital, com implicações significativas no processo de imposição de valores e de dominação cultural.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa é resultado da fusão dos programas 0169 – Cinema, Som e Vídeo e do 1101 – Ver Cinema, Ser Brasil, passando a denominar-se “Brasil, Som e Imagem”, tendo tido uma nova concepção (criação de ações e melhor definição de público alvo) de forma a melhor refletir a política da Secretária de Audiovisual, decorrente da vinculação da Ancine ao Ministério da Cultura. O público alvo do programa passa a ser o setor audiovisual e os indicadores “Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional” e “Taxa de lançamento de filmes brasileiros no mercado nacional” foram substituídos pelo indicador “Taxa de público em filmes nacionais”. Foram incluídas no programa as ações 8483 - Funcionamento do CTAV e 8481 - Funcionamento da Cinemateca.

O apoio à capacidade produtiva das regiões, o estímulo às produções locais, o aumento das salas de exibição e a redução da hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno, vem de encontro ao desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso, fomentando a produção, a difusão e a preservação de obras audiovisuais brasileiras. O Programa contribui para ampliar a oferta da cinematografia nacional, assim como para aumentar a competitividade sistêmica das regiões, estimular produções locais e reduzir a hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno, além disso, busca promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica nacional e

Várias comunidades ainda se encontram em situação idêntica à de um século atrás: estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico e das condições elementares de uma vida digna. Tais condições de vida inscrevem as comunidades quilombolas no rol de nossa população mais carente e necessitada de urgentes medidas para sua inclusão social, já que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com vistas a fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social voltadas para os remanescentes de quilombos devem consistir de ações que os preparem para uma condição econômica e social nova e auto-sustentável, para que essas comunidades possam caminhar pelas próprias forças, na medida de suas condições e potencialidades, com o que, sem dúvida, garantirão um novo espaço na sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa Brasil Quilombola é novo e está perfeitamente compatível com as diretrizes e desafios do PPA descritos, considerando que doze Estados da federação possuem mais de 50% de sua população afro-descendente em situação de pobreza. Nesse contexto, a comunidade remanescente de quilombos está entre as mais vulneráveis dessa população e se configura num público-alvo bem definido do programa. Este programa está absorvendo a ação 6440 – Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos, além de sofrer a inclusão de uma nova ação de capacitação que pretende dotar as comunidades remanescentes de quilombos de conhecimento e instrumentos adequados para o relacionamento com o poder público e entidades da sociedade civil.

A proposta governamental para os quilombolas inclui, ainda, ações em educação, saúde junto à comunidade, destino de resíduos sólidos e preservação do meio ambiente. Dessa forma, três ações do Ministério da Educação serão incorporadas ao programa: 09CJ – Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, 0974 – Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos e 09CG – Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos; além dessas, entram três ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário: 001T – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos. O programa também contará com uma nova ação do Ministério da Saúde: 8215 – Atenção à Saúde das Populações Quilombolas.

A inclusão social e a promoção da cidadania, que permeiam desafios e diretrizes no Plano Plurianual, são os balizadores da alteração proposta neste programa, como estratégia de superação das desigualdades e promoção do desenvolvimento na sociedade brasileira.

aumentar a produção e a exibição das obras cinematográficas brasileiras, alinhando-se ao desafio de valorizar a identidade e preservar a integridade e a soberania nacional.

1163 - Brasil: Destino Turístico Internacional

Problema:

O Brasil tem alto potencial para se tornar um dos maiores mercados receptivos em turismo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4034 teve seu título e produto adequados, passando o título para Fomento à Comercialização e ao Fortalecimento dos Produtos Turísticos Brasileiros junto aos Operadores Internacionais e o produto, "evento realizado, como forma de dar maior clareza quanto ao que a ação pretende realizar.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0643 – Calha Norte

Problema:

Existe a necessidade de aumentar a presença do poder público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, a fim de contribuir para a defesa nacional, proporcionar assistência às suas populações, fixar o homem na região, promover o desenvolvimento sustentável e integrar sua população à cidadania e ao conjunto nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas. Neste contexto, com a finalidade de adequar ao cronograma físico – financeiro foi necessário alterar o período de término do programa como, também, ajustar as metas físicas e valores financeiros.

0777 - Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Problema:

É imprescindível suprir a administração pública de mão-de-obra selecionada e capacitada para o aprimoramento, nas três esferas de governo, dos sistemas

tributários e de controle, da formulação e da avaliação de políticas públicas, da alocação de recursos, da gestão das finanças públicas e da redução do *déficit* público.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi alterada a data de término da ação - 3662 Capacitação para Modernização do Sistema Fiscal Brasileiro para 12/2005, o que não afeta a compatibilidade do programa com o desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão, ao qual o programa está alinhado.

1109 – Certificação Digital

Problema:

É necessário garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações eletrônicas através da implementação e operação de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento. Além disso, a dependência de sistemas proprietários e monopolistas de hardware e software apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacionais, como também para a promoção da inclusão digital.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. A ação 4917 - Certificação Digital de Autoridades foi alterada para "Operacionalização da Certificação Digital – Infra-Estrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil". As alterações não prejudicam a compatibilidade do programa com o desafio de governo de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

0471 - Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Problema:

A carência de conhecimento científico e tecnológico, principalmente nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias dos grandes centros, resulta na ampliação das disparidades regionais e na incapacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e o atendimento das demandas sociais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4960 - Integração de Cadeias Interregionais de Ciência, Tecnologia e Informação foi transformada em não orçamentária. Além disso, houve alteração

do título da ação 4147 - Fomento à Capacitação Tecnológica em Temas de Impacto Social (anteriormente era "setores de impacto social") e inclusão da ação 6830 - Fomento ao Desenvolvimento e Uso de Tecnologias na Área de Telemedicina. O novo título se justifica para identificar a maior abrangência do campo de atuação da ação, que passou a fomentar a capacitação de pessoas em quaisquer temas de impacto social. A ação nova tem o propósito de financiar projetos que visem a provisão de serviços ligados aos cuidados com a saúde da população de regiões mais carentes, onde a distância, o custo e o conhecimento técnico são fatores críticos, por meio de tecnologias e equipamentos para capacitação, diagnóstico e tratamento remotos.

Foram identificados dois novos indicadores para o programa ("Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa de inclusão social" e "Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social"), em substituição aos antigos indicadores, que mostraram-se inadequados para aferição dos resultados do programa.

As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1122 - Ciência, Natureza e Sociedade

Problema:

O insuficiente conhecimento técnico-científico das complexas interações entre meio ambiente, clima e sociedade, bem como sobre as mudanças climáticas globais limitam os avanços da ciência necessários ao desenvolvimento sustentável do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu a inclusão das seguintes ações: ação 4135 - Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA), originalmente presente no Programa 0475 - Mudanças Climáticas Globais, pois se enquadra melhor ao objetivo deste programa; ação 6717 - Fomento a Projetos Estratégicos para os Biomas Brasileiros, visando a impulsionar as pesquisas nesta área crítica do conhecimento científico concernente ao meio ambiente; ação 6739 - Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade, visando a incrementar os esforços do MCT dada a aprovação do Programa de Trabalho de Cooperação e Transferência de Tecnologia e o início da implementação do Programa de Iniciativa Global em Taxonomia no âmbito das discussões internacionais sobre diversidade biológica. A ação 6258 - Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais teve o seu valor total corrigido, pois os valores referentes à fonte 195 (doação) foram devidamente incorporados ao ano de 2006. Houve ainda inclusão dos localizadores Região Norte e Região Nordeste na ação 4157 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros, para que sejam atendidas, no âmbito da ação, as pesquisas para os ecossistemas marinhos da costa norte.

Adicionou-se um indicador ("Número-índice de mapas temáticos gerados contendo o cálculo da extensão e distribuição do desmatamento da Amazônia") visando a auxiliar o direcionamento das ações do programa. As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1201 - Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Problema

No Brasil, persiste ainda um problema relevante no que diz respeito à baixa capacidade de articulação entre as ações de fomento científico-tecnológico e a política de saúde, bem como à ausência de mecanismos de coordenação adequados entre as múltiplas instâncias de fomento.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas contribuem para um desdobramento na direção de um novo projeto nacional no qual se valoriza o mercado interno e as necessidades da população brasileira. Portanto esse novo escopo possibilita fomentar o avanço do conhecimento científico no setor de saúde.

O programa foi reestruturado com a exclusão de ações que eram específicas para os centros de pesquisa e a inserção de novas ações que se estruturam delimitando cada uma das linhas de atuação do conjunto de unidades da Fundação Oswaldo Cruz, seja no desenvolvimento de insumos ou no desenvolvimento de métodos e processos, o que dá maior visibilidade à atuação da instituição como um todo em cada uma dessas linhas.

As alterações propostas na estrutura do programa possibilitaram ajustá-lo às diretrizes e desafios do Plano Plurianual, uma vez que se busca promover a equidade e ampliar a regionalização das ações pertinentes, com a valorização das tecnologias nacionais.

0662 - Combate à Criminalidade

Problema

A violação da ordem jurídica e social por meio de ações violentas e criminosas, provocando instabilidade institucional e violações aos direitos individuais, coletivos e difusos. O fortalecimento do crime organizado, corrupção nas três esferas de Poder, tráfico de armas e drogas, a lavagem de dinheiro, a entrada e saída de pessoas sem o devido controle migratório, os crimes ambientais (bio pirataria, transgênicos, tráfico de animais, material nuclear e radioativo, poluição hídrica), contrabando e descaminho e crimes pela Internet, são exemplos de elementos que caracterizam o problema.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é perfeitamente compatível com os desafios e diretrizes elencados no PPA 2004-2007, em especial: fortalecer a cidadania, garantir a segurança pública; preservar a integridade e soberania nacionais.

Objetivando maximizar a compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual, houve a necessidade de migração das ações relativas às construções, ampliações e reformas que compõem as atividades do Departamento de Polícia Federal - DPF, que atualmente fazem parte do programa 0662 - Combate à Criminalidade, para o programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.

Inicialmente é preciso registrar que não se trata de acréscimo de receita ou aumento de despesa, trata-se de um ajuste operacional e gerencial. Os custos dos dois programas são os mesmos que já estão concebidos no programa 0662 - Combate à Criminalidade. As novas ações de construção e reforma tem por objetivo a melhoria das condições de trabalho, possibilitando aumentar a receita gerada pelo próprio DPF nas ações de fiscalização que realiza e nos serviços que presta à sociedade.

Duas ações foram incluídas no programa 0662 - Combate à Criminalidade: 11P8 - "Implantação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPONS (ISPS-CODE)", com a finalidade de dar condições de funcionamento aos Núcleos Especiais de Polícia Marítima, dotando-os de embarcações, viaturas, meios de comunicações e equipamentos de informática, armamentos, equipamentos não letais, equipamentos de mergulho e outros, bem como atender as necessidades de custeio para o pleno funcionamento; 8375 - "Pagamento de Indenização pela Entrega de Arma de Fogo", com a finalidade de pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo, haja vista o advento da lei 10.826 de 22.12.2003, denominada Estatuto do Desarmamento.

1080 - Combate à Desertificação

Problema:

As áreas semi-áridas e as áreas subúmidas secas do Brasil abrangem uma superfície de 710.437,30 km² (62,8%) e 420.258,80 km² (37,2%), respectivamente, totalizando uma área de 1.130.790,53 km². Com uma população, no ano de 2000, de 22,5 milhões de habitantes, 14,2 milhões (63,3%) residiam em áreas semi-áridas, enquanto 8,3 milhões (36,7%) residiam nas áreas subúmidas secas. A inexistência de um conjunto de ações articuladas que visem combater o avanço dos processos de desertificação pode levar ao agravamento da degradação ambiental e social no semi-árido, com reflexos nas esferas sociais, políticas e econômicas, em nível regional e nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a exclusão da ação de Elaboração do Plano de Ação Nacional para Combate à Desertificação (PAN), visto que será concluído em 2004. Por outro lado, houve inclusão da ação Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação, com vistas a apoiar Estados e municípios da região do semi-árido na implementação de medidas de combate à desertificação, no âmbito local, em consonância com o Plano Nacional (PAN).

A alteração do programa descentraliza as ações de combate à desertificação, considerando as prioridades estabelecidas pelo PAN, dando maiores condições para que o programa cumpra seu objetivo de reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas, atendendo fortemente às diretrizes de promoção e apoio a

iniciativas de gestão ambiental das comunidades locais; de fortalecimento das ações que valorizam o uso racional do solo e dos bens minerais e de promoção da recuperação de áreas e ecossistemas degradados do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

Por ser o PAN um plano com enfoque na redução da pobreza e na ampliação da capacidade produtiva, o programa está, também, relacionado aos megaobjetivos de inclusão social e redução das desigualdades sociais e de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Problema:

A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, e suas expressões através da prostituição, do turismo sexual, da pornografia e do tráfico, são uma prática reificada do capitalismo contemporâneo, que encontrou no mercado do sexo diferentes formas de adaptação às crises, reinventando práticas de exploração e de dominação que transforma mulheres, crianças e adolescentes em mercadoria.

Já o abuso sexual é uma violência que, por sua vez, ultrapassa as fronteiras de classe social, dos limites culturais e de pobreza. Deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis. O abuso sexual ocorre no âmbito familiar e por pessoas conhecidas, embora exista um pequeno número de abusadores desconhecidos. Portanto, não é sem razão que os movimentos sociais humanitários do mundo inteiro consideram a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma das piores formas de exploração do trabalho infantil e como crime contra a humanidade.

De acordo com a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF, foram identificadas no Brasil 241 rotas de tráfico. O disque-denúncia de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes registrou, em um ano de funcionamento, quase seis mil denúncias e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil tem descortinado redes amplas e organizadas de aliciamento, exploração e tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, em franca expansão, diante da pouca reação governamental quanto ao problema.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O ano de 2003 marcou uma nova etapa no cenário brasileiro: o combate à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foi considerado, em pronunciamento do Presidente da República, uma das metas prioritárias do novo governo, constituindo uma decisão política que veio fortalecer a luta dos movimentos sociais referentes a essa questão. Para cumprir esta prioridade, dando às ações de governo o seu caráter de política pública, é que se propõe a

alteração no título das seguintes ações: ação 0746 - Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e 2383 Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias. Bem como a alteração no produto da ação 001S Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social.

Não há alteração no escopo do programa, nem incompatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007.

1164 - Combate ao Crime Transnacional

Problema:

A existência de redes criminosas atuantes em nível global, ignorando fronteiras, dotadas de alta capacidade organizativa e de modernos instrumentos tecnológicos, para a remessa ao exterior de recursos provenientes de atividades ilícitas fator de desestabilização social e econômica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa possui relação tanto com a dimensão econômica do PPA 2004-2007 (Mega-Objetivo II) como com a dimensão democrática (mega-Objetivo III), promovendo os interesses nacionais e garantindo a segurança pública.

A única alteração no programa foi exclusão da ação 3938 - "Implantação de Sistema de Cartas Rogatórias" que seria executado nos anos 2005, 2006 e 2007 e teria por finalidade agilizar os processos de atendimento de cartas rogatórias por meio de um sistema de informações que disponibilizasse dados em tempo real sobre o cadastro das cartas rogatórias e seus respectivos andamentos. No entanto, o novo sistema informatizado de gerenciamento eletrônico de documentos do Ministério da Justiça (sistema GEDOC), que tem previsão de entrada em operação para o primeiro semestre deste ano, atenderá satisfatoriamente esta demanda, tornando desnecessário o desenvolvimento de um sistema específico para cartas rogatórias. A exclusão do projeto não terá impacto no cumprimento da meta presidencial de combate à lavagem de dinheiro.

8021 - Comércio Eletrônico

Problema:

A exclusão digital das microempresas e empresas de pequeno e médio porte, pela reduzida utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), é uma das causas fundamentais da baixa competitividade, da perda de oportunidades de geração de emprego e renda e de exportação, e de alta taxa de mortalidade de empresas no contexto de desenvolvimento intensivo em novas tecnologias e novas formas de organização.

Atualmente, configura-se um quadro de ausência de ação efetiva do setor público na prestação de serviços de base ligados à tecnologia de informação, especialmente de comércio eletrônico, aos segmentos empreendedores.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O Programa Comércio Eletrônico visa impulsionar a expansão, a modernização e a inovação das empresas nacionais em parceria com o Sebrae, organizações da sociedade civil e de empresas privadas para cumprir a missão de promover a inclusão digital do empresariado de pequeno porte. Dessa forma, insere-se no megaobjetivo II – Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e nos desafios de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa e de incentivar e fortalecer as micros, pequenas e médias empresas, com o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Foi feito um pequeno ajuste no objetivo do programa e a modificação proposta referente à alteração do indicador deste programa não afeta na compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

0812 - Competitividade das Cadeias Produtivas**Problema**

As especificidades empresariais de cada setor produtivo exigem discussões e negociações permanentes com o setor privado sobre os diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro. A baixa capacidade e escala produtiva, a falta de modernização industrial e a ausência de investimentos em indústrias intensivas em capital e indústrias intensivas em conhecimento implicam em desvantagens competitivas das principais cadeias produtivas em relação aos produtos internacionais, de baixo custo e alta qualidade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O Programa Competitividade das Cadeias Produtivas pretende, de forma sistemática, que empresários, trabalhadores e especialistas discutam e sugiram políticas a partir da problemática econômica, financeira e tecnológica de cada setor, englobando, também, ações de desenvolvimento do “design” nacional. Assim, insere-se no Megaobjetivo II – Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, assim como no esforço de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

A modificação do objetivo e do indicador do Programa, assim como a inclusão da ação 11KG - Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Empresas de Pequeno e Médio Porte, não afetarão a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. A inclusão dessa ação justifica-se pelo Acordo-Quadro de Cooperação entre a Comunidade Econômica Europeia e a República Federativa do Brasil e no Ajuste Complementar assinado em 19 de janeiro de 2004, assim como pelo Macro Eixo I da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, lançada em 31/03/2004.

0798 - Compras Governamentais**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas (adequação do objetivo ao título do programa) estão compatíveis com os desafios e diretrizes, definidos quando da elaboração do PPA 2004-2007.

1057 - Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas**Problema:**

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização e em meios de comunicação modernos e seguros. O objetivo específico deste programa é o de aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do sistema de defesa e a segurança da comunicação militar, garantindo a capacidade de operação combinada ou conjunta das Forças Armadas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi proposto para este programa o indicador "Nível de implantação dos sistemas de comunicação, comando, controle e inteligência" para se adequar à metodologia do PPA.

As ações de Implantação de Sistemas de Comunicações Militares Via Satélite – SISCOIS e Implantação do Sistema de Comunicações Seguras – SECOS foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais.

1145 - Comunidades Tradicionais**Problema:**

Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se a ligação intensa com territórios e seus recursos naturais, a presença de instituições políticas próprias e tradicionais e a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência. Essas populações vêm sofrendo os impactos causados pela expansão das atividades agropecuárias na região da Amazônia, na medida que **essas causam o desmatamento e ocupam as áreas** que as comunidades se utilizam para extrair seu sustento e seu trabalho. Evitar

esses impactos, por meio do estímulo à organização social e da capacitação é o principal objetivo do programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recepcionou a ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto), originária do programa Amazônia Sustentável, por ser mais adequada ao objetivo deste programa. Houve fusão das ações de capacitação, visto que se destinavam ao mesmo público-alvo. O indicador do programa estará sendo construído. Para isso, contará com recursos orçamentários alocados na ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do programa Gestão da Política de Meio Ambiente.

1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Problema:

Com a evolução da ação antrópica e com a velocidade crescente com que as áreas de reserva legal estão sendo degradadas para uso direto ou indireto, acreditou-se que era suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando depois para a conservação de amostras de ecossistemas através da criação de unidades de conservação (UCs).

No entanto, contata-se que a criação de UCs não é, por si só, suficiente para garantir a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável; há que se implantar corredores ecológicos, notadamente em áreas críticas, que permitam o contato entre espécies de diferentes UCs, bem como estimular a adoção de práticas de recuperação e uso sustentável nos biomas, em particular no que se refere à biodiversidade, que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza e a valorização do conhecimento tradicional das populações locais.

O enfoque sistêmico por biomas incorpora uma nova visão sobre o manejo e conservação dos recursos naturais, pois adota uma visão global, com uma ação mais ampla sobre as potencialidades e as ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todo o bioma.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recepcionou a ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, originária do programa Amazônia Sustentável, o que implicou na inclusão do bioma da Amazônia no objetivo deste programa. Além disso, houve alteração de localizador. A inclusão da referida ação amplia a atuação do programa, reforçando seu compromisso frente ao desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e de promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

1140 - Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos

Problema:

O Brasil é detentor de 20% da biodiversidade mundial e ainda não possui um sistema de conservação dos recursos genéticos capaz de garantir a sua perpetuidade para as gerações presentes e futuras.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração de indicador com vistas a possibilitar a mensuração do alcance do objetivo do programa. A inclusão da ação de Fomento à Bioprospecção e Desenvolvimento de Produtos e Processos Derivados da Biodiversidade, proveniente do programa Biotecnologia, do Ministério de Ciência e Tecnologia, deve-se a sua melhor adequação ao objetivo deste programa, que é o de conhecer a diversidade biológica e promover sua utilização sustentável. A ação incluída reforça a atuação do programa no atendimento ao desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental. O programa contribui, especialmente, para a superação dos problemas relacionados às diretrizes de aproveitamento racional e sustentável de recursos da biodiversidade brasileira, com ênfase na valorização e ampliação do conhecimento dos ecossistemas e de geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável.

1304 - Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Problema:

Há escassez, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, de água adequada aos seus usos múltiplos, decorrente do uso irracional, da degradação ambiental e do desperdício, constatados sobretudo nos sistemas de irrigação, abastecimento urbano e industrial.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração de atributos de algumas ações já existentes, com vistas à incorporação de novas iniciativas em curso, bem como ao melhor desempenho operacional do programa.

Foram, ainda, incluídas a ação de Publicidade de Utilidade Pública, com o objetivo de melhor atingir o objetivo do programa de melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, e a ação Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas, uma parceria com o Fundo Global Meio Ambiente Global (Global Environment Facility GEF). As alterações do programa reforçam suas condições de atendimento aos desafios de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável e de melhorar a gestão ambiental, promovendo a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0508 - Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade

Problema.

Apesar de o Brasil abrigar a maior biodiversidade do mundo, oferecendo ricos serviços à população, como provisão de alimentos, estabilização do clima, purificação do ar e água, recreação e benefícios culturais, sociais e econômicos, enfrentamos um grave processo de degradação e de perda de nossa biodiversidade em seus três níveis (ecossistemas, espécies e variabilidade genética). A degradação dos biomas tem sido acelerada nas últimas décadas, a mata Atlântica está reduzida a 7% de sua área original, o cerrado já perdeu mais de 50% de sua cobertura natural, a caatinga 45% e a Amazônia 17%. Hoje, a fauna brasileira ameaçada de extinção chega a 633 espécies e a flora a 108. Muitas variedades locais de nossa flora e fauna, adaptadas a condições ambientais particulares, estão se perdendo, o que inviabiliza o uso destes recursos num futuro próximo.

Ressalta-se que a perda de biomas, espécies e de variabilidade genética tem ocorrido antes mesmo que seja possível o acúmulo básico de conhecimento a respeito.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Ao objetivo do programa foi incorporada a meta de "controlar" a utilização sustentável da diversidade biológica, visto que o programa contempla ações de controle de espécies da fauna e flora, considerando as exóticas e invasoras. As inclusões e alterações de ações buscam dotar o programa de ações suficientes para a mitigação do problema que este programa pretende atacar. O programa contribui, especialmente, para a superação do desafio de melhorar a gestão ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

1307 – Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Problema.

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde, o país está entre os 22 de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e os grupos humanos com piores condições socioeconômicas, causando repercussões na vida pessoal e familiar do doente, sobretudo no aspecto financeiro e na capacidade produtiva. Anualmente, são descobertos no Brasil cerca de 90.000 casos novos de tuberculose, causando 6.000 óbitos pela doença. A epidemia da Aids e o surgimento de bacilos multirresistentes são fatores que poderão dificultar o efetivo controle da tuberculose. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o segundo lugar entre as causas de internação no SUS.

O Brasil detém o segundo maior número de casos de hanseníase – primeiro nas Américas, com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes até 2002). O país assumiu o

compromisso de eliminar a hanseníase como problema de saúde pública até o final de 2005, o que significa alcançar a taxa de prevalência de menos de um paciente por 10.000 habitantes. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a quarta colocação na demanda da população aos serviços de saúde.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A adequação de ações, bem como as alterações em indicadores, contribuíram para que os gestores das respectivas ações reconduzam suas estratégias para alcançar os níveis de prevalência compatíveis com a eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, bem como detectar precocemente os casos de tuberculose e tratá-los, interrompendo a cadeia de transmissão.

Um indicador do programa foi excluído e outro foi acrescentado. Além disso, houve alteração em uma ação quanto ao seu tipo, deixando de ser classificada como operação especial e tornando-se uma atividade, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas e a área de competência do governo federal no setor de saúde. As alterações aqui propostas coadunam melhor com as diretrizes, uma vez que contribuem para a promoção da equidade na implementação das políticas sociais. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0644 - Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Problema:

O Exército Brasileiro tem a necessidade de controlar a produção, circulação, armazenamento e destinação de armamentos, explosivos e munições como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional. Esse controle é implementado através de atividade de fiscalização de comerciantes e transportadores dos produtos sob controle.

O objetivo deste programa é controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa foi alterado o atributo da justificativa do programa para "competir ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e demais produtos controlados, realizar o registro e o cadastramento de todas as armas de uso restrito de posse dos Órgãos de Segurança Pública e seus integrantes, bem como o de colecionadores, atiradores e caçadores, com base no art. 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados". Com

a finalidade de adequar o público-alvo do programa foi proposta a alteração para "pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército". Este programa alinha-se ao macroobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.

0550 - Controle Externo

Problema:

Manter e assegurar o controle dos gastos públicos federais e manter os serviços prestados ao Congresso Nacional são dispositivos constitucionais dirigidos ao Tribunal de Contas da União. Trata-se de programa do tipo Serviços ao Estado que visa coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa teve como principais modificações a inclusão da ação 11T5 - Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa e a exclusão da ação 2272 - Gestão e Administração do Programa. As outras ações constantes deste programa sofreram pequenos ajustes no cadastro inicial, para complementação das informações, mantendo-se o escopo inicialmente planejado, inclusive quanto aos índices do indicador de processos.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0684 - Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Problema:

A produção científico-tecnológica nacional é baixa e incompatível com o nível das demandas de desenvolvimento sócio-econômico da sociedade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi feita a realocação da ação 2531 - Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros para o programa 0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior, pois esta ação contribui mais diretamente para o objetivo desse programa.

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas é objetivo deste programa, alinhado, portanto, com o objetivo setorial de incrementar a cooperação científica e tecnológica para a transferência de tecnologias de ponta, de maneira a que se reduzam o hiato digital e outras carências do exercício do direito de informação no Brasil. Vincula-se ao desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. As alterações propostas não alteram essa compatibilidade.

0237 - Corredor Araguaia-Tocantins**Problema:**

Os sistemas de ligação dos modais de transporte da região estão em condições precárias, encarecendo sobremaneira o frete na região dos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável relacionado a diretriz ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0238 - Corredor Fronteira Norte**Problema:**

Atualmente existe uma grande dificuldade de acesso à região entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e os países da fronteira norte do Brasil, tanto no que diz respeito ao trânsito de pessoas quanto ao fluxo de mercadorias.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável e com as diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e o de promoção da integração da infra-estrutura regional da América do Sul.

0230 - Corredor Leste**Problema:**

Os sistemas de ligação dos modais de transporte da região estão em péssimas condições, encarecendo sobremaneira o frete na região dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0233 - Corredor Mercosul**Problema:**

A ligação entre o Brasil e os países do Mercosul é uma região de grande fluxo de mercadorias e pessoas, com grande atividade industrial que tem forte impacto sobre a economia nacional. Este corredor necessita de constantes investimentos para garantir a redução do custo de mercadorias e garantir ganhos de competitividade para a indústria e o agrobusiness nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e o de promoção da integração da infra-estrutura regional da América do Sul.

0235 - Corredor Nordeste**Problema:**

O alto custo de transporte de cargas da região, em função das péssimas condições dos seus modais de transporte, impacta fortemente o potencial de desenvolvimento econômico e social na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0236 - Corredor Oeste-Norte**Problema**

Existe uma necessidade de redução do custo do transporte de cargas para dar condições de dinamizar as potencialidades sócio-econômicas da região, levando em consideração o potencial hidroviário deste corredor, que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado às diretrizes de ampliação da

malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e o de promoção da integração da infraestrutura regional da América do Sul.

0229 - Corredor São Francisco

Problema:

O alto custo de transporte na região e o não aproveitamento do potencial do rio São Francisco para a dinamização da economia da área que abrange a região dos Estados da Bahia, Sergipe e o norte de Minas Gerais são um dos principais problemas deste corredor.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0232 - Corredor Sudoeste

Problema:

A expansão da fronteira agrícola, que necessita de um escoamento adequado, porém, que hoje enfrenta a realidade de um alto custo de produção, que tem no transporte um de seus maiores custos, são um dos principais problemas enfrentados por esta área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

0231 - Corredor Transmetropolitano

Problema:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de ampliação da malha

rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal.

1178 – Correição no Poder Executivo Federal

Problema:

É necessário combater a impunidade dos administradores de recursos públicos federais e prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública. A alteração não prejudica a compatibilidade do programa com o desafio de governo de combater a corrupção.

1116 - Crédito Fundiário

Problema:

Faz-se necessário promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social. Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficiente para um processo de desapropriação representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas devemos acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos viáveis.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa é complementar aos programas de reforma agrária e se dará através de execução descentralizada pelos Estados, através do financiando da compra de imóveis rurais, de investimentos básicos necessários à estruturação das novas unidades produtivas, da capacitação dos beneficiários e da assistência técnica. A descentralização do programa e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir para a acumulação de capital social, o fortalecimento da cidadania e para uma maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, em particular em matéria de segurança

alimentar, geração de emprego e renda, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social. Assim, as modificações foram realizadas sob esse prisma, refletindo-se no detalhamento da implementação e na descrição da ação 1545 - Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural, com vista a melhorar seu entendimento. Houve ainda aumento da sua meta física, valor e data de término, ocorrida em razão do aumento do limite do Órgão em relação à programação anterior; além disso, o indicador do programa foi modificado de modo a melhor refletir o resultado sobre o público-alvo. Portanto, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

0172 - Cultura Afro-Brasileira

Problema:

A invisibilidade da cultura afro-brasileira nas instâncias que concebem a educação nacional e a opinião pública brasileira resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura nacional, manifestando-se no abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, que carece de um amplo inventário e de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Devido à reestruturação institucional de todos os órgãos e entidades que compõem o sistema MinC, a Fundação Cultural Palmares realizou modificações substanciais na concepção do programa (realinhamento dos objetivos, criação e extinção de ações e melhor definição de público-alvo) de forma a refletir seu novo papel e conseqüentemente reavaliando seus atributos. Atende ao desafio de promover a redução das desigualdades, pois mediante a preservação e valorização da cultura afro-brasileira, se prevê a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias.

1278 - Cultura e Tradições: Memória Viva (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O programa foi excluído, entendendo que o problema aqui identificado faz parte dos problemas relacionados ao programa Brasil Patrimônio Cultural.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não há prejuízos ao alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual porque os mesmos estão contemplados no programa Brasil Patrimônio Cultural.

0416 - Cultura Exportadora

Problema

As microempresas e as empresas de pequeno porte possuem baixa capacidade exportadora em razão do pouco contato com as áreas política, financeira, acadêmica e mesmo empresarial para obter informações seguras sobre oportunidades de negócios. Torna-se fundamental uma maior difusão da cultura exportadora entre as microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações realizadas neste programa, referentes a alteração de seu objetivo, do público-alvo e do indicador, ou de seus índices, não afetam na compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. Foram incluídos indicadores que melhor mensurassem o resultado do programa, mas ainda continuarão sendo desenvolvidos estudos para melhor aferição dos índices de um indicador, por meio da ação específica incluída no programa de Gestão do Ministério.

O objetivo do programa está em perfeita consonância com vários desafios do PPA 2004-2007, especialmente o de ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais. Nesse desafio, várias diretrizes são atendidas pelo programa, destacando-se a promoção da cultura exportadora entre as pequenas e médias empresas.

1141 - Cultura, Educação e Cidadania

Problema

A produção cultural brasileira apresenta-se concentrada, desigualmente distribuída no espaço regional e desigualmente acessível à população. Na periferia dos grandes municípios e cidades do interior, bem como nas favelas das grandes cidades, verifica-se ausência de opções de cultura e lazer, quer do ponto de vista da produção, quer do acesso aos bens culturais e de entretenimento, incentivando a desagregação social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Devido ao deslocamento da importância da cultura nas diretrizes de governo, este programa teve inclusão de ações e foi renomeado Educação, Cultura e Cidadania, o que demonstra a importância da cultura para inclusão e coesão social, promovendo uma maior associação entre educação e referências/linguagens culturais, bem como a redefinição de indicadores que dão visibilidade a estas dimensões. Foram criadas ações visando abarcar cultura-educação, cujos recursos foram redistribuídos dentro do próprio programa e de futuras parcerias. A saber, ação 5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais-Fortos de Cultura (remodelação da ação Instalação e Modernização de Espaços Culturais em Áreas Habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social). Em articulação com o Ministério da Educação serão desenvolvidas as ações 8101 - Escola Aberta à Cultura e 8203 - Formação de Agentes Comunitários de Cultura, Patrimônio e Lazer, de sensibilização e capacitação de professores, atendendo às diretrizes e desafios de valorizar a

diversidade cultural brasileira e auto-estima da população, bem como ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica de usuários.

Difundir e facilitar o acesso das populações carentes aos bens e serviços culturais, valorizando a criatividade popular oferecendo condições de expressão para o desenvolvimento de talentos e métodos modernos de comunicação, contempla o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e de democratização do acesso, estímulo à produção e à difusão de bens e serviços culturais em cidades de pequeno e médio porte e em áreas de periferia de grandes cidades.

0418 - Defesa Comercial

Problema:

O parque industrial nacional sofre danos decorrentes de práticas desleais de comércio pela concorrência, tais como dumping e subsídios acionáveis, que demandam capacidade de defesa comercial. Por outro lado, exportadores brasileiros que são submetidos a investigações no exterior também necessitam de apoio técnico para que, nos foros apropriados, seja exigido o uso imparcial dos instrumentos conforme regras negociadas e que sejam verificados os autos de cada processo instaurado nos órgãos investigadores estrangeiros. Tais procedimentos buscam garantir ampla oportunidade de defesa a todas as partes interessadas e a transparência na condução do processo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações propostas para este programa, referentes a alteração de seu público-alvo e do indicador ou de seus índices, não afetarão a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. Houve inclusão de um indicador mais adequado à mensuração do resultado alcançado.

O programa busca fortalecer os mecanismos para defender a indústria doméstica contra práticas predatórias de comércio e surtos de importação, bem como ampliar o apoio aos exportadores brasileiros submetidos a investigações relacionadas às práticas comerciais no exterior. Dessa forma, encontra-se compatível com as metas de governo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Problema:

O programa visa zelar pela observância da Constituição, das leis e atos emanados dos poderes públicos, resguardando as ações de desenvolvimento do Ministério Público, conforme suas funções institucionais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações efetuadas no programa, especialmente no que diz respeito à implantação de Procuradorias, identificada como projeto de grande vulto, foram decorrentes da prioridade de instalação da Procuradoria Federal, considerando seus segmentos específicos, para acompanhar os órgãos judiciários federais instalados nas diversas regiões do país.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0697 - Defesa do Consumidor**Problema:**

As violações dos direitos do consumidor, em decorrência do aumento contínuo da complexidade das relações de consumo é o centro do problema. Muitos consumidores ainda têm dificuldades de acesso à informação sobre seus direitos e muitos carecem de meios para concretizá-los. Merecem destaques os inúmeros conflitos relativos aos serviços públicos essenciais, que recebem como relevantes medidas ações destinadas à qualificação e fortalecimento dos integrantes do sistema nacional de defesa do consumidor.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Programa relacionado ao fortalecimento da cidadania.

Como o indicador registrado no PPA não tinha nenhum atributo definido, foi construído um novo indicador que representa o "índice de integração dos Procons estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC". O SINDEC é uma ferramenta que auxiliará a formulação e a implementação de políticas públicas na área de defesa do consumidor, além de facilitar a coordenação das ações dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC.

Propõe-se que o indicador apure a taxa de integração dos Procons estaduais por duas razões básicas: a primeira é que, no período de vigência do atual PPA, será possível integrar somente essas entidades; a segunda, é que os Procons estaduais integrados ao SINDEC constituirão um importante canal para a integração das demais entidades do SNDC (Procons municipais, promotorias de defesa do consumidor, entidades civis que atuam como Procons, dentre outras). O indicador permitirá visualizar o nível de integração e articulação do SNDC otimizando sua atuação por meio da consolidação do Código de Defesa do Consumidor e da garantia de proteção e defesa dos direitos do consumidor brasileiro em âmbito nacional.

Na ação 2334 – Proteção dos Interesses e Direitos dos Consumidores, ação fulcro do programa 0697- Defesa do Consumidor, houve necessidade de atualização do enfoque em relação a sua finalidade, provocando, também, alteração do produto. Nesta ação estão concentrados os serviços especializados de atendimento aos interesses dos consumidores a serem apresentados e defendidos no âmbito dos mecanismos participativos de gestão, como as

consultas, audiências públicas e outros espaços de discussão e decisão envolvendo interesses e direitos do consumidor. Inclui a realização de serviços técnico-científicos de interesse do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A finalidade anterior registrava como foco de proteção e defesa dos interesses dos consumidores, as ações de garantia dos padrões de qualidade e de segurança dos produtos e serviços disponibilizados pelo mercado. Na revisão, foi alterado o enfoque, uma vez que a ação está baseada na instrução e conclusão dos processos administrativos de proteção dos interesses e direitos dos consumidores. Em consequência houve alteração do produto.

0695 - Defesa Econômica e da Concorrência

Problema:

Em função das tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Mantidas as diretrizes com relação a consolidação da defesa da concorrência como pilar de política econômica por meio da superação da fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF); da introdução ou conscientização das entidades de defesa do consumidor e sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; da introdução da concorrência no marco regulatório nacional; e da implementação de ações de combate à formação de cartéis, foi necessário o ajuste do texto da descrição em duas ações do programa, em função do processo de atuação: ação 2806 "Instrução de Atos de Concentração e processos Administrativos" e ação 2807 "Julgamentos de Atos de Concentração e Processos Administrativos".

0580 - Defesa Jurídica da União

Problema:

É necessário proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância onde seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa possuía três indicadores. Desses, dois foram excluídos pela impossibilidade de apuração de seus índices de referência. O terceiro indicador foi atualizado com os índices de referência não informados anteriormente. As alterações visam aperfeiçoar o programa com vistas a atender de forma mais adequada ao desafio de governo de implementar uma nova gestão pública ética,

transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1070 - Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

A exclusão do programa Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino se baseia no novo modelo dos programas do Ministério da Educação, cuja metodologia vai ao encontro da proposta do Ministério do Planejamento. A perspectiva de democratização da gestão nos sistemas de ensino será atendida por meio de diversos programas específicos em cada nível ou modalidade de ensino e pelo programa Gestão da Política de Educação.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano decorrente da exclusão do programa, uma vez que as ações estão sendo redirecionadas para outro.

1132 - Democratização das Relações de Trabalho

Problema

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930. De clara inspiração autoritária e corporativista, esse sistema disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho. As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. Apesar dos avanços nos direitos políticos e sociais, o Estado continua a interferir de maneira equivocada na organização sindical, na negociação coletiva e na solução de conflitos trabalhistas. São problemas do atual ordenamento jurídico-institucional das relações de trabalho: a pulverização e baixa representatividade das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, com grande número de conflitos de representação; a existência de Centrais Sindicais e de Associações Patronais desprovidas de personalidade jurídica sindical e sem poder de contratação coletiva; o cerceamento da autonomia sindical em virtude de interferência indevida do Estado; a baixa densidade e efetividade dos atuais direitos trabalhistas e garantias sindicais; a baixa presença dos sindicatos na esfera direta das relações de trabalho, em particular nos locais de trabalho; a dependência das contribuições compulsórias, sem correspondência com a ação e organização sindical; a limitação legal dos níveis de negociação coletiva e soluções compulsórias dos conflitos coletivos; o grande número de litígios individuais e coletivos e morosidade da Justiça do Trabalho, e a desatualização e o descumprimento crescente do marco normativo constitucional e infraconstitucional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O objetivo do programa foi revisto no sentido de focar, prioritariamente, a promoção da reforma sindical e trabalhista e, como consequência, a atualização da legislação trabalhista.

Foi incluída a ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, visando constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação nas ações finalísticas. As alterações propostas para o programa o mantêm alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, bem como com a diretriz de democratização da legislação do trabalho, referenciada na liberdade e autonomia sindicais, tornando-a mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as atuais características do mercado e das relações do trabalho.

1030 - Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Problema:

O acesso à informação arquivística governamental ainda é insuficiente para apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O indicador do programa foi substituído; tal mudança se deu em razão da dificuldade de aferição do indicador anterior, que não permitia uma medição precisa e não demonstrava, necessariamente, se estava sendo atingido o objetivo do programa, que é a difusão de informações contidas em documentos do Arquivo Nacional. A alteração não prejudica a compatibilidade do programa com o desafio de governo de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

1032 - Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Problema:

O problema tem origem na necessidade de levar à sociedade brasileira a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública, para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O indicador "Matérias Jornalísticas Distribuídas" foi incluído no programa para medir seu desempenho. A ação 7134 - Implantação do Canal de Televisão Internacional teve seu término alterado de 12/2004 para 12/2008. As alterações não prejudicam a compatibilidade do programa com o desafio de governo de democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

1076 - Democratização do Acesso à Informação Legislativa**Problema:**

O acesso à informação legislativa pelo cidadão é um pressuposto para o conhecimento dos seus direitos e deveres. Também os operadores do direito e os agentes promotores de políticas nas áreas da justiça e da cidadania dependem desse acesso, já que a produção e aplicação da norma são aspectos básicos daquelas políticas. Contudo, esse acesso é significativamente prejudicado pela falta de instrumentos adequados que permitam a consulta rápida e segura ao complexo universo de dados que constitui o ordenamento jurídico brasileiro. A modernização e democratização do acesso às informações referentes ao ordenamento jurídico e às informações relativas ao dossiê de cada proposição legislativa são necessárias à promoção da expansão do respeito às leis e aos direitos humanos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando a efetiva conclusão de projeto básico para a modernização e democratização do acesso à Justiça, foi necessária a prorrogação para 2008 do término da ação 7517 – Aperfeiçoamento e Consolidação do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira. O programa mantém a compatibilidade com o megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e com os desafios de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, de promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz e de direitos humanos no cenário internacional, e de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1295 - Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**Problema:**

Por determinação constitucional os sistemas de trens urbanos operados pelo governo federal devem ser transferidos para os Estados e Municípios, facilitando a integração e gestão do sistema de transporte e sua interação com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar a descentralização, o governo federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados à sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Considerando o objetivo do programa, a inclusão das ações de recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió buscam recuperar a qualidade dos mesmos e viabilizá-los para futura transferência para os municípios, de modo a atender ao objetivo do programa. A alteração de público-alvo focaliza a atuação do programa dentro de seu objetivo. As alterações nas metas das ações do programa visam ajustar o cronograma físico-financeiro das obras às suas perspectivas para conclusão. As alterações nos indicadores e seus

índices buscam aprimorar as formas de acompanhamento dos resultados do programa em cada sistema de trens urbanos, bem como permitirão um acompanhamento mais preciso do processo de descentralização. Dessa forma, as modificações propostas contribuem para o alinhamento do programa com seu o desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana com ênfase na qualidade de vida e do meio ambiente, bem como atendem à diretriz de mudança no padrão de circulação, acessibilidade, trânsito e transporte, com a valorização do transporte coletivo, de modo a alcançar de forma efetiva a descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros. Portanto, demonstra-se que as alterações mantêm a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

0103 - Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Problema:

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito para infra-estrutura e setores intensivos em mão-de-obra também é fundamental para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a política industrial e de comércio exterior.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizado um ajuste no público alvo e foi incluída a ação 8617 - Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, tendo por finalidade estruturar e aplicar instrumentos de controle, monitoramento e avaliação das concessões de crédito que utilizam recursos do FAT. As alterações propostas para o programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, bem como com a diretriz de estímulo às atividades econômicas e cadeias produtivas intensivas na geração de postos de trabalho.

0379 - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Problema:

A diminuição dos níveis de pobreza no país, especialmente os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo subutilizados, continua sendo um importante desafio. Muitos planos, programas e projetos concebidos e implementados não surtiram os efeitos desejados para a redução do problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra tanto qualificada quanto não-qualificada, a custos inferiores àqueles de outros setores da

economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores do que os produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pese os benefícios advindos do programa, a área irrigada *per capita* do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o país em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas.

Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do país, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção segura de apenas uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria-prima.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão de novas ações dentro do escopo do PPA foi definida conjuntamente com os Estados e dentro das diretrizes estabelecidas pela SIH para a apresentação de novos projetos (Marco Regulatório).

As ações do programa têm por finalidade contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, estando inseridas na proposta de desenvolvimento regional, o que permitirá a ampliação do atendimento dos objetivos preconizados pelo programa; desta forma não há incompatibilidade com os desafios de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural e as suas diretrizes associadas, nem incoerência com a lógica do programa.

Neste contexto o Ministério da Integração realizou a inserção das seguintes ações, todas no Estado do Piauí em áreas de reassentamento de famílias: 1) 11RR - Implantação do Perímetro de Irrigação de Colônia com 200 ha; 2) 11RU - Implantação do Perímetro de Irrigação de Jenipapo com 200 ha; 3) 11RW - Implantação do Perímetro de Irrigação de Modurim com 200 ha; 4) 11OU - Implantação do Perímetro São Miguel Fidalgo com 100 ha; 5) 11RX - Implantação do Perímetro de Irrigação de Pedra Redonda com 180 ha; 6) 11RY - Implantação do Perímetro de Irrigação de Salinas com 200 ha; 7) 11RZ - Implantação do Perímetro de Irrigação de Violeta com 150 ha; 8) 11RM - Implantação do Perímetro de Irrigação Bocaina com 150 ha. A ação nova 12F3 - Obras Complementares do Perímetro de Irrigação Jaguaribe - Apodi, no Estado do Ceará, veio substituir a ação de 1744 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no Estado do Ceará, que se encontra concluída. Houve também a realocação da ação 1654 - Implantação do Perímetro de Irrigação Canal do Sertão Alagoano para o programa Proágua Infra-Estrutura com o código 10CT - Construção do Canal do Sertão Alagoano, pois o Ministério da Integração Nacional justificou que o escopo do projeto foi modificado. O canal do sertão alagoano será um canal de uso múltiplo, inclusive para o abastecimento humano. Por outro lado, foram excluídas do programa as seguintes ações:

- 1) 5248 - Construção da Adutora Serra da Batateira, com 18,8 km no Estado da Bahia (53101 – MI): O montante liberado pelo Projeto Serra da Batateira foi utilizado na construção de 6,5km de canal, dos 18km previstos. Este trecho do canal está sendo utilizado para a irrigação, já beneficiando a maior parte dos irrigantes da área do projeto. Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 2) 5250 - Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Preto com 7.600 ha no Distrito Federal (53101-MI): O Perímetro de Irrigação Rio Preto está com pendências no TCU. Os recursos repassados para os estudos do Rio Preto serão devolvidos pelo conveniente, pois, oportunamente, será realizado um novo estudo para reavaliação do projeto. Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 3) 5242 - Implantação do Perímetro de Irrigação Piau, com 2.000 ha, no Estado de Alagoas (53101-MI) e a ação 3778 – Implantação de Projetos de Irrigação de 900 ha em Áreas de Assentamento de Nova Venécia no Estado do Espírito Santo: Estas ações ainda não foram iniciadas, não tendo sofrido execução alguma e não figuram como prioridades para o MI. Os recursos previstos para estas ações na lei do PPA serão realocadas em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 4) 1656 - Implantação do Perímetro de Irrigação Corumbá - 1ª etapa - com 200 ha no Estado do Mato Grosso do Sul (53101- MI): Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.
- 5) 5322 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 3ª Etapa,- com 12.000 ha, no Estado de Minas Gerais: O Ministério da Integração encontra-se no aguardo de aprovação de legislação que discipline a Parceria Público Privada (PPP), a fim de verificar a possibilidade de implementação destes perímetros via setor privado. Os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outras ações sob sua responsabilidade.
- 6) 1720 - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, com 4.406 ha, no Estado do Maranhão (53204 – DNOCS): A primeira e segunda etapas ficarão sob a gestão do Estado, conforme negociação com o DNOCS, enquanto que a terceira etapa ficará sob a gestão do INCRA, a quem caberá desenvolver estudos necessários ao planejamento e à instalação de um assentamento público, de interesse do Estado do Maranhão.

Além das exclusões e inclusões de novas ações, as alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores e metas físicas são decorrentes das realocações e priorizações realizadas na programação. As alterações de custo total de projetos são decorrentes de reestimativas nos custos dos projetos.

0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil

Problema:

Cada vez mais, a aviação civil brasileira demanda uma visão econômica e social, necessitando de estruturas e modelos de gestão específicos para o setor. Assim, é necessário regular as atividades de aviação civil com critérios de modernidade e racionalidade, dando ao sistema brasileiro de aviação civil uma nova modelagem, de acordo com as expectativas e necessidades para o setor como um todo.

Nesse sentido, este programa tem por objetivo promover o desenvolvimento do sistema de aviação civil brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos componentes do sistema.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia foram incluídos os seguintes indicadores: "Evolução das licenças expedidas"; "Evolução de aprovação de empresas fiscalizadas"; "Fator de aprovação de produtos, equipamentos e procedimentos fiscalizados"; "Grau de acompanhamento de empresas e aeronautas em atividade" e "Índice de referência de voo".

As ações de Aquisição de Aeronaves e Simuladores para Atendimento aos Aeroclubes e Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável, e redutor das desigualdades regionais, e com os desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego; de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa; de impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável, e de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

0377 - Desenvolvimento da Caprinocultura, da Equideocultura e da Ovinocultura

Problema:

É importante aproveitar as oportunidades em relação à demanda por produtos diferenciados de leite, carne, pele e lã de caprinos e ovinos com qualidade superior, pelos mercados interno e externo, e à diversidade de espécies animais com potencial de domesticação e de exploração econômica racional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para melhor enfrentamento do problema houve uma alteração no objetivo do

programa, que mudou de "elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas" para "elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas". O programa continua compatível com o desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais. A exemplo dos programas que se prestam ao desenvolvimento da criação de outras espécies animais de interesse econômico, o que se pretende é particularizar no objetivo um instrumento por meio do qual a produtividade deverá ser promovida - a defesa zoossanitária. Os recursos para tanto já estão consignados em ações próprias e trata-se apenas de melhor visualização do importante papel do Estado, especialmente em cadeias produtivas tão sensíveis a importantes zoonoses que podem acometer o rebanho nacional, como a febre aftosa, para o quê os animais de porte médio servem como termômetro para detecção do surgimento de focos que podem comprometer a criação de outros grupos de animais, como bovinos e bubalinos.

1374 - Desenvolvimento da Educação Especial

Problema:

A legislação vigente no Brasil preceitua a igualdade de condições de acesso e permanência na educação e a não discriminação a qualquer título dos cidadãos brasileiros. No entanto, as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais ainda enfrentam muitas barreiras à sua plena participação na escola e na sociedade. Há muito por fazer para tornar os prédios escolares acessíveis, garantir apoio nas questões de comunicação e sinalização, assegurar informações e metodologias aos professores, desenvolver e prover as escolas de materiais didáticos, equipamentos e tecnologias. Hoje, mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de apoio pedagógico especializado pode criar obstáculos ao progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Além disso, cerca de 70% dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda estudam em escolas especiais ou em classes especiais. Ou seja, é preciso uma ação decisiva do governo que impulse as transformações necessárias para que o sistema educacional brasileiro se torne inclusivo: aberto a todos, sem discriminar ninguém, e capaz de atender seus alunos com qualidade, para que, independente de sua condição ou deficiência, possam desenvolver suas potencialidades. Se não eliminarmos as barreiras hoje existentes no campo educacional, não conseguiremos eliminar as outras: de integração ao trabalho, à cultura, ao lazer. Em outras palavras, se não for pela educação, as pessoas com necessidades educacionais especiais, vinculadas a deficiências ou outras condições específicas, não se tornarão cidadãs brasileiras, permanecendo sujeitas a uma precária inserção laboral - quando existente - ou a ações assistenciais. É importante ressaltar que os principais instrumentos do direito internacional de que o Brasil é signatário enfatizam a necessidade de implementar políticas que promovam a plena integração social das pessoas com deficiência e de eliminar todas as formas de discriminação. O apoio pedagógico especializado - ação da educação especial - é o instrumento de política pública capaz de tornar esses compromissos uma realidade, assegurando uma educação inclusiva de

qualidade. Esse desafio não se resolve com ações pontuais, focalizadas. Deve ser enfrentado com um amplo e articulado movimento de mudança para a inclusão educacional e social, que congregue a Presidência da República, os Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social), as organizações da sociedade civil, o Ministério Público, as pessoas com deficiência, os grupos de direitos humanos, as entidades de trabalhadores e de empresários e, principalmente, as comunidades escolares de todo o Brasil e de todos os níveis e etapas da educação: gestores, professores, funcionários, técnicos, alunos e pais, da educação infantil ao ensino superior. O grande vetor desse movimento é o exercício da função social da escola, compromisso histórico desta gestão: a universalização do ensino de qualidade como base para a cidadania plena.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Trata-se de um programa novo; como objetiva assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, o programa está compatível com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, alinhando-se à diretriz de promoção de política educacional inclusiva para os portadores de necessidades educacionais especiais, uma vez que pretende impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino, além de garantir o atendimento pedagógico especializado.

1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil

Problema

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de frequência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la em creches e pré-escolas para toda a população.

Segundo dados da PNAD/2001, menos de 35% das crianças de 0 a 6 anos de idade estão frequentando creche ou pré-escola. Na faixa etária de 0 a 3 anos, apenas 7,3% das crianças procedentes de famílias com renda até ½ salário mínimo estão frequentando creche, para um percentual de 32,6% das crianças provenientes de famílias com mais de 3 salários mínimos. Na faixa de 4 a 6 anos, embora a situação seja melhor, a diferença das taxas de escolarização entre as crianças continua marcante: até ½ salário mínimo, a taxa de escolarização é de 57,4% e com mais de 3 salários mínimos, sobe para 94,5%. Portanto, é evidente o desequilíbrio entre a oferta de educação infantil e a demanda por creches e pré-escolas de modo a garantir o cumprimento da LDB.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As mudanças no programa derivam da intenção de consolidar a política de educação infantil no âmbito do Ministério da Educação, abarcando as ações voltadas para o atendimento de crianças em creches e pré-escolas. Assim, ações voltadas para a pré-escola que estavam no programa Brasil Escolarizado foram

transferidas para este programa. Além disso, novas ações foram criadas visando fortalecer a política de educação infantil no país. Ocorreu um pequeno ajuste na denominação do programa para dar clareza quanto ao objetivo a que se destina. O programa está em consonância com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, mediante a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade do atendimento.

1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Problema:

O último Censo da Educação Profissional no Brasil aponta um total de 716 mil matrículas no nível técnico e 91 mil concluintes, indicando que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que têm direito à educação e ao desenvolvimento profissional. Além disso, sendo fundamental o papel da educação profissional e tecnológica na retomada do crescimento econômico, uma vez que a geração de empregos e o desenvolvimento tecnológico exigem qualificação e formação profissional da força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas visam adequar o programa à nova abordagem da política educacional adotada pelo Ministério da Educação, baseada fundamentalmente em programas diferenciados por níveis ou modalidades de ensino. Para isso, além da alteração na denominação deste programa, fez-se necessária a exclusão das ações destinadas à pós-graduação e a incorporação daquelas destinadas à educação profissional antes vinculadas a outros programas, de forma a melhorar seu foco de atuação na educação profissional. O programa está compatível com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, na medida em que pretende ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superior, atendendo parte da demanda por formação profissional, técnica e tecnológica, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.

0120 - Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Problema:

A reduzida presença do Estado nas áreas de fronteira dificulta a integração de sua população ao restante do país, além de não conciliar os objetivos de defesa nacional com os de consolidação da democracia, cidadania e do desenvolvimento regional. Também as más condições de vida da população dessas áreas e a sua vulnerabilidade do ponto de vista socioeconômico criam condições para uma crescente penetração da ilegalidade, tais como o narcotráfico e o contrabando.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas visaram a adequação de indicadores, pois o programa vinha operando sem os mesmos. A sugestão foi recuperar o indicador de cobertura que vinha sendo utilizado até 2003, associado ao indicador "Número de ocupações geradas nos arranjos produtivos locais apoiados pelo programa", medido por valores absolutos.

Estas modificações propostas estão compatíveis com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local e suas diretrizes associadas.

A alteração relativa aos valores e metas físicas na ação 004D – Apoio a Implantação de Infra-estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira é decorrente da realocação de recursos decorrente da reprogramação.

0353 - Desenvolvimento da Heveicultura**Problema:**

A pequena competitividade do Brasil no setor, em virtude dos pequenos avanços nos sistemas de produção e do estrangulamento nos processos de comercialização e industrialização, inviabiliza economicamente a atividade, o que gera dependência de importações (em um setor em que o Brasil já foi líder no comércio internacional), pressão atópica e risco ambiental em áreas de exploração extrativista e desmantelamento social nas áreas de produção.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu correção textual e compatibilização técnica do objetivo, que passou de "buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero mediante o incremento da rentabilidade econômica, social e a preservação ambiental e ecológica", para "buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero mediante o incremento da rentabilidade econômica, o desenvolvimento social e a conservação ambiental". Não se há de promover desenvolvimento econômico com preservação, mas com conservação ambiental, com a exploração sustentável dos recursos naturais.

O programa concorre para o alcance do desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

0369 - Desenvolvimento da Horticultura**Problema:**

A adequação da atividade de horticultura nacional aos padrões de qualidade nacional e internacional é fundamental para o aproveitamento do elevado potencial econômico do setor e da manutenção e criação de postos de trabalho no campo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alteração no texto do objetivo, que passou de "aumentar a produtividade da olericultura, das plantas medicinais, da floricultura e das especiarias de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional" para "aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional"; o indicador do programa foi excluído e outros foram criados. A mudança se deu em razão da dificuldade de obtenção do indicador anterior, que não permitia uma medição precisa e não demonstrava, necessariamente, se o objetivo do programa estava sendo atingido.

A exemplo dos programas que se prestam ao desenvolvimento da cultura de outras espécies vegetais, o que se pretende é particularizar no objetivo um instrumento por meio do qual a produtividade deverá ser promovida: a defesa fitossanitária. Os recursos para tanto já estão consignados em ações próprias e trata-se apenas de melhor visualização de importante papel do Estado, especialmente em uma cadeia produtiva em que prolifera o uso massivo de defensivos agrícolas, freqüentemente de forma inadequada, com inegáveis efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

O programa concorre para a transposição do desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0631 - Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**Problema:**

É necessário suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional através da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, apoiando as empresas no escoamento de suas produções, aumentando as opções de acesso ao território nacional, beneficiando a indústria do turismo, promovendo a integração regional como parte essencial da inserção competitiva do país no Mercosul e estabelecendo opções de acesso de aeronaves militares em todo país como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional. Nesse sentido, o objetivo desse programa é o de aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia do PPA foi proposto o indicador "Grau de desenvolvimento de construção, expansão ou conservação da infra-estrutura aeroportuária brasileira".

As ações abaixo indicadas foram consolidadas nas ações Reforma e Ampliação de Aeroportos de Interesse Nacional, Reforma e Ampliação de Aeroportos de Interesse Estadual, Construção de Aeroportos de Interesse Nacional, Construção de Aeroportos de Interesse Estadual:

106U - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Amapá-AP;
106V - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Regional do

Oeste do Paraná-Cascavel; 106W - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Balsas-MA; 106X - Construção de Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Cacoal-RO; 106Y - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Chacarão do Sul-MS; 106Z - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo Bonito-MS; 107C - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Vacaria-RS; 107D - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Regional Sul-Jaguaruna-SC; 107E - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Planalto Serrano-Correia Pinto-SC; 107F - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Cabo Frio-RJ; 107G - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Barreiras-BA; 107H - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Paragominas-PA; 107I - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Barreirinhas-MA; 107J - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo Orlando Bezerra-Juazeiro do Norte-CE; 107K - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Catalão-GO; 107L - Construção do Pátio de Aeronaves do Aeroporto Regional da Zona da Mata-Juiz de Fora-MG; 107M - Construção do Pátio de Aeronaves do Aeroporto Bauru Novo-SP; 107T - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Nova Venécia - ES; 107U - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Ji-Paraná-RO; 107V - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Porto Murtinho-MS; 107W - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São Joaquim-SC; 107X - Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Vitória da Conquista-BA; 107Y - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Açailândia-MA; 107Z - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Araguaçu-TO; 108A - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Aripuanã-MT; 108B - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Arraias-TO; 108C - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Bom Jesus da Lapa-BA; 108D - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Cametá-PA; 108E - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Carauari-AM; 108F - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Juara-MT; 108G - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Pimenta Bueno-RO; 108H - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto da Mata do Sul-Sirinhaém-PE; 108I - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto do Vale do Aço-Volta Redonda-RJ; 108J - Construção da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Regional das Hortências-Gramado-RS; 108K - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de Nova Olinda do Norte-AM; 108L - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São Félix do Xingu-PA; 108M - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São José do Rio Preto-SP; 108N - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo de São Miguel do Oeste-SC; 108O - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo Leite Lopes-Ribeirão Preto-SP; 108P - Reforma da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Maringá-PR; 5182 - Ampliação do Aeródromo Bittencourt - Japurá - AM; 5184 - Ampliação do Aeródromo de Barcelos - AM; 5186 - Ampliação do Aeródromo de Brasília - AC; 5188 - Ampliação do Aeródromo de Carauari - AM; 5190 - Ampliação do Aeródromo de Cascavel - PR; 5192 - Ampliação do Aeródromo de Eirunepé - AM; 5194 - Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador - AM; 5196 - Ampliação do Aeródromo de Forte Príncipe da Beira - RO; 5198 - Ampliação do Aeródromo de Iauaretê - AM; 5200 - Ampliação do Aeródromo de Lages - SC; 5202 - Ampliação do Aeródromo de Maturacá - AM; 5204 - Ampliação do Aeródromo de

Oiapoque – AP; 5206 - Ampliação do Aeródromo de Palmeiras do Javari – AM; 5208 - Ampliação do Aeródromo de Pelotas – RS; 5210 - Ampliação do Aeródromo de Passo Fundo – RS; 5212 - Ampliação do Aeródromo de Ponta Pelada – AM; 5214 - Ampliação do Aeródromo de Porto Esperidião – MT; 5216 - Ampliação do Aeródromo de Querari – AM; 5218 - Ampliação do Aeródromo de São Joaquim – AM; 5220 - Ampliação do Aeródromo de Surucucu – RR ; 5222 - Ampliação do Aeródromo de Tarauacá – AC; 5224 - Ampliação do Aeródromo de Tiriós – PA; 5226 - Ampliação do Aeródromo de São Gabriel da Cachoeira – AM; 5228 - Ampliação do Aeródromo de Campo Grande – MS; 5230 - Ampliação da Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro – RJ; 5232 - Ampliação da Base Aérea dos Afonsos; 5234 - Ampliação do Aeródromo de Brasília – DF; 5236 - Construção do Aeródromo de Normandia - AM.

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais; e megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e aos desafios de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa; de impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável, e de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

0361 - Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies

Vegetais

Problema:

As restrições à incorporação de novas áreas na agricultura, aliada à crescente demanda interna e externa por cereais e outras espécies vegetais, para consumo humano e animal, afetam negativamente o agronegócio de cereais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Foram realizadas as seguintes alterações: mudança no texto do objetivo, que passou de “elevar a produtividade dos cereais e das forrageiras mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias” para “elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias”.

O programa concorre para a transposição do desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

1110 - Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia**Problema:**

O desenvolvimento da nanotecnologia tem sido apontado como uma nova revolução tecnológica. As mudanças em produtos e processos industriais gerados por essa tecnologia prometem ser tão inovadoras que poderão causar obsolescência de diversos produtos e processos atualmente em uso. É necessário evitar que isso ocorra, comprometendo a competitividade da indústria brasileira e o conseqüente desenvolvimento econômico do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração do título da ação 7391 - Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e de Nanotecnologia, de modo a evidenciar a inclusão da microtecnologia, que apresenta alta sinergia com a nanotecnologia por ser também multidisciplinar. Houve ainda inclusão da ação 8655 - Fomento a Projetos em Micro e Nanotecnologia, objetivando representar uma base de sustentação para o desenvolvimento da micro e da nanotecnologia, via geração de conhecimentos, processos e produtos, e sua incorporação ao processo produtivo industrial, contribuindo para a inovação tecnológica do país e para a política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Além disso, foram identificados dois novos indicadores ("Número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos com apoio do programa" e "Taxa de participação do programa na geração de pedidos de patentes em nanotecnologia"), em consonância com o objetivo do programa e em substituição aos antigos indicadores, os quais mostraram-se inadequados para aferição de seus resultados. Estas proposições mostram-se bastante adequadas ao enfrentamento do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1028 - Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (Excluído)**Justificativa para a exclusão do programa:**

O programa possui uma lógica de atuação semelhante à do programa 1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO, inclusive com problematização semelhante e ações que atacam as mesmas causas. Por isso, houve uma realocação das ações e localizadores para o programa Promeso.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não houve prejuízo no alcance do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades, nem tampouco houve impacto no desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, pois as ações e localizadores deste programa foram realocados para o programa 1025 - PROMESO.

0363 - Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Problema:

Atualmente a produção de oleaginosas se restringe principalmente à cultura de soja. O crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu mudança no texto do objetivo, que passou de "elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas de mamona, dendê, babaçu, canola, girassol e algodão" para "elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas".

O programa concorre para o alcance do desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0801 - Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

Problema:

O Estado necessita formar quadros de dirigentes e de carreiras do serviço público, qualificando-os com iniciativa, inovação e criatividade para assumir postos de alta responsabilidade; cabe difundir novos paradigmas e instrumentos de gerenciamento no setor público, voltados à eficiência e aos resultados, bem como renovar o conjunto do serviço público com base nas noções de mérito e de competência profissional, valorizando o servidor e vincular a capacitação aos objetivos estratégicos do governo e das instituições.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa busca promover a gestão pública efetiva, ética, transparente e participativa por meio do desenvolvimento de competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. A criação da ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais mantém o programa totalmente compatível com os desafios e diretrizes definidos no PPA.

0419 - Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Problema:

A alta taxa de mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte

decorre do seu reduzido acesso a crédito em modalidade adequada, das enormes obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e da necessidade de maior capacitação gerencial dos micro e pequenos empresários. O segmento necessita de um Fórum Institucional para debate de soluções voltadas para a desburocratização, desoneração tributária, facilitação de crédito e modernização empresarial, com vistas a ampliar sua contribuição à geração de emprego e renda no país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações propostas para este programa, referentes a alteração de seu público-alvo e do indicador ou de seus índices, não afetarão a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. Ainda continuarão sendo desenvolvidos estudos para melhor aferição dos índices do indicador por meio da ação específica incluída no programa de Gestão do Ministério.

O programa, que tem como objetivo o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial, encontra-se totalmente compatível com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a qualificação dos trabalhadores e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade de trabalho, inserido no megaobjetivo de crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades.

0412 - Desenvolvimento do Comércio Exterior

Problema

A participação das exportações brasileiras no comércio mundial foi de aproximadamente 1% nos últimos doze anos. Em 2003, as exportações mundiais atingiram US\$ 7,4 trilhões, contra exportações brasileiras de US\$ 73,1 bilhões. A inserção pouco significativa do Brasil no comércio mundial produz reflexos negativos na redução da razão entre balanço de pagamentos e a dívida externa, e na geração de emprego e renda. Assim, torna-se necessário promover a expansão e a diversificação das exportações do país, bem como a incorporação de novos produtos, mercado e empresas exportadoras, atuando com ênfase em medidas que contribuam para simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e o acesso do empresariado a informações que facilitem sua inserção internacional de forma competitiva.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As modificações propostas para este Programa, referentes a alteração de seu público-alvo e do indicador ou de seus índices, não afetam a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. A inclusão da ação orçamentária 2696 - Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços, extraída do Programa 0411 - Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços reforça positivamente a contribuição deste programa no alcance do desafio de ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais, e a ação 4614 - Publicidade

de Utilidade Pública permite aperfeiçoar a área de comunicação social do Ministério. O programa visa expandir a pauta exportadora do Brasil em quantidade e qualidade. Insere-se, portanto, no megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e objetiva alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego, coordenando e promovendo o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

5005 - Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Problema:

É necessário garantir a estabilidade de preços e do abastecimento interno de álcool e de açúcar, aumentando as exportações de álcool combustível.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 0360 - Concessão de Subvenção Econômica à Aquisição de Veículos Automotores Movidos a Alcool sofreu adequação do título, fazendo constar a data precisa de promulgação da lei que autoriza a subvenção. O programa é compatível com o desafio de governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Problema:

O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia. No Brasil, grande parte da produção do conhecimento científico e tecnológico acontece nas instituições públicas de ensino superior, que contam com uma infra-estrutura resultante, basicamente, das ações do Ministério da Educação, executadas pela Capes, por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Os esforços do governo federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O SNPG, no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país.

É necessário, portanto, promover a divulgação internacional do desempenho dos docentes e pesquisadores das instituições de ensino superior, a mobilidade acadêmica e a ampliação da cooperação internacional entre as instituições brasileiras e estrangeiras. Além disso, é necessário ampliar o acesso à

informação científica e tecnológica, inserir as ações da Capes no projeto de política industrial e minimizar as desigualdades regionais capacitando pessoal pós-graduado e promovendo a inclusão social. No contexto acadêmico e científico, a Capes promove a melhoria da qualidade da educação superior por meio da avaliação dos cursos de pós-graduação, do oferecimento de oportunidades de acesso à pós-graduação, do investimento na formação acadêmica dos docentes das universidades, da inserção de pesquisadores brasileiros no cenário internacional, da minimização das disparidades regionais na oferta dos cursos de pós-graduação, do acesso à informação em ciência e tecnologia por meio do portal de periódicos, além do desenvolvimento de linhas de políticas estratégicas de formação de pessoal qualificado para fazer face às necessidades do segmento tecnológico - principalmente do setor industrial. Essas são questões fundamentais que serão contempladas por esse programa, de forma a auxiliar o país na construção de uma sociedade mais justa e incluyente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é novo e objetiva formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil; portanto, está compatível com o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Problema:

O programa está sendo criado com base no artigo 208, inciso I, da Constituição Federal, que atribui ao Estado o dever de garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, não basta garantir o acesso, faz-se necessário assegurar a qualidade desse nível de ensino. Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB de 2001, realizado pelo INEP, indicam que dos alunos matriculados na 4ª série do ensino fundamental, cerca de 59% não desenvolveram habilidades elementares de leitura e 52,32% não conseguiram dominar parte importante dos conhecimentos e habilidades necessários ao seqüenciamento. Os dados relativos à 8ª série do ensino fundamental mostraram que apenas 9,55% dos alunos matriculados adquiriram competência suficiente para operar com textos mais complexos. É preciso, portanto, que sejam adotadas medidas sócio-educativas espelhadas nas ações do programa para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no ensino fundamental.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é novo e está relacionado ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, uma vez que objetiva assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental com qualidade.

1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio

Problema:

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.127/2001), que estabelece diretrizes e metas para dez anos, definiu metas para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizados em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/97), quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (inciso II, artigo 4º). A PNAD/IBGE de 2001 indica uma população de 169.369.557 habitantes, dos quais, 10.308.707 encontram-se na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, considerada legalmente regular para cursar o ensino médio. O censo escolar do mesmo ano demonstra que, desses jovens, somente 37% (cerca de 4 milhões) estavam matriculados no ensino médio, enquanto outro um milhão estava cursando ainda o ensino fundamental ou freqüentando cursos na modalidade de educação de jovens e adultos ou profissional. Com isto, concluímos que de 5 a 6 milhões de jovens na idade em que deveriam cursar o ensino médio sequer estão na escola. Por outro lado, observamos a demanda crescente pelo ensino médio, tanto advinda dos concluintes do ensino fundamental em idade regular, quanto daqueles que o concluem por outras estratégias, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos. Analisando os dados do censo de 2001, os concluintes do ensino fundamental da rede pública em idade regular foi da ordem de 1.500.000 e outros 900 mil, mesmo com idade superior a 17 anos, concluiriam também, naquele ano, o ensino fundamental. Se uma das razões que provocam a distorção idade/série e a elevada exclusão dos jovens do ensino médio é o não ingresso nesta etapa de ensino imediatamente após a conclusão do ensino fundamental, é preciso agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que concluírem o ensino fundamental em idade escolar regular. Para tanto, é necessário promover melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio, centrada nos sujeitos, na valorização e formação de professores, na melhoria da qualidade do ensino regular noturno e de educação de jovens e adultos, no comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira, bem como no desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes, jovens e adultos no ensino médio regular, o programa está relacionado com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0778 - Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Problema:

Por entender que o Mercado de Valores Mobiliários ainda não exerce plenamente a sua função de fomentar investimentos para o setor produtivos, o Programa de

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários visa fortalecer a atuação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, permitindo o aprimoramento das suas atividades de regulação, fiscalização, proteção ao investidor e disseminação de informação, a fim de atrair um volume maior de investimentos.

Uma das alternativas para minimizar o problema que o Programa de Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários se propõe a solucionar é diagnosticar os entraves a um maior crescimento, a redução, no que couber à CVM, do custo Brasil, a criação de regulações que estimulem um maior acesso dos pequenos e médios empreendimentos ao mercado de capitais e a identificação de novos mercados, capazes de atrair investidores nacionais e internacionais, dentro de um ambiente de transparência e segurança.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi criada uma ação padronizada e, também, alterados valores de algumas ações, adequando-as às suas metas, sem prejuízo do conteúdo do programa e da sua compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

0776 - Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Problema

A demanda da sociedade é pela manutenção de um sistema financeiro nacional sólido, ou seja, sem ocorrência de situações de falta de liquidez das instituições financeiras e demais instituições sob supervisão do Banco Central do Brasil, bem como de irregularidades de outras naturezas, que possam acarretar fragilidades ao sistema financeiro nacional ou prejuízos a seus correntistas, seus clientes e à economia como um todo.

Trata-se de demanda permanente, de mais alta relevância para o País, inclusive como forma de assegurar a estabilidade econômica, na medida em que, não havendo um sistema financeiro sólido, não há que se falar em economia estável.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram definidos indicador e a sua referência; incluída ação padronizada e alterados os valores de algumas ações a fim de melhor adequá-las às suas metas, em nada afetando a compatibilidade com o desafio de ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo, definidos no PPA.

0779 - Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Problema

Desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; carência de informação adequada nos canais de comercialização; necessidade de maior

transparência; concentração de mercado; baixa oferta de produtos; excesso de regulamentação em função da velocidade de expansão destes mercados nos últimos anos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas ações padronizadas e alterados os valores no período do plano para algumas ações, não se traduzindo em mudança na compatibilidade com os desafios e diretrizes do PPA.

1047 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

Problema:

A adversidade de condições climáticas a que estão submetidas muitas áreas do território nacional, notadamente a seca no semi-árido nordestino, vem sendo tratada de forma meramente paliativa e sem a devida articulação com os governos estaduais, municipais e a sociedade civil, levando à necessidade de uma ação integrada, permanente e contínua, que resulte na sustentabilidade hídrica, econômica, social e ambiental daquelas áreas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores não permitiam, na forma proposta pelo PPA, a avaliação precisa e eficaz dos resultados esperados e alcançados pelo programa. A proposição de novos indicadores, em acordo com a metodologia do PPA, permite medir o resultado do programa com maior grau de certeza. Também houve inclusão da ação Recuperação de Poços Públicos, que visa a recuperação, desobstrução ou substituição de componentes dos sistemas adutores, impossibilitados de fornecerem água às populações do semi-árido que muito carecem desse produto.

A modificação da denominação da ação 1852 - Dessalinização de Água - Projeto Água Boa para 8695 - Dessalinização de Água - Água Doce possibilitou o alinhamento das políticas do Ministério do Meio Ambiente e do DNOCS no que tange a instalação de dessalinizadores, bem como a capacitação de pessoas no semi-árido para o aproveitamento dos resíduos salinos provenientes dos dessalinizadores.

A mudança de tipo da ação 8687 - Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semi-Árido, que mudou de projeto para atividade, é decorrente do entendimento de que a capacitação é uma ação permanente do Estado. A modificação do produto de "pessoa capacitada" para "produtor capacitado" foi necessária para focalizar a atuação da ação.

A ação 6416 – Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais teve apenas seu código padronizado para 6424 - Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais.

As ações 5334 – Implantação do Canal Arco-íris e 5340 – Implantação do Canal Terra Nova, 4514 -Capacitação para Realização de Pequenas Obras Hídricas de Caráter Comunitário e 4532 - Fomento a Projetos Produtivos em Brejos da Barra

não foram validadas pela setorial na fase qualitativa. Os recursos previstos para estas ações na lei do PPA serão realocados em outras ações nos programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.

A exclusão da ação 4656 - Manutenção de Pequenas Obras Hídricas não inviabiliza o alcance dos objetivos do Programa por se tratar de uma ação de recursos insuficientes e que se superpõe a ações de outros órgãos/entidades, que podem ser integradas ao Programa.

A ação 4885 - Limpeza de Cacimbas, Poços, Bombas, Dutos e Produção de Água para quem tem Sede da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais – CPRM do Ministério das Minas e Energia foi excluída por não ser prioridade do Ministério.

As alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores de projetos e atividades e metas físicas são decorrentes das realocações e priorizações realizadas na programação nos Ministérios que constituem este programa multisetorial.

Estas adequações propostas no Programa mantiveram sua compatibilidade com o megaobjetivo II: Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades, com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, e diretrizes decorrentes.

1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Problema:

Existe um grande paradoxo entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312.000 toneladas, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores, comparados ao potencial humano, à qualidade e quantidade de água, insumos e clima, entre outras vantagens comparativas, indicam que, em curto prazo de tempo, a atividade pode se transformar em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e baías litorâneas, os grandes reservatórios e a região do semi-árido, dentre outras.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O fomento à atividade aqüícola é compatível com o desafio de governo de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

1342 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Problema:

A cadeia produtiva da pesca encontra-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional, a qual, em 2002, foi de 755.282 toneladas, sendo 515.866,5 toneladas provenientes da pesca extrativa marinha e 239.415,5 toneladas da pesca extrativa continental. Uma das

preocupações da SEAP/PR é a de garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e para a repartição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O fomento à atividade pesqueira é compatível com o desafio de governo de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Problema:

Cerca de 1/3 da população, 80% dos municípios e 90% da superfície nacional estão situados em municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento. A pobreza e a fome são problemas mais acentuados na quase totalidade dos "municípios rurais". A grande maioria desses municípios não possui condições objetivas de promoverem, autonomamente, seu crescimento econômico, nem mesmo de participarem de processos induzidos não articulados ao conjunto das demandas sociais existentes, o que os obriga a dependerem de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político. Faltam capacidades locais, humanas e institucionais, para que se organizem ações articuladas entre os diversos setores econômicos e sociais, para planejar o futuro, organizar suas demandas e desenvolver mecanismos de gestão social, que enfrentem seus principais problemas e aproveitem suas potencialidades, contribuindo para a segurança alimentar, combate à pobreza e à exclusão social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Frente à grande heterogeneidade brasileira, a perspectiva territorial é um elemento catalisador das políticas que buscam o desenvolvimento equilibrado, acelerando o desenvolvimento de capacidades para a autogestão do desenvolvimento, valorizando os recursos locais, estimulando a solidariedade e a participação, de tal forma que aquelas políticas possam, efetivamente, provocar as transformações reclamadas pela sociedade. A estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável está fundamentada no estabelecimento de ações visando a inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade socioeconômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não governamentais. As mudanças efetuadas no programa mantêm e aperfeiçoam essa estratégia; dessa maneira, houve a migração da ação Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agricultura Familiar do programa 0351 - Agricultura Familiar - PRONAF para este programa, em razão do produto gerado pela sua execução contribuir fundamentalmente para o alcance do seu objetivo; ainda sobre essa ação, foi alterada sua denominação para "Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais" o que a torna mais condizente com a sua forma de execução. Foi aumentada a meta

física da ação 102C – Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, ampliando sua perspectiva de atendimento. O indicador do programa foi substituído por novos indicadores, com o objetivo de melhor refletir os resultados sobre o público-alvo, aumentando assim sua efetividade. Desse modo, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições de risco-climáticas nas diferentes regiões do país.

0498 - Desenvolvimento Sustentável do Pantanal

Problema

A grande pressão ambiental que as atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatória e turismo) exercem sobre os recursos naturais, bem como o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização (água, esgotos, resíduos sólidos e estradas) está levando a condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação os corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai BAP.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em virtude da incapacidade orçamentária do programa de executar essa operação de crédito externa, as ações Apoio à Implantação de Estradas-Parque e Cênicas na Bacia do Alto Paraguai e Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Bacia do Alto Paraguai, que exigem vultosos recursos financeiros, foram repassados para a responsabilidade de execução dos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades, respectivamente. Foi alterado um indicador e foram estimados os índices dos dois indicadores para todo o período do Plano.

A realocação das ações de infra-estrutura de saneamento e de transporte transfere as responsabilidades para os ministérios com atribuição legal para tal atuação. O programa, agora com uma agenda eminentemente ambiental, mantém sua compatibilidade com o desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, visto que prevê a execução de ações necessárias para atacar os problemas de degradação ambiental do ecossistema, assoreamento e contaminação dos corpos hídricos.

0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Problema

Constata-se a ausência de mecanismos que proporcionem à população assentada a capacitação e a obtenção dos meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo; que permitam as inserções econômica, social, cultural e política ou que respeitem as diversidades regionais e melhorem a sua qualidade de vida e cidadania. A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento sustentável reafirma a importância das ações de reforma agrária

como indutoras do desenvolvimento regional capaz de levar qualidade de vida ao campo. Ocorre ainda a situação em que os assentamentos localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica dissociada da produção e da comercialização, bem como ausência de

um programa de assistência técnica e de capacitação resultaram no endividamento e evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da política de reforma agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é executado a partir da identificação da realidade socioeconômica regional e das demandas necessárias dos assentamentos, buscando sua sustentabilidade. Os projetos de assentamento que apresentam passivos de infra-estrutura, créditos, organização espacial e estruturação produtiva e social são objeto de atendimento de forma substantiva para recuperação e integração local, por meio de planos de recuperação. Assim, os ajustes no programa foram efetuados de modo a garantir seu pleno atendimento em tempo oportuno; dessa forma, alterou-se o objetivo e o horizonte temporal do programa, visando melhorar sua redação e não passar uma idéia de um programa contínuo, devendo o órgão envidar esforços para sua superação no período previsto. Os ajustes nos atributos das ações deste programa, tais como título, finalidade e descrição foram necessários para melhor adequação ao objetivo do programa e aos objetivos setoriais do Órgão. Os indicadores do programa foram alterados para melhor refletirem os resultados sobre o público-alvo, aumentando assim, sua efetividade; já o aumento da meta física e valor da ação 5158 - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária ocorreu em razão do aumento do limite do Órgão em relação à programação anterior e da mudança do produto da ação. Portanto, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Problema:

A defasagem científica, tecnológica e a ociosidade industrial em áreas estratégicas do setor de energia tem consequências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações processadas nos atributos das ações fortalecem o compromisso do programa com os objetivos do PPA. O programa pretende desenvolver tecnologias relacionadas ao setor energético em institutos de pesquisa e transferi-

las ao setor produtivo, visando a expansão e a modernização do parque industrial brasileiro, fortalecendo assim as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento brasileiro e a geração de emprego e renda. Este propósito está compatível com o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Problema:

Constata-se o desconhecimento ou conhecimento parcial, por povos estrangeiros, da sociedade brasileira, sua cultura, seus valores e das políticas interna e externa do país, resultando em distorção da imagem do Brasil, em preconceitos ou formação de estereótipos e tendências localizadas a noticiário negativo sobre o país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O objetivo do programa é ampliar o conhecimento do governo e dos povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país. Está vinculado ao objetivo setorial de promover a imagem do Brasil no exterior contribuindo para a criação de percepção favorável do país junto ao investidor estrangeiro, estando este, por sua vez, relacionado ao desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. Foi incluída a ação 2531 – Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros, absorvida do programa 0684 - Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional, que contribui para o objetivo deste programa e mantém a sua vinculação com o objetivo setorial e com o desafio de governo.

Foi incluída a ação 6641 - Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior e a ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, para a produção e distribuição de material de divulgação; essas duas ações novas contribuem diretamente para o objetivo do programa; além disso, houve exclusão da ação 2836 - Veiculação de Matérias sobre o Brasil. Por outro lado, a ação 0967 – Cooperação Brasileira para o Ensino da Língua Portuguesa no Timor Leste foi alocada no programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, de responsabilidade do Ministério da Educação.

1112 - Difusão e Popularização da Ciência

Problema:

No Brasil, a difusão e o acesso ao conhecimento ainda são insuficientes. Ampliar esse acesso significa responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas. Todos os cidadãos necessitam de conhecimentos básicos e aplicados de ciência e tecnologia, de modo a garantir sua prosperidade, segurança, qualidade de vida e participação social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração do título da ação 0760 - Apoio às Unidades de Ensino de Ciências em Escolas Públicas e Espaços não Formais de Educação, de forma a adequá-lo ao que efetivamente será implementado pela ação. Foi realizada ainda a inclusão da ação 6702 - Difusão e Popularização de C&T para Inclusão Social, com a finalidade de contribuir para o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT&I, bem como da ação 6777 - Difusão Técnica e Científica na Área Nuclear, tendo em vista que a promoção de eventos nacionais voltados para a difusão do conhecimento científico e tecnológico da área nuclear é atividade estratégica para o governo federal.

Cabe mencionar, também, a inclusão do indicador "Número-índice de docentes capacitados no ensino de ciências com o apoio do programa", inserido por permitir capturar o esforço de capacitação com vistas à difusão da ciência.

As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos**Problema:**

Ocorrência de violações aos direitos humanos, fruto da dificuldade do Estado em garantir os direitos de todos e da cultura de desrespeito aos direitos humanos, intolerância e preconceito existente na sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com o objetivo de conferir maior transparência à sociedade do que está sendo feito para garantir os direitos humanos, foram criadas novas ações no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos e migradas ações desenvolvidas em outros programas.

Foi incluída a ação Apoio a Ações de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica. A questão da erradicação do subregistro de nascimento tornou-se uma das prioridades do Governo Federal e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH. A falta ou a dificuldade de acesso à documentação civil básica e, particularmente, ao registro civil de nascimento constitui violação de direitos na medida em que nega a cidadania a uma pessoa nascida em território nacional ou filha de pais brasileiros. Além disso, restringe o acesso dessas pessoas a programas sociais importantes como os de transferência de renda e educação, entre outros. A ação contribui para a implementação dos megaobjetivos I e III e a superação dos desafios 1, 2, 3, 7, 9 e 19.

A ação de Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário é uma doação da Comunidade Européia que visa auxiliar na instauração da responsabilização democrática das forças policiais brasileiras, particularmente no que concerne ao respeito pelos direitos humanos e à redução

do uso de métodos violentos na luta contra a criminalidade. Também houve inclusão da ação Proteção a Defensores de Direitos Humanos, que é fundamental para proporcionar aos defensores dos direitos humanos de todo o país condições para que desempenhem suas atividades com segurança e apoio quando envolvidos em situações de ameaça ou risco iminente a sua integridade física. Essas duas ações são compatíveis com o megaobjetivo III e com os desafios 19, 21 e 23.

Houve ainda alteração da ação Apoio ao Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direitos). Propõe-se tratar a questão da documentação em separado, considerar de alta prioridade no tratamento desse tema. A ação alterada incluiria outras atividades já desempenhadas pelos Balcões de Direitos, como orientação jurídica gratuita, mediação de pequenos conflitos e disseminação de informações sobre direitos humanos. A ação corrobora a implementação do megaobjetivo III e do desafio 19, principalmente.

Foi alterada a ação Apoio à Capacitação de Profissionais e Representantes do Movimento Social em Direitos Humanos, consistindo na mudança do título da ação para Apoio à Capacitação em Direitos Humanos, forma como o tema passou a ser tratado com o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em dezembro de 2003, pelo Presidente da República. Permanecem seus objetivos e finalidades.

Foi excluída a ação Funcionamento da Rede Nacional de Informações e Combate à Tortura, mas o objetivo dessa ação será alcançado com a implementação das demais ações do programa. Ademais, o combate à tortura permanece como meta institucional prioritária da SEDH. Além disso, a ação e Concessão do Prêmio Direitos Humanos foi transformada em não-orçamentária.

0283 - Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Problema

Existe necessidade de ampliação, modernização e manutenção da infra-estrutura de distribuição, de modo a minimizar o risco ambiental e a atender a demanda do crescente mercado consumidor de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações feitas nos atributos das ações enfatizam o compromisso do programa com os objetivos do PPA. O programa visa oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis. Tal propósito está coerente com o desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa, pertencente ao megaobjetivo de crescer com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0753 – Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica**Problema:**

Faz-se necessário divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. A alteração não prejudica a compatibilidade do programa com o desafio de governo de democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

1218 - Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos**Problema:**

Embora a atividade de transplante de órgãos e tecidos no Brasil, iniciada em 1964, tenha registrado uma evolução considerável, o número de doações realizadas é insuficiente frente à demanda e ainda é baixa a capacidade técnica e operacional para realização de transplantes no país. Em consequência, é elevado o tempo de permanência de pacientes na fila de espera para realização de transplante. Além disso, os serviços e profissionais capacitados estão concentrados nos grandes centros urbanos, notadamente das regiões Sudeste e Sul.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A implementação do Sistema Nacional de Transplantes envolverá iniciativas destinadas a reduzir o número de pacientes inscritos em lista de espera e a promover a estruturação da rede envolvida. Medidas que mobilizem e incentivem a população à doação de órgãos serão adotadas. Houve alteração no público-alvo do programa, a partir do entendimento de que os profissionais da área da saúde são atores importantes na implementação do programa, mas não se caracterizam como público-alvo, como constava anteriormente.

As alterações implementadas nesse programa possibilitarão a execução das ações de forma mais efetiva e compatível com o desafio específico e as diretrizes do Plano Plurianual, haja vista a promoção da equidade na implementação das políticas sociais.

1138 - Drenagem Urbana Sustentável**Problema:**

Prejuízos são ocasionados pelas águas fora de controle que atingem com maior severidade e mais duramente as populações localizadas, por força de sua condição socioeconômica, em áreas de risco dos municípios brasileiros. A

situação é decorrente da baixa capacitação institucional e técnica dos municípios, o que resulta na concepção inadequada e na baixa sustentabilidade das ações de drenagem urbana.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas levaram em consideração a adequação de indicadores, pois os mesmos não permitiam a avaliação precisa e eficaz dos resultados esperados e alcançados pelo programa. Também houve alteração de produto da ação 3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária, que passou de "projeto apoiado" para "família beneficiada", de forma a focalizar a atuação da ação.

A modificação da denominação da ação 1662 - Obras de Drenagem para Obras de Macrodrenagem foi motivada pelo fato de que, institucionalmente, este tipo de drenagem é competência do Ministério da Integração Nacional. Não obstante, esta ação é referente a realização de obras de macrodrenagem, tais como retificação de cursos d'água, canais, controle e contenção de enchentes e canalização de córregos. As adequações propostas no Programa mantiveram sua compatibilidade com o desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente e suas diretrizes associadas, e a alocação de grande parte dos recursos nesta ação sinaliza que nos próximos anos, o Ministério da Integração Nacional, priorizará esta ação de obras de macrodrenagem, no qual permite a melhoria da habitabilidade, haja vista que a drenagem urbana é condição sine qua non para o bem-estar e qualidade de vida nas cidades.

1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento

Problema:

Entre 1943, data da promulgação da CLT, e 1988, data da promulgação da atual Constituição Brasileira, os trabalhadores assalariados conquistaram uma série de direitos trabalhistas e previdenciários, negados aos trabalhadores autônomos, de empreendimentos familiares e os que vivem em condições precárias de trabalhos ocasionais, temporários, contratados à margem de todos os regulamentos do assalariamento. Sempre que a economia crescia, uma parte dos trabalhadores marginalizados conseguia se transformar em assalariados regulares. Com o crescimento intenso da economia brasileira, entre 1932 e 1980, este contingente foi aumentando até atingir cerca de 50% da força de trabalho ocupada. As duas últimas décadas do século XX foram perdidas em termos de crescimento econômico e a tendência de gradativa inclusão dos trabalhadores se inverteu: o desemprego tornou-se de massa, a capacidade de luta dos sindicatos se debilitou por causa disso e as empresas, expostas à competição de produtos importados de países com escassos direitos sociais, passaram a substituir empregados regulares por contratados em condições precárias, inteiramente destituídos de direitos sociais. As empresas que procediam assim conseguiam reduzir seu gasto com mão-de-obra, o que aumentava sua competitividade; outras empresas, para não serem excluídas do mercado, acabaram fazendo o mesmo. Este processo vem se desenrolando quase ininterruptamente durante os últimos 22 anos. Em 1999, a parcela de assalariados em relação ao total de pessoas ocupadas havia

caído para 50,6%, dos quais apenas 33,5% com carteira assinada ou estatutários.

Tomando apenas a proporção com carteira assinada, que constitui o vértice operário do modelo tripartite, tradicional no MTE, ela passa de 39,1% em 1989 para 27,0% em 1999. Na realidade, a crise do trabalho acarretou uma grande diversificação de modos de produção, à medida que pessoas e comunidades, privadas de suas fontes de trabalho e renda, viram-se obrigadas a inventar novas. As estratégias de redução do desemprego até hoje adotadas têm se detido, principalmente, na concessão de crédito para pequenos empreendimentos, para o setor informal e mesmo a agricultura familiar. Ocorre que estas estratégias não têm alcançado plenamente seus objetivos, dado que, por exemplo, não atingem seu público-alvo e não reduzem a mortalidade dos pequenos empreendimentos e das cooperativas. Mas, mesmo que elas avancem neste sentido, tais estratégias não respondem plenamente à tendência de redução do emprego regular e não barram os constrangimentos gerados pela globalização comercial. A economia solidária se coloca como uma alternativa para reduzir a dependência de crédito através do apoio a diversas experiências já existentes que caminham no sentido de criar relações sociais que dependam menos do mercado capitalista e sejam propositivas de um sistema de finanças solidário. A economia solidária pode, por exemplo: a) viabilizar micro e pequenas empresas através da formação de cooperativas de compra e venda e cooperativas de crédito; b) contribuir para a formação de cooperativas de produção, formadas em assentamentos de reforma agrária ou através da reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados tornados cooperados; c) fomentar sistematicamente a formação de cooperativas por jovens que deixam os bancos escolares, inclusive incorporando nelas um certo número de trabalhadores desempregados mais velhos, experientes no ramo de negócios escolhido.

Tudo isto poderia engendrar a criação e a preservação de milhares de postos de trabalho. A não implementação do programa significaria a perda de oportunidade de potencializar o caráter emancipatório da economia solidária, tendo por consequência a necessidade contínua de políticas compensatórias para o público alvo, sem diminuir sua vulnerabilidade estrutural na economia. Embora existam condicionantes desfavoráveis que são aqueles relacionados à cultura individualista e concorrencial que permeia o mundo dos negócios, há um ambiente sócio político favorável à implementação do programa, com a existência de movimentos sociais e organizações calcados nos princípios da economia solidária. Além disso, o momento político atual favorece o fortalecimento desses movimentos, sendo a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES fruto da articulação entre esses movimentos e o Estado. Assim como o Brasil, passam pela crise do trabalho a maior parte dos países da América Latina, América do Norte e Europa. Como reação à mesma, a economia solidária também vem ressurgindo em muitos destes países, sob grande variedade de modalidades de empreendimentos e de associações. Estão se forjando laços entre as entidades que fomentam, amparam e praticam a economia solidária, nos diferentes países, tendo em vista intercambiar experiências e formar redes de colaboração e ajuda mútua. O Brasil é um dos poucos países em que o apoio público à economia solidária vem se estendendo aos três níveis da federação. Isso torna a SENAES um foco natural de convergência destes esforços de intercâmbio e colaboração internacional. Para a comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários, a expansão do comércio justo entre continentes e

países vem adquirindo importância. Uma ação coordenada pela SENAES de estreitamento de relações entre apoiadores e praticantes da economia solidária dos diversos países se faz cada vez mais necessária.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 8275 - Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão, como forma de contribuir para o alcance do objetivo do programa. As alterações efetuadas no programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, bem como com a diretriz de implementar legislação e programas de crédito e microcrédito voltados aos setores da economia solidária.

0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Problema:

Os preceitos socioambientais não estão suficientemente inseridos na formulação e implementação das agendas governamentais, em todos os níveis e instâncias, nem tampouco no cotidiano da sociedade brasileira. A insustentabilidade do modelo de produção e consumo, sobretudo nos países industrializados, se faz explícita no quadro da problemática ambiental. Já nos países em desenvolvimento, a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionados.

Embora haja uma incumbência legal do poder público em definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, ele tem atuado de forma pouco articulada no campo da educação ambiental. Com decisões tomadas de forma isolada e direcionadas a pequenos estratos sociais, não há efeito ou repercussão sobre parcela majoritária da sociedade, não sendo, portanto, identificadas mudanças substanciais no comportamento e hábito do cidadão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A problemática a ser solucionada pela implementação do programa não é suficientemente atacada pelas atuais ações do programa, permanecendo algumas causas sem o enfrentamento necessário, haja vista a baixa governabilidade do MMA sobre estas causas. Desse modo, faz-se necessário a substituição de algumas ações, bem como a adição de novas ações.

A inclusão da ação Produção e Veiculação de Programas de Educação Ambiental contribui para a disseminação de informação em veículo de comunicação de larga escala, promovendo os preceitos socioambientais para toda a sociedade brasileira. A alteração de objetivo foi realizada apenas para adequação de redação, não tendo nenhum impacto sobre o programa. Em virtude da inadequação do indicador atual, o programa estará construindo seu indicador e contará com recursos orçamentários para isso através da ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

O programa tem compatibilidade direta e explícita com o desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental, promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental, bem como com as diretrizes de valorização e disseminação da educação ambiental, de promoção e apoio a iniciativas de gestão ambiental das comunidades locais, de incentivo ao consumo consciente e sustentável e de estímulo à difusão do modelo de produção agro-ecológico.

1350 - Educação do Campo (PRONERA)

Problema:

Além da geração de emprego, que se constitui numa das prioridades de governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como missão fortalecer a agricultura familiar e avançar na reforma agrária, visando construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável. De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP, o país possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com este estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural (28,7%) é três vezes superior a urbana (9,5%). Nesse sentido, o programa se justifica pela urgência na alfabetização e escolarização desses trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, que se encontra limitada por não dominarem o mundo da escrita e da leitura, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização, para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção. A permanência dos atuais níveis de analfabetismo e baixa escolarização comprometem o sucesso da própria reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e agricultores familiares, aliado ao processo de formação pelo qual estes jovens passariam trabalhando durante dois anos nestas áreas, através da participação em uma Especialização Lato Sensu, contribuiria para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma matriz tecnológica baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Um dos objetivos do MDA é promover a inovação tecnológica e o acesso ao conhecimento para os assentados e agricultores familiares, buscando a implantação da nova política de assistência técnica e extensão rural, que seja capaz de contribuir na construção de modelo de desenvolvimento sustentável para o campo. Para cumprir essa tarefa é imprescindível garantir o acesso à escolarização formal aos trabalhadores rurais, bem como promover novas políticas de formação para construir uma nova concepção de assistência técnica, capaz de orientar este novo modelo. Dessa forma, o programa mostra perfeita sintonia com os desafios de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em

consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país e de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país.

1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania

Problema:

A educação é um direito de todos e garantir o exercício deste direito é função primordial de qualquer governo democrático. O Ministério da Educação, como responsável pela política nacional referente a este direito básico, deve promover a igualdade de acesso e permanência, respeitando as especificidades das populações locais que compõem a nação brasileira.

A necessidade premente de ações educacionais mobilizadoras para fomentar a igualdade de acesso e a permanência nos sistemas educacionais encontra amparo na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Declaração de Hamburgo (1997), no Plano Nacional de Educação, na Declaração dos Direitos Humanos (1948), na Declaração de Durban (2001) e na Convenção 169/ OIT, ratificados pelo Brasil. A desigualdade é uma das principais características da sociedade brasileira: as distâncias que separam, por exemplo, pobres e ricos, mulheres e homens ou pessoas do campo e da cidade são abissais. E mais, essas distâncias têm diminuído pouco nos últimos anos.

Estudos recentes realizados por diversas instituições evidenciam que a discriminação (racial, étnica, de orientação sexual ou geracional) é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional. De fato, considerando o corte racial e utilizando dados da PNAD/IBGE, alguns estudos mostram a perturbadora persistência da diferença de 2,3 anos no número médio de anos de estudo entre brancos e negros, entre 1992 e 2001. Embora tanto brancos quanto negros venham aumentando a média de anos de estudo, a diferença entre ambos persiste. Essas desigualdades são resultado de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Pesquisa atual da Unesco, que levanta o perfil dos professores brasileiros, indica que “os professores não desejam ter como vizinhos principalmente: os viciados em drogas (69%), as pessoas que foram presas (50%), as prostitutas (42%), os favelados (27%) e os homossexuais (21%)”. As consequências da persistência dos índices de desigualdades são perversas. De um lado, a permanência das desigualdades naturaliza a participação diferenciada de negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, de crianças e jovens com orientação sexual para pessoas do mesmo sexo nos espaços educacionais, reforçando a estigmatização sofrida por esses grupos da população, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania. De outro lado, o processo de exclusão do sistema educacional vivido por negros, indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, e crianças e jovens de baixa renda compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Tal processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade e aprofunda o processo de fratura social que marca o Brasil contemporâneo. Assim, o enfrentamento do

problema das desigualdades no espaço educacional requer o desenvolvimento de um conjunto de ações específicas voltadas para, de um lado, reconhecer e valorizar a diversidade social característica da população brasileira (produzindo material didático, capacitando profissionais da educação, promovendo o convívio dos diversos grupos por meio de atividades culturais, de esporte e de lazer no espaço escolar, estimulando a criação de redes) e, de outro, garantir a oportunidade de acesso aos diversos níveis de ensino (promovendo cursos de reforço escolar, concedendo bolsas de estudo). É importante ressaltar que a democratização das relações na área educacional passa, também, pelo fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre Estado e sociedade. Portanto, a estratégia adotada pelo programa Educação para a Diversidade e Cidadania deverá auscultar os movimentos sociais, bem como apoiar iniciativas inovadoras já implementadas por organizações da sociedade. Por último, ao combate às desigualdades soma-se a preocupação com a educação ambiental, no sentido de preservar a qualidade de vida das gerações futuras. Trata-se, pois, de promover, por meio de uma atuação em conjunto com os sistemas educacionais, a inclusão educacional e o fortalecimento da diversidade social e ambiental. Busca-se articular um conjunto de ações que assegure a igualdade de oportunidade de acesso e de permanência de grupos discriminados ou excluídos nos distintos níveis de escolarização, desenvolvendo e implementando instrumentos e procedimentos de educação formal e não-formal orientados pelo respeito às diferenças culturais, étnico-raciais, de orientação sexual, de gênero e de idade, contribuindo para a democratização das relações sociais e a consciência ambiental na educação. Para tanto, as ações implementadas buscarão atingir os principais agentes e sujeitos educacionais, quais sejam: os alunos, seus familiares e os profissionais da educação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

O programa é novo e compatível com o desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, uma vez que objetiva assegurar o respeito à diversidade.

1048 - Educação para Alimentação Saudável (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O problema que originou o programa não foi superado. Suas ações foram absorvidas pelo programa 1049 - Acesso à Alimentação, de forma a contribuir para o objetivo de garantir segurança alimentar por meio de uma alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Embora excluído, não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, tendo em vista que as ações do programa continuarão a ser executadas por meio do programa 1049 - Acesso à Alimentação.

1311 - Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde

Problema

O país vivencia um quadro em que há ausência de uma política de educação em saúde para o Sistema Único de Saúde que possibilite a qualificação permanente e o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, levando em consideração as necessidades do Sistema e as realidades específicas, de modo a concorrer para a melhoria da atenção à saúde e do SUS.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações se fizeram necessárias para melhor espelharem os resultados que se buscam alcançar com o programa, tendo se integrado às ações, entre outros, os esforços para a capacitação à distância de profissionais, a oferta de estágio aos estudantes das áreas de saúde na rede SUS e a promoção dos princípios da educação popular. A ação 5429 – Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem - PROFAE foi excluída do programa, uma vez que o projeto de profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem, que conta com financiamento externo, já vinha sendo executado, desde o início de 2004, por intermédio das ações 6199 - Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e 6488 - Apoio às Escolas Técnicas de Saúde, Escolas de Saúde Pública, Centros Formadores e Centros Colaboradores sem que houvesse qualquer prejuízo para o programa ou para o projeto.

A implementação das diretrizes do Plano pertinentes ao programa deverá envolver, além do Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, as esferas subnacionais do SUS e as instituições formadoras, de modo a garantir a escolarização, a qualificação e a capacitação profissional continuada na área de saúde, bem como a profissionalização em setores prioritários.

Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência)

1079 - Educação Previdenciária

Problema

A insuficiente cobertura previdenciária é explicada, principalmente, pelo desconhecimento por parte das pessoas acerca da importância da Previdência Social para o equilíbrio e sustentabilidade do sistema social do país, principalmente entre os extratos sociais mais necessitados e expostos a riscos – os idosos e os pobres. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2002), do IBGE, dos 70,6 milhões de pessoas ocupadas entre 16 e 59 anos, 27 milhões não tinham qualquer seguro previdenciário ou assistencial, correspondendo a cerca de 38% dos trabalhadores em atividade. Não ter previdência é não ter substituição de renda na ocorrência de infortúnio, como doença, invalidez, morte ou idade avançada, entre outros; nessa situação, o trabalhador perde a sua dignidade porque passa a depender de familiares, de

terceiros ou da caridade alheia. Significa também maior empobrecimento da população, pois a falta de reposição de renda acarreta a redução dos recursos disponíveis, dada a sua divisão entre mais pessoas, diminuindo ainda mais a possibilidade de consumo, com consequências danosas para toda a economia, como também para a área da saúde e da segurança, uma vez que a falta de renda também afeta a qualidade de vida das pessoas, podendo causar doenças e gerar violência.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada a alteração de denominação do programa, que passou de "Proteção Previdenciária" para "Educação Previdenciária" e no título da ação 2282 – Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias, para permitir melhor compreensão da sua atuação. O desenvolvimento de uma cultura previdenciária e a divulgação de informações relativas ao sistema previdenciário, por meio de ações educativas que promovam e reforcem a imagem institucional, são mecanismos que estarão presentes na implementação do programa e conduzirão ao fortalecimento da cidadania e ao aumento da credibilidade da previdência pública, intensificando o aumento da cobertura, em razão da população estar consciente de seus direitos e deveres. As alterações de denominação e objetivo do programa visam adequá-lo a uma melhor compreensão da atuação do conjunto de suas ações. A partir do seu conjunto de ações, o programa contribui para o objetivo setorial de ampliar a cobertura previdenciária, visando a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, estando alinhado com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social e, em especial, com a diretriz de promoção do acesso das populações marginalizadas à Previdência Social.

1046 - Eficiência Energética

Problema:

Há significativo desperdício e uso ineficiente de energia no Brasil. Este programa objetiva reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos e pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia através da promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente visa aumentar a disponibilidade de energia para o País.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações processadas nos atributos das ações fortalecem o compromisso do programa com os objetivos do PPA. Atingir este objetivo garantirá a sustentabilidade da oferta de energia, o que está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1037 – Eficiência na Agricultura Irrigada

Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou demanda da sociedade a ser atendida.

Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no País para dimensionamento das necessidades hídricas dos cultivos, comprovadamente resultam no seu superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não sistemática, sendo necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias. Isso ocasionará uma otimização no uso da água na irrigação e permitirá liberação de água e energia elétrica para outros usos, aliada as elevações do rendimento dos fatores de produção, que resultarão em crescimento econômico.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração proposta no custo total do projeto é resultado da reestimativa do valor total da ação 5858 Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares.

A alteração relativa aos valores e metas físicas na ação 7016 – Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada é proveniente da realocação de recursos decorrente da reprogramação. Tal ação é importante na medida em que busca realizar um levantamento da localização e características principais de todas as áreas irrigadas no País - públicas e privadas - condição indispensável para a implementação das ações do Programa, desenvolvendo um banco de dados georreferenciados.

Tais alterações estão compatíveis com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, e diretrizes associadas.

1044 - Energia Alternativa Renovável

Problema:

É baixa a diversidade da matriz energética nacional, evidenciada pelo uso de poucas formas de energia alternativa e pelo atraso tecnológico. A oferta de energia, com recursos energéticos locais, promove a economia de divisas, contribui para o equilíbrio de oferta e demanda e reduz os riscos hidrológicos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações 10WE – Implantação de Unidades de Geração de Energia Elétrica Utilizando Biomassa como Combustível, 10WF – Implantação de Unidades de Geração Elétrica Utilizando Energia Solar, 10WG – Implantação de Unidades para Geração de Energia Térmica Utilizando Energia Solar e 11UG – Implantação de

Unidades de Produção de Biocombustíveis foram incluídas no programa. Estas inclusões, realizadas com o objetivo de disseminar o uso de energia alternativa renovável, bem como as mudanças processadas nos atributos de outras ações, ampliam a contribuição do programa para o alcance dos objetivos do PPA. O programa pretende ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais. Em seu âmbito também estão previstos o acompanhamento, a avaliação e a divulgação das ações do PROINFA, o que está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0294 - Energia na Região Nordeste

Problema:

A região Nordeste tem limitada capacidade de geração de energia, restrita aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, sendo dependente de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. Além disso, o consumo de energia no Nordeste concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda. Agrava esta situação o fato de que o Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 12BG – implantação de Unidade Auxiliar de Geração de Vapor na Termobahia/RLAM (BA), 8605 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste, e 8607 – Reforços no sistema de Transmissão do Nordeste, que visam melhorar a oferta de energia para a região Nordeste. A inclusão destas ações e as alterações realizadas nos atributos das demais reforçam a contribuição do programa no alcance dos objetivos do PPA.

Este programa visa atender as necessidades de energia elétrica do Nordeste e, desta forma, estimular os investimentos na região. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da matriz energética nacional. Assim, as obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. Isto está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0297 - Energia na Região Norte

Problema:

É pequeno o aproveitamento do grande potencial hidrelétrico da região Norte, que

tem regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do país. A reversão deste quadro possibilitará a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. Para este aproveitamento, torna-se necessária a atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 11YC – Implantação de Sistema de Transmissão Samuel – Ariquenes – Jauru – Ji-Parana (230 kV – 315 Km), em Rondônia, com o propósito de fortalecer a relação do programa com o PPA. As alterações realizadas nos atributos de outras ações também concorrem para este fortalecimento. O programa visa atender as necessidades de energia elétrica da região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional, o que levará novos investimentos para o local. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. Tais empreendimentos, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Este propósito está compatível particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megabjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0295 - Energia na Região Sul

Problema

Há pontos de estrangulamento nos principais sistemas de transmissão do Sistema Elétrico Sul que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A região Sul, pólo de desenvolvimento industrial com elevado potencial de consumo, caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 12BJ – Implantação da Segunda Fase da Usina Termelétrica de Canoas e 6556 – Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas. Também foram modificados atributos de outras ações, visando reforçar a compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação da matriz energética, considerando a elevada reserva carbonífera existente, e atende às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados. Apresenta também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, o que melhorará a qualidade de vida da

população. Desta forma, concorre para o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Problema:

O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia, além de requerer a complementação e a atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões destacam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 104L – Implantação da 1ª Fase da Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS), com 240 MW, 10WJ – Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP), com 195 MW, 10WL – Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS), 10WM – Implantação de Interligação dos Sistemas de Água e Vapor – Termorio/REDUC (RJ), 6556 – Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétrica e 8549 – Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Estas inclusões e as alterações realizadas nos atributos das demais ações reforçam a compatibilidade do programa com os objetivos do PPA.

O programa objetiva atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional, o que impulsionará os investimentos na região. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O programa é compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1042 - Energia nos Sistemas Isolados

Problema:

É insuficiente a oferta e baixa a qualidade no atendimento das necessidades de

energia elétrica dos Sistemas Isolados. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados (Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) ao Sistema Interligado Nacional. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, com elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. Além disto, o perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda e cultura, bem como hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a inclusão da ação 10WK – Implantação da Usina Termelétrica de Manaus (AM) com 720 MW, que ampliará o fornecimento de energia para os sistemas isolados. Esta inclusão e as mudanças feitas nos atributos de outras ações acentuam a compatibilidade do programa com o PPA. Este programa visa ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica e, ao atingir este objetivo, impulsionará os investimentos nestes sistemas. Isto está compatível particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1142 - Engenho das Artes

Problema:

O desconhecimento das artes e cultura brasileiras, bem como dos trabalhos produzidos nas diversas regiões do país, compromete a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção de um sentimento de pertinência a uma nação e a valorização individual e coletiva. A pouca valorização dessas atividades artísticas e culturais resulta em que elas acabam não sendo auto-sustentáveis, devido ao custo elevado de produção e por não terem a devida cobertura proveniente da bilheteria. Observa-se, ademais, reduzido número de atividades de formação profissional para as artes, o que dificulta o desenvolvimento de atividades de suporte aos espetáculos, como as de gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação, vestuário e outras, o que eleva ainda mais os seus custos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu modificações em sua concepção (fusão e exclusão de ações e melhor definição de público alvo) de forma a se adequar à nova estrutura do MinC. Houve reavaliação de seus indicadores, realizou-se a fusão de todas as ações de fomento na ação 4796 - Fomento a Projetos de Arte e Cultura e a ação 2639 - Registro de Direito Autoral migrou para o programa Livro Aberto.

O programa atende ao desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-

regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidade cultural e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, mediante a produção, a difusão e o acesso aos bens e serviços na área das artes integradas.

0640 - Ensino Profissional da Aeronáutica

Problema:

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a se aperfeiçoarem e a se qualificarem para melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas, e que as oportunidades para tal sejam freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

É objetivo específico deste programa a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia do PPA foram aperfeiçoados os atributos "objetivo" e "justificativa"; houve alteração nos índices de referência dos indicadores. O indicador "Taxa de aproveitamento acadêmico (formação)" passou de 84% para 92% e o indicador "Taxa de aproveitamento acadêmico (pós-formação)" passou de 92% para 95%. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais, bem como ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais e ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0638 - Ensino Profissional do Exército

Problema:

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a se aperfeiçoarem e a se qualificarem para melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas, e que as oportunidades para tal sejam freqüentemente oferecidas, tanto de sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

É o objetivo específico deste programa a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando do Exército.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Cabe ressaltar a necessidade de adequar o índice de referência do indicador do programa "Taxa de qualificação do Exército brasileiro" de 93,2% para 92,5%. As ações de Aperfeiçoamento de Oficiais, Aperfeiçoamento de Sargentos, Especialização e Extensão de Sargentos e Especialização e Extensão de Oficiais foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais, bem como ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais e ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0107 - Erradicação do Trabalho Escravo

Problema

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no país, focalizadas especialmente nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão e Bahia, atingindo milhares de trabalhadores, o que aponta para necessidade de manutenção do programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como das ações conjuntas com outras instituições governamentais, visando a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 11D4 – Implantação de Vara do Trabalho Itinerante nos Estados do Amazonas e Roraima e 103X - Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Mato Grosso do Sul, como forma de contribuir para o alcance do objetivo do programa. A alteração efetuada no programa o mantém alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, bem como com a diretriz de combate à sobre-utilização do trabalho e a sua precarização.

0068 - Erradicação do Trabalho Infantil

Problema

O programa visa enfrentar o problema da prática do trabalho por menores de 16 anos, o que é proibido por lei (salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos).

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alguns ajustes no texto da justificativa do programa, de forma a torná-lo mais conciso. Houve inclusão da ação Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho. No momento da elaboração do PPA 2004-07 a ação havia sido incorporada ao programa único de transferência de renda. Entretanto, percebeu-se que a bolsa referente a erradicação do trabalho infantil não se enquadra no desenho do programa de transferência de renda, o que conduziu à reinserção da ação. Ajustes foram feitos no título da ação 2060 – Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência e o produto da ação 2688 – Fiscalização para Erradicação do

Trabalho Infantil foi alterado para "crianças e adolescentes com situação regularizada". Além disso, foi inserida ação referente a serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação da bolsa com a finalidade de garantir maior transparência na aplicação dos recursos. No caso do indicador "Taxa de trabalho infantil", houve alteração da faixa-etária na fórmula de cálculo de "0 a 15" anos para "5 a 16". Tal alteração explica-se pelo fato de que o número de crianças de "0 a 5" anos que trabalham é ínfimo, o que distorceria a fórmula. Assim, a fórmula foi alterada de "Relação percentual entre o número de crianças entre 0 e 15 anos que se encontram em situação de trabalho e o total da população entre 0 e 15 anos" para "Relação percentual entre o número de crianças entre 5 e 16 anos que se encontram em situação de trabalho e o total da população entre 5 e 16 anos"

O programa está vinculado ao desafio de ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos. As diretrizes relacionadas são a de implementação de medidas compensatórias tendo a família como referência e a de garantia dos benefícios respeitando as condicionalidades estabelecidas. O programa visa enfrentar o desafio por meio da eliminação da prática de trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Para tal, destacam-se ações socioeducativas e de convivência, de fiscalização e de concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho.

1066 - Escola Básica Ideal (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Embora o problema ainda não tenha sido resolvido, a proposta de exclusão do programa se baseia no novo modelo de programação do Ministério da Educação. Sendo assim, algumas ações do programa Escola Básica Ideal foram redirecionadas para o programa Desenvolvimento do Ensino Médio e outras foram excluídas.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no plano decorrente da exclusão do programa, uma vez que as ações estão sendo redirecionadas para outro programa.

1075 - Escola Moderna (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

A proposta de exclusão do programa se baseia no novo modelo dos programas do Ministério da Educação, focalizado nos níveis e modalidades de ensino. As ações migraram para os programas Brasil Escolarizado, Desenvolvimento da Educação Especial, Desenvolvimento da Educação Profissional, Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica e Universidade do Século XXI.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no plano decorrente da exclusão do programa, uma vez que as ações estão sendo redirecionadas para outro programa.

1250 - Esporte e Lazer da Cidade**Problema:**

Há grande dificuldade de acesso ao esporte e lazer pela população em situação de vulnerabilidade social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. O objetivo do programa foi alterado para melhor atender ao problema identificado, que também foi alterado e aperfeiçoado. Os indicadores e seus índices foram alterados como forma de tentar melhor medir a efetividade do programa. Foram incluídas quatro novas ações como forma de aprimorar a qualidade do programa. De uma maneira geral, as mudanças visaram dar maior visibilidade e transparência a projetos e atividades desenvolvidos pelo programa, possibilitando dinâmica e controle maiores para os mesmos, o que até então não havia sido alcançado em 2003.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1255 - Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural**Problema:**

O programa foi excluído pela impossibilidade, no período de quatro anos, de se alocar recursos financeiros suficientes para alterar a realidade sobre o problema levantado, qual seja: "Baixa valorização e divulgação da cultura nacional em sua diversidade". Contudo, outros programas do governo estão aptos a responder por iniciativas propostas por este programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá prejuízos aos megaobjetivos, uma vez que o que este programa se propôs a realizar será efetivado no âmbito de outros programas. Dessa forma, a ação principal do programa 2494 – Eventos de Criação Nacional e Identidade Cultural - foi absorvida pelo programa 0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob o novo título de "Realização dos Jogos dos Povos Indígenas", e o funcionamento de núcleos de esporte de criação nacional e identidade cultural será concretizado na ação 2667 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, do programa 1250 - Esporte e Lazer da Cidade.

0696 - Estrangeiros no Brasil

Problema:

Este programa decorre da necessidade do Estado de proteger e policiar suas fronteiras, buscando auxiliar na proteção do território nacional, combatendo a estada e a entrada ilegal no país. Destina-se ainda a auxiliar no combate ao crime internacional, transnacional, tráfico de entorpecentes e armas, terrorismo e trabalho escravo de estrangeiros ilegais. Busca realizar, inclusive, projetos destinados ao controle do fluxo migratório no País e melhorar os processos operacionais de execução de serviços destinados aos estrangeiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Guardando compatibilidade com as diretrizes do PPA, o programa pode ser percebido como

instrumento executório dos preceitos legais constitucionais, também previstos na Lei 6.815/80 - regulamentada pelo Decreto 86.715/81, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração, nos Tratados bilaterais, multilaterais e nas Convenções firmadas pelo Brasil, afetos ao assunto estrangeiro no país. Foi necessário alterar a finalidade de algumas ações com o objetivo de adequá-las as atividades efetivamente executadas nas mesmas, o que conseqüentemente levou a alterações de outros atributos.

A denominação do título da ação 2728 - Concessão de Nacionalidade, Naturalização e Regularização de Estrangeiros no País, está incorreta, pois não há que se falar em "regularização de estrangeiros" se a legislação de que trata a matéria, veda, expressamente, tal ato. Portanto, levando em consideração a assertiva legal e a necessária adequação às atividades efetivamente envolvidas, a mesma foi alterada para "Coordenação Nacional das Ações de Nacionalidade, Naturalização e Migração" e conseqüentemente, foram revisados os conteúdos da finalidade, da descrição e da implementação.

Quanto à denominação do título da ação 4275 - "Central de Atendimento ao Estrangeiro", há de se considerar que pelos diversos temas afetos ao Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça não há que se falar apenas em atendimento a estrangeiros, sendo, portanto, alterada o título da referida ação para "Central de Atendimento aos Estrangeiros e Nacionais". Da mesma forma, também, para manter a coerência da modificação, foram acertados os textos da finalidade, da descrição e da implementação.

Levando em consideração as efetivas atividades que são realizadas, foi alterada a finalidade da ação 0476 - "Apoio à Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados", trocando "Instalar albergues direcionados ao acolhimento temporário de refugiados", para "Apoiar projetos de instalação de albergues direcionados ao acolhimento temporário de refugiados e/ou solicitantes de refúgio". Ressalte-se que o verdadeiro objetivo da ação é o apoio a projetos e não a instalação de albergues. Em função da assertiva o título da ação foi alterado para "Apoio a Projetos de Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados" e o produto alterado de "Albergue Instalado" para "Projeto Apoiado".

0224 - Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário**Problema**

A falta de uma administração mais direta impacta negativamente nas condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais, o que o Ministério dos Transportes vem buscando resolver mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado à diretriz de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores da infra-estrutura.

8768 - Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval**Problema**

Um dos principais problemas que este programa pretende solucionar ao longo do PPA 2004-2007 é a necessidade de renovação e expansão da frota brasileira, cuja idade é muito elevada; isto se dará através do financiamento de embarcações construídas no país para o transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga na navegação interior, bem como de apoio marítimo, portuário e na atividade pesqueira. Com isto, promoverá a geração de emprego e proporcionará mais segurança para o transporte de cargas e passageiros, bem como novas oportunidades de geração de renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de desenvolvimento do transporte marítimo de cabotagem e de longo curso, integrando-o à malha viária nacional.

0460 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa**Problema**

O Brasil ainda necessita adequar sua capacidade de resposta às demandas da sociedade na área de ciência e tecnologia, tanto no plano interno quanto no externo, visando sua inserção na economia global. Este programa busca ampliar e consolidar a base de pessoal qualificado para a pesquisa, na medida das necessidades do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Dados os esforços governamentais concernentes à formação de novos doutores, incluíram-se três novos indicadores e excluiu-se o indicador referente ao coeficiente de mestres em relação à população: 1) Percentual de bolsistas de doutorado do programa que titularam - evidencia quantos, dos bolsistas de doutorado por ele apoiados, se tornaram efetivamente doutores; 2) Percentual de ex-bolsistas de doutorado do programa cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa - evidencia quantos, dos doutores por ele apoiados, se tornaram efetivamente pesquisadores; 3) Taxa de pesquisadores apoiados pelo programa - evidencia em que medida o programa está contribuindo para o aumento da efetividade dos pesquisadores em atividade no país.

A inclusão de novos indicadores em nada afetará os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, principalmente no que concerne à ampliação, desconcentração regional e fortalecimento das bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1171 - Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados – PNAFE**Problema:**

O PNAFE foi implantado em 1997, como medida complementar ao processo de renegociação de dívidas dos estados e municípios, tendo em consideração que o refinanciamento não traria os resultados esperados sem que fossem implementadas ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais para a eliminação das fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro. Sem esforço de melhorar a gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, a situação de inadimplência e desajuste tenderia a se repetir.

O prazo de encerramento do programa estava previsto para 31 de dezembro de 2003. O ritmo de execução do programa, entretanto, foi afetado pelas eleições de 2002 e pela mudança de governo, o que redundou na necessidade de prorrogação do prazo de execução do programa. Por outro lado, estão sendo estudadas ampliações nos projetos, viabilizadas pela maior disponibilidade de reais decorrente do crescimento da taxa de conversão do dólar.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no Plano Plurianual:

Foi alterada a data de término da ação 1149 – Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização Fiscal dos Estados, passando de 12/2004 para 12/2005. Também foram alterados os valores previstos para o período, adequando-os às metas, sem prejuízo da compatibilidade com os desafios e diretrizes estabelecidos no PPA.

1172 - Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM

Problema:

O fortalecimento da posição do Município na Federação brasileira tem-se intensificado a partir de 1988: o raio de autonomia tem-se ampliado, configurando-se, para muitos, um reforço de juridicidade. O processo de descentralização não tem se restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os Municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão, de um lado, pela solução mais imediata dos problemas e, por outro, pela possibilidade do exercício efetivo do controle social.

A consolidação do processo de descentralização, entretanto, depende do aumento da capacidade organizativa e fiscal dos municípios para que esses assumam os gastos sociais básicos fundamentais à promoção do desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população, uma vez que essas despesas não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e estaduais e por níveis crescentes de endividamento. Há que se observar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de déficits imoderados.

Estudos apontam um aumento da arrecadação própria dos municípios de 196% entre 1988 e 2000, mas que há ainda um potencial tributário não explorado, considerando que municípios com perfil idêntico em termos de região, renda e população apresentam grande dispersão nos indicadores de receita própria. As causas são as mais diversas e vão muito além do descaso dos prefeitos com a geração de recursos através de medidas pouco populares (Afonso e Araújo, 2001).

A evolução desse quadro requer, em muitos casos, investimentos na modernização da gestão fiscal e administrativa dos municípios, criando as condições para que esses alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais, cumprindo os mandamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Associadas ao equilíbrio fiscal, é fundamental ainda a orientação dos serviços públicos para o cliente/usuário/cidadão e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. A referida lei define, no art. 64, que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi alterada a data de término da ação 1151 – Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios, passando de 12/2007 para 12/2008. Também foram alterados os valores previstos para o período, adequando-os às metas, sem prejuízo da compatibilidade com os desafios e diretrizes estabelecidos no PPA.

1136 - Fortalecimento da Gestão Urbana**Problema:**

No Brasil, convivemos com o problema da baixa capacidade técnica e institucional para a gestão e o planejamento do desenvolvimento urbano e territorial nos municípios, particularmente na questão do planejamento, manejo e controle do uso e ocupação do solo, dificultando o desenvolvimento urbano sustentável nas diversas regiões do país. Desse modo, as intervenções em habitação, saneamento, transporte, trânsito e mobilidade nos municípios necessitam de um apoio para o fortalecimento da gestão urbana.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando atender adequadamente ao desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente, bem como atender às diretrizes de mudança no padrão de circulação, acessibilidade, trânsito e transporte, com a valorização do transporte coletivo e de estímulo à capacitação do poder público municipal para a gestão e o planejamento urbano e territorial sustentável e participativo, a inclusão da ação orçamentária 09FM - Apoio à Modernização Institucional do Setor de Transporte Público Urbano permitirá aperfeiçoar o programa e a atuação do governo federal para fortalecimento da gestão urbana, dada a necessidade de apoiar a melhoria da eficácia, a eficiência e a efetividade dos órgãos gestores e dos operadores dos serviços de transporte coletivo urbano com o objetivo de melhorar a qualidade para os usuários, uma vez que há hoje uma baixa capacidade técnica e institucional dos entes federativos. As alterações nos indicadores e a atualização de seus índices visa retratar de forma mais adequada a situação atual da gestão municipal no país, bem como permitirá um melhor acompanhamento dos resultados do programa. Portanto, as alterações mantêm a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

1115 - Geologia do Brasil**Problema:**

Há descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do território nacional, o que tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso,

conservação e preservação dos recursos hidrominerais. É necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil, conforme previsto no art. 21, inciso XV e art. 22, inciso XVIII da Constituição Federal e no Decreto 1.524, de 20 de junho de 1995.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As mudanças realizadas nos atributos das ações do programa ampliam a sua compatibilidade com o PPA. Este programa objetiva gerar e difundir informações geológicas

e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral, o que permitirá a geração de investimentos.

Isto concorre para o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas no programa as seguintes ações: 09HC - Contribuição à Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - HABITAT (Ministério das Cidades); ação

0172 - Contribuição à Associação Mundial dos Serviços Públicos de Emprego - AMSEP e 09GY - Contribuição ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR (Ministério do Trabalho e Emprego); ações 09AY - Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar, Irã, 1971) e 09BC - Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate a Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - CCD (Ministério do Meio Ambiente). Além disso, foram efetuadas correções de títulos de ações que apresentavam erro ortográfico.

O objetivo do programa é assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse, vinculado ao objetivo setorial de assegurar a adequada participação de delegações brasileiras em negociações internacionais no âmbito tanto bilateral quanto multilateral. Esse objetivo alinha-se com o desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e

intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. A inclusão de ações de outros órgãos nesse programa, que tem caráter multissetorial, é reflexo dessa necessidade de assegurar a participação do Brasil em organismos internacionais de seu interesse, estando, portanto, de acordo com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual 2004/2007.

0360 - Gestão da Política Agropecuária

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recebeu a inclusão das seguintes ações: ação 11TR – Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias; ação 8533 – Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio. O programa é compatível com o desafio de governo de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

0773 - Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, e alterados os valores de algumas ações visando melhor adequá-las às metas previstas para o período, sem prejuízo para a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no PPA.

0072 - Gestão da Política de Assistência Social (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O programa foi excluído devido à criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a partir do Ministério de Assistência Social e do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Na revisão foi criado o programa **Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, que unificou as ações dos programas de gestão provenientes dos dois órgãos unificados.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes decorrentes da exclusão, tendo em vista a criação do programa Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

0473 - Gestão da Política de Ciência e Tecnologia**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve inclusão de produto (cooperação apoiada) e unidade de medida (unidade) na ação 6147 - Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para melhor visualização dos resultados do investimento público nessa atividade. Foi duplicada a ação 6147 - Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação na unidade orçamentária 24204 - CNEN, visando a explicitar a cooperação internacional da área nuclear. A ação 7388 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação para Cooperação Internacional teve seu custo total e prazo reestimados, de modo a compatibilizar a ação à sua execução.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

8006 - Gestão da Política de Comunicações**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando apoiar as estratégias de desenvolvimento para a redução das desigualdades e para a geração de emprego e inclusão social, foi incluída a ação Estudos para a Ampliação da Oferta do Microcrédito via Banco Postal.

Para dar maior transparência à alocação das despesas, foram incluídas as ações Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações e Reforma do Edifício Sede do Ministério das Comunicações.

As ações do programa visam, principalmente, atender ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, objetivando reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local. Ademais, contribuem com o estabelecimento de uma nova política de desenvolvimento regional, articulada com a política urbana, com a integração e a complementaridade de ações, além de promover novos arranjos institucionais por meio da integração das ações setoriais e de uma articulação entre as esferas de governo que promovam pacto federativo cooperativo.

0173 - Gestão da Política de Cultura

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa teve inclusão das ações 11T8 - Implantação do Sistema Nacional de Cultura, 6620 - Observatório de Políticas Culturais e 8197 - Cultura Brasileira no Mundo, de forma a refletir as novas diretrizes da política cultural, possibilitando dar maior visibilidade às ações do Ministério. Compõe o desafio de valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais de forma a aperfeiçoar os mecanismos legais, institucionais e de gestão relativos à cultura, além de enfatizar a criação de novas ações com o objetivo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional.

0625 – Gestão da Política de Defesa Nacional

Problema

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

Com a finalidade de adequar o programa alterou – se o título da Ação “Sistema Militar de Catalogação” para “Sistema de Informações Logísticas de Defesa”.

0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As mudanças propostas visam reforçar esse programa como coordenador do planejamento e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário. Para tanto, foi criada uma ação para reforma do edifício-sede do INCRA no intuito de garantir que o edifício mantenha as necessárias condições de trabalho; foi também dilatado o prazo de execução da ação 7020 - Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar em razão de um melhor dimensionamento dos recursos em relação à programação anterior. Dessa forma a programação continua compatível com os desafios e diretrizes definidas no Plano Plurianual.

0757 - Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**Problema:**

"Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão."

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão da ação nova 8621 - Estudos para Projetos de Obras de Infra-Estrutura Hídrica deve-se à necessidade da elaboração de estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade e estudos ambientais (EIAs) para a elaboração de projetos de obras hídricas de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, de acordo com a portaria nº 70, de 3 de fevereiro de 2004, em conformidade com a nova política adotada pelo Ministério.

A reclassificação da ação 7974 - Avaliação de Impactos das Políticas Públicas e dos Instrumentos de Desenvolvimento de "projeto" para "atividade", e por consequência com novo código 8349, deve-se ao fato de que o objetivo da ação está relacionado com a avaliação de planos e programas governamentais, que tem caráter permanente e contínuo.

As alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores previstos em projetos e atividades, e suas relações físicas, são provenientes das realocações decorrentes da reprogramação.

Demais ações novas inseridas neste programa com previsão de término para 2005 incluem a Recuperação e Reforma do Edifício-Sede do DNOCS e da

ADENE e Aquisição, Instalação e Modernização de Recursos da Tecnologia da Informação do DNOCS.

As modificações permitem a manutenção da compatibilidade com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento locais e suas diretrizes associadas.

1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, resultado da fusão do Ministério da Assistência Social e do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, torna-se necessário compatibilizar o programa de gestão com a nova estrutura, evitando superposições e duplicidade de ações com os programas de gestão anteriormente existentes. Além disso, o programa incorporou as ações do programa excluído "Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal", que tiveram seu escopo adequado à avaliação de políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

O programa está vinculado ao desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência). As diretrizes relacionadas são a de promoção da equidade na implementação das políticas sociais, aprimoramento e desburocratização do atendimento direto aos cidadãos, desenvolvimento de mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços prestados, valorização dos servidores públicos, garantindo condições de trabalho adequadas ao desenvolvimento de serviços públicos com qualidade, e a ampliação de políticas de atendimento ao idoso e ao portador de necessidades especiais, garantindo seus direitos sociais básicos. O programa visa atender aos desafios, coordenando a formulação de políticas, a avaliação e o controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Problema

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O projeto 3955 – Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento teve suas metas revistas em razão da mudança do escopo dos estudos realizados. Até o ano de 2004, o apoio era dirigido apenas a grandes projetos, cobrindo extensões territoriais amplas e produzindo um diagnóstico completo. Em razão de novas demandas, a ação passará a atender também estudos de menor escala, cobrindo regiões menores e gerando o diagnóstico do problema a ser atacado com maior prioridade, contribuindo assim para o alcance do desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente e da diretriz de aprimoramento dos instrumentos de política urbana em nível nacional, estadual e municipal de modo a garantir a função social do solo urbano. Desse modo, demonstra-se que a alteração mantém a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

0155 – Gestão da Política de Direitos Humanos**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas pretendem adequar o programa ao seu caráter de programa de gestão de políticas públicas. Neste sentido, a revisão adequou o programa por meio das seguintes mudanças: inclusão da ação 8601 - Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais, visando a implementação e a consolidação da transversalidade com enfoque de direitos humanos nas políticas públicas; e inclusão da ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do programa.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos tem como missão a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos, por meio da articulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, de forma a garantir a promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias, além da proteção das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária. Dessa forma, compete à Secretaria atuar, em âmbito nacional, junto aos diferentes órgãos do governo, de forma a garantir a inclusão da perspectiva de direitos humanos nas políticas públicas, conforme o compromisso, expresso na Orientação Estratégica de Governo, com a inclusão social, mediante criação de condições que garantam a todos os brasileiros o exercício de seus direitos de cidadania, bem como o atendimento às demandas diferenciadas dos grupos socialmente mais vulneráveis da população. Portanto, as alterações do programa mencionadas acima contribuem para a implementação dos megaobjetivos I e III e dos desafios 7, 22 e 27 do Plano Plurianual.

1067 - Gestão da Política de Educação**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações visam melhorar o conjunto das ações que compõem o programa, de modo a melhorar a equidade na implementação das políticas sociais, mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços prestados e a promoção da eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos. O programa está em consonância com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.

0276 - Gestão da Política de Energia**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", direcionado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 2407 – Levantamento de Potenciais Hidrelétricos das Bacias Hidrográficas, 6888 – Estudos para o Planejamento Integrado dos Recursos Energéticos e 6907 – Estudos Preparatórios para as Licitações da Expansão de Energia Elétrica. Também foram efetuadas alterações em atributos de outras ações. Estas inclusões e alterações visam fortalecer a compatibilidade do programa com o PPA. Este programa destina-se ao planejamento e à formulação de políticas setoriais e tem como escopo, no âmbito do setorial, a geração de novos investimentos no setor de energia. Desta forma, está compatível com o desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas visam adequar o programa ao seu caráter de gestão de políticas públicas, destinado essencialmente às atividades de planejamento e de formulação de políticas setoriais, e de coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Foram inseridas as seguintes ações: Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental, referente a contrato de empréstimo; Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, com vistas a gerar estatísticas e desenvolver indicadores, sobretudo para os programas Amazônia Sustentável, Comunidades Tradicionais, Educação Ambiental, Nacional de Ecoturismo e Proambiente, que não possuem indicadores; Apoio à Realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente; Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios. A ação Planejamento de Ecoturismo para a Amazônia (PROECOTUR) teve sua denominação alterada para Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Seccionadas, ampliando seu escopo para todo o País.

As alterações propostas contribuirão para melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

0087 - Gestão da Política de Previdência Social**Problema:**

"Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão."

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública foi incluída no programa e a ação 1015 - Adequação da Infra-Estrutura Tecnológica do CNIS foi absorvida pela ação 4117 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social.

A inclusão e aglutinação de ações melhoraram o conjunto da programação, que se mantém alinhada com o objetivo setorial de ampliar a cobertura previdenciária, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, visando o alcance do desafio de promover o acesso universal à seguridade social, com qualidade e equidade.

1152 - Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano**Plurianual:**

O programa 1152 - Gestão da Política de Promoção da Igualdade Social foi concebido em virtude da criação da SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para esta coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e o acompanhamento dos respectivos programas e ações voltados para a promoção da igualdade racial. Esta revisão pretende adequar o programa de Gestão sob dois aspectos: a) Tendo em vista a criação do programa finalístico Brasil Quilombola, sob a responsabilidade da SEPPIR, este programa absorveu a ação 6440 – Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos; b) a ampliação da rede política em torno da questão racial no país, que conta com a participação decisiva da SEPPIR, tem requerido o fortalecimento de ações afirmativas, o que vai refletir sobre a necessidade de revisão do desenho do programa de Gestão, com a inclusão das seguintes ações: 09BB- Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo é estimular a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais de defesa dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos; 8601- Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais, que visa a implementação e a consolidação da transversalidade do enfoque de raça nas políticas públicas; 802V - Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Áudio-visual sobre Igualdade Racial, que vai disseminar a produção acadêmica, sócio-cultural e artística de trabalhos voltados para a promoção da igualdade racial. Além disso, foi alterado o título da ação 0776 – Apoio à Capacitação de Afro-descendentes em Gestão Pública para Fomento à Qualificação de Afro-descendentes em Gestão Pública e excluídas as ações: 4974 – Formulação de Políticas de Ações Afirmativas e 0738 – Concessão de Bolsas de Estudo no Combate à Discriminação.

0780 - Gestão da Política de Regulação de Mercados**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, sem prejuízo para a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no PPA.

0016 - Gestão da Política de Saúde**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O alcance dos objetivos do governo federal no campo da saúde, diante da descentralização do Sistema Único de Saúde, depende fortemente de uma gestão qualificada nas esferas estadual e municipal, o que por sua vez demanda iniciativas que removam obstáculos institucionais e ações que apoiem a consolidação do processo de gestão nestas esferas.

Assim, foram incluídas ações que visam garantir o apoio e a cooperação técnica de forma integrada pelas diferentes áreas do Ministério Saúde junto a 12 Estados, bem como a formulação de propostas sobre a organização do SUS que superem instrumentos cartoriais, respeitando as especificidades regionais, fortalecendo o controle social e potencializando a gestão descentralizada. Além disso, foram acrescentadas outras ações objetivando promover a integração e o aperfeiçoamento da gestão dos acervos informacionais no âmbito do SUS, fortalecer a capacidade da análise de situação em saúde e modernizar e desenvolver os sistemas de informação da Funasa.

Assim, o programa permanece compatível com os desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 8093 - Observatório do Mercado de Trabalho e 8073 - Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão Usuário do Ministério do Trabalho e Emprego. A primeira ação tem por finalidade promover estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho e legislação trabalhista e a segunda visa a disponibilizar para o trabalhador e empregador um canal direto com o Ministério do Trabalho e Emprego. Foram excluídas as ações 4774 - Coordenação, Planejamento e Avaliação das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda, 4763 Sistemas e Processos Integrados de Atendimento ao Cidadão e Avaliação da Satisfação no Atendimento e 6399 - Políticas de Cooperação Internacional, sendo que parte dos recursos desta última custearão as ações novas 0172 - Contribuição à Associação Mundial dos Serviços Públicos de Emprego - AMSEP e 09GY - Contribuição ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR do Programa 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais. As alterações propostas para o programa mantém o alinhamento com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho.

1001 - Gestão da Política de Turismo**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu as seguintes modificações: foram incluídas três ações que irão subsidiar a elaboração de políticas para o setor de turismo; foi alterado o produto de uma ação e, por último, foram adequados os títulos de duas ações. As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

0225 - Gestão da Política dos Transportes**Problema:**

A fraca relação do planejamento, avaliação e controle para aperfeiçoamento e consolidação dos programas finalísticos executados pelo Ministério dos transportes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações do programa foram adequadas com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado as diretrizes de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura e de fortalecimento dos papéis do Estado como planejador, definidor, regulador e fiscalizador nos setores de infra-estrutura.

1266 - Gestão da Política Econômica**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, e alterado o valor da ação 2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas, visando melhor adequá-la à meta prevista para o período, sem prejuízo para a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidas no PPA.

0683 - Gestão da Política Externa**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída no programa a ação 8495 - Eventos Internacionais Oficiais, que tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores, estando vinculado ao objetivo setorial de aperfeiçoar os métodos e procedimentos de gestão assim como os mecanismos de controle no Itamaraty voltados para o cumprimento das normas funcionais, a ética, a transparência e a eficácia na defesa dos interesses nacionais e na articulação das ações de governo no plano externo, inclusive no que se refere ao atendimento ao cidadão brasileiro. Esse objetivo setorial relaciona-se com o desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. Assim, a inclusão da ação supracitada visa a dar uma maior transparência na programação do MRE na realização de eventos desse tipo, possibilitando um melhor planejamento das ações do órgão, contribuindo diretamente para o objetivo do programa, não alterando a compatibilidade da sua vinculação com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

0698 - Gestão da Política na Área da Justiça**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Programa ligado ao desafio "Implementar uma nova gestão pública", do Mega-Objetivo II. Foram incluídas duas ações novas, uma relativa à gestão dos resultados dos programas e outra à preservação do patrimônio histórico.

No aspecto da gestão, foi criada a ação 8673 - "Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores", visando realização de estudos com vistas a elaborar e aperfeiçoar indicadores de resultado para os programas do Ministério da Justiça, a partir de dados e estatísticas produzidas por instituições reconhecidas e de informações próprias.

Em função da necessidade de preservação do edifício sede do Ministério da Justiça, enquanto unidade do patrimônio histórico nacional, foi necessária a criação de ação 11HT - "Revitalização do Conjunto Arquitetônico do Ministério da Justiça".

1003 - Gestão da Política na Área de Planejamento**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa absorveu ações do programa Recursos para o Desenvolvimento, que será extinto. As ações absorvidas são a 4506 - Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais, e a 4834 - Capacitação de Técnicos dos Órgãos Executores de Projetos com Financiamento Externo. O programa está em compatibilidade com o desafio de promover a gestão pública efetiva, ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0497 – Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração do programa se limitou à alteração da meta financeira da ação Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que passou de R\$30,2 milhões para R\$ R\$8,8 milhões, no período do Plano, contribuindo ainda mais para o alcance do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

1344 - Gestão da Política Pesca**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa é compatível com o desafio de governo de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

0771 - Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a adoção do indicador "Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA", que deverá refletir com mais propriedade a atuação do Banco Central no âmbito do programa. A demanda da sociedade por estabilidade macroeconômica é inequívoca; essa estabilidade implica estabilidade de preços e controle fiscal. No âmbito da condução das políticas monetária, cambial e de crédito a demanda se traduz pelo controle do processo inflacionário.

A alteração é compatível com os desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego, contribuindo ainda para a coordenação e eficiência nas medidas de política econômica adotadas pelo governo, buscando garantir a estabilidade de preços, de forma a permitir a redução das taxas de juros reais, com impactos positivos sobre o crescimento econômico.

1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas pretendem adequar o programa ao seu caráter de programa de gestão de políticas públicas, destinado ao planejamento, formulação de políticas, coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres -SPM/PR. Dessa forma, o programa sofreu as seguintes mudanças: alteração da denominação de "Gestão da Política de Gênero" para "Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas"; alteração do título da ação 7254 - Implantação de Sistema de Informações sobre a Situação das Mulheres para Implantação do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero; alteração do título da ação 0910 - Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da Mulher para Apoio a Organismos de Promoção dos Direitos da Mulher; inclusão das ações orçamentárias 8673 - Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores e 8601 - Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais.

A missão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é a defesa e a promoção da equidade de gênero, com vistas a combater a discriminação e todas as formas de violência contra a mulher, por meio da articulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, de forma a garantir a inclusão social da população feminina vulnerável. Neste sentido, cabe à Secretaria atuar junto aos diferentes órgãos do governo de forma a garantir a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas, conforme expresso na Orientação Estratégica de Governo: "o governo assume como objeto permanente o princípio da transversalidade de gênero na formulação e desenvolvimento das políticas públicas, incluindo-se aí todos os setores de atuação e segmentos de poder. Somente com esta perspectiva e abrangência, poder-se-á chegar a todas as mulheres brasileiras, independente de suas diversidades".

0413 - Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. Foi incluída a ação 6770 – Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento do Esporte como forma de dar mais transparência aos custos para a realização de ações de implantação de infra-estrutura esportiva espalhadas pelos programas do Ministério do Esporte. As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

1004 - Gestão das Políticas de Governo

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi criada no programa a ação 6662 - Estudos para Formulação e Desenvolvimento da Gestão Estratégica Nacional. Essa modificação contribui para que o programa enfrente melhor o desafio de implementar uma nova gestão pública, ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e

orientada para o cidadão, pois representa um aperfeiçoamento no desenho do programa.

0411 - Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão da ação 0673 - Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores visa realizar estudos para a elaboração e aperfeiçoamento dos indicadores dos programas, de forma a permitir a avaliação dos seus resultados. Também houve um ajuste no valor total estimado para a ação 5090 - Integração do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, e a ação 2696 - Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços migrou para o Programa 0412 - Desenvolvimento do Comércio Exterior.

A compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual está garantida pelas ações do programa.

0771 - Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

Problema

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a adoção do indicador "Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA", que deverá refletir com mais propriedade a atuação do Banco Central no âmbito do programa. A demanda da sociedade por estabilidade macroeconômica é inequívoca; essa estabilidade implica estabilidade de preços e controle fiscal. No âmbito da condução das políticas monetária, cambial e de crédito a demanda se traduz pelo controle do processo inflacionário.

A alteração é compatível com os desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego, contribuindo ainda para a coordenação e eficiência nas medidas de política econômica adotadas pelo governo, buscando garantir a estabilidade de preços, de forma a permitir a redução das taxas de juros reais, com impactos positivos sobre o crescimento econômico.

1054 - Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas não alteram o conteúdo dos atributos das ações do programa da Secretaria de Recursos Humanos e visam apenas ao seu aperfeiçoamento, permanecendo compatíveis com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, quando da elaboração do PPA 2004/2007.

0794 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Cabe ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, administrar os imóveis da União, mantendo e zelando por aqueles que são necessários aos seus serviços, fazendo-o por intermédio da entrega e cessão aos órgãos públicos, destinando os demais para os fins específicos de acordo com a sua vocação. Neste caso, conforme as diretrizes e desafios do governo federal, poderão ser prioritariamente destinados aos empreendimentos sociais, por intermédio de cessão de uso, a exemplo do que ocorre com os Quilombos e projetos de aquicultura, ou transferência de domínio pleno ao INCRA, para assentamento de família carente, ou, ainda, cessão sob o regime de aforamento gratuito para Estados e municípios, com a finalidade de destinados a regularização de ocupações. Cabe ainda à SPU, por intermédio deste programa, implementar a regularização do seu cadastro de ocupantes de imóveis da União, proporcionando, dessa forma, um incremento na sua receita patrimonial, valor esse cobrado em decorrência da utilização desses bens, e promover a fiscalização a fim de garantir a sua utilização de acordo com a permissão legal.

A inclusão/exclusão de ações visam melhorar a adequação do programa às diretrizes do Governo Federal e estão compatíveis com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, quando da elaboração do PPA 2004/2007.

0802 - Gestão do Plano Plurianual**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alteração na classificação do tipo de programa para Gestão de Políticas Públicas, por se tratar de um programa destinado à gestão de políticas setoriais; portanto, não se enquadra nas características de um programa de Serviços ao Estado. As alterações no programa foram: exclusão da ação 4546 - Processo Participativo da Elaboração e da Gestão do Plano; criação da ação Gestão de Administração do Programa; inclusão, por remanejamento, da ação 2649 - Coordenação da Integração da Infra-Estrutura da América do Sul IIRSA, do Programa 0803 - Recursos para o Desenvolvimento; inclusão, por remanejamento, da ação 4855 - Estudos para Estabelecimento de Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento; inclusão, por remanejamento, da ação 0694 - Contribuição à Rede Brasileira de Promoção de Investimentos - Investe Brasil.

0570 - Gestão do Processo Eleitoral**Problema:**

O programa visa propiciar a realização, apuração e dar consequência institucional aos resultados de pleitos eleitorais em todos os municípios do Brasil, bem como manter o atendimento jurisdicional próprio da legislação eleitoral, com objetivo de atender demanda social pela representatividade política.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa prioriza o melhor atendimento ao eleitor. As alterações foram promovidas para melhor refletir a evolução do planejamento institucional dos órgãos da Justiça Eleitoral, corrigindo e priorizando ações integrantes do programa. Os efeitos dessas ações, em especial dos projetos, irão contribuir para a melhoria do atendimento ao eleitor e para a guarda do patrimônio dos órgãos da Justiça Eleitoral, com destaque para o projeto de grande vulto "Sistema de Automação de Identificação do Eleitor", que objetiva aperfeiçoar o processo de votação e de identificação do cidadão.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0795 - Gestão dos Orçamentos da União**Problema:**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo Gestão de Políticas Públicas, voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais,

bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A melhoria da qualidade do gasto público impõe-se como desafio a ser enfrentado pelo governo de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Neste contexto, o programa Gestão dos Orçamentos da União objetiva garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União, bem como gerir o processo de alocação dos recursos orçamentários da União, em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, objetivando a transparência e melhoria da qualidade do gasto público.

Houve mudança na classificação do tipo de programa para Gestão de Políticas Públicas, por se tratar de um programa destinado à formulação de políticas setoriais; portanto, não se enquadra nas características de um programa de Serviços ao Estado. A alteração não afetará a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no PPA.

1088 - Gestão Pública para um Brasil de Todos

Problema:

É necessário promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas com a nova concepção de gestão pública para fortalecer a capacidade de governo no alcance de seus megaobjetivos constantes do PPA 2004-2007.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa continua como está proposto no PPA 2004-2007, totalmente compatível com o Megaobjetivo III e com o desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão. Estão sendo incluídas neste programa as ações do Programa 1089 Transformação da Gestão Pública, que está sendo excluído.

As ações incluídas foram: Modernização do Aparelho do Estado - EuroBrasil 2000, para promover a modernização do Estado por meio da capacitação direta e indireta de servidores de carreira de nível superior da administração pública brasileira; Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal PMPEF, para melhorar o desempenho da Administração Pública Federal com o aumento da eficiência e efetividade na execução de suas políticas de governo e economicidade no uso de recursos; Avaliação da Gestão nas Organizações Públicas, com o objetivo de realizar a avaliação continuada das práticas de gestão das organizações públicas por meio dos processos de avaliação e validação e promover as redes formais e informais de gestão pública; Desenvolvimento de Pessoas por Competências, visando formular e vincular as diretrizes de capacitação às necessidades dos órgãos da Administração Pública Federal.

8002 - Governo Eletrônico

Problema

Governos democráticos e participativos encontram nas Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC - ferramentas fundamentais para a desburocratização dos processos de trabalho, para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, para a democratização do acesso e para um efetivo controle social das ações governamentais. As TIC permitem que o Estado desempenhe suas funções de forma integrada, eficiente e transparente, reduzindo custos administrativo-operacionais e propiciando melhores condições para ações de melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O programa Governo Eletrônico apresenta também um componente de inserção do país no contexto da chamada nova economia e da sociedade da informação. As práticas internacionais mostram que o uso intensivo das TIC pode repercutir na progressiva universalização da oferta e do acesso aos serviços e informações em meio eletrônico - sobretudo na Internet, de forma contínua e ininterrupta - permitindo a capilarização das ações de governo, merecendo a atenção do poder público com maior intensidade em face dos objetivos renovados de viabilizar a inclusão social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI realizou alterações qualitativas no atual programa, propondo novas ações e buscando uma melhor adequação aos seus objetivos. Estas alterações não interferem na compatibilidade com o megaobjetivo definido no PPA.

9991 - Habitação de Interesse Social

Problema

O déficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica na necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. A produção de moradias dotadas de infraestrutura para a população com renda até 5 (cinco) salários mínimos, segmento que concentra 92% do déficit habitacional, constitui-se desafio a ser enfrentado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações nos indicadores e índices dos indicadores visam aperfeiçoá-los para que a avaliação dos resultados do programa possa ser realizada de forma mais adequada, contribuindo para o acompanhamento do alcance do objetivo do programa de reduzir o déficit habitacional em famílias de baixa renda. Além disso, foi alterado o título da ação 0703 de modo a representar a nova legislação que orienta o subsídio à habitação de interesse social. Dessa forma o programa poderá atender adequadamente ao desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de

mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente, e à diretriz de produção habitacional e urbanização de qualidade para o atendimento às populações de baixa renda, em condições de financiamento adequadas. Portanto, a alteração demonstra-se compatível com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do PPA.

1355 - Identidade e Diversidade Cultural

Problema:

Garantir que os grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira tenham acesso aos mecanismos de apoio necessários à preservação e valorização das atividades culturais, promovendo o intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre risco de empobrecimento. O conjunto de traços distintivos espirituais, materiais e intelectuais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrangem, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, caracteriza o que se conhece por identidade cultural; a diversidade cultural se refere à multiplicidade de culturas ou de identidades culturais. Processos de homogeneização da cultura, tais como os efeitos da globalização ou das indústrias culturais e mesmo determinados processos educacionais e da formação de identidade nacional brasileira moderna são fatores que ameaçam a manutenção e desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira, especialmente das manifestações da cultura popular, ocorrendo até mesmo riscos de desaparecimento de manifestações culturais e traços identitários. O processo de globalização vivido nos anos recentes paradoxalmente reforçou a necessidade de afirmação

das manifestações e identidades locais ou regionais. O seu reconhecimento e valorização estão especialmente ligados às culturas populares, devendo também levar em conta as diferentes expressões "locais" ou "regionais", expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O Ministério da Cultura criou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural como reconhecimento da necessidade da criação e aperfeiçoamento de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade cultural brasileira. Dentro do programa foram criadas as ações 6653 - Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira; 6661 - Circo Vivo; 6664 - Estudos e Pesquisas de Reconhecimento e Valorização da Identidade Cultural; 6710 - Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais; 6712 - Fomento às Manifestações Culturais da Juventude e 6911 - Capacitação de Recursos Humanos na Área da Valorização da Identidade e Diversidade Cultural.

A criação deste programa alinha-se aos desafios de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao

patrimônio cultural do país, promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades; reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidades culturais e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local; promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional.

0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Problema:

O respeito à diversidade étnica, consagrado na Constituição de 1988, não tem sido, até o momento, devidamente assegurado pelo poder público e as políticas governamentais direcionadas aos povos indígenas ainda mantêm, em alguns aspectos, o caráter integracionista e tutelar do passado. Cabe ao Estado e à sociedade tratar a questão dos povos indígenas de forma integrada, entendendo que as culturas indígenas são parte de uma diversidade étnica e regional e um patrimônio que expressa a riqueza e a complexidade do País.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Nos desafios propostos pelo Governo, de "Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, Respeitando a Diversidade das Relações Humanas" e de "Garantir a Integridade dos Povos Indígenas respeitando sua identidade cultural e organização econômica" relacionados ao Megaobjetivo III – "Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia" define a compatibilidade do programa "Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas" com a Orientação Estratégica do Governo. Se junta a isto, as Diretrizes do mesmo Megaobjetivo: valorização da cultura indígena, respeitando as especificidades de cada etnia; garantia do direito de propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas; garantia de equidade nas políticas públicas para as populações indígenas.

Com base nestes desafios e nas diretrizes do PPA foram criadas novas ações visando atender as necessidades suplementares do programa em função de redefinições estratégicas, a incorporação de ações de outros programas, bem como interações visando adequação do texto ao real objetivo das ações. A única exclusão foi da ação 7658 – Sistema de Informações em Saúde Indígena.

Atendendo redefinições estratégicas da FUNAI, no processo de revisão foram criadas ações novas: ação 11KP - Sistema Censitário das Populações Indígenas para aplicar metodologia específica para a coleta de dados sobre as populações indígenas das diferentes etnias existentes no País; ação 12BV - Instalação de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas – Memorial do Patrimônio Cultural e ação 8635 - Manutenção de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas – Memorial do Patrimônio Cultural, com a finalidade de preservação da cultura e das tradições das comunidades indígenas brasileiras por meio da instalação de casas de cultura do patrimônio cultural e apoio à comercialização de produtos indígenas; ação

8209 - Gestão e Disseminação das Informações Acerca da Temática Indígena, com o objetivo de captar, processar e disponibilizar informações atualizadas acerca das sociedades indígenas e da política indigenista; ação 6905 - Acompanhamento da Execução e Apoio Técnico às Ações de Saúde Indígena tendo como finalidade o acompanhamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas a cargo da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, com vistas ao cumprimento dos dispositivos da Lei n.º 9.836, de 23.09.1999 e do Decreto nº 1.911-8, de 29.07.1999.

Do programa 1355 - Identidade e Diversidade Cultural foi migrada a ação 6716 - Fomento às Manifestações dos Povos Indígenas para promoção das manifestações culturais dos povos indígenas, fortalecendo a integração com os demais segmentos da população brasileira. Do programa 1255 - Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural foi migrada a ação 2494 - Realização dos Jogos dos Povos Indígenas objetivando o resgate das práticas esportivas indígenas, fazendo com que sejam cultuadas e cultivadas como formas vivas.

Algumas alterações visando adequação do texto ao real objetivo das ações foram necessárias: ação 6059 - Assistência a Estudantes Indígenas fora de suas Aldeias (Implementação, Finalidade, Descrição); ação 2386 - Atendimento aos Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social (Implementação, Descrição); ação 2384 - Atendimento Emergencial aos Povos Indígenas (Implementação, Finalidade, Descrição); ação 2588 - Capacitação de Professores e Técnicos em Educação Indígena (Implementação); ação 6144 - Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena (Finalidade, Descrição); ação 2713 - Comunidade Escolar nas Aldeias (Produto, Implementação); ação 2814 - Funcionamento do Museu do Índio (Finalidade, Descrição); ação 2699 - Garantia dos Direitos e Afirmação dos Povos Indígenas (Implementação, Finalidade, Descrição, Especificação do Produto); ação 3960 - Instalação de Memorial do Patrimônio Cultural (Produto, Finalidade, Descrição, Especificação do Produto) com alteração do título para "Implantação do Centro Cultural dos Povos Indígenas no Distrito Federal"; ação 6487 - Organização, Preservação e Divulgação dos Acervos Documentais sobre Índios e a Política Indigenista (Implementação, Descrição); ação 2724 - Pesquisa sobre Populações Indígenas (Implementação, Finalidade, Descrição, Especificação do Produto); ação 6143 - Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas (Produto); ação 6140 - Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas (Produto).

1087 - Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Problema:

As mulheres no Brasil sofrem discriminações no mundo do trabalho; as desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente da classe social. Comparando-se os rendimentos médios mensais das pessoas ocupadas, cabem às mulheres 70% dos rendimentos auferidos pelos homens. As mulheres que trabalham estudaram mais tempo, em média 7,3 anos contra 6,3 anos dos homens, segundo estudo divulgado pelo IBGE. A desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres

negras, que se concentra em setores de atividades com baixo grau de modernidade e baixa qualificação profissional, como é o caso do emprego doméstico no qual existe significativa participação desse segmento. Apesar de representarem em torno de 40% da população empregada, aproximadamente 44% das trabalhadoras vivem na informalidade, demonstrando dessa forma o desprestígio social e político imposto às mulheres. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho e se encontram majoritariamente na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações efetuadas visam aperfeiçoar o programa, tendo em vista o aprofundamento das discussões e a percepção de que as ações existentes não atendiam aos objetivos propostos de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho. Foi alterado o título do programa de "Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho" para "Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho"; a ação 0726 - Apoio a Creches, Restaurantes e Lavanderias para a Melhoria das Condições de Vida da Mulher Trabalhadora foi substituída pela 09HV - Apoio a Projetos de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres; os recursos das ações de publicidade foram concentrados no programa de gestão e por isso a ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública foi excluída e a ação 4905 - Capacitação de Mulheres Gestoras nos Setores Produtivos Rural e Urbano foi alterada em seu título.

O programa contribui, especialmente, para a superação dos problemas relacionados aos seguintes desafios: "ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos", na medida em que busca a melhoria das condições de empregabilidade das mulheres e de seu acesso ao mercado de trabalho; "promover a redução das desigualdades raciais", por meio da implementação de ações que promovam a inclusão e o empoderamento das mulheres negras; "promover a redução das desigualdades de gênero", por meio da promoção da igualdade no mundo do trabalho. Além disso, o programa relaciona-se indiretamente aos desafios de "ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade", sobretudo no que diz respeito à promoção da formação profissional; de "implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável no meio rural", sobretudo por meio da atuação junto às trabalhadoras rurais; de "incentivar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento da capacidade empreendedora", sobretudo por meio do incentivo aos empreendimentos liderados por mulheres.

1008 - Inclusão Digital

Problema

É necessário promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi modificada a classificação do tipo de programa para finalístico, considerando que o objetivo e o público-alvo descritos no programa caracterizam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade (comunidades jovens e outros segmentos identificados, cuja situação socioeconômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação). Não irá alterar a compatibilidade com os desafios e diretrizes do PPA.

0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União**Problema:**

Um grande número de pessoas é vítima de danos resultantes de situações em que a União se julga responsável por assegurar o seu sustento e dos familiares, por meio de indenizações e pensões estabelecidas em lei. É o caso, por exemplo, das vítimas da talidomida e do problema da hemodiálise de Caruaru-PE, de ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - E.C.T e da Rede Ferroviária Federal S/A - R.F.F.S.A, dentre outros cobertos por legislação específica.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 0436 - Indenização a Anistiados Políticos-Militares (Lei nº 10.559, de 13/11/2002) migrou para o programa 0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por se adequar melhor ao objetivo desse programa.

A migração da ação não compromete o alcance dos objetivos do programa e o mantém alinhado com o objetivo setorial de garantir a regularidade dos pagamentos dos benefícios e com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

0796 - Informações Estatísticas e Geocientíficas**Problema:**

A sociedade e o governo necessitam conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil por meio de estatísticas socio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas bem como através da representação sistemática do país, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa contribui para o alcance de todos os megaobjetivos das Orientações Estratégicas do Governo, em especial em seus desafios de promover a redução das desigualdades raciais, fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, e de valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais. Também se encontra alinhado aos objetivos setoriais definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de garantir a existência de um sistema de informações confiável, estável e comparável internacionalmente, dotado de abrangência temática e espacial, permanência temporal, transparência metodológica e padronização conceitual, que é fundamental ao conhecimento da realidade nacional e ao exercício da cidadania, bem como o de atuar junto à esfera governamental e às esferas produtoras e usuárias de informações estatísticas e cartográficas, no sentido de coordenar e articular as políticas nacionais de estatística e de cartografia, enunciando seus requisitos básicos e dando conhecimento de suas tendências, tendo presente a importância da preservação da expressão nacional de um sistema de informações abrangente, consistente, atualizado e preciso, da definição estratégica de elaborar estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental nos temas sociais, regionais e urbanos, produtivos, econômicos e de desenvolvimento em geral, para aprimoramento das políticas públicas.

A inclusão de novas ações tem a finalidade de atender aos objetivos do programa e buscam atender várias necessidades: - Conferências Nacionais de Estatísticas e Geociências - CONFEST e CONFEGE: Propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei nº 5.878/73, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística - CONFEST e das Conferências Nacionais de Geociências - CONFEGE, a serem realizadas em intervalos não superiores a cinco anos.

- Mudança do Referencial Geodésico: Promover a adoção no país de um novo sistema de referência geodésico, mais moderno e de concepção geocêntrica, de modo a compatibilizá-lo às mais modernas tecnologias de posicionamento.

- Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos: Construir Sistema de Indicadores de Direitos Humanos que terá, entre outras finalidades a de subsidiar as ações da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que tem como principal competência a coordenação da política nacional de direitos humanos, articulando e implementando políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos.

- Implantação de Pesquisa sobre o Uso de Tecnologia de Informação e Comunicação: Desenvolver estatísticas e indicadores de acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação TICs, de forma a inserir o país no movimento, cada vez mais amplo, de mensuração de características da sociedade da informação.

- Implantação do Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado - Mercosul e Chile: Necessidade de intensificar a compatibilização de metas macroeconômicas

e de ampliar possibilidades de parcerias diversas entre os países que compõem o bloco Mercosul e Chile.

- Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida (HD TAL): informações estratégicas para a área social, para melhorar a capacidade de produção e análise de informações destinadas ao monitoramento e a avaliação do impacto das políticas sociais e das condições de vida da população brasileira.

- Pesquisa de Orçamentos Familiares 2005-2006: Obter indicadores anuais sobre as condições de vida da população brasileira e o rastreamento contínuo das alterações na composição e nível do consumo da sociedade, que representa uma parcela substancial do PIB nacional.

0496 - Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Problema:

É necessário manter um sistema de informações integrado na Amazônia Legal que propicie condições para proteção da região nos mais diversos aspectos - ambiental, segurança nacional e ilícitos, dentre outros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações buscaram aperfeiçoar o desenho do programa para melhor enfrentamento do problema. O programa sofreu mudança no objetivo, que passou de "contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente" para "contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura"; o público alvo foi alterado de "sociedade" para "o governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira e em particular os amazônidas"; houve criação do indicador "Quantidade de demandas atendidas por informações, Serviços e Uso da Infra-Estrutura do SIPAM" e alteração do título da ação 2343 de "Aquisição de Sinais de Telecomunicação e Teleprocessamento - SIPAM" para "Processamento de Sinais de Telemetria e Teleprocessamento". As alterações visam aperfeiçoar o programa com vistas a atender de forma mais adequada ao desafio de governo de preservar a integridade e a soberania nacionais.

0463 - Inovação e Competitividade

Problema:

O setor produtivo nacional não utiliza, na intensidade necessária, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para introduzir inovação em seus produtos e serviços, bem como nos seus processos produtivos, na intensidade necessária. Em consequência, prejudica sua competitividade e inserção no mercado internacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada mudança no produto da ação 4955 - Serviços de Tecnologia Industrial Básica e Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia no Instituto Nacional de Tecnologia, visando a adequá-lo à execução da ação; houve ainda inclusão das seguintes ações: ação 6846 - Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas, com o propósito de promover a constante atualização tecnológica e inovação das empresas em cenários decorrentes de reestruturação econômica; ação 8561 - Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Transportes Aquaviário e Construção Naval, dada a edição da lei que institui o fundo setorial de transportes aquaviários e de construção naval; ação 8563 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Aquaviário e Construção Naval, motivada pela razão mencionada acima.

Além disso, menciona-se a exclusão de dois indicadores ("Taxa de produtos e processos gerados por empresas incubadas e graduadas" e "Taxa de pedidos brasileiros de depósito de patentes nos EUA"), uma vez que tais indicadores eram pouco efetivos na mensuração dos resultados do programa.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

8025 - Inovação Tecnológica em Telecomunicações**Problema**

Atualmente no país constata-se reduzido estímulo ao processo de inovação tecnológica em telecomunicações. Por outro lado, pode-se observar a falta de incentivo tanto à capacitação de recursos humanos para o setor de telecomunicações quanto ao fomento à geração de empregos na área de telecomunicações. Destaca-se, ainda, a ausência de condições de acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital. Tais deficiências podem ter contribuído para as quase inexistente condições para ampliação da competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque, por ser essencial à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de telecomunicações, esteve alicerçada no poder de compra do Sistema Telebrás e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD e sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo, por conseguinte, aumento do volume de importações. Observa-se o predomínio do fornecimento das empresas multinacionais no País, com participação reduzida das empresas de capital nacional. Esse Programa, financiado pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, visa estimular

o processo de inovação tecnológica voltada para as telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para permitir o acompanhamento do programa foi incluído um novo indicador. Objetivando estimular o processo de criação e inventividade dos brasileiros foi incluída a ação Incentivo a Novas Invenções no Âmbito das Comunicações Mediante Premiação – Projeto Mil Idéias”.

As ações do programa visam atender ao mega objetivo de inclusão social e redução das desigualdades, mediante a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital. De outro, pretende-se dotar os centros de pesquisa e tecnologia e de desenvolvimento de recursos humanos, e instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações de meios tecnológicos e humanos necessários à inclusão digital, priorizando os espaços públicos, assegurando o livre acesso.

Por outro, visa-se à elevação do nível de capacitação dos cidadãos para a utilização das redes convergentes de comunicação e, ainda, fomentar as pesquisas direcionadas à produção de informação e conhecimento.

1245 - Inserção Social pela Produção de Material Esportivo

Problema:

Há grande demanda de material esportivo por comunidades carentes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. Os indicadores e seus índices foram alterados como forma de tentar melhor medir a efetividade do programa.

As propostas de alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0099 - Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Problema:

Ante o cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, de integração de mercados, aumento da competitividade e de transição geográfica do emprego, o Brasil tem assistido a mudanças estruturais importantes em seu mercado de trabalho. Nesse contexto de rápidas mudanças, o acesso às informações adquire

um papel estratégico, especialmente as relativas à inserção social, oferta e demanda por trabalho. Decorre daí uma maior necessidade de se intensificar as ações integradas de intermediação de emprego, seguro-desemprego e abono salarial. As transformações no mercado de trabalho também acarretam maior risco de desemprego involuntário e, na presente década, tem aumentado o tempo de desemprego que, aliado à demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa - PEA, elevam a necessidade de mecanismos de geração de renda, em contraste com a redução da capacidade orçamentária e financeira. O afastamento do mercado produtivo se traduz em dificuldades crescentes para o trabalhador e seus dependentes. Ao mesmo tempo, quanto maior a duração do tempo de desemprego, tanto menor será a possibilidade de atualização profissional do trabalhador. Outrossim, o aumento da oferta de mão-de-obra disponível reduz as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, reduzindo a renda *per capita* efetiva. Nesse sentido, a ampliação da integração e articulação da intermediação de mão-de-obra com o seguro-desemprego é uma forma de minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional, por intermédio de qualificação e requalificação profissional, maximizando, assim, recursos orçamentários e financeiros disponíveis na direção de esforços para ampliar a renda do trabalhador.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O objetivo do programa foi revisto no sentido de deixar o texto mais sucinto sem, no entanto, provocar alteração de conteúdo. E os títulos das ações 4245 - Distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e 2621 -Distribuição da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS foram alterados. Assim, as alterações propostas para o programa não têm impacto sobre o alinhamento com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, nem tampouco sobre a diretriz de buscar integração e maior capilaridade do Sistema Público de Emprego, compreendendo a intermediação de mão-de-obra, o seguro desemprego, a qualificação profissional e programas de geração de emprego e renda.

1036 - Integração de Bacias Hidrográficas

Problema:

Na região Nordeste do país, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, está gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A fusão das ações 5900 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) e 101M – Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraíba, Moxotó e Ipojuca (Eixo Leste) na

ação 12EP – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Norte e Leste) permitiu uma maior flexibilidade na execução da transposição de águas do Rio São Francisco. A inclusão da ação 12EO – Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste) visa assegurar a realocação das famílias atingidas pelas obras de integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional.

A alteração do produto da ação 5906 - Estudo para Integração entre as Bacias do Rio Tocantins e São Francisco de "projeto executado" para "estudo realizado" deve-se ao fato de que o projeto encontra-se em fase de estudo.

As alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores previstos em projetos e atividades, e suas metas físicas, são provenientes de realocações decorrentes da reprogramação. As modificações dos valores totais de alguns estudos deveu-se a revisão dos custos destas ações.

As modificações permitem a manutenção da compatibilidade com o desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e suas diretrizes decorrentes.

0641 - Inteligência Federal

Problema:

Fornecer informações com qualidade, agilidade e confiabilidade é fundamental para auxiliar o Presidente da República no processo decisório acerca de assuntos de interesse nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações buscaram melhorar o desenho do programa para um enfrentamento mais adequado do problema. O programa sofreu mudança de redação do objetivo e indicador, alterações essas que contribuem para o seu aperfeiçoamento, com vistas a atender de forma mais adequada ao desafio de governo de democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

1020 – Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Problema:

Na Amazônia há obstáculos como dificuldades logísticas, baixo nível de renda, desigualdades sociais e intra-regionais, grande extensão territorial, produção econômica centrada em atividades primárias, baixo nível de escolaridade, e concentração da atividade econômica na cidade de Manaus, causando êxodo rural crescente e exclusão social. Assim, as políticas públicas devem ser orientadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades regionais mediante o apoio a programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na Amazônia Ocidental.

Demonstração da Compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram feitas pequenas alterações nos títulos das ações 2746 e 0506 para melhor adequação à metodologia do plano e maior clareza e transparência em relação ao produto gerado. A forma de implementação da ação 0508 também foi adequada. Essas modificações, entretanto, não afetam a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

O programa, focado no desenvolvimento da Amazônia Ocidental, contribui para o alcance do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1300 – Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde**Problema**

Embora constitua um princípio do Sistema Único de Saúde, e importantes resultados já tenham sido obtidos com a criação deste sistema, a universalização do acesso continua sendo um desafio, uma vez que parcela significativa da população brasileira ainda está desprovida da atenção à saúde capaz de responder às suas necessidades. Além disso, a atenção à saúde hoje oferecida ainda carece de ações e serviços prestados com a devida humanização, traduzida, por exemplos, em medidas adequadas de acolhimento. As práticas assistenciais, muitas vezes, estão desprovidas da necessária capacidade resolutiva, com qualidade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incorporados cinco novos indicadores, sendo um por região, o que favorecerá a verificação do impacto das ações no sentido de melhorar a qualidade e o acesso aos serviços e reduzir as desigualdades regionais. Além disso, houve alteração em uma ação quanto ao seu tipo, deixando de ser classificada como operação especial e tornando-se uma atividade, de forma a atender adequadamente os conceitos aplicados a cada uma dessas modalidades, considerando a forma como são implementadas na área de competência do governo federal no setor de saúde. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0807 – Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio**Problema**

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa de Apoio Administrativo, que agrega, em geral, despesas não passíveis de incorporação em ações finalísticas do órgão, relacionadas a serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, manutenção e

conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, bem como demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da instituição.

Demonstração da Compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 12BK - Implantação do Novo Centro de Processamento de Dados (CPD) da Petrobrás e 12GA - Aquisição de Imóvel-Sede no Rio de Janeiro. A primeira trata da construção de instalações prediais para o CPD e migração dos equipamentos e sistemas operacionais visando concentrar o processamento em local altamente seguro e diminuir custos da Petrobrás. A segunda trata da aquisição de imóvel de 24.000 a 26.000 m² de área útil, com localização e instalações para atendimento às atividades empresariais de companhia de grande porte para ser a sede única da Eletrobrás.

Foram alterados atributos das ações 1059 - Implantação de Sistema Integrado de Informações para Gestão Empresarial e Controle Operacional e 1171 - Implantação do Comércio Eletrônico da Petrobras, visando adequá-las aos objetivos estratégicos da empresa.

A ação 7412- Obra de Demarcação e Proteção das Áreas do Porto de Sepetiba, de responsabilidade do Ministério dos Transportes, foi excluída deste programa e alocada no programa 0230 - Corredor Leste, por se compatibilizar mais com os objetivos desse programa.

1349 - Litoral Brasileiro Sustentável

Problema:

Estima-se que 77% da poluição marinha tenha origem em terra. No Brasil, são despejados ao mar, diariamente, mais de três mil toneladas de efluentes líquidos, o que indica que são cada vez mais necessárias propostas associando as áreas marinhas, a zona costeira e as bacias hidrográficas contribuintes. Do mesmo modo, os 29 portos organizados e os mais de 160 terminais, em situação irregular quanto à legislação ambiental vigente, servem como entrada dos complexos circuitos de produção e de comércio (especialmente o petróleo) e, portanto, funcionam como caminhos para introdução de espécies invasoras transportadas por água de lastro.

Com relação aos recursos vivos, as políticas de gestão voltadas para reduzir a sobrepesca no mar, devem ser compatibilizadas com a proteção dos manguezais, estuários e outras áreas de recrutamento e berçário.

No âmbito operacional, nota-se que a maioria dos conflitos e problemas gerenciais advém da sobreposição ou incompatibilidade entre legislações e da baixa aplicabilidade dos produtos e informações disponíveis para tratar de assuntos como outorga, licenciamento ambiental e cessão de uso em áreas do patrimônio da União, de atividades incidentes na zona costeira, como a

carcinicultura, petróleo, turismo, além dos desdobramentos dos mesmos no uso do solo.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para a composição deste novo programa, foram incluídas as ações Apoio à Implementação dos Planos Municipais de Intervenção na Orla Marítima e Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis, além da ação Gestão e Administração do Programa.

O programa contribui, especialmente, para a superação dos problemas relacionados ao desafio de delhorar a gestão e a qualidade ambiental, promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental, sobretudo no âmbito das diretrizes de promoção e fortalecimento de uma política de zoneamento sócio-econômico-ecológico nas várias escalas regionais, como instrumento de gestão dos ecossistemas nacionais, incluindo aspectos fundiários, produtivos e de preservação ambiental; de redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e de acidentes ambientais; e de promoção do turismo sustentável em todas as suas variantes (ecoturismo, turismo rural e cultural), visto que contribui para o ordenamento e regulação do uso da orla marítima, bem como atua sobre as atividades portuárias e de disposição de resíduos em águas marinhas.

0168 - Livro Aberto

Problema:

No Brasil, a capacidade de usar a informação escrita encontra-se restrita a poucos. A maioria da população não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar. As livrarias e bibliotecas públicas concentram-se nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais e escasseiam na periferia das cidades e nas áreas rurais.

Quanto aos computadores e acesso à Internet, são disponibilizados por pouquíssimas bibliotecas públicas e escolares. Além disso, sabe-se que o livro é caro, se comparado ao preço médio internacional, o que o torna praticamente inacessível considerando-se o poder aquisitivo da população.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Devido à reestruturação institucional de todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema Minc, do Ministério da Cultura, este programa teve modificações em sua concepção (realinhamento dos objetivos, realocação de ações e melhor definição de público alvo) de forma a refletir a nova estrutura do Ministério. Houve reelaboração de indicadores, e a ação 2639 - Registro de Direitos Autorais foi migrada, do programa 1142 - Engenho das Artes, por ser mais adequada aos objetivos deste programa.

O programa atende ao desafio de ampliar o nível e a qualidade da educação da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país e de ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais.

0273 - Luz para Todos**Problema:**

Existem atualmente 2,5 milhões de domicílios no Brasil sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade. A recente regulamentação da ANEEL, que define metas de universalização para cada município do país, estabelece como limite nacional para o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela ANEEL.

Pretende-se antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 11WX – Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Roraima – Luz para Todos, 11X8 – Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre – Luz para Todos, 11XE – Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas – Luz para Todos, 11XI – Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Rondônia – Luz para Todos, 11XQ – Ampliação da Rede Rural de Energia Elétrica no Estado do Amazonas – Luz para Todos, 11XU – Ampliação da Rede Rural de Energia Elétrica no Município de Manaus – Luz para Todos e 11YL – Ampliação da Rede Rural de Energia Elétrica no Estado do Piauí – Luz para Todos. Além destas inclusões, houve alterações nos atributos de outras ações, com o propósito de reforçar a contribuição do programa para o alcance dos objetivos do PPA. Este programa promoverá o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atenderá demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado. Este propósito está compatível com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0220 - Manutenção da Malha Rodoviária Federal**Problema:**

Compete ao Ministério dos Transportes, no âmbito de suas atribuições, manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado às diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal, de promoção da integração da infra-estrutura regional na América do Sul e de viabilização de meios de transporte para áreas isoladas do país.

0223 - Manutenção de Hidrovias**Problema:**

Falta de segurança e confiabilidade nas características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores. O transporte hidroviário interior sofre com a não manutenção dos calados dos rios para as embarcações que as utilizam, dando-se menos credibilidade ao transporte de passageiros e cargas, principalmente nos períodos críticos de estiagem.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado às diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e de desenvolvimento do transporte marítimo de cabotagem e de longo curso, integrando-o à malha viária nacional.

0390 - Metrologia e Qualidade Industrial**Problema**

Os produtos e serviços nacionais destinados à exportação necessitam de normas e procedimentos técnicos e administrativos bem definidos e estabelecidos a fim de garantir o aumento de sua competitividade e inserção no mercado internacional. Além disso, no mercado interno, os produtos e serviços devem atender a padrões de segurança e qualidade a fim de garantir a proteção ao consumidor. Portanto a metrologia e qualidade têm papel decisivo na promoção da competitividade dos produtos no mercado interno e externo, ao fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere a requisitos de qualidade e segurança.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão das ações orçamentárias 11DG - Ampliação de Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada e 6645 - Promoção de Certificação e Utilização de Laboratórios pelas Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte está respaldada na nova política industrial, a PITCE, para atender a demanda dos serviços de ensaios e calibrações dos setores de semicondutores,

software, bens de capital, e fármacos e medicamentos, bem como de regiões geográficas estratégicas no âmbito da Rede Brasileira de Metrologia Legal – RBML. A ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública está relacionada à área de comunicação social e a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, atende a determinação do art. 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004. As modificações propostas para este programa não afetarão na compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, e contribuirão, ainda mais, para coordenação e promoção do investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa. A metrologia e a qualidade industrial contribuem para o alcance do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e com o desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

0391 - Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Problema:

A progressiva desestruturação, a partir dos anos 70, do aparelho institucional estatal relativo ao setor mineral, aliada à recente evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira as funções de outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, e realizadas alterações nos atributos de outras ações do programa com o objetivo de reforçar o seu compromisso com os objetivos do PPA. Este programa objetiva promover o desenvolvimento da produção mineral. É, portanto, compatível com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0365 - Minimização de Riscos no Agronegócio

Problema:

As quebras de safras e perdas financeiras decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos aumentam o risco do agronegócio.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração efetuada neste programa foi a inclusão da ação de subvenção ao prêmio do seguro rural, que visa viabilizar um eficiente instrumento para o gerenciamento do risco da atividade rural, de acordo com o que prevê a Lei nº 10.823, em 19 de dezembro de 2003.

Consiste em fazer convergir o prêmio que o produtor pode pagar pela cobertura do risco da atividade agrícola com o valor que o mercado segurador exige para operar com equilíbrio atuarial.

O programa concorre para o alcance do desafio de governo de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

9989 - Mobilidade Urbana

Problema:

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e a deficiência e a incapacidade do poder público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos. Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, gestão e na utilização de tecnologias, inadequação do uso das vias, inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, e inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticadas pelas municipalidades, incompatíveis com a renda desta população.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão das ações 0592 - Apoio a Projetos de Revitalização de Ramais Ferroviários Ociosos para o Transporte de Passageiros, 0594 - Apoio a Projetos de Urbanização de Áreas Lindeiras de Corredores Ferroviários, 09FY - Apoio à Aplicação de Tecnologias Adequadas para Melhoria da Qualidade e da Produtividade da Circulação Urbana, 09AX - Apoio à Elaboração do Projeto da Rede Estrutural Metro-Ferroviária Integrada de Porto Alegre – RS, 09CC - Apoio à Elaboração do Projeto da Rede Metro-Ferroviária Integrada do Rio de Janeiro – RJ e 09GH - Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano visam dar ao programa melhores condições de aumentar a mobilidade urbana nas cidades, integrando as intervenções nos diversos tipos de modais existentes, otimizando o gasto público e a busca de resultados. Desse modo, a inclusão dessas ações contribui diretamente para o alcance do objetivo do programa e mantém compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, em especial o desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio ambiente e a diretriz de mudança no padrão de circulação, acessibilidade, trânsito e transporte, com a valorização do transporte coletivo.

8026 – Mobilização para Defesa Nacional

Problema:

A Constituição Federal, em seu art. 22, atribui competência privativa à União para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo em tempo de guerra (inciso III) e sobre a defesa territorial, aeroespacial, marítima e civil, bem como a mobilização nacional (inciso XXVIII). O art. 84 diz que "compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional" (inciso XIX). A falta de um sistema nacional dedicado ao preparo das ações de mobilização implica perda de eficácia e poder dissuasório, além de limitar a autoridade do Presidente diante da responsabilidade pela defesa nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas. Neste contexto, com a finalidade de adequar ao cronograma físico-financeiro foi necessário alterar o período de término do programa como, também, ajustar as metas físicas e valores financeiros.

1353 - Modernização da Polícia Federal

Problema:

O enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do País para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em um país de fronteiras abertas. Em decorrência da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na execução de suas ações, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem e conduzindo o País à uma condição de extrema vulnerabilidade. O aprimoramento e expansão da estrutura e do modelo operacional, gerencial e da capacidade executiva do policiamento federal é fator essencial para a segurança pública do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Mantendo-se a compatibilidade com o desafio de bloquear o crime organizado e o tráfico de armas e drogas no Brasil, durante o processo de revisão percebeu-se a necessidade de se juntar num único programa, todo o conjunto de obras necessárias para a modernização da atuação da Polícia Federal. Com base nessa assertiva, todas ações de reforma, construção e ampliação da estrutura da Polícia Federal que estavam no programa 0662 – Combate a criminalidade foram migradas para este programa.

0661 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Problema

Total deterioração do sistema penitenciário nacional, com superlotações, fugas rotineiras, desmoralização pelo crime organizado, que realiza as mais diversas práticas ilícitas livremente dentro dos estabelecimentos penitenciários, sub-humanização dos presos, ausência do Estado no acompanhamento da execução penal, gerando um círculo vicioso, onde a reincidência é fator determinante para a crescente criminalidade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações promovidas no âmbito do Programa 0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional não alteram a compatibilidade com os desafios e diretrizes do PPA, sendo que as mesmas visam conferir maior transparência na aferição dos resultados a serem obtidos pelo Programa. O objetivo geral do Programa continua sendo a busca na melhoria do tratamento penitenciário conferido ao cidadão apenado, traduzido em projetos

de geração de vagas e em atividades de reintegração social.

A ação 1844 – Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais, cujo produto é “vaga disponibilizada”, foi desmembrada nas ações 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais, 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais, ambas tendo como produto “Vaga disponibilizada”, e 11TY – Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais, esta com produto “Unidade reformada”. Esta alteração se fez necessária para distinguir a aplicação de recursos – transferência voluntária aos Estados e aplicação direta visando à consolidação do recém criado Sistema Penitenciário Federal – e para quantificar as metas obtidas com obras que não geram vagas, mas são essenciais para a conservação dos estabelecimentos penais. Esta alteração não produzirá efeitos financeiros diferentes daqueles que seriam produzidos caso não houvesse a alteração. A repercussão financeira advém da ação 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais e se traduz na manutenção dos estabelecimentos construídos, que será suportado pela ação 2316 – Serviço Penitenciário Federal.

A criação da ação 11HW – Implantação de Escolas Penitenciárias surge como apoio aos Estados para a capacitação e qualificação do pessoal penitenciário responsável pela custódia do cidadão preso.

Por fim, foi alterada a unidade de medida do produto da ação 3908 – Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional, de “unidade” para “% de execução”. A alteração se fez necessária para melhorar a qualidade da aferição dos resultados, pois se trata de um projeto de integração de dados que está sendo elaborado em etapas e, a cada ano até 2007, uma etapa de integração será cumprida.

0813 - Monumenta**Problema:**

Está havendo abandono do patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) devido à

perda do interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso perderam também seu valor imobiliário, resultando na degradação progressiva dos imóveis e incentivando sua reocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação dos valores imobiliários e desestímulo à inversão de recursos para a sua recuperação e conservação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alterações superficiais no que se refere ao escopo das ações bem como melhor delimitação do público alvo e indicadores. O público alvo é a população dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados patrimônio nacional. O indicador passa a ser a relação percentual entre a quantidade de monumentos conservados de forma sustentável, nos centros urbanos selecionados e o total de monumentos nestes centros.

O programa se alinha ao desafio de ampliar a participação do país no mercado nacional e internacional, preservando os bens de interesse cultural nacional, assegurando a integridade física, permanência e sustentabilidade do patrimônio nacional, contribuindo para o turismo, a geração de emprego e renda e elevando a auto-estima da população, valorizando a identidade e preservando a integridade e a soberania nacional.

1084 - Mudanças Climáticas e Meio Ambiente**Problema:**

O Brasil enfrenta problemas ambientais diversos, particularmente aqueles decorrentes da poluição e da emissão de poluentes responsáveis pelos fenômenos globais indesejáveis.

Esses problemas causam danos econômicos, comprometimento da qualidade de vida e degradação do meio ambiente, degradação esta que ocorre desde a escala local até a global. Por outro lado, mecanismos já definidos internacionalmente para redução das emissões necessitam de internalização para que se atinja um novo patamar, com definição de metas de melhoria de qualidade ambiental e para que permita que a população disponha de condições para uma participação mais efetiva na construção do desenvolvimento sustentável.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A alteração do objetivo do programa foi necessária para uma melhor diferenciação com o novo programa, denominado Qualidade Ambiental – Procontrole, que se destina a atuar sobre as causas da poluição da água, ar e solo, enquanto o programa Mudanças Climáticas atua sobre as causas da poluição que atinge a estratosfera.

Foram absorvidas pelo programa Qualidade Ambiental – Procontrole as ações

Apoio às Inspeções Técnicas Veiculares e Apoio a Projetos-Piloto de Gestão Ambiental do transporte

Urbano, por se adequarem ao objetivo daquele programa de controle das atividades causadoras de poluição do ar.

Novo indicador foi proposto a fim de que melhor se adequar ao novo objetivo do programa. O programa atende ao desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0475 - Mudanças Climáticas Globais

Problema:

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve exclusão da ação 4653 - Desenvolvimento de Estudos Técnico-Científicos sobre Mudanças Climáticas Globais, pois não refletia adequadamente o que vinha sendo implementado, sendo substituída pela ação 6751- Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima, permitindo não apenas o cumprimento de compromissos assumidos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, como também o atendimento às crescentes demandas por pesquisas nessa área, ainda não contempladas pelo programa. Houve ainda inclusão da ação 6909 - Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, devido à implementação do comércio de emissões da Europa, previsto para o exercício de 2005, que permitirá a utilização dos créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o que implica a operacionalização desse mecanismo antes da entrada em vigor do Protocolo de Quioto, pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, cuja presidência e secretaria-executiva são exercidas pelo MCT.

Além disso, excluiu-se o indicador ("Número-índice de instituições capacitadas envolvidas com o tema mudanças climáticas"), pois este é um programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas" e, seguindo a metodologia, não deve possuir indicador (apenas os programas finalísticos possuem indicadores).

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

0171 - Museu Memória e Cidadania

Problema:

Os museus brasileiros e as instituições de memória passam atualmente por uma fragilidade nunca antes vista, sem recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. Em sua grande maioria, os museus e demais espaços culturais estão instalados em imóveis antigos, muitos

do período colonial, tornando-se necessárias ações sistemáticas de conservação e de restauração sejam dos prédios ou das instalações. Estes museus possuem coleções representativas das várias matrizes culturais brasileiras, o que também exige atenção especial no que concerne às ações preventivas que minimizem os fatores naturais de sua degradação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações foram de caráter redacional, visando dar maior clareza e visibilidade às iniciativas do programa; além disso, foi criada a ação 8207 - Capacitação de Profissionais de Museus. O programa atende aos desafios de ampliar o nível e a qualidade da educação da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país; de valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais e de valorizar a identidade e preservar a integridade e a soberania nacionais, bem como de ampliar a participação do país no mercado nacional e internacional, contribuindo para o turismo, a geração de emprego e renda e elevação da auto-estima da população.

0464 - Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Problema:

Dadas as características territoriais e geopolíticas do país, que dificultam o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras, torna-se estratégico o desenvolvimento e consolidação da capacitação tecnológica e industrial brasileira em sistemas espaciais, essenciais não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas ao programa as seguintes ações: ação 8569 - Capacitação de Especialistas do Setor Espacial, decorrente da recomendação, relativa à dimensão "fatores humanos", apresentada pela Comissão de Investigação do Acidente com o VLS-1 V03, ocorrido em agosto de 2003; ação 6704 - Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Associadas a Veículos Lançadores, com o propósito de recuperar a ação que, de forma inadvertida, deixou de figurar no PNAE na elaboração do PPA 2004-2007; ação 7378 - Implantação do Sítio de Lançamento do Foguete Cyclone no Centro de Lançamento Alcântara (Acordo Brasil-Ucrânia), com o objetivo de implementar o acordo Brasil-Ucrânia para utilização da Base de Alcântara no lançamento do foguete ucraniano denominado Cyclone; ação 10V6 - Reconstrução da Torre Móvel de Integração do Sítio do Veículo Lançador de Satélite, pela necessidade de viabilizar a reconstrução da torre móvel da base de Alcântara, destruída no desastre ocorrido em agosto de 2003.

Além dessas mudanças, foi identificado um novo indicador ("Número-Índice de tecnologias geradas no âmbito do programa espacial"), em consonância com o objetivo do programa, e foram excluídos outros dois ("Capacitação em novas tecnologias espaciais" e "Quantidade de usuários dos bens e serviços do programa"), que se mostraram inadequados para aferição dos resultados do programa.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1113 - Nacional de Atividades Nucleares

Problema

O alcance social dos benefícios advindos da tecnologia nuclear no país ainda é reduzido. Impõe-se assim, prioridade às atividades nucleares, cujo uso seguro e pacífico nas áreas da medicina, agricultura, indústria, meio ambiente e geração de energia, contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Seis ações do programa tiveram seu título alterado de forma a adequá-los ao que efetivamente será implantado pela ação. Foi excluída a ação 2480 - Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas Nuclear e Correlatas nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN, por não refletir adequadamente o que vinha sendo implementado, sendo substituída pela ação 6833 - Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia Nucleares e em Aplicações da Radiação Ionizante. Foi incluída a ação 6855 - Proteção Física em Instalações Nucleares, de fundamental importância para a segurança das instalações nucleares nacionais, permitindo o constante aperfeiçoamento e a modernização dos sistemas de proteção física dessas instalações. Houve alteração do título da ação 2463, de "Apoio" para "Fomento" à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, pois a forma de implementação é direta/descentralizada, sendo sua execução de competência da União.

Além disso, foram readequados dois indicadores (Número-índice de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares/ Número-índice da produção de equipamentos para a indústria pesada com o apoio do programa) e foi acrescido um novo (Número-índice de tecnologias geradas com o apoio do programa), em consonância com o objetivo do programa.

0500 - Nacional de Ecoturismo

Problema

Não existe no país uma atividade ecoturística ordenada, associada ao uso econômico e sustentável das áreas protegidas, com mecanismos, condições técnicas, operacionais e infra-estrutura adequadas para estimular investimentos e novas oportunidades de negócios, assim como novos postos de trabalho que atendam às necessidades de geração de emprego e renda para as comunidades das zonas de influência das áreas onde essa atividade é desenvolvida.

A inadequação do planejamento ambiental e turístico faz com que se desperdice oportunidades de uso sustentável de áreas naturais sem a imposição de riscos à biodiversidade e mesmo à integridade dos ecossistemas visitados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em virtude da impossibilidade de manutenção de indicador sem índices, novo indicador do programa estará sendo construído. Para isso, contará com recursos orçamentários alocados na ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do programa Gestão da Política de Meio Ambiente.

0506 - Nacional de Florestas**Problema:**

Constata-se manejo não sustentável das florestas brasileiras e déficit no suprimento de madeira de florestas plantadas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Tendo em vista a conclusão do Plano de Ação do Programa Nacional de Florestas PNF, e a fim de contemplar as metas divulgadas pelo Presidente da República em 2004, foram incluídas bem como alteradas algumas ações do programa. Além disso, foram substituídos, bem como incluídos novos indicadores e índices com vistas a adequá-los às alterações ocorridas no programa.

As ações incluídas no programa contribuem para o alcance de seus objetivos, estando compatíveis com o desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental, visto atuar sobre a proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade. A inclusão de ações de estímulo ao manejo florestal, recomposição florestal de matas ciliares e uso sustentável dos recursos naturais busca atacar o problema de uso insustentável das florestas brasileiras, estando compatível com as diretrizes de aproveitamento racional e sustentável de recursos da biodiversidade brasileira com ênfase na redução das taxas de desmatamento e na valorização e ampliação do conhecimento dos ecossistemas e combate à biopirataria; de promoção da recuperação de áreas e ecossistemas degradados; e de estímulo ao reflorestamento e florestamento ambientalmente sustentável.

8034 - Nacional de Juventude**Problema:**

Muitos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos estão fora da escola e do mercado formal de trabalho. Os jovens representam hoje um contingente de 34 milhões de brasileiros, o equivalente a 20% da população do país. No entanto, apesar de sua importância na sociedade, ainda é grande a desinformação sobre a juventude e suas particularidades. Com relação à escolaridade, os dados são alarmantes: 17,2 milhões não freqüentavam a escola e destes, 7,2 milhões (42%) não tinham concluído o ensino fundamental. A taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos (17%) é o dobro da nacional (9%). Além disso, é considerável o número de jovens grávidas: cerca de 22,6% dos nascidos vivos no Brasil, em 2001, eram filhos de mães com idade entre 15 e 19 anos. Destas mães, 35,8 mil (5%) não tinham feito nenhuma consulta pré-natal. Os jovens do sexo masculino, por sua vez, são as maiores vítimas dos homicídios. Dados do Mapa da Violência III, da

UNESCO (2002), indicam que a taxa de mortalidade por homicídios de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e Porto Rico e sendo quase 8 vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998). Dessa forma, uma política para o jovem representa uma aposta dupla: lidar com o passivo da desigualdade e criar condições para romper seu ciclo de reprodução no futuro. Investir no desenvolvimento do jovem é um caminho para responder às expectativas da sociedade em relação ao futuro do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Trata-se de um programa novo que apresenta compatibilidade com os desafios de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, de reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos e de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade. Nesse sentido, foram propostas as seguintes ações: 09JG - Apoio a Aceleração da Aprendizagem de Jovens; 86AD - Capacitação de Professores em Metodologias Inovadoras para Educação de Jovens; 86AB - Distribuição de Material Didático e Pedagógico para Escolarização de Jovens; 86AC- Qualificação de Jovens e 2272 - Gestão e Administração do Programa.

0665 - Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas

Problema:

A capacidade nacional é relativamente baixa para fazer frente às questões relacionadas com a redução da demanda e da oferta de drogas no país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão do indicador "Desempenho global do subsistema nacional de redução de drogas" visa medir o desempenho do programa. O programa continua compatível com o desafio de governo de implementar uma nova gestão pública, ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0228 - Navegação Interior

Problema:

Existe a necessidade de dinamizar o fluxo de mercadorias e dar um apoio às comunidades ribeirinhas, garantindo a prestação de serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura

de forma coordenada e sustentável, relacionado as diretrizes de ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária, estimulando o desenvolvimento de sistemas de transporte multimodal e de desenvolvimento do transporte marítimo de cabotagem e de longo curso, integrando-o à malha viária nacional.

0286 - Oferta de Petróleo e Gás Natural

Problema:

É muito elevada a participação do gás natural, petróleo e seus derivados na matriz energética nacional, mesmo com a busca crescente por energias alternativas. A forma de suprir essa crescente demanda, nos próximos anos, é por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural ao mercado interno, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa, minimizando o risco de desabastecimento de derivados que levaria à redução da atividade econômica nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a inclusão da ação 12BF – Adaptação de Plataformas de Produção, visando a ampliação da oferta de petróleo e gás natural. Além disto, as alterações realizadas nos atributos de outras ações fortalecem a compatibilidade do programa com o PPA. O programa visa aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais, o que confere a ele compatibilidade com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

1157 - Oferta dos Serviços de Telecomunicações

Problema:

Necessidade de fomentar a competitividade entre as prestadoras com os padrões de qualidade e regularidade compatíveis com as exigências dos usuários, assegurando uma prestação de serviços de telecomunicações de forma contínua e em condições adequadas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão da ação Regulamentação dos serviços de Telecomunicações no Programa de Oferta dos Serviços de Telecomunicações visa evidenciar para a sociedade o papel e a atuação regulamentadora da Anatel, atribuição legal da Agência e que permite que esta exija das prestadoras de serviços de telecomunicações o cumprimento das normas expedidas.

Além disto, esta ação vai ao encontro da diretriz de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura, bem como do desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma **coordenada e sustentável, do megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.**

As ações do programa objetivam dotar os usuários dos serviços de telecomunicações de meios tecnológicos e humanos necessários à inclusão digital priorizando os espaços públicos, assegurando o livre acesso, por meio da ampliação da infra-estrutura de redes interativas de banda larga, da elevação do nível de capacitação dos cidadãos para utilização das redes convergentes de comunicação e da ampliação do acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias promovendo a inclusão digital, visando alcançar o megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais.

Cabe adicionalmente informar que as ações estão alinhadas às diretrizes de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura, de viabilização de comunicação telefônica para áreas isoladas e para o meio rural e de fortalecimento dos papéis do Estado como planejador, definidor, regulador e fiscalizador dos setores de infra-estrutura do desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

8009 - Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIF

Problema

As desigualdades regionais decorrentes do processo de desenvolvimento adotado no país relegaram contingentes populacionais à exclusão sócio-econômica. Isto dificulta que tais segmentos tenham condições de organizar-se produtivamente, de modo a potencializar os recursos e vocações econômicas das sub-regiões em que estão inseridos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O novo nome fantasia do Programa - "Produzir" - se coaduna com o desafio de ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos e suas diretrizes associadas.

1314 - Participação Popular e Intersectorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde

Problema

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo "Gestão de Políticas Públicas", voltado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa contou com a inserção de duas novas ações voltadas para o estímulo de toda a população ao controle social e à gestão participativa. Desta maneira, segue-se no caminho da consolidação de práticas que promovem a inclusão social, a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia. Assim, o programa permanece compatível com os desafios definidos no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1120 - Paz no Campo**Problema:**

A violência no campo ocorre, entre outros fatores, pela falta de mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários que possibilitem a garantia dos direitos humanos.

Historicamente o campo brasileiro tem sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas tem dificultado aos excluídos expor seus anseios nas pautas governamentais, tendo por consequência a fragilidade destes grupos sociais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Como condição favorável à implementação da paz no campo evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional. Nesse contexto, foram efetivados ajustes na especificação do produto da ação 4284 - Prevenção de Tensão Social no Campo, visando explicitá-los mais claramente; alterou-se o indicador proposto de modo a melhor mostrar a efetividade do programa e houve a dilatação do prazo de execução e redução do valor estimado da ação 7020 - Implantação de Sistema Integrado de

Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, ocorrida em razão de um melhor dimensionamento dos recursos em relação a programação anterior.

Este programa identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e continua compatível com os desafios de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país e o de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.

1161 - Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário para a Inserção Social

Problema:

Há necessidade de construir uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

Ao mesmo tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto muitíssimo importante de segmentos sociais ligados à atividade, principalmente vinculados à produção agropecuária de base familiar e a comunidades tradicionais, ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações constantes nas ações do programa devem-se a novas contratações de financiamento externo. O programa continua compatível com o desafio de governo de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Problema:

Há necessidade de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações constantes nas ações do programa devem-se a novas contratações de financiamento externo. O programa continua compatível com o desafio de governo de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

0480 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

Problema:

O petróleo nacional apresenta peculiaridades; é pesado e possui características físico-químicas diferentes das encontradas em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente localizado em jazidas em águas profundas. Desta forma, há necessidade de investimentos em tecnologias específicas que não estão disponíveis no mercado, mas que são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição.

Além disso, o aumento das exigências ambientais acarreta a elevação dos investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e processos da indústria de petróleo, assim como a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica no desenvolvimento de tecnologias para a identificação de novas jazidas e para a transformação, o transporte, o armazenamento e a distribuição do gás.

Busca-se evitar os riscos de desabastecimento e da perda de autonomia - pelo aumento da dependência externa, tanto econômica como tecnológica - utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica no segmento de petróleo e gás natural.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas nos atributos das ações do programa reforçam sua contribuição para o alcance dos objetivos do PPA. O programa objetiva o desenvolvimento de tecnologia

de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural. Está compatível, portanto, com o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0392 - Pólo Industrial de Manaus

Problema:

Há gargalos no modelo de desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental, denominado Zona Franca de Manaus, especialmente de ordem tecnológica, de atração de investimentos, de logística de transporte, de equilíbrio da balança comercial, de biotecnologia, de promoção do capital intelectual e de adensamento das cadeias produtivas. Há, também, necessidade de atendimento das demandas locais a fim de reduzir as diferenças econômicas e sociais frente às regiões mais desenvolvidas do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída no programa a ação 12CB - Divulgação do Pólo Industrial de Manaus, que pretende tornar o pólo industrial de Manaus ainda mais atrativo para investimentos e almeja divulgar o potencial econômico da Amazônia Ocidental e

de Macapá e Santana, no Amapá. As ações 3560 – Implantação do Complexo de Armazenagem e Comercialização de Mercadoria na Zona Franca de Manaus e a 5080 – Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus tiveram seus valores totais reestimados, e a ação 2537 teve seu título alterado para Manutenção do Distrito Industrial de Manaus.

O programa voltado para o aumento da capacidade exportadora do pólo industrial de Manaus, é compatível com o PPA, alinhando-se ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e com o desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Problema

Devido à peculiaridade da atividade militar federal, a prestação jurisdicional militar necessita de juízo próprio, dada a impossibilidade de um adequado atendimento pelas demais instituições judiciais, bem como pelos demais ramos do direito.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu as seguintes alterações: a ação Gestão e Administração do Programa foi excluída e as atividades relativas à administração da unidade, manutenção dos serviços com transporte, manutenção de bens imóveis, despesas com informática e processamento de causas foram aglutinadas na única ação 4225 - Processamento de Causas Envolvendo Crimes Militares, sendo, portanto, participante da composição dos custos processuais; foram incluídas no programa as ações Implantação de Sistema de Segurança da Justiça Militar e Modernização de instalações das Circunscrições Militares, tendo em vista prioridades de gestão do órgão; o projeto de Construção do Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, em Brasília, por força da limitação de empenho e movimentação financeira determinada pela legislação deverá ter seu início postergado para o exercício financeiro de 2005.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Problema

O programa visa atender a demanda social e a demanda do Estado, jurisdicionada pela justiça federal, nos termos da competência constitucional de seus órgãos estabelecidos no território brasileiro.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações são decorrentes da necessidade de democratizar e modernizar o acesso à justiça. Dessa forma, a interiorização da justiça, com a instalação de novas varas da Justiça Federal, assegura ao cidadão seus direitos sociais e sua

efetiva participação nas causas direcionadas contra a União, as autarquias, as fundações e as empresas públicas federais.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Problema:

O Censo Demográfico de 2000 identificou 2.051.146 habitantes no Distrito Federal distribuídos em 19 núcleos urbanos, correspondentes a cada uma das regiões administrativas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a população das cidades satélites do Plano Piloto têm forte tendência ao crescimento, sendo parte desse incremento populacional oriundo dos assentamentos efetuados durante os governos do Distrito Federal.

Em comparação à variação 2000/2003, o crescimento populacional em algumas regiões administrativas chama atenção pelo ritmo acelerado, tais como o de Riacho Fundo (18,43%), Recanto das Emas (17,44%), São Sebastião (13,65%), Sobradinho (10,95%) e Planaltina (10,71%), que ainda devem evidenciar aumento para o período de 2004/2006, como é o caso das já citadas Riacho Fundo (27,67%), Recanto das Emas (25,80%), São Sebastião (18,94%), Sobradinho (13,64%) e Planaltina (13,03%).

Adverte-se que em algumas dessas regiões administrativas não existe ainda uma estrutura de atendimento jurisdicional, serviço este que é assumido por outras circunscrições judiciárias vizinhas, sobrecarregando-as pela crescente demanda e, por vezes, comprometendo a eficiência da jurisdição estatal. Aliado a esse fator devem-se considerar os vários projetos habitacionais dirigidos à população de baixa renda implementados pelo governo, notadamente os de Santa Maria, Samambaia, Riacho Fundo, Ceilândia e Recanto das Emas, favorecendo as correntes migratórias como também a implantação de novos setores como o Noroeste e Catetinho, que já integram a programação do GDF, impactando ainda mais a necessidade de adotarem-se políticas públicas nas citadas cidades, entre elas a prestação jurisdicional. Cite-se, ainda, a demanda por serviços públicos requeridos pela população do Entorno, que depende do mercado de trabalho existente no Distrito Federal, em que se apurou uma média de 30% dos moradores daquela região empregados no Distrito Federal.

Há que se observar, ainda, os direitos e garantias trazidos pela nova Constituição e que resultaram em diplomas legislativos tais como os Juizados Especiais, o Estatuto do Idoso, leis ordinárias de proteção a minorias e grupos vulneráveis, consumidores, dentre outros, obrigando o judiciário a se qualificar e modernizar, objetivando promover o acesso à justiça e a consecução dos referidos direitos e garantias. Pelos dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, os casos de violência na região são expressivos e estão concentrados em sua maioria nas ocorrências de lesão corporal, furtos e roubos diversos, em decorrência de causas sociais (violência doméstica, uso de substâncias entorpecentes e outros fatores de desajuste social), causas econômicas (desemprego e má distribuição de renda) e psicológicas (patologias). Tais fatores colocam o Distrito Federal entre as unidades da Federação com maiores

indicadores de violência em três tipos de crime, todos contra o patrimônio. Lidera em furto, com 2,84 casos por 100 habitantes, e em roubos em geral, sendo que em roubo de carros, fica em quarto lugar, atrás apenas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Também cresceu o número de seqüestros relâmpagos, de latrocínios e dos crimes contra a vida, como o homicídio e o atentado à integridade física dos cidadãos.

São crimes que impõem ao Estado uma resposta rápida, uma vez que, segundo projeções para 2006, os índices de criminalidade permanecerão altos, contribuindo para o aumento da demanda judicial, comprometendo o atendimento em algumas circunscrições judiciárias consideradas críticas, bem como o acesso à justiça pelos cidadãos do Distrito Federal. Conseqüentemente, urge o reaparelhamento do Poder Judiciário para garantir as demandas geradas por esses fatores.

A Assessoria de Assuntos Estratégicos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFTT realizou projeção da demanda judicial para os próximos anos, período de vigência do PPA 2004/2007, constando que em relação aos dados atuais, o número de processos judiciais distribuídos tende a aumentar a cada ano numa média de 18,67% até o ano de 2007. Em se confirmando tais projeções, o TJDFTT deverá experimentar um período de crescimento significativo da demanda por seus serviços judiciais nos próximos três anos.

Em algumas circunscrições judiciárias já é relevante a prestação estatal de serviços judiciais e continuará a crescer dadas certas peculiaridades da região, como as variáveis socioeconômicas – população, desemprego, criminalidade, taxa de natalidade, renda per capita. Dentre as regiões, aquelas que mais se enquadram nesse perfil são Samambaia (41,23%), Planaltina (34,89%), Gama (33,60%), Ceilândia (32,59%), Brazlândia (27,46%) e Sobradinho (26,14%), as quais merecerão atenção dos órgãos de planejamento, a fim de adequar o aparelho judicial às suas necessidades.

O projeto Implantação de Juizados Especiais é novamente parte integrante do Plano Plurianual. No quadriênio passado não foi possível atingir as metas físicas, em razão de escassez de recursos orçamentários, bem como das dificuldades na execução de algumas ações acessórias ao projeto, fundamentais à sua implementação. Para o período do PPA 2004/2007 será dada especial atenção à implantação de juizados especiais nas cidades satélites, que ainda não dispõem de estrutura judiciária para esse modelo de Justiça, notadamente o Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e São Sebastião, e que estão a merecer varas especiais, dada a procura significativa por esse modelo de justiça, sobrecarregando outras regiões que assumem a prestação jurisdicional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A mudança promovida neste programa foi a inclusão do indicador “Número de processos sentenciados”.

Essa inclusão ocorreu para possibilitar uma melhor avaliação do programa.

O maior desafio para o PPA 2004/2007 é atingir o maior grau de efetividade na prestação jurisdicional, com imparcialidade e celeridade, cuja aferição se dará pelo número de processos sentenciados. Aliado a esse desafio, outros desafios

reflexos se impõem, os quais se concentram na necessidade de ampliação do aparelho judiciário local, com a implantação de varas comuns e especiais, construção de fóruns, bem como na continuidade ao processo de democratização e modernização da Justiça do DF, por meio de instrumentos hábeis com vistas à concretização do acesso à Justiça, assim como viabilizar respostas rápidas ao conflito de interesses das partes, adotando-se também os modelos de justiça, caracterizados pela maior celeridade e proximidade do jurisdicionado, tais como juizados especiais, juizado itinerante, justiça comunitária e mediação. Tais diretrizes encontram-se em consonância com a programação adotada pelo órgão para o período de vigência do PPA 2004/2007.

Cabe salientar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Problema:

É necessário assegurar ao Superior Tribunal de Justiça as condições para a adequada prestação jurisdicional, garantindo à sociedade que a Justiça atue de forma célere e efetiva, atendendo à busca crescente da sociedade pelos serviços judiciais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu inclusão da ação 11BB – Implantação de Sistema de Uniformização e Padronização de Rotinas Processuais, que visa normatizar o trâmite, o serviço e o registro processual de forma sistêmica e uniforme no âmbito do sistema de Justiça Federal, de forma a apoiar o processo de julgamento, viabilizar o seu registro e disponibilizar informações a magistrados, advogados e à sociedade.

Houve adequação da ação 5560 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça, objetivando a integração das redes dos órgãos do Poder Judiciário e outras entidades relacionadas com a prestação jurisdicional (por exemplo, CEF, PGFN, BACEN, AGU, INSS) permitindo a busca de informações, a integração da base de dados, o desenvolvimento de aplicação de colaboração e serviços com uso de tecnologia de banda larga (por exemplo, vídeo-conferência), visando consolidar a governança do processo de modernização institucional do judiciário brasileiro e a redução do custo dos serviços.

Houve acréscimo de valor à ação 7804 - Implantação de Rede de Certificação Digital.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0565 - Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal

Problema:

A competência legal para processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de constitucionalidade, os mandados de

injunção, além das demais competências estabelecidas na Constituição constituem elementos de sustentação para a manutenção do programa tendo em vista o atendimento das demandas reclamadas pela sociedade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para garantir melhores condições de utilização dos prédios do Supremo Tribunal Federal - STF, bem como preservar o patrimônio da União, foi incluído o projeto de Recuperação e Modernização do STF. Para disponibilizar e democratizar o acesso dos serviços prestados pela Justiça foi incluído no programa o projeto de Modernização do Poder Judiciário.

Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Problema

O programa visa atender à demanda social mediante a conciliação e o julgamento de dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, que atinge 2,5 milhões de causas anualmente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alterações para seu melhor desempenho. O projeto Modernização do Poder Judiciário no Âmbito da Justiça do Trabalho, a ser implementado a partir de 2006, foi incluído no programa com custos estimados da ordem de um bilhão de reais e visa integrar com outros ramos do Poder Judiciário da União a modernização do Judiciário Trabalhista Federal. Este projeto dará continuidade ao projeto Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho, com conclusão prevista para 2006. Destaca-se também a implantação de 245 Varas do Trabalho, com recursos da ordem de 32 milhões de reais, antecipadas por força do art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Outra alteração foi a atualização do indicador do programa com os dados dos julgamentos de processos em 2003. Cabe ressaltar que a demonstração de compatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual só se aplica a programas do Poder Executivo.

1210 - Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais

Problema

A conservação dos recursos naturais é constantemente ameaçada por acidentes e emergências ambientais. A estrutura de atendimento às emergências ambientais no país é precária e como os acidentes podem atingir mais de uma unidade da federação, cabe ao governo federal coordenar as atividades de prevenção, preparação e resposta a tais acidentes, além de fortalecer a estrutura dos Estados.

Atualmente, a capacidade de reação do governo, frente aos acidentes com produtos químicos perigosos, deve ser aprimorada sistematicamente, a fim de

que as intervenções localizadas tenham maior eficácia. As ações devem ser articuladas a fim de que possibilitem a eliminação, a mitigação ou o controle de riscos ambientais, bem como o combate rápido e efetivo em situação de emergência. As ações de monitoramento, fiscalização e atuação direta também carecem de integração, a fim de que respondam clara e efetivamente à sociedade nas situações em que suas condições e qualidade de vida, bem como o patrimônio ambiental, estejam ameaçados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O objetivo do programa foi adequado para melhor caracterizar o problema a ser atacado. Os indicadores foram substituídos por outro mais adequado à mensuração dos resultados do programa no alcance de seu objetivo.

Foram incluídas as ações Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Atendimento às Emergências Ambientais e Capacitação para o Gerenciamento de Riscos e Emergências Ambientais, a fim de melhor integrar a atuação de todos os entes da federação no combate às emergências ambientais.

As ações Licenciamento Ambiental das Atividades da Indústria de Petróleo e Gás e Licenciamento Ambiental das Atividades dos Setores de Energia Elétrica e Transporte foram substituídas pela ação Licenciamento Ambiental Federal que, juntamente com a ação Fiscalização de Atividades Degradoras, Poluentes e Contaminantes, foram absorvidas pelo programa Qualidade Ambiental Procontrole, por melhor se adequarem ao objetivo daquele programa de fiscalização e controle das atividades potencialmente degradadoras e poluentes.

As alterações realizadas mantiveram a compatibilidade do programa com as diretrizes de prevenção e redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos sólidos urbanos, resíduos dos processos produtivos e de acidentes ambientais; de promoção da gestão integrada e participativa no tratamento de substâncias perigosas com vistas à proteção do meio ambiente e da saúde humana, e de promoção da recuperação de áreas e ecossistemas degradados, do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0156 - Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

Problema:

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves; 43% das mulheres pesquisadas em 2001 pela Fundação Perseu Abramo em todo o território nacional declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada quinze segundos um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas, envolvendo violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas.

As meninas e jovens, em nosso país, constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A execução do programa durante o exercício de 2003, o aprofundamento das discussões na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR e as demandas a ela dirigidas, originadas de movimentos sociais e dos poderes públicos locais, demonstraram a necessidade de inclusão de novas ações e reformulação de ações existentes, sobretudo no que tange ao fortalecimento das redes de cidadania (redes de serviços destinados ao atendimento integral da mulher em situação de violência) e das ações de prevenção, duas linhas fundamentais para o alcance dos objetivos do programa. Neste sentido, as alterações propostas buscam aperfeiçoar o desenho do programa para melhor enfrentamento do problema.

Foram realizadas as seguintes alterações: mudança da denominação do programa de "Combate à Violência contra as Mulheres" para "Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres"; fusão das ações 0790 - Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco e 0911 - Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; inclusão da ação orçamentária 09GT - Apoio a Projetos Educativos e Culturais de Prevenção à Violência contra as Mulheres. As alterações propostas visam aperfeiçoar o programa com vistas a atender de forma mais adequada ao desafio de governo de promover a redução das desigualdades de gênero, pois a violência contra a mulher está relacionada, em grande medida, à sua posição na sociedade. Além disto, compatibiliza-se com o desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando as diversidades das relações humanas, pois a violência de gênero é uma das formas mais cruéis de desrespeito aos direitos humanos das mulheres. Por fim, não podemos deixar de mencionar o desafio de garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas, tendo em vista que a violência que se pretende combater é, também, um problema de segurança pública, apesar de relacionar-se a uma multiplicidade de aspectos da vida social.

0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer**Problema:**

Constata-se no país grande ocorrência de desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a substituição do atual indicador Taxa de desflorestamento da Amazônia Legal" pelo indicador "Área anual desmatada da Amazônia Legal", dada a indisponibilidade de índices daquele indicador.

1186 – Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis**Problema:**

Em um grande número de doenças transmissíveis para as quais se dispõe de

instrumentos eficazes de prevenção e controle, o Brasil tem colecionado êxitos importantes. A ocorrência das doenças preveníveis por vacinação encontra-se em franco declínio, com reduções drásticas nos índices de incidência. A varíola foi erradicada, assim como a transmissão do vírus selvagem da poliomielite; o sarampo encontra-se eliminado; e a meta de eliminação será atingida ainda nesta década para a raiva humana transmitida por animais domésticos e para o tétano neonatal. A rubéola e, particularmente, a síndrome da rubéola congênita, de maior importância em saúde pública, também apresentam tendência declinante.

O alcance desses resultados impõem novos desafios: o país necessita preservar o atual estado de erradicação da poliomielite e da febre amarela urbana, da eliminação do sarampo, assim como alcançar a eliminação do tétano neonatal e manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis. Além desses, precisa controlar outros agravos de relevância para a saúde pública do país, em situações ou grupos populacionais específicos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa contou com pequenos ajustes nas fórmulas de cálculo de seus indicadores de modo a tornarem-se mais claros e precisos, contribuindo assim para a verificação do impacto do seu conjunto de ações.

Além disso, o projeto de adequação da rede de frio de imunobiológicos teve sua data de término ampliada e, conseqüentemente, o seu valor total acrescido, no intuito de favorecer a ampliação da rede e assegurar a manutenção dos já obtidos altos índices de cobertura. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1027 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Problema:

O comprometimento da segurança global da população, causado pela regressão social, pelo crescimento desordenado das cidades, pelo adensamento da população em áreas de risco, pelo aumento de desastres naturais e provocados pelo homem, é consequência do caráter imediatista do desenvolvimento econômico dos últimos anos e da fragilizada estrutura governamental em nível local.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A adequação de indicadores não afetou a compatibilidade do programa com o desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente e a diretriz de prevenção de acidentes ambientais e da ocupação de áreas urbanas de risco definidos no PPA. O novo indicador proposto "Taxa de municípios preparados para prevenção e atendimento a desastres" permite a avaliação mais precisa e eficaz dos resultados esperados e alcançados pelo programa.

0086 - Previdência Complementar

Problema

É reduzida a abrangência dos mecanismos alternativos e de natureza privada para proporcionar aos trabalhadores proteção social na área de previdência.

A porcentagem de participantes de fundos de pensão em relação à população ocupada, que está atualmente em cerca de 3%, demonstra que a previdência complementar pode ser expandida como mecanismo de proteção social. No Brasil, a participação dos ativos em relação ao Produto Interno Bruto - PIB vem crescendo nos últimos anos, atingindo atualmente o índice de cerca de 16%. Porém, está aquém quando comparado com países como Reino Unido, EUA e Holanda, que apresentam índices de 65%, 70% e 115%, respectivamente. Com as reformas na legislação, principalmente com a possibilidade de os sindicatos, associações, entidades de classe e cooperativas criarem fundos de pensão para seus membros ou associados, aumentou substancialmente o público potencial do sistema.

Quanto mais trabalhadores participarem de fundos privados de pensão mais o Estado é desonerado. Somado a este fato, constata-se a limitação do poder público para solucionar, por si só, os graves problemas sociais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi feito um ajuste no texto do objetivo do programa, sem alteração de seu conteúdo, com inclusão da ação 2272 - Gestão e Administração do Programa. A inclusão da ação melhora o conjunto da programação e mantém o programa alinhado com o objetivo setorial de zelar pela segurança, liquidez, solvência dos planos de benefícios mantidos pelas entidades fechadas de previdência complementar e contribui para o alcance do desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

0083 - Previdência Social Básica

Problema

No Brasil, constata-se morosidade e baixa qualidade no reconhecimento de direitos previdenciários previstos em lei, registrando-se uma alta taxa de represamento de benefícios requeridos pela sociedade (a análise desse estoque, em dezembro/2003, apresentou tempo médio de 88 dias). Por sua vez, em 2003, a média mensal de atendimento da demanda situou-se em 50%, ocasionando pagamento da correção monetária de R\$ 7,6 milhões, por atraso na concessão de benefícios.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Foi feita alteração do texto do objetivo do programa, sem promover mudanças no seu conteúdo. A unidade de medida do produto da ação 2564 - Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS passou de unidade para milhar; as ações 0132 - Pagamento de Aposentadorias, 0134 - Pagamento de Pensões, 0136 - Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário

e Auxílio-Reclusão e 0141 - Pagamento de Salário-Maternidade tiveram alterações em seus títulos, com a inclusão da especificação área urbana e a ação 5092 - Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI teve seu produto ajustado para “agência com sistema implantado”. Tais ajustes não apresentam impacto sobre o alinhamento de seu conjunto de ações com o objetivo setorial de garantir a regularidade dos pagamentos dos benefícios e sobre o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

1329 - Primeiro Emprego

Problema:

Do total de pessoas desempregadas no Brasil, cerca de 47% são jovens entre 16 e 24 anos de idade, principalmente os com baixa escolaridade, reduzido nível de qualificação profissional e provenientes de famílias de baixa renda. A inserção precoce de jovens no mercado de trabalho ocorre, em geral, pela necessidade de complementação da renda familiar e acontece de forma inadequada, pois não é precedida de preparação ou transição da escola para o trabalho. Tal inserção precoce do jovem, principalmente o mais pobre, afeta todo o mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de jovens, geralmente de baixa qualificação, exerce uma grande pressão sobre o nível de emprego e, conseqüentemente, sobre os salários. Desta maneira, são necessárias políticas públicas capazes de promover o incentivo à escolarização e qualificação do jovem e, paralelamente, a inserção mais qualificada no mercado de trabalho, por meio da aquisição de experiência profissional.

Os esforços para a superação de tais desafios concretizam-se numa série de ações que, por um lado, buscam a intermediação de empregos com foco específico no público alvo, e por outro, reforçam a capacitação e a implementação de trabalhos comunitários adaptados às realidades sociais do jovem, por intermédio da formação de consórcios de entidades da sociedade civil.

O reforço com parcerias empresariais implica o estímulo à responsabilidade social e a certificação de empresas contratantes, as quais passam a aderir com contratações espontâneas, colaborando para a superação do desafio da aquisição de experiência profissional pelos jovens. Outras linhas de ação se complementam no esforço de proporcionar maiores oportunidades de inserção mais qualificada, por intermédio do crédito e capacitação gerencial para empreendedores.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano

Plurianual:

Foram propostas alterações dos indicadores do programa que, por sua natureza, não têm impacto sobre o alinhamento com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; também não há impacto sobre a diretriz de buscar a integração e maior capilaridade do Sistema Público de Emprego, compreendendo a intermediação de mão-de-obra, o seguro desemprego, a qualificação profissional e programas de geração de emprego e renda.

0515 - Proágua Infra-estrutura

Problema:

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos devido ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes exige grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Essa carência também é consequência da baixa eficiência na utilização dos recursos armazenados em reservatórios, causada pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição.

Some-se a isso a descontinuidade na implementação de obras e programas na área de infra-estrutura hídrica, aliada, em certos casos, ao fato de que até mesmo obras concluídas acabam não cumprindo sua finalidade em benefício da população, devido à inadequação ou ausência dos respectivos estudos e projetos iniciais e de um modelo gerencial de operação e manutenção apropriado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a necessidade de adequar o objetivo do programa Proágua Infra-Estrutura, que passou de “aumentar a oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes e adutoras” para “aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes e adutoras”, devido ao fato de que algumas barragens não possuem Estação de Tratamento de Água (ETA) inclusas em seus projetos, ofertando, desta forma, água bruta e não água de boa qualidade.

O programa busca fornecer água para uso múltiplo atendendo às populações estabelecidas em áreas carentes, o que é condição mínima de sobrevivência. As novas ações, conjuntamente com as já existentes no programa, têm como objetivo permitir a reserva e adução de água a municípios não contemplados, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida, resgatando a dignidade das populações afetadas ao programa. Assim, a inclusão de novas ações dentro do escopo do PPA foram definidas conjuntamente com os Estados, com base nas diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica no tocante à apresentação de novos projetos (Marco Regulatório) e estão compatíveis com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável e diretrizes associadas.

Neste contexto, o Ministério da Integração propôs a inserção das seguintes ações: 1) 11NI - Construção da Barragem Figueiredo no Estado do Ceará; 2) 11NK - Construção do Canal de 15 km e Adutora de 10 km interligando o Açude Orós – Feiticeira no Estado do Ceará; 3) 11NP -Obras Complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais; ; 4) 11OH - Construção da Barragem Santa Maria Ulghin no Estado do Rio Grande do Sul; 5) 11ON - Construção da Adutora do Sudeste Piauiense com 147 km no Estado do Piauí; 6) 3785 - Construção do Açude Bujari no Estado do Rio Grande do Norte; 7) Construção dos Sistemas de Poços de Água Subterrânea; 8) Construção do Sistema Adutor de Pedro Alexandre com 64,8 km no Estado da Bahia; 9) 11NF - Construção do Sistema Adutor Jacobina/Saúde/Caém; 10) 11NM - Construção da 2ª Etapa do Sistema Adutor Gavião-Pecém no Estado do Ceará; 11) 11NU - Construção do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km de extensão no Estado da Bahia; 12) Construção do Sistema Adutor para Senhor do

Bonfim/ Jaguarari/ Carrapichel com 65 km de extensão no Estado da Bahia; 13) 11P5 - Construção da Adutora Guanambi com 60 km no Estado da Bahia; 14) 11OW - Construção do Sistema Adutor de Vitória da Conquista com 11,84 km de extensão no Estado da Bahia; 15) 12GG - Construção da Barragem Macaíba no Estado do Rio Grande do Norte; 16) 12F4 - Construção da Barragem Piaus no Estado do Piauí; 17) 12EJ - Construção do Canal de Piató com 8,1 km de extensão no Estado do Rio Grande do Norte, 18) Construção do Canal do Apodí com 41,6 km no Estado do Rio Grande do Norte; todas essas ações estão inseridas na proposta de desenvolvimento regional, o que permitirá a ampliação do alcance dos objetivos preconizados pelo programa.

O título da ação 2822 - Manutenção e Conservação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica foi alterado para 2822 - Manutenção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, pois a "manutenção" e "conservação" são sinônimos. A finalidade da ação é a manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Esta ação também foi padronizada para todas as unidades (DNOCS, Codevasf e MIN) e substituiu a ação 4512 - Operação e Manutenção de Barragens da Codevasf.

A exclusão da ação 5143 - Construção da Adutora de São Bento deve-se ao fato da mesma ter estimativa de conclusão para o final de 2004. Ação 4516 - Cadastro de Infra-estrutura Hídrica no Nordeste não foi validada pela setorial, sendo que os recursos previstos para esta ação na lei do PPA serão realocados em outras ações de programas gerenciados pelo MI ou em outra ação sob sua responsabilidade.

Por fim, as alterações relativas a datas de início e término de projetos, alteração de valores e metas físicas são decorrentes das realocações e priorizações realizadas na programação. As alterações de custo total de projetos são decorrentes de reestimativas nos custos dos projetos.

1270 - Proambiente

Problema:

A produção familiar rural pode, muitas vezes, gerar degradação ambiental, configurando-se como uma atividade insustentável no médio e longo prazo. As mudanças qualitativas no uso e manejo dos recursos naturais não são economicamente viáveis se não forem feitas dentro de uma perspectiva alternativa de aproveitamento social e econômico da terra, com produção econômica de baixo risco de degradação ambiental, associado à prestação de serviços ambientais à sociedade (tais como redução do desmatamento, conservação do solo e água, preservação da biodiversidade e redução do risco de fogo).

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa não sofreu nenhuma alteração em suas ações. Destaca-se, no entanto, que permanece sem indicador, o qual estará sendo construído. Para isso, contará com recursos orçamentários alocados na ação Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do programa Gestão da Política de Meio Ambiente.

0472 – Proantar**Problema**

Em decorrência do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas terrestres e marítimas, a Marinha participa, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa executoras da política nacional para assuntos antárticos, da pesquisa científica na Antártica, visando obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o continente Antártico.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve inclusão no programa, pelo Ministério do Meio Ambiente, da ação Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica, com o a finalidade de investigar os reflexos das alterações ambientais globais lá percebidas e seus efeitos sobre o território brasileiro. A inclusão da ação é compatível com o objetivo deste programa de efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e contribui para o alcance do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, na medida em que toda a pesquisa realizada na antártica dará subsídios à gestão ambiental no território brasileiro.

A ação 4130 - Fomento à Pesquisa na Antártida foi objeto de ajustes físico-financeiros visando a compatibilizá-la com sua fiel execução. Destaca-se que tal alteração é compatível com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

Este programa alinha-se ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e ao desafio de ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.

1107 - Probasias**Problema**

Existe um desequilíbrio entre a oferta e o acesso aos recursos hídricos em quantidade e qualidade adequadas aos diversos usos, decorrente da gestão não integrada, dispersa e pouco participativa, no âmbito das bacias hidrográficas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações no programa buscam o ajustamento de algumas ações com vistas ao melhor desempenho operacional do programa. Foi retirada a expressão de domínio da União" das ações Elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas e

Fomento à Criação de Comitês e gências em Bacias Hidrográficas, em atendimento à Lei 9.984, de 17.07.2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas, a qual não restringe a atuação da Agência aos rios de domínio da União. Neste sentido, para que a efetividade da ação seja alcançada, há necessidade de abrangência das ações sobre a bacia hidrográfica como um todo, com as suas derivações nas bacias estaduais e até municipais.

0647 – Produção de Material Bélico

Problema:

É reconhecida a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma base industrial mínima de defesa, que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

Neste programa, com a finalidade de adequar ao cronograma físico-financeiro, foi necessário alterar o período de término do programa como, também, ajustar as metas físicas e valores financeiros. As ações desenvolvidas pelo programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e o desafio de ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.

0758 - Produção de Moeda e Documentos de Segurança

Problema:

Manter sob a gestão do Estado a garantia do abastecimento do Meio Circulante Nacional por Cédulas e Moedas e de instrumento que auxilie o combate à fraude e à sonegação fiscal.

Atender outras demandas por documentos de segurança que exigem características específicas, não encontradas em produtos gráficos comuns e que por esta razão só são produzidas por processos mais sofisticados onde poucas empresas estão capacitadas. Este mercado é hoje atendido por empresas estrangeiras ou por empresa nacionais com capital estrangeiro, exceto a CMB.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi alterada a data de término da ação 3274 – Modernização do Parque Industrial, passando de 12/2007 para 12/2008. Também foram alterados os valores previstos na ação para o período, adequando-os às metas, sem prejuízo da compatibilidade com os desafios e diretrizes estabelecidos no PPA.

O programa tem como contribuir com várias diretrizes estabelecidas no PPA

2004/2007, das quais se destacam: 1) Preservação e ampliação de postos de trabalho através do atendimento do mercado nacional por demandas hoje atendidas por empresas estrangeiras; 2) Aperfeiçoamento de instrumentos de combate à fraude e à sonegação fiscal; 3) Intensificação da política de substituições competitivas de importações; 4) Promoção do uso das tecnologias de informação; 5) Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação; 6) Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental; 7) Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública; 8) Redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e os de acidentes ambientais; 9) Geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável; 10) Valorização e disseminação da educação ambiental; 11) Promoção da produção e da difusão de bens e serviços culturais em todo o país e no exterior; 12) Ampliação e diversificação das exportações brasileiras.

1143 - Promoção da Ética Pública

Problema:

A baixa confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos, em razão do baixo conhecimento e cumprimento do padrão ético, compromete a efetividade organizacional e enfraquece a democracia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações buscaram aperfeiçoar o desenho do programa para melhor enfrentamento do problema. O objetivo do programa foi modificado de "garantir o conhecimento e o cumprimento das normas de conduta ética aplicáveis aos agentes públicos, que refletem os princípios estabelecidos pelo artigo 37 da Constituição Federal" para "garantir o conhecimento e o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e assim fazer com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público federal". O público alvo passou de "agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira" para "alta administração federal, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira". Houve exclusão dos indicadores "Posição na lista de análise de corrupção" e "Taxa de conhecimento das normas de conduta pelos agentes públicos". As alterações visam aperfeiçoar o programa com vistas a atender de forma mais adequada ao desafio de governo de democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Problema:

A base técnico-científica do país não está suficientemente adequada, no que se refere a sua dimensão e perfil, para promover uma produção, em ritmo cada vez mais acelerado, de conhecimentos e de serviços de crescente complexidade científica e tecnológica, que possibilitem tanto a inserção brasileira em um ambiente internacionalmente competitivo, quanto a utilização dos benefícios advindos do progresso técnico e científico na solução das grandes questões que afligem o país, tais como saúde, educação e meio-ambiente, melhorando a qualidade de vida da população.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada alteração do título da ação 4972 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Industrial no Instituto Nacional de Tecnologia – INT, com o propósito de adequá-lo ao que efetivamente será executado. Houve ainda a inclusão das seguintes ações: ação 6780 - Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica, visando a estabelecer uma atividade contínua de gestão dos acervos de informação científica e tecnológica, evitando-se o grave problema da descontinuidade da atualização das coleções de periódicos; ação 1269 - Recuperação da Infra-estrutura Física das Unidades de Pesquisa do MCT, visando a salvaguardar o interesse público na recuperação e preservação de instalações físicas de unidades de pesquisa do Ministério, que se encontram ameaçadas de desabamento, incêndio e outros desastres, além da insalubridade que hoje apresentam aos seus funcionários; e a ação 6995 - Fomento a Projetos de Consolidação da Capacidade Científica e Tecnológica, com o propósito de consolidar a capacitação científica e tecnológica das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Acrescente-se, ainda, que os indicadores foram readequados de forma a capturar de forma efetiva o andamento do programa.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

Problema:

O país apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais e carece de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção equitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social. Agrava essa situação a inexistência de um canal permanente de participação da sociedade, legitimamente representada, como instrumento de encaminhamento e controle das suas demandas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações novas 4853 - Mobilização de Comunidades mediante o Associativismo e o Cooperativismo na RIDE-DF e 4854 - Capacitação de Agentes para a Competitividade na RIDE são ações absorvidas do programa 1028 - Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno, que foi excluído.

A alteração nos indicadores deste programa, que vinha operando sem a presença dos mesmos buscou medir a efetividade de suas ações, relacionadas com sua principal ação de forma a verificar o número de ocupações geradas nos arranjos produtivos apoiados pelo programa.

As ações tiveram inclusão dos localizadores por sub-região, de forma a demonstrar a forma de atuação da política de desenvolvimento regional neste programa. A abertura do programa Promeso em localizadores específicos por sub-regiões permite verificar as sub-regiões prioritárias monitorar seus resultados.

As ações 104-E e 5294 - Implantação de Sistemas Sanitários e de Abastecimento de Água em Escola Pública passaram a ser executadas pela FUNASA.

As alterações propostas são compatíveis com o desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (racional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local e a diretriz de aumentar a competitividade sistêmica das regiões considerando as especificidades e vulnerabilidades dos distintos níveis de desenvolvimento inter e intra-regionais e a mobilização do potencial de desenvolvimento local.

0355 - Promoção das Exportações**Problema**

Ainda é inadequado o nível das exportações brasileiras devido a dificuldades de acesso aos mercados externos e fraca cultura exportadora em parte do empresariado brasileiro.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 12CA - Implementação de Centros de Distribuição e Logística no Exterior para Apoio às Empresas do Pólo Industrial de Manaus e 6672 - Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O objetivo do programa é de ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, ligado diretamente ao objetivo setorial de empregar a diplomacia comercial e as estratégias de promoção comercial com vistas a permitir o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao mercado

internacional. Esse objetivo setorial ajuda a responder ao desafio do governo de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

Assim, a inclusão das ações supracitadas contribui decisivamente para o objetivo do programa, além de espelhar o esforço multissetorial que exige o desafio do governo, reforçando sua compatibilidade com as diretrizes do PPA.

0153 - Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Problema:

É constante no Brasil a violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes expressada nas relações intra-familiares, na escola, na comunidade, agravadas com a insuficiência e até mesmo, em alguns Estados, na ausência de programas e serviços previstos na Lei nº 8069/90, garantidores do funcionamento do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, o que deteria o processo de marginalização de meninos e meninas, levando-os fatalmente ao conflito com a Lei.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve a replicação de ações já executadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos para o FNCA, o que não implicará em alteração do escopo do programa, nem incompatibilidade com os desafios e diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007.

1086 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Problema:

Constata-se que a discriminação às pessoas portadoras de deficiência leva à exclusão destas do processo de desenvolvimento do país. Tratando-se da efetivação de direitos da pessoa com deficiência como prioridade do Governo Federal e constatando-se a necessidade de estudos e pesquisas na área, são necessários investimentos específicos neste campo que possibilitem o aprofundamento do diagnóstico e das soluções para a realidade brasileira e permitam tomadas de decisões que impulsionem a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Faz-se necessária a realização de estudos técnicos e científicos sobre temas relacionados à deficiência, principalmente no que diz respeito ao aprofundamento dos resultados do CENSO 2000, dos aspectos relativos à inserção da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país (pesquisas na área de inclusão educacional, laboral, de saúde, esporte, lazer,

cultura e outros), bem como a respeito da violação dos direitos desta parcela da população.

A inclusão da ação Estudos e Pesquisas visa garantir a efetivação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência estabelecidos na Constituição Federal e nas normas legais específicas, bem como contribuir para a implementação dos megaobjetivos I, II e III e dos desafios 2, 7, 8, 10, 14 e 19 do Plano Plurianual.

1022 - Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER

Problema:

A promoção da integração geoeconômica do território, interna e continental, não vem considerando de forma efetiva as diferenciações e capacidades endógenas dos recursos humanos, socioeconômicos, ambientais e culturais, o processo de globalização, bem como a geração e difusão de tecnologias adequadas às demandas das regiões mais pobres.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada a adequação dos indicadores do programa, que aponta na direção da avaliação permanente dos resultados do programa, verificando o número de ocupações geradas nos arranjos produtivos locais apoiados pelo PROMOVER, além do faturamento bruto nestes arranjos produtivos. Essa alteração não produz impacto no alcance do desafio de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local e diretrizes do Plano para os quais o programa contribui.

A ação 6427 Promoção de "clusters" potencialmente competitivos na Região Nordeste foi excluída porque no programa já existia a ação 0682 – Apoio a Arranjos Produtivos Locais com a finalidade e descrição idêntica a esta ação.

0393 - Propriedade Intelectual

Problema:

O desconhecimento pela sociedade brasileira dos direitos relativos à proteção da propriedade intelectual, bem como a morosidade na execução das normas que regulam a propriedade intelectual no país, resultam no desestímulo à criação e à absorção de tecnologia, colocando os produtos e serviços brasileiros em desvantagem frente aos importados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão no programa da ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais não afeta a compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual e foi incluída em atenção ao estabelecido no art. 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004. As ações 5078 – Implantação do Sistema EPOQUE de Busca no Banco de Dados do Escritório Europeu de

Patentes e 3578 – Reforma do Edifício-Sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI tiveram seus valores totais reestimados e as demais modificações referem-se à atualização da base legal das ações já existentes.

Face aos megaobjetivos do PPA, o programa é compatível com a implementação de políticas de proteção dos direitos de propriedade intelectual como forma de estimular a maior geração de patentes no país e o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras.

0797 - Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas

Problema:

O governo precisa constantemente aperfeiçoar seu conhecimento e sua capacidade de agir e antecipar-se, quando for o caso, em face das oportunidades e riscos presentes e futuros - do processo de desenvolvimento, a fim de produzir políticas públicas mais eficazes e efetivas e encaminhar processos decisórios que melhorem sua implementação.

Para isso deve contar com estruturas que supram esses conhecimentos e informações, os organizem e disseminem, avaliem o curso e os resultados de suas ações; estruturas estas que se corporificam nas funções e organismos do chamado ciclo de gestão. Este programa visa justamente atender parte das demandas postas por estas funções no que se refere à pesquisa aplicada, ao suprimento de subsídios técnicos para a formulação e implementação de planos, políticas e projetos e de estudos de avaliação de sua implementação e dos resultados destas ações.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A criação de algumas ações mantém o programa compatível com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, qual seja de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0151 - Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Problema:

O patrimônio territorial das sociedades indígenas — em suas diferentes situações de contato — encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratarem de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos de caráter sustentável capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A revisão manteve a compatibilidade com os desafios de “Fortalecer a Cidadania com a Garantia dos Direitos Humanos, Respeitando a Diversidade das Relações Humanas” e de “Garantir a Integridade dos Povos Indígenas Respeitando sua Identidade Cultural e Organização Econômica” relacionados ao Megaobjetivo III – “Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia”.

Atendendo necessidades suplementares do Programa, no processo de revisão foram criadas duas ações: ação 2566 – “Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas”, com a finalidade de promover, resgatar, valorizar, disseminar e preservar o conhecimento tradicional sobre o meio ambiente dos povos indígenas, visando a conscientização e manutenção do equilíbrio ecológico e o uso sustentável dos seus recursos naturais, inclusive no sentido de dirimir os conflitos advindos da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação; ação 8671 – “Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas” com a finalidade de fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros. Visando adequar o texto às estratégias de atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e ao real objetivo das ações do programa, foram alterados descritores das seguintes ações: ação 6698 - Estudos dos Impactos Ambientais e Culturais de Empreendimentos em Terras Indígenas (título, produto, implementação, finalidade, descrição); ação 2566 - Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas (implementação, base legal, finalidade, descrição, especificação do produto); ação 2235 - Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas (descrição); Ação 2707 - Fiscalização de Terras Indígenas (implementação, finalidade, descrição, especificação do produto); ação 2372 - Fomento a Projetos Especiais Voltados à Proteção das Terras e a População Indígena (título, produto, finalidade, descrição); ação 2711 - Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas (produto, implementação, finalidade, descrição); ação 2715 - Funcionamento de Postos Indígenas (implementação, descrição); ação 8033 - Identificação, Delimitação e Revisão de Terras Indígenas (título, implementação, descrição); ação 6914 - Localização e Proteção Etno-ambiental de Índios Isolados e de Recente Contato (título, implementação, finalidade, descrição, especificação do produto); ação 4390 - Regularização Fundiária de Terras Indígenas (implementação, descrição).

0070 - Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude**Problema:**

O programa visa enfrentar o problema do risco pessoal e social de crianças, adolescentes e jovens carentes até 24 anos, em particular aqueles que vivem em comunidades de baixa renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram excluídas as ações Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Criança e Adolescentes e Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Juventude. Essas ações foram absorvidas pela ação Construção, Ampliação e Modernização dos Centros

de Referência da Assistência Social no programa Sistema Único de Assistência Social, de forma a apoiar a nova política adotada pelo MDS. Além disso, o MDS não estará executando a ação referente a serviços socioassistenciais à juventude para evitar duplicidade de atuação com relação a outros órgãos, o que justifica a exclusão da ação 6475 - Funcionamento de Centros Públicos de Atendimento à Juventude. De forma a permitir maior transparência ao programa, foi criada a ação 8609L - Serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação dos benefícios do programa de proteção social à infância, à adolescência e à juventude. Também foi alterado o título da ação 0887 - Capacitação de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social.

O programa está vinculado ao desafio de promover o acesso universal à seguridade social (saúde, previdência e Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Juventude). Essas ações foram e/ou risco, condições para o exercício da cidadania, convívio familiar e integração comunitária e social, por meio de ações de proteção social. As diretrizes relacionadas são as de promoção da equidade na implementação das políticas sociais; fortalecimento da prática da gestão solidária entre as três esferas de governo; integração das políticas públicas para a elevação da qualidade de vida com a busca de qualidade ambiental, mudanças culturais e socioeconômicas e de estilos de vida, e de humanização do atendimento no serviço público.

0065 - Proteção Social à Pessoa com Deficiência

Problema:

O programa visa enfrentar o problema do risco pessoal e social das pessoas com deficiência, em particular daquelas que vivem em famílias de baixa renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve ajuste na denominação do programa, bem como no título das ações, alterando-se o termo "pessoa portadora de deficiência" para "pessoa com deficiência", para promover uma adequação à nova terminologia. Houve exclusão da ação Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa com Deficiência, que estará sendo executada no programa Sistema Único de Assistência Social na ação Construção, Ampliação e Modernização dos Centros de Referência da Assistência Social, que atenderá também os demais públicos da assistência social. Em relação aos indicadores, procedeu-se a adequação à terminologia atualmente usada "pessoa com deficiência", ao invés de pessoa portadora de deficiência.

O programa é vinculado ao desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência). Visa enfrentar esse desafio por meio de proteção social às pessoas com deficiência que se encontrem em situação de vulnerabilidade, assegurando condições de acesso a bens e serviços. As diretrizes relacionadas são as de promoção da equidade na implementação das políticas sociais; integração das políticas públicas para a elevação da qualidade de vida com a busca de qualidade ambiental, mudanças culturais e socioeconômicas e de estilos de vida; ampliação de políticas de atendimento ao idoso e ao portador de necessidades especiais, garantindo seus direitos sociais básicos e de promoção do acesso das populações marginalizadas à Previdência Social.

1331 - Proteção Social ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O problema que havia originado tal programa continua existindo. O respectivo público-alvo será atendido pelo programa Sistema Único de Assistência Social e pelo programa Transferência de Renda com Condicionais, entre outros.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não há prejuízos no alcance dos megaobjetivos, prejuízos na superação dos desafios ou impactos nas diretrizes decorrentes da exclusão do programa. O público-alvo será atendido pelo programa Sistema Único de Assistência Social e pelo Transferência de Renda com Condicionais, entre outros.

1282 - Proteção Social ao Idoso

Problema:

O programa visa enfrentar o problema do risco pessoal e social das pessoas maiores de 60 anos de idade, em particular aquelas que vivem em famílias de baixa renda.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Houve alterações no objetivo, justificativa e estratégia de implementação do programa. Os atributos anteriores eram referentes apenas à questão da saúde. Dessa forma, tem-se mais especificamente o trabalho executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Houve exclusão da ação Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa, que estará sendo executada no programa Sistema Único de Assistência Social na ação Construção, Ampliação e Modernização dos Centros de Referência da Assistência Social, que atenderá não apenas idosos, mas também os demais públicos da assistência social. No caso do indicador "Taxa de atendimento a pessoas com mais de 60 anos com renda familiar per capita inferior a 1/4 salário mínimo com o benefício de prestação continuada", houve alteração da faixa-etária de 60 para 65 anos, de forma a se adequar a faixa à previsão legal do Estatuto do Idoso.

O programa está vinculado ao desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência). Visa enfrentar o desafio garantindo proteção social à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade e assegurando condições que garantam seus direitos por meio do acesso a bens e serviços sociais de qualidade. As diretrizes relacionadas são as de promoção da equidade na implementação das políticas sociais; integração das políticas públicas para a elevação da qualidade de vida com a busca de qualidade ambiental, mudanças culturais e socioeconômicas e de estilos de vida; ampliação de políticas de atendimento ao idoso e ao portador de necessidades especiais, garantindo seus direitos sociais básicos e de promoção do acesso das populações marginalizadas à Previdência Social.

1346 - Qualidade Ambiental - Procontrole

Problema:

Cerca de 80% da população brasileira reside em áreas urbanas, gerando problemas ambientais de toda ordem. A degradação associada à utilização desmedida dos recursos naturais, à emissão de substâncias que prejudicam a saúde humana ou destroem a camada de ozônio e os impactos ambientais decorrentes das atividades de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do país têm reduzido a qualidade ambiental e piorado a qualidade de vida da sociedade brasileira.

A não implementação deste programa pode contribuir para o agravamento dos efeitos causados pela concentração demográfica e industrial, caracterizada pela ausência de saneamento básico adequado, a manutenção de altos níveis de poluição industrial, contaminação de mananciais de abastecimento d'água e poluição atmosférica. Além disso, em virtude da alta densidade populacional, o aumento do consumo de energia, com a utilização de recursos naturais e a geração de resíduos, trazem conseqüências que extrapolam os limites das áreas estritamente urbanas, impactando também as áreas limítrofes e rurais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A inclusão deste programa está em conformidade com as diretrizes de redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e de acidentes ambientais, de promoção e integração de novos instrumentos de gestão ambiental e instrumentos econômicos direcionados para a produção sustentável e de promoção da inserção de critérios de sustentabilidade socioambiental na definição de diretrizes para investimento e operação dos setores produtivos da economia, na medida em que atua sobre a concessão de licenciamento ambiental para atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente, bem como fiscaliza a operação destas atividades.

Para a composição deste programa, foram incorporadas as ações Apoio às Inspeções Técnicas Veiculares e Apoio a Projetos-Piloto de Gestão Ambiental do Transporte Urbano, do programa Mudanças Climáticas e Meio Ambiente e a ação Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes, do programa Prevenção de Riscos e Combate a Emergências Ambientais.

As ações Licenciamento Ambiental das Atividades da Indústria de Petróleo e Gás e Licenciamento Ambiental das Atividades dos Setores de Energia Elétrica e Transporte, oriundas do programa Prevenção de Riscos e Combate a Emergências, foram substituídas pela ação Licenciamento Ambiental Federal. Foram ainda criadas as ações Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental e Capacitação para o Controle da Poluição Atmosférica.

0272 - Qualidade do Serviço de Energia Elétrica**Problema**

Há necessidade de assegurar a qualidade dos serviços de energia elétrica em benefício da sociedade, tendo em vista a importância estratégica do setor elétrico para o desenvolvimento nacional e as mudanças verificadas em seu arcabouço institucional e legal, que estabelece a necessidade de uma entidade estatal responsável pela manutenção de regras claras e de fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica. Aproximadamente 45 milhões de unidades consumidoras, distribuídas em todo o território nacional, com realidades distintas, impõem diferentes requisitos de qualidade para a prestação dos serviços de energia elétrica. Estabelecer tarifa condizente com a realidade regional, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, incentivando o uso racional da energia e do meio ambiente, promovendo as devidas alterações regulamentares do setor e estimulando a ampliação da oferta, são bases para a execução deste programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais e 11S4 – Construção da Sede da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e efetivadas alterações nos atributos de outras ações com a finalidade de fortalecer a compatibilidade do programa com o PPA. Este programa objetiva assegurar a prestação do serviço de energia elétrica em condições adequadas de qualidade e preço. Está compatível com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0275 - Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível**Problema:**

É necessário cumprir o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que prevê a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. Há necessidade de implementar a política de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo território nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 6594 – Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Alcool Combustível passou a integrar o programa, que teve alterações também nos atributos de outras ações, visando melhor adequá-lo aos objetivos e diretrizes do PPA. Este programa objetiva proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível. Desta forma, está compatível com o desafio de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa, pertencente ao megaobjetivo

de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários

Problema:

Verifica-se que no Brasil não há tempestividade na concessão, manutenção e cessação de benefícios. Em 2003, levou-se em média 29 dias para concessão dos benefícios requeridos pela sociedade, comprimindo o estoque de solicitações que tem se situado em torno de 50% da demanda total.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu alteração na programação das metas físicas das ações 3896 - Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social e 5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social, e se encontra alinhado ao objetivo setorial do Ministério da Previdência Social de atender aos requisitos de qualidade no atendimento aos cidadãos usuários dos serviços previdenciários, bem como com os desafios e diretrizes do PPA.

0810 - Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

Problema:

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais no país tem se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, comparativamente a outros setores industriais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada a mudança do tipo da ação 0570 - Apoio a Projetos de Assistência Técnica à Autoconstrução e ao Mutirão, de "operação especial" para "projeto", alterando seu título e código para 12EE - Assistência Técnica à Autoconstrução e ao Mutirão, de modo a compatibilizá-la com a metodologia de planejamento e representar de maneira adequada a sua execução, que é realizada de forma direta pela União. Desse modo, a alteração de tipo de ação não afeta a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do PPA, pois o foco de atuação da ação está sendo mantido.

0101 - Qualificação Social e Profissional

Problema:

O mercado de trabalho nacional caracteriza-se por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos a discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixas escolaridade e/ou renda, são fortemente impactadas. Constata-se que o grau de informalidade atinge cerca de 52% da

População Economicamente Ativa PEA; a taxa de desemprego metropolitano é manifestamente desfavorável às mulheres (15,7% para mulheres face a 10,4% para homens) e aos jovens (taxas de 39% na faixa 15-17 anos e de 24,1 na faixa 18-24 anos face a taxa de 9,7% na faixa entre 25-49 anos, PME 2003 março/outubro). Tais características estruturais do mundo do trabalho nacional demandam, para serem superadas, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada em associação estreita com outras ações e políticas de governo voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Destarte, face a essa realidade que impõe tamanho desafio ao governo e à sociedade, o programa Qualificação Social e Profissional foi concebido numa linha que permite maximizar a sua qualidade pedagógica e efetividade social, tendo por objetivo promover a orientação profissional, a qualificação social e profissional e a certificação do trabalhador com vistas a contribuir para o acesso e a permanência do mesmo no mundo do trabalho e o fomento da equidade social.

O programa se alinha com todos os Mega-Objetivos do PPA, o que reafirma o seu caráter integrador na implementação conjunta e articulada com outras políticas e ações direcionadas ao trabalho, à renda e à educação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 6638 - Certificação Profissional de Trabalhadores como forma de dar visibilidade à política de certificação profissional dentro do PNQ - Programa Nacional de Qualificação, estando concernente com o objetivo do Programa. Tal alteração mantém o programa alinhado com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, bem como com a diretriz de qualificação de trabalhadores compatível com as necessidades e potencialidades locais e com a diretriz de articular e integrar as ações de educação profissional.

1137 - Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Problema:

Convivemos no Brasil com um elevado déficit habitacional urbano, somado a um esvaziamento populacional, perda da identidade cultural e redução da vitalidade econômica e social das áreas urbanas centrais. Além disso, há disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais, que podem ser aproveitados efetivamente para contribuir com o desenvolvimento urbano.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações do objetivo, público-alvo e indicadores do programa visam aprimorar e focalizar a atuação em determinados municípios, de modo que se possa buscar resultados efetivos e mensuráveis dentro de um público-alvo mais bem especificado. O novo indicador proposto visa permitir uma avaliação adequada do resultado do programa nesse público-alvo. Desse modo, as alterações propostas contribuem para aprimorar o foco do programa em busca de resultados e mantêm a compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual, contribuindo para que o desafio de implementar o

processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente seja alcançado de forma mais efetiva, combatendo o elevado déficit habitacional urbano e fortalecendo a identidade cultural e a vitalidade econômica e social dos municípios selecionados.

0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Problema:

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária modernização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas. É preciso destacar, ainda, o componente tático do transporte aéreo, considerada a extensão do país e a eventual necessidade de transportar tropas para regiões distantes ou de difícil acesso, como é o caso da área estratégica da Amazônia.

O objetivo específico do programa é o de reaparelhar e adequar os meios operativos da Força Aérea Brasileira às necessidades do país, relativamente à defesa aérea, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações tipo projeto foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais. Neste contexto, foram aperfeiçoados os atributos “objetivo”, “justificativa” e “estratégia de implementação do programa”.

0626 - Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Problema:

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária modernização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

Nosso imenso litoral e águas territoriais exigem uma força naval eficiente. O espaço marítimo a ser controlado requer um sistema que permita projeção de poder sobre esta vasta área de inegável valor estratégico. Neste contexto, o aperfeiçoamento das forças de superfície e de submarinos justificam o reaparelhamento de nossos estaleiros de forma a prover autonomia estratégica. No caso específico da Marinha, vale salientar que a continuidade do projeto do submarino nuclear brasileiro é de fundamental importância para dotar o país de maior poder dissuasório no mar, ampliando nossa capacidade de defesa.

O objetivo específico do programa é o de reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura da Marinha do Brasil às necessidades do país, relativamente à defesa naval, com a finalidade de recuperar e manter a sua

capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações tipo projeto foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais. Diante disto, foram propostas alterações para o aperfeiçoamento do programa e adequação à metodologia do PPA.

0628 - Reparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Problema:

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária modernização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

O objetivo específico do programa é o de reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura do Exército Brasileiro às necessidades do país, relativamente à defesa terrestre, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Cabe mencionar que foi necessário aperfeiçoar o atributo "objetivo do programa"; além disso, foram incluídas as ações Implantação da Brigada de Operações Especiais, Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve, Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e Implantação da Brigada de Operações de Força de Paz, com a finalidade de contribuir para o objetivo do programa. Com relação à ação 5375 - Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército, foi prolongada a data de término, em virtude dos contingenciamentos ocorridos nos anos anteriores terem afetado a conclusão do planejamento anteriormente realizado. Com a finalidade de adequar o programa à metodologia, as ações tipo projeto "Implantação do Sistema de Comando e Controle" e "Implantação dos Sistemas Corporativos do Exército" foram excluídas. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais.

1059 - Recenseamentos Gerais

Problema:

É necessário fazer o levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa contribui para o alcance de todos os megaobjetivos das Orientações Estratégicas do Governo, em especial em seus desafios de promover a redução das desigualdades raciais, de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas e de valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais; e encontra-se alinhado ao objetivo setorial de propiciar o conhecimento da realidade demográfica e social do país no âmbito municipal e de localidades, por meio do levantamento quinquenal de dados censitários, fonte completa de informações sobre a situação de vida da população, fundamentais para a formulação de políticas públicas, distribuição dos Fundos Federais (FPM, FPE, SUS, FUNDEF) e para a tomada de decisão sobre investimentos públicos e privados, da definição estratégica definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de elaborar estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental nos temas sociais, regionais e urbanos, produtivos, econômicos e de desenvolvimento em geral, para aprimoramento das políticas públicas.

Foram incluídas no programa as ações Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, visando desenvolver e implantar um Cadastro de Endereços de Domicílios, de abrangência nacional, que sirva como instrumento para a racionalização e o controle dos trabalhos de operações censitárias e fonte para seleção de amostras de pesquisas domiciliares; Estudo para Atualização Contínua da Base Territorial, cujo objetivo é desenvolver estudos com vista à implantação de atividade contínua de atualização de mapas e cadastros que compõem a base operacional que dá suporte ao planejamento, à coleta de dados e à divulgação de resultados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE; Censo Indígena, para realizar o Censo Indígena simultaneamente com a Contagem de População de 2005, com o apoio da FUNAI (projeto que contempla a aplicação de questionários específicos para captar as características da população indígena, em complemento às informações levantadas pela Contagem da População); Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo, visando estudar a viabilidade de implantação de nova metodologia para o levantamento dos Censos Demográficos.

0671 - Reconhecimento de Utilidade Pública**Problema:**

A necessidade de reconhecimento das atividades exercidas por entidades privadas em áreas de interesse público, em complementação à ação do Estado, que prestam serviços de cunho social, no que tange à assistência social, ao atendimento médico, à pesquisa científica e à promoção da educação e da cultura, inclusive artísticas, em todo território nacional constitui uma orientação estratégica de governo em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Mantendo o fulcro do programa 0671 – “Reconhecimento de Utilidade Pública”, no reconhecimento da utilidade pública federal em instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo, foi necessária a revisão dos descritores das duas ações que compõem o programa, objetivando o aperfeiçoamento de seu conteúdo. Na ação 2737 – “Concessão de Título de Utilidade Pública e Qualificação de Interesse Público Federal”, os seguintes descritores sofreram alterações: função, subfunção, implementação, finalidade e descrição. Na ação 2735 – “Fiscalização e Cassação de Título de Utilidade de Interesse Público Federal”, os descritores relativos a função, implementação e descrição foram objeto de revisão.

0775 - Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional**Problema:**

É necessário haver uma política fiscal justa, capaz de reduzir desigualdades regionais, viabilizar a redistribuição de rendas, combater a fraude e a sonegação fiscal, assegurando recursos suficientes à prestação de serviços públicos qualificados. A recuperação de créditos da União e a defesa da Fazenda Nacional são mecanismos através dos quais o Estado poderá obter recursos para a satisfação das mais diversas carências da sociedade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores “Arrecadação acumulada da dívida ativa da união” e “Perdas de recursos da União evitadas” tiveram alteração do índice de referência e dos índices previstos para os próximos exercícios, adequando-os a valores mais apropriados à média que se observou nos últimos anos, descontados fatores que alteraram artificialmente os seus valores. Na ação 2249 – Sistema Informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foi alterada a unidade de medida, passando de “Gigabyte” para “unidade”, e também incluída ação padronizada de contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

As alterações propostas não irão alterar a compatibilidade do programa com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

0474 - Recursos do Mar**Problema:**

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como as necessidades de levantar e explorar os recursos da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, faz com que a Marinha participe ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisas e empresas nacionais,

visando ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades de nosso mar e buscar novas formas de exploração e exportação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Quanto à compatibilidade do programa com os desafios e diretrizes definidos no PPA, não houve alteração; apenas a ação tipo projeto "Levantamento da Plataforma Continental Brasileira" foi encerrada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil em virtude do término da realização dos trabalhos de sísmica, batimetria, magnetometria, gravimetria e a produção dos documentos cartográficos.

0803 - Recursos para o Desenvolvimento (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

As ações deste programa foram alocadas em outros programas: a ação 4506 - Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais foi para o programa 1003 - Gestão da Política na Área de Planejamento (ação executada pela SEAIN); a ação 0694 - Contribuição à Rede Brasileira de Promoção de Investimentos - Investe Brasil foi para o programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual; a ação 4834 - Capacitação de Técnicos dos Órgãos Executores de Projetos com Financiamento Externo foi para o programa 1003 - Gestão da Política na Área de Planejamento (ação executada pela SEAIN); a ação 4855 - Estudo para o Estabelecimento de Estratégias de Financiamento do Desenvolvimento foi para o Programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual; a ação 2649 - Coordenação da Integração da Infra-Estrutura da América do Sul - IIRSA foi para o programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá prejuízos, visto que as ações foram remanejadas para outros programas.

0104 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Problema:

Na raiz dos problemas encontra-se um sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros "Estado-centrado", que não leva em consideração os saberes e conhecimentos, os projetos de vida e objetivos dos diversos grupos sociais pesqueiros e com pouca ou nenhuma participação dos usuários no processo de formação e aplicação das principais normas de acesso e uso. Com isso, tem-se a ausência de comprometimento e responsabilidade daqueles que acessam e usam tais recursos para com seus níveis de sustentabilidade.

Por outro lado, o atual sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros não se encontra integrado com as demais regulações do uso dos outros recursos ambientais que interagem com os recursos pesqueiros nos diversos níveis ecossistêmicos.

Diante disso, o principal desafio que se apresenta é a construção de um sólido sistema de gestão de recursos pesqueiros, que tenha a sustentabilidade como elemento central.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar ao cronograma físico-financeiro do programa, houve necessidade de alterar o período dos projetos 3528 e 7379, bem como os valores financeiros e as metas físicas.

Houve antecipação da data de término da ação Implantação do Sistema de Informação sobre o Uso dos Recursos Pesqueiros para 2005, posto que será concluído neste exercício ao invés de 2007. O custo total do projeto foi ajustado, sendo alteração de R\$480 mil para R\$1,04 milhão. Por outro lado, a ação Fomento a Projetos de Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros teve sua meta física reduzida de 26 para 23 projetos apoiados, tendo sido alterada sua meta financeira de R\$11 milhões para R\$7 milhões no período do Plano. A redução no número de projetos apoiados não compromete a capacidade do Programa de contribuir efetivamente para o alcance do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

0102 - Rede de Proteção ao Trabalho

Problema

Como é do amplo conhecimento da sociedade, temos um alto índice de descumprimento das obrigações trabalhistas, com destaque para a falta de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, o que viola um direito básico do empregado. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, contribuindo para que os trabalhadores tenham piores condições de trabalho. A expansão da terceirização e proliferação de cooperativas de mão-de-obra e estágios são focos de irregularidades que precarizam a relação capital-trabalho, cabendo à fiscalização a tarefa de exigência da observância das normas de proteção ao trabalho. Outro ponto a destacar é a sonegação ao FGTS, o que demanda uma ação eficaz do Estado para o incremento da arrecadação deste tributo, importante não só para o próprio trabalhador, mas também para o Estado e suas políticas de inclusão social, através do saneamento básico e construção habitacional, o que possibilita a geração de empregos. Por estes fatos, mostra-se necessária a intervenção do Estado. A fiscalização do trabalho, em parceria com outras fiscalizações federais e contando com a participação da sociedade civil, por meio de mecanismos de controle social, deve atuar de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento das normas legais e convencionadas, proporcionando aos trabalhadores um trabalho digno, com renda compatível, proteção à vida e à saúde, bem como a real proteção do Estado. Todos ganham com a CTPS assinada: o trabalhador, que terá seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados; o empregador, que terá ganhos de produtividade; o Estado, com o aumento na arrecadação do FGTS, da contribuição previdenciária e de impostos; e ganha a sociedade, pois com mais recursos, o Estado pode investir em benefícios para todos, seja em saúde, educação, segurança ou infraestrutura, dentre outros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram realizadas alterações dos índices dos indicadores e nos produtos das ações 2628 - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS e 4785 - Fiscalização do Trabalho no Campo que, por sua natureza, não têm impacto sobre o alinhamento do programa com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, tampouco impactando a conformidade à diretriz de combate à sobre-utilização do trabalho e a sua precarização.

1083 - Reforma do Judiciário**Problema:**

A modernização e reforma do Judiciário se faz presente frente à situação em que se encontra, uma vez que na sua organização e funcionamento existe uma dispersão e burocracia dos serviços de atendimento, falta uniformidade na organização dos Cartórios e insuficiência e baixa capacidade dos atendimentos dos Juizados Especiais. Na área de planejamento e controle social o público desconhece as ações do Poder Judiciário. Os recursos humanos são deficientes na sua formação e qualificação profissional, bem como na baixa consciência da missão de serviço ao público. No que tange a recursos da tecnologia da informação, não é amplamente utilizada na comunicação eletrônica em petições, audiências e notificações e os serviços cartorários não são informatizados.

Quanto a recursos financeiros, existe uma dependência do executivo para o pagamento de custeios e pouca disponibilidade para investimentos. E na infraestrutura, os fóruns estão mal instalados, sujos e danificados. A divulgação é insuficiente e falta clareza na orientação ao usuário, bem como a assistência judiciária é deficiente e elitizada, não atingindo a coletividade.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em função da criação da Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Decreto nº 4.991, de 18 de fevereiro de 2004, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e tendo em vista a necessidade de adequar o nome do Programa ao contexto em que o mesmo atua e à orientação política do Presidente da República e do Ministro de Estado da Justiça, foi alterado o título do programa 1083 – “Reforma da Justiça Brasileira” para “Reforma do Judiciário”.

Na operacionalização, o coração do programa está na ação 12GE – “Reaparelhamento, Modernização e Reforma das Instituições do Judiciário Brasileiro – Morejus” que tem como finalidade a ampliação da eficiência da gestão do sistema judiciário nacional. Esta ação que, em função da forma de implementação tinha sido definida como transferência voluntária, estava classificada como “Operações Especiais”, foi alterada para Projeto em função das suas especificidades. Esta alteração provocou a retirada no título da expressão “Apoio ao”, a definição de produto (Projeto apoiado) e meta física.

1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Problema:

Os regimes de previdência própria da União, Estados e Municípios são deficitários em sua grande maioria, comprometendo cada vez mais recursos fiscais, podendo no futuro levá-los a uma completa asfixia financeira, impossibilitando-os de cumprir suas funções sociais. A título de ilustração, somente o *déficit* previdenciário acumulado dos regimes próprios dos Estados da federação apresenta a seguinte evolução: 2001 = R\$ 13.663.540.000,00; 2002 = 17.856.263.894,00 e 2003 = 19.017.107.000,00. Dentre algumas causas que poderiam estar contribuindo para o problema podemos citar: (i) regras inadequadas de acesso ao benefício; (ii) cálculo dos benefícios sem a equivalência do esforço contributivo; (iii) preservação dos direitos adquiridos; (iv) tratamento desigual para trabalhadores do setor público e do setor privado; (v) insuficiência de informações, legislação e atuária.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas no programa as ações 2272 - Gestão e Administração do Programa e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública; além disso, alterou-se a programação da meta física da ação 5645 - Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV e os custos totais dos projetos 3876 - Estudos para Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos e 3884 - Estudo para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União.

A inclusão das ações melhora o conjunto da programação e mantém o programa alinhado com o objetivo setorial de coordenar e regular a gestão dos regimes próprios de previdência, em articulação com as três esferas de governo, contribuindo para o alcance do desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

0138 - Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

Problema:

São insuficientes o conhecimento da efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, o que dificulta uma adequada gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social. A grandeza do território, as diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e a não-integração ao Serviço de Registro Imobiliário agravam o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e do equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo INCRA. O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social do país, gerando altos custos ao erário na implantação de programas e projetos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para mantermos a efetividade na busca da superação do problema foram efetuadas as seguintes mudanças no programa: criou-se a ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, visando adequar custos administrativos que não eram passíveis de apropriação dentro do programa; as ações 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e 0859 - Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos, foram alocadas ao Programa 1336 - Brasil Quilombola, atendendo a nova demanda da criação de um programa específico para essas comunidades. Além disso, o indicador do programa foi substituído por novos indicadores, com o objetivo de melhor refletir os resultados sobre o público-alvo, aumentando assim, sua efetividade.

Portanto, o programa continua compatível com o desafio de implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições dao-climáticas nas diferentes regiões do país.

1264 - Relações do Brasil com Estados Estrangeiros**Problema:**

É necessário promover a defesa do interesse nacional do Brasil junto a Estados estrangeiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações 11LG - Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Abuja, na Nigéria, 11LJ - Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em São Tomé, em São Tomé e Príncipe, 11LL - Construção da Residência Oficial do Cônsul-Geral do Brasil na Cidade do Porto, em Portugal, 11LP - Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Londres, no Reino Unido e 11W5 - Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria do Consulado-Geral do Brasil em Nova York, nos Estados Unidos. Tais ações visam a apoiar a busca pelo alcance do objetivo do programa, que é representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional. Manteve-se, portanto, a vinculação com os desafios e diretrizes do governo.

Além disso, foram feitas retificações dos títulos de algumas ações a fim de conferir maior precisão ou corrigir dados equivocados.

1256 - Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais

Problema:

É necessário promover a defesa do interesse nacional do Brasil junto a organismos internacionais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída no programa a ação 11LC - Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York, nos Estados Unidos, destinada a viabilizar a instalação da missão brasileira junto à ONU em próprio nacional, visando o alcance do objetivo do programa, qual seja, de representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional, mantendo-se, portanto, a vinculação com os desafios e diretrizes do governo. Além disso, houve retificação no título de algumas ações, a fim de conferir precisão ou eliminar incorreção ortográfica.

8007 - Resíduos Sólidos Urbanos

Problema

A gestão inadequada dos resíduos sólidos urbanos, caracterizada por processos ineficientes e ineficazes de coleta, tratamento e de disposição final é um dos principais problemas ambientais brasileiros. Segundo a última pesquisa do IBGE (PNSB), 63,6% dos municípios informaram que depositam seus resíduos em lixões, o que contribui para a proliferação de enfermidades infecto-contagiosas, situações de risco ambiental e conseqüentemente perda da qualidade de vida e degradação dos recursos ambientais; apenas 32,2% declararam que possuem aterros adequados (13,8% sanitários, 18,4% aterros controlados), havendo ainda um percentual de 5% que não informaram o destino de seus resíduos. Este fato é agravado pela baixa capacitação institucional e técnica dos municípios no que concerne a gestão e ao planejamento ambiental e pela ausência de mecanismos de controle social na prestação de serviços, que fomenta a existência de trabalho adulto e infantil na coleta seletiva informal, sempre em condições degradantes e incompatíveis com a dignidade humana.

Outro fator que impacta a qualidade de vida nos centros urbanos é a atividade decorrente da construção civil, que consome 75% dos recursos naturais. Em conseqüência do volume de materiais empregados e da elevada taxa de perdas de materiais, são gerados cerca de 80 milhões de ton/ano de resíduos, impactando negativamente o ambiente urbano.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos, voltada para a capacitação dos agentes locais para a implementação e operação de aterros, adequando a operação dos sistemas, bem como incentivando o controle social sobre a eficiência dessas operações.

A ação Implantação de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos e de Redução da Contaminação em Áreas Urbanas de Municípios com População entre 30 mil e 250 mil Habitantes teve sua denominação alterada para Apoio à Elaboração de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos em Áreas Urbanas com População entre 30 mil e 250 mil Habitantes.

As alterações efetuadas visam aperfeiçoar o programa de modo que atendam em melhores condições as diretrizes de redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e de acidentes ambientais; de promoção e integração de instrumentos de gestão ambiental e instrumentos econômicos direcionados para a produção sustentável; de promoção da inserção de critérios de sustentabilidade sócio-ambiental na definição de diretrizes para investimento e operação dos setores produtivos da economia, e de adoção de mecanismos para o reaproveitamento dos materiais recicláveis, do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

1029 - Resposta aos Desastres

Problema:

Ocorrências frequentes de desastres naturais, humanos e mistos causam danos às pessoas e ao patrimônio, ocasionando grandes prejuízos econômicos e sociais. Agrava a situação a limitação da capacidade de pronta resposta no atendimento às ações emergenciais devido à burocracia no repasse dos recursos orçamentários e extraordinários, dentre outros problemas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi realizada a adequação do indicador do programa de "Taxa de Resposta a Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública" para "Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública", buscando desta forma mensurar a atuação do programa no que tange aos desalojados e desabrigados nos municípios em emergência ou calamidade pública. O indicador foi alterado também em sua fórmula de cálculo e seus índices de 2005 a 2008, para permitir a avaliação precisa e eficaz dos resultados esperados e alcançados pelo programa.

1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Problema:

A ocupação desordenada do território provoca graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o país possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, como o aumento da escassez (quantidade e/ou qualidade), tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente em grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro).

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta entraves para o

desenvolvimento sustentável, seja pelo impedimento da manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agrava ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram incluídas as ações Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental e Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do Rio São Francisco, uma parceria com o Fundo Global Meio Ambiente (Global Environment Facility GEF).

As alterações efetuadas visam aperfeiçoar o programa, que está alinhado com o desafio de melhorar a gestão ambiental, promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental, e especialmente com as diretrizes de fortalecimento das ações que valorizam o uso racional do solo e dos bens minerais e de promoção da recuperação de áreas e ecossistemas degradados.

1246 - Rumo ao Pan 2007

Problema:

A infra-estrutura existente é inadequada para realizar os Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. A ação 2434 - Intercâmbio de Atletas de Alto Rendimento das Modalidades dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos em Centros de Excelência e Renome foi transferida deste programa para o programa 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento, por sua finalidade estar mais afeta ao objetivo deste último.

Também foi incluída a ação de Gestão e Administração do Programa para cobrir despesas que são afetas a mais de uma das ações finalísticas do programa. Estas alterações fortificam o desafio de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0122 - Saneamento Ambiental Urbano

Problema:

Há no Brasil um alto índice de insalubridade ambiental em áreas urbanas, decorrente de deficiências na prestação dos serviços de saneamento ambiental e escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, comprometendo sua qualidade de vida e a sustentabilidade do meio urbano.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações de título das ações buscam aprimorar a distribuição de competências da União para atuação nos diversos municípios do país com ações diferenciadas, o que permitirá atender de forma mais adequada ao desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente e a diretriz de viabilização do acesso à água potável para a população, acompanhado de medidas de saneamento e tratamento de efluentes, como condição para saúde pública, contribuindo para redução do problema de insalubridade ambiental decorrente das deficiências na prestação de serviços de saneamento ambiental no país. As alterações e atualizações nos índices dos indicadores visam retratar as condições de saneamento adequado no país, permitindo assim um melhor acompanhamento dos resultados do programa no combate à insalubridade ambiental. A inclusão da ação 6908 – Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental visa atender de maneira mais completa os municípios com ações de educação em saúde. As alterações de metas nas ações do programa buscam compatibilizar o cronograma físico-financeiro de execução ao longo dos anos nas diversas regiões brasileiras. Portanto, as alterações contribuem para manter a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do PPA.

1287 – Saneamento Rural**Problema:**

A análise do quadro epidemiológico brasileiro, assim como o de outros países em desenvolvimento, revela a existência de altos índices de morbimortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a insuficiente qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e de resíduos sólidos, aliados às condições inadequadas de moradia, têm forte associação com os elevados casos de doenças como diarreias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, malária, dengue, leptospirose, infecções cutâneas e outras.

Segundo a Opas/OMS, entre as repercussões que podem ser obtidas com a melhoria no abastecimento de água e destino adequado de dejetos na redução da morbidade estão a prevenção de pelo menos 80% dos casos de febre tifóide e paratifóide; a redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose e a prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu ajustes no seu indicador, que foi modificado para que possa refletir melhor os impactos do seu conjunto de ações e tenha a sua mensuração facilitada. Ainda assim, foi necessária a inclusão de outros indicadores, o que

tornará a avaliação do programa mais completa, dada a sua abrangência e complexidade. As ações sofreram ajustes, especialmente nas suas datas de término, metas e custos totais dos projetos, de modo a aproximarem-se das necessidades de atendimento de toda a população brasileira. Por fim, foi incluída nova ação que visa assegurar o abastecimento de água e instalações hidrosanitárias em escolas públicas rurais, convergindo para o objetivo do programa de ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

8028 - Segundo Tempo

Problema

Há exclusão de crianças e adolescentes/jovens da prática do esporte no país.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Este programa sofreu alterações para seu aperfeiçoamento e melhor desempenho. Os indicadores e seus índices foram alterados como forma de tentar melhor medir a efetividade do programa. As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0623 - Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Problema

Atenção especial deve ser dada ao controle do espaço aéreo brasileiro e à sua proteção, que deve contar com de equipamentos de detecção, tratamento e visualização de dados adequados à extensão do país, e de comunicações e auxílio à navegação aérea e ao pouso. Para tanto, deve-se desenvolver a capacidade de acoplar, tratar, processar e transmitir dados de unidades táticas de controle do espaço aéreo, a fim de proporcionar mais segurança, regularidade e fluidez à circulação aérea nacional. Isto exige a modernização da Força Aérea Brasileira, com a aquisição de equipamentos adequados à nossa amplitude territorial. Cabe prover a proteção ao vôo e a segurança do tráfego no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, possibilitando o total controle do espaço aéreo brasileiro.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia do PPA foi necessário aperfeiçoar a redação de atributos, tais como objetivos, justificativas e público-alvo. Uma outra alteração foi a denominação do programa para "Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro", com a finalidade de adequar a expressão a um programa finalístico. Quanto ao indicador "Coeficiente de

acidentes aéreos" foi alterada a fórmula de cálculo e conseqüentemente o índice de referência foi modificado, passando de 8,5 para 0,630. O outro indicador, "Taxa de monitoramento do espaço aéreo", foi alterado para "Espaço aéreo monitorado". A ação de Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB foi ajustada ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais.

0660 - Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Problema:

O Brasil é um dos recordistas mundiais de acidentes de trânsito, problema que se reflete em índices como a taxa de 6,80 mortes por 10 mil veículos, enquanto em países desenvolvidos como Japão e Alemanha não atingem a taxa de 1,50. Isso demonstra a real periculosidade do trânsito no país, ocasionando elevadíssimas perdas individuais, sociais e econômicas, constituindo alto preço para a sociedade. Em estudo realizado pelo IPEA com o objetivo de quantificar mais precisamente quais são os custos relacionados aos acidentes de trânsito, chegou-se à estimativa de um custo anual de R\$ 5,3 bilhões, cerca de 0,4% do PIB do país, somente nos 50 maiores aglomerados urbanos. Esse valor sobe consideravelmente – estima-se que até R\$ 10 bilhões – caso sejam considerados os custos dos acidentes rodoviários. No ano de 2001 ocorreram 307.287 acidentes com vítimas no país, resultando em 20.039 vítimas fatais e 374.557 não fatais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A ação 0626 - Apoio à Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Trânsito teve a sua categoria de programação orçamentária alterada de "operação especial" para "atividade", alterando assim seu código e título para 6622 - Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito, pois por entendimento conceitual das categorias acima destacadas, classifica-se a presente ação na sua característica predominante que é a contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços e a manutenção da própria ação governamental na consecução do objetivo do programa, de forma contínua. Na ação 1243 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito foi realizada a mudança o tipo de ação de "projeto" para "atividade", modificando seu código para 8487, adequando-a assim à metodologia de planejamento, uma vez que a finalidade da ação caracteriza-a como uma atividade. Essas alterações, por serem apenas de natureza metodológica, não afetam a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

Além disso, foram alteradas as metas do projeto 5162 – Implantação e Integração de Sistemas de Dados e Informações do Sistema Nacional de Trânsito, de forma a adequar seu cronograma físico-financeiro, uma vez que a previsão de término

do projeto foi antecipada para o ano de 2007. A modificação contribui para que o objetivo do programa de reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país seja alcançado de forma mais rápida e efetiva, contribuindo assim diretamente para o alcance do desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente. Desse modo, demonstra-se que a alteração mantém a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual.

1184 - Segurança e Saúde no Trabalho

Problema:

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo causa de morte, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2.002, o Ministério da Previdência Social registrou 387.905 acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.898 resultaram em óbito e 15.029 tiveram como consequência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Em 2.002, dentre os aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados.

Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social os casos envolvendo os servidores públicos. As consequências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas tanto públicas quanto privadas, cooperativas, instituições, etc.) e para o Estado, que são obrigados a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2 a 4 % do Produto Interno Bruto. Existe uma complexa interação de causas que produzem esses números alarmantes.

Coexiste no país grande diversidade de atividades econômicas que vai da agricultura familiar até a produção de aviões e foguetes, que envolve práticas elementares de trabalho até as técnicas mais sofisticadas. Há ainda a falta de compreensão das diferentes partes interessadas sobre as relações entre fatores organizacionais, tecnológicos, sociais, econômicos, jurídicos, culturais e políticos, bem como sobre o contexto de rápidas transformações que vêm se desenhando e que afetam o mundo do trabalho, particularmente em aspectos relacionados com a segurança e saúde dos trabalhadores. Destaca-se ainda a tendência à precarização do trabalho e das condições nas quais ele é executado, que contribuem para que no Brasil se constatem índices de acidentes e doenças incompatíveis com a busca do crescimento econômico acompanhado de justiça social.

As estratégias para equacionar essa situação exigem o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e a participação dos vários atores sociais, como os representantes de trabalhadores, empregadores e governo, seja em nível local,

regional ou nacional. Diante da indiscutível transversalidade do tema da segurança e saúde no trabalho, em âmbito federal é especialmente necessária a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social e Ministério do Meio Ambiente, entre outros órgãos. Por exemplo, apesar de o Ministério da Previdência Social ter à sua disposição a cobrança da alíquota adicional em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa, decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GIILDRAT antiga alíquota SAT - Seguro Acidente de Trabalho) como instrumento de incentivo para fazer política de prevenção, também lhe faltam critérios objetivos para julgar a consistência de iniciativas das organizações, a fim de beneficiá-las ou não com o valor da alíquota.

Além disso, o Ministério da Previdência Social tem carência de normas técnicas, definição de critérios e procedimentos para caracterizar situações de trabalho que justifiquem ou não a necessidade de concessão de aposentadorias especiais. A propósito, o Decreto Nº 4.882, de 18 de novembro de 2.003, que altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, estabelece que as avaliações de ambientes de trabalho para fins de concessão de aposentadoria especial devem considerar a metodologia e os procedimentos de avaliação desenvolvidos pela FUNDACENTRO, criando para ela novas responsabilidades e demandas.

Por outro lado, existe uma fragilidade das ações governamentais para enfrentar essa problemática e propor políticas públicas que possam mobilizar as organizações no sentido do compromisso e comprometimento com os diferentes interlocutores, de modo que melhorias dos ambientes e das condições de trabalho possam ser efetivamente implementadas.

São necessários ainda esforços suplementares para agregar a esse processo segmentos de trabalhadores historicamente excluídos dos mecanismos de proteção à vida. Para isso não só é indispensável haver socialização de informações já disponíveis, mas sobretudo produção e divulgação de novos conhecimentos, de tal modo que possam ser construídos modelos de ação pactuados entre o Estado e a sociedade capazes de responder aos atuais desafios do mundo do trabalho e de contribuir para o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e trabalho decentes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. A proposta de alteração não tem impacto sobre o alinhamento do programa com o desafio de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; tampouco afeta a conformidade à diretriz de combate à sobre-utilização do trabalho e sua precarização.

0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Problema:

Os acidentes de trânsito e os crimes praticados nas rodovias federais representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Já os crimes, tais como roubos de carga, refletem uma violência direta ao cidadão em geral.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa revela-se ligado às diretrizes do PPA por buscar garantir a segurança pública e proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento da economia.

Foi excluído o indicador "Taxa de variação da criminalidade nas rodovias federais" em função do mesmo juntar diversas ocorrências – quantidade de drogas apreendidas, contrabando e apreensões de armas de fogo e munições – sem definir critérios de apropriação, que pudessem dar significado ao resultado. Foram mantidos os indicadores "Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais" e "Taxa de mortalidade nas estradas federais", tendo em vista que os demais serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal, tais como auxílios aos usuários às "forças tarefas" com outros órgãos públicos, apesar de serem constantes, ainda, não há dados suficientes mensurá-los. Foi criada uma ação específica para elaboração de indicadores no programa "Gestão da Política na Área da Justiça", que poderá auxiliar a Polícia Rodoviária Federal a medir resultados de suas atividades.

A essência do conjunto do Programa foi mantida, com ajustes necessários a melhor definição das ações existentes e a criação de duas ações. A primeira ação 86A1 - "Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e de Outras Entidades pelo Processamento de Infrações ao Código de Trânsito Brasileiro" tem como finalidade a remuneração pela prestação de serviços de arrecadação de multas de trânsito aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em rodovias e estradas federais, mediante formalização de convênios com os Departamentos de Trânsito Estaduais e do Distrito Federal e/ou entidades afins, disciplinando a forma, conteúdo e abrangência dos serviços a serem prestados ao DPRF. A segunda ação nova 11MC - "Construção de Unidades Operacionais de Policiamento na Malha Rodoviária" tem por finalidade a construção de unidades operacionais de policiamento no âmbito da malha rodoviária para o desempenho adequado das atividades operacionais, bem como atendimento aos usuários das rodovias e estradas federais, uma vez que a maioria das unidades é oriunda do antigo DNIT formando um quadro de construções antigas em estado precário.

1291 - Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue**Problema:**

A oferta de sangue e hemocomponentes por parte dos serviços públicos de hemoterapia ainda é insuficiente, não cobrindo a totalidade dos pacientes ocupantes dos leitos do SUS. Além disso, os portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias ainda carecem do adequado acesso à atenção de que necessitam; há limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos; além disso, o país é dependente de mercado e tecnologia externos de insumos estratégicos, pois falta tecnologia nacional para a produção de hemoderivados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações efetuadas neste programa referem-se apenas à melhor delimitação do público alvo e à mudança da unidade responsável pelo programa. Portanto, o programa manteve todas as ações já existentes, permanecendo assim compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0637 – Serviço de Saúde das Forças Armadas**Problema:**

Existe a necessidade de prover aos militares ativos, inativos e seus dependentes adequada assistência médico-hospitalar, bem como assegurar o acesso e a humanização do atendimento de saúde.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes no megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia e ao desafio de fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas. Neste contexto, com a finalidade de adequar ao cronograma físico-financeiro, foi necessário alterar o período de término do programa, bem como, ajustar as metas físicas e valores financeiros.

0221 - Serviços de Transporte Aquaviário**Problema:**

Existe a necessidade de regulamentação e fiscalização do transporte aquaviário, garantindo a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis

particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura.

0226 - Serviços de Transporte Ferroviário

Problema:

Existe a necessidade de regulamentação e fiscalização do transporte ferroviário, garantindo a qualidade na prestação de serviços de transporte de cargas.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura.

0227 - Serviços de Transporte Rodoviário

Problema:

Existe a necessidade de regulamentação e fiscalização do transporte rodoviário, garantindo a qualidade na prestação de serviços interestadual e internacional de carga e de passageiros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os indicadores e ações do programa foram adequados com a finalidade de atender às diretrizes do PPA. As alterações efetuadas são compatíveis particularmente com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, relacionado a diretriz de aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura.

1093 - Sistema Único de Assistência Social

Problema:

O programa visa enfrentar o problema da falta de acesso das famílias aos direitos e serviços sociais (vulnerabilidade social e pobreza), em especial aquelas cujo provedor é negro ou mulher.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O ajuste nas ações e a alteração do objetivo do programa foram necessários para tornar o programa compatível com a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Assim, tornou-se necessária a migração de ações para dar maior transparência à sociedade do que está sendo feito para garantir o acesso aos direitos e serviços sociais pelas famílias em situação de vulnerabilidade social e de pobreza. O programa passou a se chamar Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Em virtude da implantação do SUAS houve ajustes em diversas ações. O SUAS gerou a necessidade de unificar as ações de construção,

ampliação e modernização de unidades de atendimento, que anteriormente constavam em diversos programas. Essa ação destina-se aos centros de referência da assistência social.

A ação Proteção Social Básica e Especial à Família e seus Membros teve sua denominação alterada para "Atenção Integral à Família" e seus atributos foram ajustados. Também houve ajustes em relação a capacitação. Além disso, criou-se a ação Implantação do Sistema Nacional de Informação da Assistência Social. O texto do público-alvo foi ajustado de forma a torná-lo mais preciso.

O programa está vinculado ao desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência). As diretrizes relacionadas são as descritas a seguir: promoção da equidade na implementação das políticas sociais; aprimoramento e desburocratização do atendimento direto aos cidadãos; aperfeiçoamento do processo de descentralização das políticas sociais; fortalecimento da prática da gestão solidária entre as três esferas de governo; ampliação de políticas de atendimento ao idoso e ao portador de necessidades especiais, garantindo seus direitos sociais básicos. O programa visa atender ao desafio por meio de ações que garantam os direitos de cidadania e promovam o desenvolvimento social, tendo a família como unidade de atenção.

1127 - Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Problema:

Estudos indicam que o grupo etário mais exposto à violência constitui-se de jovens entre 18 e 25 anos. Nesta faixa estão os adolescentes aliciados pelo tráfico de drogas, bem como a maioria das vítimas de homicídio. Faz-se mister tomar medidas preventivas para eliminar este problema, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de "centro de uma de nossas maiores tragédias nacionais, o nervo do processo autofágico e genocida".

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Na atual revisão do PPA, mantendo-se a compatibilidade com os desafios e diretrizes do PPA, e com base em redefinição do planejamento estratégico do SUSP e na análise técnica dos descritores das ações previstas no programa, percebeu-se a necessidade de complementar as informações descritas. Assim foram concebidas novas orientações compatíveis a realidade do cenário atual com as demandas sociais e as necessidades dos Entes Federados nas questões de segurança pública, entre elas a inclusão da "redução da impunidade" no objetivo do programa e alterações na justificativa e estratégia de implementação.

A visão de conjunto da clientela das ações do programa tornou necessária a modificação do público alvo – de "Sociedade" para "Operadores de Segurança Pública", uma vez que o centro de atuação será no nível dos operadores de segurança pública, incluindo as instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal.

As alterações buscam atender os seguintes pontos: a) investimentos estruturantes – investimentos de alta tecnologia voltados a integração de sistemas e compartilhamento de informações como é o caso do Sistema Digital de Identificação Criminal (AFIS), Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC

e Sistema Nacional de informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG; b) investimentos objetivando a economicidade e a padronização – aquisições diretas pelo Governo Federal objetivando o menor custo de

forma padronizada e qualificada; c) investimentos voltados à implementação de programas sociais que priorizem a redução da violência e a participação comunitária; d) modernização na gestão e modernização das organizações de segurança pública.

Os principais eixos de atuação do SUSP são a gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhoria da produção de prova; prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública nos órgãos de segurança pública. O governo tem adotado uma estratégia de integração entre todas as Unidades da Federação que aderiram ao SUSP. Assim, estados e municípios têm condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas, aprimoramento e valorização profissional bem como melhoria na análise de dados e estatística criminal.

Na revisão das ações, as adequações tiveram por objetivo atender expectativas de execução em conformidade com as propostas orçamentárias de forma mais adequada e objetiva. Em síntese foram as seguintes: na ação 3918 – “Implantação de Projetos de Prevenção da Violência” foi alterado o título para “Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência”, visando melhor caracterizar a ação, bem como a modificação do tipo de ação - de “Projeto” para “Operações Especiais” e do produto – “Projeto Implantado” para “Projeto Apoiado”, uma vez que a mesma se caracteriza como descentralização de recursos aos Entes Federados. Na mesma linha foram alteradas a finalidade, a descrição e a forma de implementação.

Visando adequar as ações à estratégia do Programa, foram revisadas os descritores com relação a finalidade, descrição e implementação das seguintes ações: 5000 – “Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais”; 3916 – “Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública”; 7797 – “Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública – PNAPO” e 2320 – “Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional”.

Na ação 7805 – “Intensificação da Repressão Qualificada”, foi modificação o tipo de ação - de “Projeto” para “Atividade”, uma vez que a mesma se caracteriza pela continuidade. As atividades contínuas da ação obrigaram a alteração do produto de “Instituição Apoiada” para “Operação Integrada Realizada”. Na mesma linha, foram alteradas, ainda a finalidade, a descrição, a implementação e a especificação do produto.

0465 - Sociedade da Informação

Problema

O grau de inserção do país na sociedade da informação e conhecimentos globalizados ainda é reduzido. Ampliar essa inserção é indispensável para melhorar a qualidade de vida, a competitividade econômica e a democratização do acesso à informação. Para tanto é necessária uma infra-estrutura avançada de

redes e de computação como suporte a todas as atividades do país, em educação e pesquisa, no comércio de bens e serviços, com especial destaque à oferta de serviços públicos eficientes.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 11HB - Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social, já que a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida de pequenas comunidades isoladas e das micro e pequenas empresas inseridas em um mercado cada vez mais competitivo depende fundamentalmente da apropriação dos recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e de seu uso como instrumento de desenvolvimento social, possibilitando às pessoas acesso à diversas oportunidades como treinamentos e capacitação, consultoria, comércio eletrônico, busca de informações na Internet e serviços públicos e privados em meio eletrônico.

Os indicadores foram readequados de forma a capturar de forma efetiva o andamento do programa. As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

0627 - Tecnologia de Uso Aeroespacial

Problema:

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, bem como o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégicas necessários para a defesa do país.

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira é o objetivo específico deste programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Com a finalidade de adequar o programa à metodologia, foi proposto o indicador "Taxa de execução de pesquisas". As ações de Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados, Desenvolvimento do AL – X, e Desenvolvimento do AM – X foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa. As ações desenvolvidas neste programa alinham-se às orientações constantes nos megaobjetivos de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais; ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais e ao desafio de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital; ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e aos desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego, de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade, de coordenar e promover o investimento produtivo e a

elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa, de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso e de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0629 - Tecnologia de Uso Naval

Problema:

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, bem como o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa em Ciência e Tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégicas necessários para a defesa do País.

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval é o objetivo específico deste programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Para se adequar à metodologia do PPA foi proposto o indicador "Taxa de substituição de tecnologia". Foi, também, incluída a ação Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear, que contribui para o alcance do objetivo do programa e proporciona maior transparência à sociedade no que diz respeito às realizações do programa. As ações de Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais, Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval e Implantação de Infra-Estrutura Básica na Área Nuclear foram ajustadas ao novo cronograma físico-financeiro do programa.

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se ao megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais; ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais, e ao desafio de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital; ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e aos desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego; de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa; de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso; e de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

0642 - Tecnologia de Uso Terrestre**Problema:**

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, bem como o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país. Pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército é o objetivo específico deste programa.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Cabe ressaltar que para o programa se adequar à metodologia do PPA foi proposto o indicador "Taxa de desenvolvimento de tecnologia de uso terrestre". Da mesma forma, foi aperfeiçoada a redação do atributo "estratégia de implementação". A ação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre foi ajustada ao novo cronograma físico-financeiro do programa.

As ações desenvolvidas neste programa alinham-se ao megaobjetivo de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, e ao desafio de preservar a integridade e a soberania nacionais; ao megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais, e ao desafio de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital; ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e aos desafios de alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego; de ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade; de coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa; de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso; e de ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

1038 - Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação**Problema:**

O viés paternalista das políticas de irrigação resultou na dependência da assistência financeira pública para a gestão, custeio dos gastos de operação e manutenção dos projetos, fazendo com que a maioria dos usuários não alcance os níveis de capacitação e organização necessários para a autogestão dos perímetros públicos de irrigação.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi criada a ação 11UA - Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação, nas unidades orçamentárias DNOCS, Codevasf e Ministério da

Integração Nacional, de forma a flexibilizar a execução das ações de transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação.

Esta modificação foi realizada a fim de que se estude e construa um plano de transferência da gestão dos perímetros, juntamente com a aprovação do novo marco legal da irrigação, a lei da nova política nacional de irrigação, permitindo a transferência da gestão dos perímetros de irrigação para o setor privado, e se coaduna com o desafio de combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania, desafio de incentivar, de forma sustentável e com ganhos progressivos de produtividade, à produção e à comercialização de alimentos básicos, pois a transferência da gestão dos perímetros de irrigação do MIN, DNOCS e Codevasf para os irrigantes interessados permitirá gerar novos empregos e aumentar a quantidade e qualidade da produção.

Na próxima revisão do PPA, após a definição das providências que serão tomadas para cada perímetro, as ações originais irão voltar ao orçamento.

1335 - Transferência de Renda com Condiicionalidades - Bolsa Família

Problema:

O programa visa enfrentar o problema das famílias que se situam abaixo da linha de indigência e da pobreza, privadas dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

No momento da elaboração do Plano Plurianual em 2004, a transferência de renda estava contemplada por meio de três ações. Na revisão para 2005 a transferência de renda está sendo executada por meio de duas ações: ação 0060 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (do MDS) e ação 099A - Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais (do Ministério da Saúde). Essas ações são resultado da unificação dos programas de transferência de renda com a criação do Bolsa-Família. Além disso, a ação 6414 - Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único, que estava no Programa de Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal foi incorporada, por sua relevância para o sucesso do programa.

O programa está vinculado ao desafio de ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos. O programa visa enfrentar o desafio criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares. O programa também acompanha algumas condicionalidades ao recebimento do benefício, como frequência das crianças às aulas, alfabetização dos adultos e acesso ao sistema de saúde. As diretrizes relacionadas são as de implementação de medidas compensatórias tendo a família como referência; aperfeiçoamento dos mecanismos de contrapartida dos estados e municípios, associados ao benefício e controle público e social desenvolvimento de sistema

unificado de informações cadastrais e gerenciais sobre o público-alvo dos programas de transferência de renda; integração dos programas de transferência de renda aos beneficiários, permitindo o uso dos recursos pelas famílias de acordo com as suas necessidades; garantia dos benefícios respeitando as condicionais estabelecidas; estruturação dos municípios para efetivação do sistema unificado de informações cadastrais, e garantia de transparência no processo de distribuição dos benefícios.

1089 - Transformação da Gestão Pública (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Este programa tem por objetivo atacar o mesmo problema levantado pelo programa 1088 - Gestão Pública para um Brasil de Todos, sendo que este segue uma linha mais operacional, enquanto que o 1088 uma linha mais teórica.

Com a fusão destes dois programas, ganhar-se-á em eficiência, eficácia e efetividade sobre as ações de Governo.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O Megaobjetivo III continua a ser atendido pelo programa 1088, assim como o desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão, sem qualquer prejuízo.

0289 - Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Problema:

Há deficiências na infra-estrutura de armazenamento e de transporte dutoviário, considerando o crescimento da produção de petróleo e derivados prevista para os próximos anos. Assim, torna-se necessário o redimensionamento desta infra-estrutura para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, de segurança e de proteção ao meio ambiente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As ações 11SM – Implantação do Terminal de Pecem (CE), 11SP – Ampliação do Escoamento de Derivados do Terminal de Niterói – TENIT (Canoas – RS), 11SW – Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto – SP/REPLAN/Ilha D'água – RJ), 11UN – Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP), 4107 – Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados, 4451 – Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário passaram a integrar o programa. Além disto, foram realizadas alterações nos atributos de outras ações com o propósito de fortalecer a compatibilidade do programa com o PPA. O programa visa o provimento da infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados adequado ao incremento da demanda e a restrições ambientais mais severas. Assim, é particularmente compatível com desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de

emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0290 - Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

Problema:

É elevada a idade média da frota de petroleiros de bandeira brasileira. Além disso, há forte possibilidade de encurtamento da vida útil de parte significativa desta frota, em função de novas exigências legais em tramitação, com padrões mais estritos de segurança e proteção ao meio-ambiente. A redução de disponibilidade da frota acarreta imediato comprometimento do balanço de pagamentos. A renovação planejada e gradual da frota permitirá a recuperação da indústria naval nacional.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foi incluída a ação 11UH – Aquisição de Embarcações de Apoio Offshore em Estaleiros Nacionais e também foram processadas mudanças nos atributos da ação 1063 com o propósito de reforçar a compatibilidade do programa com o PPA. Este programa visa reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

Configura-se, assim a sua compatibilidade com o desafio de impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável, pertencente ao megaobjetivo de crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

0222 - Trilhos Urbanos (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Os programas Trilhos Urbanos e Mobilidade Urbana atuavam em busca da melhoria das condições de mobilidade, sendo que a diferença estava no foco de atuação. Enquanto o programa Trilhos Urbanos atuava sobre as redes metro-ferroviárias e suas melhorias, o programa Mobilidade Urbana atua sobre outras alternativas de deslocamento, como outros sistemas de transporte coletivo, inclusive tratando de alternativas não-motorizadas, de modo a garantir o aumento da mobilidade urbana. Conclui-se que ambos os programas atuam em busca de um objetivo comum, que é a melhoria da mobilidade urbana e, portanto, seria possível uma maior integração das ações se estivessem em um programa único, onde as formas de implementação de soluções de mobilidade fossem estudadas em conjunto. Outro ponto importante da fusão dos programas é a lógica de integração entre as redes metro-ferroviárias e as outras formas de transporte, de modo que a mobilidade seja tratada de forma completa, analisando-se todas as alternativas e integrando-as de acordo com as especificidades e necessidades de cada região. Dessa forma, justifica-se então a exclusão do programa Trilhos Urbanos, de modo que as demandas na sociedade que então eram atendidas pelo programa sejam agora atendidas no programa Mobilidade Urbana, tratando

adequadamente do problema de mobilidade em seus diversos aspectos, de forma integrada.

Cabe destacar que a exclusão proposta de modo algum demonstra uma perda para a sociedade, sendo uma iniciativa com vistas a aprimorar a programação e a gestão de modo a integrar ações que atuam em busca de um objetivo comum, que é o de ampliar a mobilidade urbana (cujas soluções podem ser alcançadas por meio de redes metro-ferroviárias, ônibus e corredores estruturais, deslocamentos por meios não-motorizados, sempre sob a égide da política nacional de mobilidade e transporte urbano integrada para redução das tarifas).

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não haverá prejuízos no alcance dos megaobjetivos, desafios e diretrizes decorrentes da exclusão do programa, uma vez que as demandas previstas na sociedade serão atendidas, e de maneira integrada com outros modais, no programa Mobilidade Urbana, cujo alinhamento contribui diretamente para o alcance do megaobjetivo de inclusão social e redução das desigualdades sociais, atendendo de forma adequada ao desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente e suas diretrizes, em especial à de mudança no padrão de circulação, acessibilidade, trânsito e transporte, com a valorização do transporte coletivo.

1166 - Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

Problema:

O potencial turístico do país é subaproveitado.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Foram adequados os títulos de quatro ações, como forma de dar-lhes maior clareza quanto à sua intenção.

Também foram excluídas duas outras ações, que se mostraram em desacordo com a estratégia de implementação do programa.

As alterações mencionadas mostram-se compatíveis com a superação do desafio de implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

0255 - Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica

Problema:

Atualmente, no Brasil, 50% dos municípios não possuem acesso aos serviços de comunicação eletrônica de sons e imagens e sonoras, em razão disso boa parte da população brasileira ainda se encontra socialmente excluída, sem o legítimo acesso à informação, à educação, à cultura e à integração social.

Além disso, comunidades carentes e grupos sociais específicos não possuem satisfatório acesso aos meios de comunicação eletrônica, não tendo nestes o legítimo e necessário espaço para a sua socialização e integração, bem como para as manifestações sociais que valorizem os interesses e as culturas locais. Sua não implementação agravará o quadro atual, aprofundando a precariedade de veiculação de conteúdos locais e de disponibilização de informações essenciais à socialização e integração dessas comunidades e grupos, bem como a geração de empregos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os serviços de comunicação eletrônica (radiodifusão) que têm condições de propiciar o acesso de um número cada vez maior de municípios brasileiros aos meios de comunicação são, atualmente, o Serviço de Radiodifusão Comunitária e o de Retransmissão de TV, que se constituem em meios mais simples e práticos de promover a realização dessa meta. Desta forma, foi incluída no programa a ação "Implantação de Retransmissoras de Televisão da União".

O programa é compatível com os megaobjetivos de inclusão social e redução das desigualdades sociais, de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, bem como com o objetivo de combater aos desafios de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população promovendo o acesso universal à educação e de valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais. De outro lado, está relacionado com as diretrizes de promoção de um processo de educação contextualizada, valorizando a cultura nacional e sua diversidade e respeitando as especificidades regionais, assim como de valorização da formação cidadã nas escolas e sua atuação na comunidade, de democratização do acesso à cultura e aos seus meios de manifestação, enfatizando seu papel mobilizador e transformador da sociedade, de promoção da produção e da difusão de bens e serviços culturais em todo o país e no exterior, privilegiando os setores, grupos sociais e regiões menos favorecidas, e finalmente, de valorização das múltiplas expressões culturais e da diversidade etno-racial e regional.

1073 - Universidade do Século XXI

Problema:

Além do modelo de educação superior atual das sinais de esgotamento, as instituições universitárias, quase milenares, sofrem os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na sua própria alma, em razão da falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica que o próprio saber universitário está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas visam adequar o programa à nova abordagem da política educacional adotada pelo Ministério da Educação. Para isso, fez-se necessária a incorporação das ações relativas ao ensino superior que estavam nos programas Escola Moderna e Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária, de forma a melhorar seu foco de atuação.

O programa está compatível com o desafio de ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso, pois pretende reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do país.

1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários**Problema:**

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações: carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios), adensamento excessivo (2 milhões de domicílios), indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios) e inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios). A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos de vida à população, agressão à natureza e custos adicionais à economia.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas permitem um aperfeiçoamento da atuação do governo federal no combate ao problema de inadequação de moradias, de modo a viabilizar condições para superação do desafio de implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente, alinhando-se ainda às diretrizes de aperfeiçoamento do processo de regularização fundiária e de ordenamento territorial, e democratização do acesso à terra urbanizada e de produção habitacional e urbanização de qualidade para o atendimento às populações de baixa renda, em condições de financiamento adequadas. Especificamente, a inclusão da ação 09BW - Apoio à Implantação de Projetos Integrados de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários proporciona o apoio a intervenções ordenadas em assentamentos precários de periferias urbanas de cidades localizadas em regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDEs), contribuindo para ampliar a cobertura e a qualidade dos serviços de saneamento ambiental e incrementar a mobilidade urbana e as oportunidades de acesso à terra urbanizada e à moradia

digna, expressando a prioridade conferida pela atual administração às iniciativas de desenvolvimento urbano em áreas de risco. Nesses locais, as deficiências dos serviços de saneamento são expressivamente maiores que nas demais áreas urbanas em decorrência do menor nível sócio-econômico das populações residentes e da baixa eficácia dos métodos tradicionais de implementação dos serviços. As particularidades destes ambientes urbanos exigem formas alternativas de abordagem, entre as quais destacam-se as iniciativas integradas, que permitem trabalhar de forma simultânea o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e a drenagem de águas pluviais.

Além disso, tendo em vista que os indicadores propostos na elaboração do Programa não estavam adequados, foi realizada também a alteração para indicadores que possam mensurar adequadamente os resultados do programa. A denominação do programa foi alterada de modo a permitir uma melhor focalização da atuação do governo federal. A ação 0584 - Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) teve seu título alterado de modo a acrescentar o nome pelo qual ela é conhecida na sociedade (Papel Passado), e também modificou-se o produto de modo a melhor adequá-lo à metodologia de planejamento. Em se tratando das metas de ações do programa, foram realizadas alterações de modo a adequá-las ao cronograma de execução físico-financeiro do programa, visando o alcance do objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos assentamentos humanos precários.

Todas as alterações propostas mantêm e aperfeiçoam a compatibilidade do programa com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no PPA.

1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

Problema:

No Brasil, a formação dos professores e trabalhadores da educação básica ainda apresenta grande defasagem em relação ao que é preceituado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na pré-escola, 3,2% dos professores não possuem o ensino fundamental completo e 1,8% dos docentes que atuam de 1ª a 4ª série do ensino fundamental não terminou os oito anos de escolarização obrigatória. Entre os professores que lecionam nas turmas de 5ª a 8ª série e nas turmas do ensino médio, 29,3% e 19,2%, respectivamente, não possuem curso de licenciatura, formação adequada para esses níveis de ensino. No ensino médio, 4,9% dos docentes completaram somente a educação básica e 9,4% têm ensino superior sem licenciatura. Os demais trabalhadores da educação, como a merendeira, o vigia, o secretário, o servente, o profissional que cuida dos diversos espaços da escola, também não têm capacitação adequada.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações propostas visam adequar o programa à nova abordagem da política educacional adotada pelo Ministério da Educação, baseada fundamentalmente em programas diferenciados por níveis ou modalidades de ensino. Portanto, as ações de capacitação de professores dos demais níveis ou modalidades de

ensino foram absorvidas pelos programas específicos, permanecendo neste programa apenas as relativas à educação básica. Ocorreu um pequeno ajuste na denominação do programa visando dar clareza quanto ao público-alvo a que se destina. O programa está compatível com o desafio de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação, e com a diretriz voltada para a garantia da formação continuada dos profissionais da área de educação e valorização da carreira, uma vez que objetiva ampliar as oportunidades de capacitação e formação continuada dos professores e trabalhadores da educação básica, preferencialmente associadas a planos de carreira, cargos e salários.

1101 - Ver Cinema, Ser Brasil (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

Com a vinculação da Ancine ao MinC, considerou-se adequado excluir este programa e alocar suas ações ao programa 0169 - Brasil, Som e Imagem, que representou um aperfeiçoamento, dada sua nova concepção, a criação de novas ações e melhor definição de seu público alvo.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Os megaobjetivos, desafios e diretrizes do Plano Plurianual originalmente atendidos por este programa passaram a ser atendidos sem qualquer prejuízo pelo programa 0169 – Brasil, Som e Imagem, que absorveu as ações deste programa.

1371 - Vigilância Ambiental em Saúde

Problema:

O processo de desenvolvimento social e econômico e as decorrentes modificações nos processos produtivos e nas relações com o meio ambiente interferem nas condições ou situações de risco que influenciam o padrão e os níveis de saúde das populações, modificando seu perfil epidemiológico. Tais alterações são consequências, principalmente, do processo de urbanização, da ocupação territorial, das diferentes fontes e modalidades de poluição e do modo como são constituídas as dinâmicas ambientais.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A criação deste programa justifica-se pela necessidade de enfrentamento dos problemas relacionados à saúde da população decorrentes das mudanças ambientais. O reconhecimento da importância do meio ambiente na qualidade de vida das pessoas requer não somente respostas aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também aqueles que identificados a partir do recente conhecimento sobre as interações entre o homem e o meio que o cerca. Assim, o programa apresenta-se compatível com os desafios definidos no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1370 - Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Problema:

A partir da década de 60, as doenças cardiovasculares passaram a liderar as causas de óbito no país. Observou-se também um aumento da mortalidade por neoplasias e causas externas, que ultrapassaram as taxas por doenças infecciosas e parasitárias na década de 80. Essas mudanças configuram novos desafios para a saúde pública.

Como decorrência da queda da mortalidade e da fecundidade no país, aumenta o número de idosos, particularmente, o grupo com mais 80 anos de idade. De 1980 a 2000, a população de idosos cresceu 107%, enquanto a população até 14 anos de idade cresceu apenas 14%.

Nos próximos 20 anos, projeções apontam para a duplicação da população idosa no Brasil (de 8% para 15%). Ao envelhecimento associa-se o aumento da incidência e prevalência de doenças crônicas não transmissíveis.

A prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis (DANT) e seus fatores de risco é fundamentais para evitar o crescimento epidêmico destas doenças e as suas consequências nefastas para a qualidade de vida e o sistema de saúde. As doenças crônicas não transmissíveis são doenças multi-fatoriais e têm em comum fatores de risco que podem ser evitados, como inatividade física, fumo, obesidade, alto nível de colesterol e uma dieta pobre. Além de frequentes, esses fatores tendem a ocorrer simultaneamente,

aumentando o risco e a gravidade de doença na população. Essas doenças têm desenvolvimento lento, ao longo de muitos anos. Portanto, para prevenir ou controlar a ocorrência, é necessário reduzir a exposição aos seus fatores de risco em todas as faixas etárias.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

A criação deste programa justifica-se pela importância das doenças e agravos não transmissíveis no perfil epidemiológico brasileiro como causas de óbitos e de redução da qualidade de vida da população. Com esse programa, espera-se implantar o sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DANT no país. Assim o programa estará contribuindo para a redução da morbimortalidade decorrente destes acometimentos, mediante a intensificação de ações de caráter preventivo e curativo, levando em conta as diversidades regionais, bem como os grupos ou segmentos populacionais mais expostos.

Assim, o programa apresenta-se compatível com os desafios definidos no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência)

1203 - Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Problema:

A situação das doenças transmissíveis no Brasil apresenta um quadro complexo, que pode ser resumido em três grandes tendências: (i) doenças transmissíveis com tendência declinante ou erradicadas; (ii) doenças transmissíveis com quadro de persistência; e (iii) doenças transmissíveis emergentes e reemergentes. O sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, a detecção tardia, a baixa capacidade diagnóstica e de análise sobre problemas de saúde pública prioritários resultam na limitação da capacidade de prevenção e de controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Há a necessidade, portanto, de se dispor de uma estrutura governamental que ofereça resposta imediata a tais acontecimentos, capacitada a adotar as medidas corretas para o controle e provida dos meios necessários à prevenção dessas doenças.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas visam adequar o programa à nova estratégia de implementação, que contempla, além da vigilância epidemiológica, o controle de doenças transmissíveis e exclui as ações de vigilância ambiental, alocadas em programa novo específico. Uma nova ação foi incluída no intuito de ampliar a qualidade dos serviços laboratoriais para diagnóstico de doenças infecciosas, mantendo assim a compatibilidade do programa com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

1306 – Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Problema:

A Aids foi identificada no Brasil, pela primeira vez, em 1980; apresentou um crescimento acelerado até 1998, quando foram registrados 24.816 casos novos, com um coeficiente de incidência de 14,8 casos/100.000 hab. A partir de então, observa-se uma diminuição na velocidade de crescimento da epidemia, com uma redução da incidência. No período de 1995 a 1999, observa-se redução de 50% na taxa de letalidade em relação aos primeiros anos do início da epidemia, em que esta taxa era de 100%. O Ministério da Saúde tem desenvolvido constantes ações preventivas, assegurado diagnóstico e tratamento para todos os pacientes e garantido o controle na transfusão de sangue e hemoderivados.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa recebeu ajustes nas fórmulas de cálculo e nos índices dos seus indicadores de maneira a espelhar melhor o impacto do conjunto de ações, que também foram ajustadas, aprimorando assim um programa que é reconhecido internacionalmente e serve de exemplo a várias nações. Esse reconhecimento é o reflexo de um programa que está alinhado com o desafio definido no Plano

Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1308 – Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Problema:

A malária constitui-se em importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no país. Em 2003, foram registrados 376.904 casos da doença.

No tocante à dengue, outro problema relevante, registra-se a circulação simultânea de três sorotipos em 22 estados e a tendência de aumento no número de casos de febre hemorrágica de dengue e no número de óbitos. Em 2003, foram registrados 345.254 casos de dengue, com 727 casos de febre hemorrágica de dengue e 38 óbitos. Cerca de 3.600 municípios encontram-se infestados por *Aedes aegypti*.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

O programa sofreu ajustes nos seus dois indicadores, ambos tendo sido adequados nos seus títulos, fórmulas de cálculo e índices, com o intuito de tornarem-se mais precisos para a aferição dos impactos das ações do programa. Todas as ações foram preservadas e o objetivo foi mantido. Assim, o programa permanece compatível com o desafio definido no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

1187 - Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Transmitidas por Vetores e Zoonoses (Excluído)

Justificativa para a exclusão do programa:

O Brasil possui um significativo percentual de ocorrência de internações hospitalares, óbitos e prejuízos ao desenvolvimento socioeconômico do país em consequência da elevada importância do perfil epidemiológico das doenças transmitidas por vetores e zoonoses, como a doença de Chagas, leishmaniose visceral, leishmaniose tegumentar americana, esquistossomose, hantavirose, leptospirose, raiva, entre outras.

O problema não foi superado, entretanto as ações finalísticas desse programa foram incorporadas ao programa 1203 - Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis, que tem como foco de atuação todas as doenças transmissíveis e não somente aquelas transmitidas por vetores, de modo que o novo desenho apresenta-se mais adequado à metodologia de elaboração de programas e mantém a compatibilidade com o desafio de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.

Impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Não há impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, uma vez que as ações que compunham o programa foram preservadas.

1289 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes**Problema:**

O campo de atuação da vigilância sanitária ainda é marcado pela baixa qualidade dos serviços e produtos relacionados aos ambientes, processos, insumos e tecnologias sujeitos à vigilância sanitária, bem como pelo insuficiente controle de portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegados por onde transitam viajantes e mercadorias, que resultam no aumento dos riscos à saúde da população.

A prestação de serviços de saúde à população, bem como a produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde podem converter-se em risco para a população, caso esses processos não sejam feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura. A ingestão e outras formas de contato com substâncias potencialmente prejudiciais à saúde podem acarretar uma série de danos e eventualmente levar à morte.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

As alterações realizadas têm por objetivo ampliar a qualidade e a abrangência das ações de vigilância sanitária. Por isso, foram incluídas duas novas ações voltadas à qualificação técnica dos laboratórios de referência estadual e municipal para análise dos produtos sujeitos à vigilância sanitária e à instalação de unidade laboratorial especializada em análises e pesquisas de produtos derivados do tabaco. Assim, o programa permanece compatível com os desafios definidos no Plano Plurianual de promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

0516 - Viver sem Contaminação**Problema:**

Atualmente, há mais de 100 mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano se introduzem cerca de 2 mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado do ponto de vista de sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente.

Os especialistas prevêem que para o ano de 2020 a produção mundial será 85% maior do que a do ano de 1995 e o seu maior crescimento se dará nos países em desenvolvimento (OECD, 2001). Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, tendo em vista o país estar entre os dez maiores produtores e o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial e ser o maior produtor e importador, no gênero, na América Latina.

Os riscos devidos a agentes químicos e seus resíduos, não têm fronteiras, podendo seus impactos atingir ecossistemas regionais ou mesmo globais. Além disso, os agentes químicos e seus resíduos podem gerar efeitos, não somente no curto prazo, mas também longo período após contato ou exposição, como é o caso de algumas substâncias cancerígenas e as substâncias químicas conhecidas como disruptores endócrinos. Além disso a forma de disposição dos resíduos urbanos pode provocar o aumento da incidência de doenças infecciosas e infecto-contagiosas.

Dentro desse quadro, os resíduos industriais, em especial os perigosos, constituem-se em forte crescente de preocupação. Grande parte das indústrias apresenta um passivo ambiental significativo decorrente da disposição inadequada dos mesmos, cuja localização muitas vezes é desconhecida dos órgãos de controle ambiental. Outras vezes, as autoridades públicas têm que lidar com sítios contaminados cujos responsáveis não são mais acionáveis de imediato, os chamados sítios órfãos. Outro fator que contribui para esse quadro é a existência de padrões de produção não sustentável, o qual aumenta a quantidade e variedade de produtos perigosos persistentes e resíduos lançados no meio ambiente em ritmo crescente.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Visando incorporar deliberações oriundas da Conferência Nacional do Meio Ambiente, e constatando que as ações existentes não atendiam plenamente às questões relacionadas à produção mais limpa e controle de contaminantes, foram incluídas as ações Fomento à Gestão e Controle de Contaminantes Ambientais e Capacitação para Produção mais Limpa e Ecoeficiência, que visam estimular o controle, manejo e monitoramento de contaminantes ambientais e também a implantação de novos padrões de produção, com menor geração de resíduos, aumentando a competitividade do setor empresarial brasileiro.

As alterações do programa fortalecem sua atuação na busca pela superação do desafio da melhorar a gestão e a qualidade ambiental, promovendo a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental. O programa está, especialmente, relacionado às diretrizes de redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e de acidentes ambientais; de promoção da gestão integrada e participativa no tratamento de substâncias perigosas com vistas à proteção do meio ambiente e da saúde humana; promoção da recuperação de áreas e ecossistemas degradados; e de geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de proteção ambientalmente sustentável.

0512 - Zoneamento Ecológico-Econômico

Problema:

A ocupação do território nacional tem ocorrido de forma desordenada, irregular e sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico. Isso tem ocorrido tanto em áreas rurais, com uso extensivo dos recursos naturais, quanto em áreas urbano-metropolitanas,

gerando áreas críticas ocupadas, em geral por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico (turismo, petróleo, aquicultura, etc.).

Enquanto nas áreas rurais, sobretudo na fronteira agrícola, intensifica-se o desmatamento e proliferam os incêndios, nas grandes aglomerações urbanas contaminam-se o solo e os cursos d'água com sedimentos e efluentes domésticos e industriais, causando a proliferação de organismos aquáticos exóticos, com assoreamento e comprometimento das nascentes.

A tradição de setorialidade no trato da gestão territorial tem gerado grande número de áreas críticas no território brasileiro. Sem um zoneamento que tenha a capacidade de intervir positivamente no ordenamento territorial, o alcance da gestão integrada do território, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, biomas, bacias hidrográficas e regiões geoeconômicas encontra maiores obstáculos.

Demonstração da compatibilidade com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual:

Em virtude da inclusão do programa Litoral Brasileiro Sustentável, a ação Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos foi substituída pela ação Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira, restringindo a atuação deste programa à realização apenas do zoneamento da zona costeira e não mais à gestão dos ambientes costeiros e marinhos.

As alterações realizadas visam aperfeiçoar o programa, que contribui, especialmente, para o alcance do desafio de melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental, sobretudo no que tange às diretrizes de promoção e fortalecimento de uma política de zoneamento sócio-econômico-ecológico nas várias escalas regionais, como instrumento de gestão dos ecossistemas nacionais, incluindo aspectos fundiários, produtivos e de preservação ambiental; de promoção e integração de novos instrumentos de gestão ambiental e instrumentos econômicos direcionados para a produção sustentável e de promoção da inserção de critérios de sustentabilidade sócio-ambiental na definição de diretrizes para investimento e operação dos setores produtivos da economia, na medida em que estabelece a ocupação do território a partir de critérios de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

ANEXO V

Programa **0352** Abastecimento Agroalimentar

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
12BZ	Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Obra executada (% de execução física)	12/2006 12/2006	Nacional	R\$ Meta	21.700.000 100	21.700.000 100

Programa **1049 Acesso à Alimentação**

Órgão Responsável **55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	M. Desenv. Soc e Comb. Fome	Cisterna construída (unidade)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ 329.003.808 Meta 215.506	241.023.808 157.695

Programa **0502 Amazônia Sustentável**

Órgão Responsável **44000 Ministério do Meio Ambiente**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
109R	FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL	M. do Meio Ambiente	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta	800.000.000 9.193	153.684.014 1.766
10HT	Fomento a Projetos de Infra-Estrutura Econômica e Social na Região de Influência da Transamazônica	M. do Meio Ambiente	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	50.000.000 18	2.861.231 1

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais**

Órgão Responsável **25000 Ministério da Fazenda**

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período	
								2004	2007
3324	Modernização de Agências	M. da Fazenda	Agência modernizada (unidade)	01/2004	Centro-Oeste	R\$		36.916.265	
				12/2007		Meta		367	
				01/2004	Nordeste	R\$		290.885.403	
				12/2007		Meta		1.670	
				01/2004	Norte	R\$		32.641.460	
				12/2007		Meta		455	
				01/2004	Sudeste	R\$		68.969.710	
				12/2007		Meta		1.267	
				01/2004	Sul	R\$		64.981.120	
				12/2007		Meta		871	
					Total	R\$	494.393.958	494.393.958	
						Meta		4.630	

Programa **6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	2004 - 2007
				Término		Estimado	
109D	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Patrulha/máquina/equipam adquirido (unidade)	03/2004	Centro-Oeste	R\$	12.309.585
				06/2004		Meta	175
				03/2004	Nacional	R\$	43.100.611
				06/2004		Meta	697
				03/2004	Nordeste	R\$	85.112.683
				06/2004		Meta	1.217
				03/2004	Norte	R\$	2.765.114
				06/2004		Meta	40
				03/2004	Sudeste	R\$	5.636.508
				06/2004		Meta	82
				03/2004	Sul	R\$	9.741.924
				06/2004		Meta	139
					Total	R\$	158.666.425
						Meta	2.350
							2.350

Programa 6002 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte Órgão Responsável 56000 Ministério das Cidades

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004-2007
109B	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	Mín. das Cidades	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	89.065.090 1.178
				01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	120.224.395 1.587
				01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	251.113.491 3.347
				01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	85.078.571 1.135
				01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	62.422.859 830
				01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	9.229.661 125
					Total	R\$ Meta	617.134.067 8.202

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **6001 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte**

Órgão Responsável **56000 Ministério das Cidades**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
109A	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES	Min. das Cidades	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	221.307,541 2,956
				01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	148.573,806 2,001
				01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	810.674,567 10,822
				01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	179.675,872 2,403
				01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	279.738,532 3,711
				01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	123.689,088 1,422
					Total	R\$ Meta	1.763.659,406 23,315
							1.763.659,406 23,315
10UH	Implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios do Estado da Bahia	Min. das Cidades	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	11.750,000 156
							11.750,000 156

Programa **0256 Aprimoramento dos Serviços Postais**

Órgão Responsável **41000 Ministério das Comunicações**

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3221	Ampliação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição	M. das Comunicações	Infra-estrutura ampliada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	111.001.549 100	86.334.000 100
3220	Ampliação da Infra-Estrutura dos Serviços Financeiros Postais	M. das Comunicações	Ponto de atendimento ampliado (unidade)	01/2003 12/2008	Nacional	R\$ Meta	278.655.993 9.342	111.776.000 5.291
3222	Modernização da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição	M. das Comunicações	Infra-estrutura modernizada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Nacional	R\$ Meta	1.707.279.661 100	623.854.000 60

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**

Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
11PE	Adequação da Planta Industrial de Fármacos em Jacarepagu	M. da Saúde	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	34.700.000 100	34.700.000 100
10UF	Aquisição de Planta Farmacêutica de Produção para Expansão e Diversificação da Capacidade Produtiva de Medicamentos e Fitoterápicos	M. da Saúde	Produto adquirido (unidade)	01/2004 04/2004	Sudeste	R\$ Meta	18.000.000 1	18.000.000 1
7680	Construção de Planta-Piloto de Imunobiológicos	M. da Saúde	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Nacional	R\$ Meta	19.300.000 100	19.300.000 100
7660	Implantação de Farmácias Populares	M. da Saúde	Farmácia implantada (unidade)	05/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	89.240.000 305	69.240.000 295

Programa 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
1783	Instalação de Serviços da Defensoria Pública da União	M. da Justiça	Serviço instalado (unidade)	01/2000 12/2000	Nacional	R\$ Meta 14.659.585 81	6.402.345 22

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1216** Atenção Especializada em Saúde

Órgão Responsável **36000** Ministério da Saúde

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimativa	Período 2004 - 2007
7833	Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	M. da Saúde	Centro implantado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	53.821.000 11	53.821.000 11
11PH	Reforma e Ampliação do Instituto de Pesquisas Clínicas Evandro Chagas	M. da Saúde	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	26.000.000 100	22.000.000 85
11PG	Reforma e Ampliação do Instituto Fernandes Figueira	M. da Saúde	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	28.000.000 100	19.000.000 68

Programa **0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo**

Órgão Responsável **32000 Ministério de Minas e Energia**

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
11LA	Expansão da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior	M. de Minas e Energia	Usina implantada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Exterior	R\$ Meta	400.073.519 100	400.073.519 100
11SX	Implantação do Terminal Marítimo de Caleta Paula na Argentina	M. de Minas e Energia	Terminal implantado (% de execução física)	01/2005 12/2005	Exterior	R\$ Meta	19.883.535 100	19.883.535 100

Programa **0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados**

Órgão Responsável **01000 Câmara dos Deputados**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
7710	Construção do Anexo V	Câmara dos Deputados	Anexo construído com 21.000m ² (% de execução física)	01/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta	42.000.000 100	42.000.000 100
12F2	Reforma dos Imóveis Funcionais destinados à moradia dos Deputados Federais	Câmara dos Deputados	Imóvel reformado (unidade)	01/2005 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	84.545.626 432	84.545.626 432

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0551 Atuação Legislativa do Senado Federal

Órgão Responsável 02000 Senado Federal

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Projeto	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
1028	Ampliação e Reforma do Edifício-Sede da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen	Senado Federal	Obra executada com 15.063 m ² (% de execução física)	01/2003 07/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta 28.304.756 100	23.632.657 73
7120	Construção da Sede da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS	Senado Federal	Sede construída com 22.000 m ² (% de execução física)	01/2004 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 50.344.000 100	26.235.600 40
7122	Construção do Anexo III	Senado Federal	Anexo construído com 42.500 m ² (% de execução física)	01/2002 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 105.619.353 100	38.101.400 65
3180	Implantação da Interlegis - Rede de Integração e Participação Legislativa	Senado Federal	Rede implantada (% de execução física)	01/1999 01/2005	Nacional	R\$ Meta 93.303.387 100	28.300.000 26

Plano Plurianual 2004-2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1045 Brasil com Todo Gás**

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimativo	Período 2004 - 2007
3352	Ampliação da Capacidade do Gasoduto Bolívia - Brasil para 30 milhões de m³/dia	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	02/2002 12/2005	Nacional	R\$ Met³	794.850.965 100	112.316.488 29
12BC	Ampliação da Capacidade do Gasoduto Bolívia - Brasil para 34 milhões de m³/dia	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	01/2006 12/2007	Nacional	R\$ Met³	460.209.000 100	460.209.000 100
12AX	Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (TNS)	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Met³	185.105.800 100	22.205.800 63
12AY	Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (TNS)	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Met³	79.776.784 100	4.044.100 20

Programa 1061 Brasil Escolarizado

Órgão Responsável 26000 Ministério da Educação

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
12CJ	Expansão do Uso do Rádio Escola	M. da Educação	Unidade equipada (unidade)	01/2005 12/2010	Nacional	R\$ Meta	43.869.864 60.000	1.594.663 300
12CH	Expansão do Uso do Sinal do TV Escola	M. da Educação	Unidade equipada (unidade)	01/2005 12/2009	Nacional	R\$ Meta	52.500.000 60.000	12.757.301 22.325
7744	Modernização da Transmissão do Sinal do TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação	M. da Educação	Projeto realizado (unidade)	01/2005 12/2010	Nacional	R\$ Meta	120.000.000 0	16.584.492 3

Programa **0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento**

Órgão Responsável **51000 Ministério do Esporte**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1055	Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte	Ministério do Esporte	Centro implantado (unidade)	01/2001 12/2009	Nacional	R\$ Meta	21.279.887 ✓	13.000.000 x

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0167 Brasil Patrimônio Cultural

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Inteiro	Órgão Executor	Produto/Unidade	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
7947	Ampliação e Modernização de Laboratórios de Preservação da Fundação Casa de Rui Barbosa	M. da Cultura	Laboratório modernizado (unidade)	01/2004 12/2015	Sudeste	R\$ Meta 13.245.975	862.234

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0643 Calha Norte

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Inicio	Regionalização	Moeda	Total	Plano
				Término				
							Estimado	2004 - 2007
1211	Implantação da Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte	M. da Defesa	Obra executada (unidade)	01/2004	Norte	R\$	47.461.352	47.361.352
				12/2008		Meta	77	77
1213	Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte	M. da Defesa	Unidade implantada (unidade)	01/2004	Norte	R\$	50.000.000	40.000.000
				12/2008		Meta	33	27

Programa **0471 Ciência e Tecnologia para Inclusão Social**

Órgão Responsável **24000 Ministério da Ciência e Tecnologia**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10RJ	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Projetos para Viabilizar a Produção e o Uso de Biodiesel	M. Ciência e Tecnologia	<i>Projeto apoiado (unidade)</i>	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	15.000.000 10	15.000.000 10

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1122** Ciência, Natureza e Sociedade

Órgão Responsável **24000** Ministério da Ciência e Tecnologia

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total		Período
				Término		Estimado		2004 - 2007
7320	Construção da Terceira Fase do Prédio do Centro de Pesquisas Tecnológicas e Estudos Climáticos - CPTEC	M. Ciência e Tecnologia	Prédio construído com 1.940 m ² (% de execução física)	03/2005 12/2015	Sudeste	R\$ Meta	12.028.000 100	1.712.250 15

Programa 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Órgão Responsável 36000 Ministério da Saúde

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	
7676	Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	M. da Saúde	Centro construído (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	79.400.000 100	79.400.000 100
11PJ	Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas	M. da Saúde	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	31.000.000 100	26.000.000 100
7674	Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz	M. da Saúde	Unidade modernizada (unidade)	01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	97.000.000 77	71.000.000 67

Programa **0662 Combate à Criminalidade**

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Execução	2004 - 2007
				Término				
11P8	Implantação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPONS (ISPS-CODE)	M. da Justiça	Unidade implantada (unidade)	06/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta	90.000.000 15	12.794.800 4

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0812 Competitividade das Cadeias Produtivas

Órgão Responsável 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
11KG	Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Empresas de Pequeno e Médio Porte	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Instituição apoiada (unidade)	01/2005	Nacional	R\$	27.640.000	23.823.500
				04/2009		Meta	20	20

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas**

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1489	Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares	M. da Defesa	Centro implantado (% de execução física)	03/1987 12/2010	Nacional	R\$ Meta	24.474.000 100	14.919.508 80
5132	Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite - SISCOMIS	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	38.431.778 100	29.831.778 93

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros**

Órgão Responsável **44000 Ministério do Meio Ambiente**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
101V	Implantação de Corredores Ecológicos	M. do Meio Ambiente	Corredor implantado (ha)	01/2004 12/2011	Nacional	R\$ Meta 176.100.000 3 701	68.249.425 ann

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1304 Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas**

Órgão Responsável **44000 Ministério do Meio Ambiente**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Valor Estimado	2004 - 2007
10CS	DESPOLUIÇÃO DE LAGOAS	M. do Meio Ambiente	<i>Projeto apoiado (unidade)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 17.134.286 5	17.134.286 5
10HS	Preservação de Mananciais de Abastecimento de Água à População Urbana	M. do Meio Ambiente	<i>Estudo realizado (unidade)</i>	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 80.000.000 73	22.000.000 20

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0508 Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade

Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
109M	IMPLANTAÇÃO DO PÓLO TECNOLÓGICO DA MATA ATLÂNTICA	M. do Meio Ambiente	Pólo implantado (unidade)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	800.000.000 4.000	200.000 7

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0550 Controle Externo**

Órgão Responsável **03000 Tribunal de Contas da União**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5455	Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União	Trib. de Contas da União	Instituição modernizada (unidade)	07/2003 07/2006	Nacional	R\$ 27.502.462 Meta	26.323.006 4

Programa 0237 Corredor Araguaia-Tocantins

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10IH	Adequação de Contornos Rodoviários no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 50	50.000.000 50
10DU	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS EM RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS	M. dos Transportes	Travessia adequada (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 100	31.000.000 31
11VD	Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado de Tocantins	M. dos Transportes	Travessia adequada (km)	01/2005 12/2007	Norte	R\$ Meta 11	15.000.000 11
7542	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta 15	25.000.000 15
3768	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 62	82.980.000 27
7560	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-070 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 27	14.050.000 10
106G	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-316 NO ESTADO DO PARA	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2000 Após 2007	Norte	R\$ Meta 150	49.000.001 49
1070	Ampliação e Recuperação do Porto de Itaquí	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 100	13.500.000 25
1547	Construção da Eclusa de Lajeado no Estado de Tocantins	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	12/2000 06/2007	Norte	R\$ Meta 100	240.850.000 43
7136	Construção da Ferrovia Norte-Sul	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 52	52.058.000 18
				01/2005 12/2010	Norte	R\$ Meta 98	73.400.000 29
5750	Construção das Eclusas de Tucuruí no Estado do Par	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	09/1998 12/2008	Norte	R\$ Meta 100	299.875.000 54
10KK	Construção de Contornos Rodoviários no Distrito Federal	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 657	16.134.852 53

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
10KM	Construção de Contornos Rodoviários no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	08/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta 17.375.992 57	17.375.992 57
10KO	Construção de Eclusa na Usina Hidrelétrica de Peixe-Angical no Rio Tocantins	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 40.000.000 91	440.772 1
10KS	Construção de Plataforma Multimodal no Estado do Tocantins	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 60.000.000 82	2.203.859 3
10DT	CONSTRUÇÃO DE PONTES EM RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS	M. dos Transportes	Ponte construída (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 300.000.000 100	49.625.000 17
10KY	Construção de Pontes na BR-080 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Ponte construída (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 90.000.030 73	1.241.142 1
7228	Construção de Pontes na BR-135 no Estado do Maranhão	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 34.000.000 100	27.000.000 18
10DV	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 1.047.000.000 3.490	192.000.000 640
11V7	Construção de Trecho Rodoviário na BR-080 No Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 60.000.000 86	50.000.000 68
11V8	Construção de Trechos Rodoviários na BR-010 no Estado de Tocantins	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2006	Norte	R\$ Meta 15.000.000 22	15.000.000 22
10LK	Construção de Trechos Rodoviários na BR-010 no Estado do Tocantins	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta 8.000.000 27	8.000.000 27
				01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 6.000.000 20	6.000.000 20
					Total	R\$ Meta 150.000.000 504	14.000.000 47
7218	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-070 NO ESTADO DE GOIÁS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 150.000.000 503	81.717.558 274
10LN	Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 50.000.000 162	3.723.427 12

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
10LO	Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	100.000.000 323	1.241.142 4
10LR	Construção de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado do Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	150.000.000 605	1.241.142 5
106B	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-158 NO ESTADO DO MATO GROSSO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	200.000.000 668	187.267.707 625
11VA	Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2015	Centro-Oeste	R\$ Meta	336.000.000 420	9.000.000 13
7224	Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado de Tocantins	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Norte	R\$ Meta	130.000.000 162	37.460.000 54
10LY	Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado do Tocantins	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	150.000.000 504	14.000.000 47
1364	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-242 NO ESTADO DO MATO GROSSO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	30.000.000 128	1.178.470 5
10LZ	Construção de Trechos Rodoviários na BR-242 no Estado do Tocantins	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	580.000.000 1.943	20.000.001 67
10ML	Construção de Trechos Rodoviários na BR-414 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	100.000.000 323	5.585.140 18
1238	Construção de Trechos Rodoviários na BR-414 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2015	Centro-Oeste	R\$ Meta	210.400.000 263	9.000.000 12
10MN	Construção de Trechos Rodoviários na BR-422 no Estado do Par	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	35.000.000 118	21.082.754 71
10DL	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	300.000.000 1.004	71.476.415 239
10ND	Construção de Viadutos na BR-060 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	06/2005 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	20.000.000 100	3.723.427 19
10NH	Construção do Terminal Offshore na Ilha dos Guarás no Arquipélago do Marajó	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	50.000.000 100	17.006.803 34

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
7232	Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal	M. dos Transportes	Trecho duplicado (km)	01/2006 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	25.000.000 15	25.000.000 15
10NO	Implantação da Hidrovia da Ilha de Marajó (PA)	M. dos Transportes	Hidrovia implantada (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	20.500.000 18	1.173.105 1
10NP	Implantação de Balizamento no Rio Tocantins no Estado do Tocantins	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	60.000.000 100	661.158 2
AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS								
Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
3269	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Belém	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2001 12/2008	Norte	R\$ Meta	19.117.528 4.243	13.000.000 3.665
3337	Execução de Obras de Infra-Estrutura no Porto de Belém	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2009	Norte	R\$ Meta	29.294.426 100	17.000.000 51
1305	Melhoramentos no Porto de Vila do Conde	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2008	Norte	R\$ Meta	20.858.147 100	15.000.000 65
3516	Recuperação da Infra-Estrutura do Terminal de Combustíveis de Miramar (PA)	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2009	Norte	R\$ Meta	13.854.466 100	9.500.000 81

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0238 Corredor Fronteira Norte

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURITY

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
11V4	Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Par	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2005 12/2009	Norte	R\$ Meta 20.000.000 20	14.690.000 21
10JL	Ampliação da Infra-Estrutura Portuária no Estado do Amap	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 60.000.000 100	1.958.545 4
10JZ	Construção de Anéis Rodoviários na BR-174 no Estado de Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 15.000.000 50	15.000.000 50
1408	Construção de Anéis Rodoviários na BR-364 no Estado do Acre	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2003 07/2006	Norte	R\$ Meta 30.740.000 50	18.240.000 5
7462	Construção de Ponte na BR-317 no Estado do Acre	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2009	Norte	R\$ Meta 30.000.000 100	25.920.000 90
7461	Construção de Pontes na BR-156 no Estado do Amap	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Norte	R\$ Meta 33.000.000 100	32.700.000 90
1210	CONSTRUÇÃO DE PONTES NA BR-364 NO ESTADO DE RONDONIA	M. dos Transportes	Ponte construída (m)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 90.000.000 50	50.205.583 49
10LE	Construção de Porto em Macapá (AP)	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	06/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 50.000.000 100	1.627.870 1
1418	Construção de Trechos Rodoviários na BR-156 no Estado do Amap	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/1999 12/2015	Norte	R\$ Meta 496.000.000 708	294.270.000 402
12EY	Construção de Trechos Rodoviários na BR-174 no Estado de Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2015	Norte	R\$ Meta 124.800.000 156	1.000.000 1
7457	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-210 NO ESTADO DE RORAIMA	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 13.000.000 44	13.000.000 44
10LU	Construção de Trechos Rodoviários na BR-210 no Estado do Amap	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 194.000.000 634	136.063.836 444
1420	Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Acre	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Norte	R\$ Meta 66.000.000 95	39.940.000 49

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1428	Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2003 12/2009	Norte	R\$ Meta	70.000.000 100	52.440.000 55
1422	Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Acre	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2009	Norte	R\$ Meta	242.480.000 346	93.484.000 110
7456	Construção de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Norte	R\$ Meta	33.000.000 48	30.290.000 39
12EX	Construção de Trechos Rodoviários na BR-431 no Estado de Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2015	Norte	R\$ Meta	100.000.000 125	4.500.000 6
10MO	Construção de Trechos Rodoviários na BR-431 no Estado do Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	37.500.000 127	1.487.175 5
7242	Construção de Trechos Rodoviários na BR-432 no Estado de Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2011	Norte	R\$ Meta	110.000.000 158	44.500.000 57
10MP	Construção de Trechos Rodoviários na BR-433 no Estado do Roraima	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	54.900.000 197	1.675.370 6
10MZ	Construção de Trechos Rodoviários na Região Norte	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	500.000.000 1.668	113.949.794 380
10NF	Construção do Porto de Santa Maria do Boiaçu no Estado de Roraima	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	15.000.000 100	1.243.818 9
10NX	Implantação de Terminal Portuário em Manaus	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Norte	R\$ Meta	120.000.000 100	120.000.000 100
10OL	Modernização do Porto de Santana	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2007	Norte	R\$ Meta	63.000.000 100	58.000.000 98
10OR	Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Amapá	M. dos Transportes	Trecho recuperado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	19.800.000 304	848.329 13
109K	RECUPERAÇÃO DO PORTO DE SANTANA NO ESTADO DO AMAPÁ	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	11/2003 Após 2007	Norte	R\$ Meta	80.000.000 100	15.972.754 22
10OX	Revitalização de Área Portuária no Estado do Amapá	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	60.000.000 100	1.958.545 4

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
100Y	Revitalização do Setor Comercial Portuário em Santana (AP)	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Norte	R\$ Meta 90.000.000 100	90.000.000 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0230 Corredor Leste

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
11VL	Construção de Trechos Rodoviários na BR-265 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	20.000.000 29	10.000.000 10
10CD	ADEQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NA BR-365 NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Acesso adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	22.000.000 31	7.846.612 11
12ER	Adequação de Contornos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	29.000.000 17	19.000.000 12
10IG	Adequação de Contornos Rodoviários no Estado de Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	25.000.000 194	129.133 1
11H1	Adequação de Ramal Ferroviário no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	24.500.000 15	16.000.000 10
10EA	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-020 no Distrito Federal	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	66.000.000 39	18.000.000 10
11VH	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-040 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2015	Sudeste	R\$ Meta	470.000.000 276	123.000.000 81
7166	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-040 NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	138.272.673 141	138.272.673 141
1304	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/1995 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	151.070.000 89	100.000.000 76
10IQ	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	340.000.000 344	21.756.199 22
10IS	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-146 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 32	7.500.000 8
1310	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2003 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	177.900.000 104	118.150.000 68
10JB	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-262 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 35	3.430.336 4

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
Ação	Título					Finalizado	2004 - 2007
103B	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-305 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2002 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 368	12.231.311 13
1336	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/1997 12/2015	Sudeste	R\$ Meta 844	207.475.000 114
11X6	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-458 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 9	15.000.000 9
11VN	Adequação de trechos rodoviários na BR-459 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 11	10.000.000 6
10CK	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 22	6.000.000 6
10JH	Adequação Ferroviária no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 323	1.241.142 1
10CP	ADEQUAÇÃO FERROVIÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 127	97.155.319 82
11UU	Construção de Acesso Rodoviário na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 42	30.000.000 43
10BS	Construção de Anéis Rodoviários na BR-393 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2003 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 20	12.010.000 18
7146	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 29	32.392.454 29
7539	Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta 200	7.200.000 6
10KF	Construção de Contornos Rodoviários na BR-259 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 70	6.349.207 22
11W7	Construção de Contornos Rodoviários na BR-259 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 40	18.000.000 40
10KI	Construção de Contornos Rodoviários na BR-365 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 194	515.492 2

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11VJ	Construção de Contornos Rodoviários na BR-381 em Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 22.300.000 42	22.300.000 42
11WB	Construção de Contornos Rodoviários na BR-482 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 11.000.000 19	11.000.000 19
11VP	Construção de Contornos Rodoviários na BR-491 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2006 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 18.000.000 33	18.000.000 33
7544	Construção de Contornos Rodoviários na BR-493 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2015	Sudeste	R\$ Meta 249.800.000 147	73.000.000 93
10KJ	Construção de Contornos Rodoviários na BR-494 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 40.000.000 258	155.160 1
10KZ	Construção de Pontes na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Ponte construída (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 40.000.000 100	19.801.981 50
10LJ	Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 378.000.000 388	1.952.480 2
11VZ	Construção de trechos rodoviários na BR-120 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 18.000.000 25	18.000.000 25
7154	Construção de Trechos Rodoviários na BR-146 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2012	Sudeste	R\$ Meta 154.000.000 154	12.630.000 16
10LS	Construção de Trechos Rodoviários na BR-154 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 60.000.000 202	19.933.555 67
10MA	Construção de Trechos Rodoviários na BR-251 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 35.000.000 122	1.440.033 5
10MB	Construção de Trechos Rodoviários na BR-259 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	12/2000 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 15.000.000 49	617.157 2
7152	Construção de Trechos Rodoviários na BR-265 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2012	Sudeste	R\$ Meta 144.000.000 205	32.530.000 60
7150	Construção de Trechos Rodoviários na BR-342 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 90.000.000 128	40.000.000 40

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3318	Construção de Trechos Rodoviários na BR-352 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2006 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	228.000.000 325	76.015.000 107
11VV	Construção de Trechos Rodoviários na BR-356 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	56.000.000 81	24.500.000 39
11W4	Construção de trechos rodoviários na BR-356 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	20.000.000 29	20.000.000 29
10MH	Construção de Trechos Rodoviários na BR-367 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	35.000.000 118	2.674.347 9
11WA	Construção de trechos rodoviários na BR-396 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	18.000.000 25	14.000.000 20
10MR	Construção de Trechos Rodoviários na BR-447 no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	74.000.000 248	33.798.472 113
11W2	Construção de trechos rodoviários na BR-482 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	18.000.000 25	14.000.000 20
10CL	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	22.000.000 74	12.500.000 42
10NC	Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 100	2.400.000 8
10CQ	DRAGAGEM NOS PORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	150.000.000 15.000	9.000.000 900
7630	Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho duplicado (km)	01/2004 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	190.000.000 270	97.000.000 82
11WP	Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho recuperado (km)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	12.000.000 7	12.000.000 7

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3503	Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	10/2002 10/2010	Sudeste	R\$ Meta	11.268.211 100	3.800.000 34
7410	Construção de 3º Berço do Porto de Angra dos Reis	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	10.000.000 100	7.500.000 75
7407	Construção de Acessos Rodoviários ao Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	4.000.000 100	2.800.000 70
7408	Construção de Pátio na Retaguarda no Cais do Caju	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	43.000.000 100	28.000.000 65
7374	Derrocagem do Canal de Acesso no Porto de Vitória	M. dos Transportes	Derrocagem realizada (m³)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	10.000.000 1.000	6.500.000 964
3341	Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Área desapropriada (m²)	01/2002 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	2.071.413 90.908	1.000.000 70.908
7381	Diagnóstico Ambiental dos Portos Organizados no Estado do Espírito Santo	M. dos Transportes	Estudo realizado (unidade)	01/2005 10/2010	Sudeste	R\$ Meta	4.000.000 100	2.000.000 50
3232	Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso aos Portos do Rio de Janeiro e Niterói	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2003 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 2.500	20.000.000 2.000
7375	Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso e dos Berços de Atracação no Porto de Angra dos Reis	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	5.100.000 600	1.100.000 110
7288	Dragagem de Aprofundamento do Canal de Navegação, Bacia de Evolução e Berços dos Terminais Públicos no Porto de Barra do Riacho	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	170.000.000 12.500	14.500.000 800
7376	Dragagem do Canal de Acesso da Bacia de Evolução do Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	03/2004 10/2007	Sudeste	R\$ Meta	90.000.000 9.000.000	60.000.000 6.000
7308	Implantação da Retroárea do Saco do Aribiri no Porto de Vitória	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 10/2009	Sudeste	R\$ Meta	50.000.000 100	30.000.000 60
7274	Implantação da Zona de Apoio Logístico do Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	100.000.000 100	4.350.000 62
11LV	Implantação de Acesso Rodoferroviário ao Porto de Barra do Riacho - ES	M. dos Transportes	Acesso construído (% de execução física)	09/2004 01/2009	Sudeste	R\$ Meta	9.750.000 100	3.750.000 37

Corredor Leste

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término			
11JR	Implantação de Centros de Serviços e Apoio a Atividade Portuária no Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 1.950.000 100	750.000 48
11HS	Implantação de Pavimentação do Pátio no Porto do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 3.600.000 100	1.800.000 100
7400	Implantação de Sistema de Controle de Tráfego Marítimo nos Portos Organizados do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 20.000.000 100	10.000.000 50
11LY	Implantação de Sistema de Iluminação e Sinalização do Porto de Barra do Riacho	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	09/2004 01/2010	Sudeste	R\$ Meta 1.750.000 100	750.000 20
7384	Implantação de Sistema de Operação e Controle dos Portos do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 3.000.000 100	1.500.000 50
7360	Implantação de Sistema de Simulação de Navegação e Tráfego Aquaviário	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 1.400.000 100	1.400.000 100
11HR	Implantação de Sistema de Sinalização Náutica do Porto do Rio de Janeiro e Niterói	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2005	Sudeste	R\$ Meta 1.800.000 100	1.800.000 100
7377	Implantação do Sistema de Balança nos Portos do Rio de Janeiro, Sepetiba e Angra dos Reis	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta 1.350.000 100	400.000 39
11IE	Implantação do Sistema de Defensas no Porto de Niterói	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 4.200.000 100	300.000 50
7312	Implantação do Sistema de Defensas no Porto de Vitória	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 10/2008	Sudeste	R\$ Meta 5.000.000 100	3.500.000 70
11HG	Implantação do Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 4.200.000 100	2.300.000 55
7512	Implantação do Sistema de Gestão Ambiental nos Portos do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 2.000.000 100	500.000 25
11IG	Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Angra dos Reis	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 800.000 100	800.000 100
7390	Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2015	Sudeste	R\$ Meta 8.400.000 100	6.600.000 8

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título						
111H	Modernização da Sinalização dos Pátios em Vias do Porto do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 800.000 200	800.000 200
7412	Obra de Demarcação e Proteção das Áreas do Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	12/2007	Sudeste	R\$ Meta 1.200.000 100	1.200.000 100
3508	Obras Complementares no Cais de Capuaba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	10/2002 10/2008	Sudeste	R\$ Meta 13.833.631 100	4.750.000 35
7373	Obras de Desvio e Contenção do Rio Aribiri no Porto de Vitória	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 10/2008	Sudeste	R\$ Meta 15.000.000 100	10.000.000 67
7399	Pavimentação das Pistas Internas do Porto de Sepetiba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ Meta 4.000.000 100	4.000.000 100
7362	Recuperação da Pavimentação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 4.000.000 100	3.000.000 75
100Y	Recuperação da Pavimentação das Vias Internas do Porto do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 2.600.000 100	2.100.000 100
7358	Recuperação do Pátio dos Berços 201 e 202 no Cais Capuaba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 04/2007	Sudeste	R\$ Meta 12.000.000 100	6.000.000 50
7368	Reforma das Instalações e Reparelhamento do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - INPH	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 2.800.000 100	2.800.000 100
7395	Revitalização da Área Portuária para Implantação do Complexo Turístico de Angra dos Reis	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 25.000.000 100	15.000.000 60

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 100

Programa 0233 Corredor Mercosul

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11VC	Adequação de Contorno Rodoviário na BR-116 no Estado do Paran	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	08/1996 06/2006	Sul	R\$ Meta 236.932.000 260	30.700.000 14
10DQ	ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 200.000.000 200	14.000.000 14
10IL	Adequação de Rodovias Federais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 500.000.000 500	3.400.875 4
1208	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2009	Sul	R\$ Meta 1.346.000.000 372	791.853.810 215
3766	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2009	Sul	R\$ Meta 720.000.000 155	485.342.560 144
11VQ	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101/376 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	08/1996 06/2006	Sul	R\$ Meta 544.350.000 215	22.060.856 12
3730	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Paran	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	08/1996 06/2006	Sul	R\$ Meta 157.875.000 117	11.700.000 6
10IX	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Paran	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 12.000.000 12	12.000.000 12
1214	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-392 no Estado do Rio Grande do Sul	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2002 12/2009	Sul	R\$ Meta 149.700.000 88	27.680.000 26
7530	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2006 12/2015	Sul	R\$ Meta 360.000.000 212	18.550.000 31
10JJ	Ampliação da Infra-Estrutura do Porto de Itaja	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 25.000.000 4	6.385.697 1
5243	Ampliação da Infra-Estrutura Portuária do Porto de Paranaguá	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2003 12/2009	Sul	R\$ Meta 210.176.000 100	76.000.000 30
5019	Ampliação dos Molhes e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso no Porto do Rio Grande	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2010	Sul	R\$ Meta 263.611.971 100	77.000.000 33

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
10PC	Construção da Ferrovia da Integração do Oeste Catarinense	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	100.000.000 100	966.184 1
10JX	Construção de Acessos a Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Acesso construído (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	50.000.000 238	632.486 3
1276	Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2002 12/2009	Sul	R\$ Meta	100.000.000 57	30.530.000 12
1228	Construção de Contornos Ferroviários no Estado do Paraná	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2003 12/2008	Sul	R\$ Meta	100.000.000 59	41.494.000 27
10KQ	Construção de Interligações de Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	60.000.000 200	13.946.638 49
10KR	Construção de Ligações Ferroviárias no Estado do Paraná	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	180.000.000 146	112.602.680 91
10KX	Construção de Pontes Internacionais sobre o Rio Uruguai	M. dos Transportes	Ponte construída (% de execução física)	01/2005 Após 2007	Sul	R\$ Meta	20.000.000 100	2.551.346 12
10DR	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	15.000.000 50	12.331.059 41
10CN	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANÁ	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	650.000.000 2.167	376.300.000 1.254
10EC	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	649.400.000 2.174	24.797.320 83
12BU	Construção de Trecho Rodoviário na BR-158 no Estado do Rio Grande do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Sul	R\$ Meta	20.000.000 29	9.990.000 23
10LG	Construção de Trechos e Obras de Arte em Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	950.000.000 3.170	83.320.467 278
7583	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	500.000.000 502	8.965.778 9
7580	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	80.000.000 67	20.306.040 17

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	R\$	Total	Período
Ação	Título						Estimativa	2004-2007
101T	Construção de Trechos Rodoviários na BR-150 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	30.000.000 07	2.883.750 9
3436	Construção de Trechos Rodoviários na BR-272 no Estado do Paraná	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2003 12/2009	Sul	R\$ Meta	101.000.000 145	12.480.000 17
7192	Construção de Trechos Rodoviários na BR-282 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2009	Sul	R\$ Meta	122.937.626 103	21.190.000 26
10MC	Construção de Trechos Rodoviários na BR-285 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	50.000.000 169	1.779.360 6
10MV	Construção de Trechos Rodoviários na BR-475 no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	30.000.000 102	7.662.836 26
10MX	Construção de Trechos Rodoviários na BR-481 no Estado do Rio Grande do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2001 Após 2007	Sul	R\$ Meta	20.000.000 84	716.502 3
10MY	Construção de Trechos Rodoviários na BR-487 no Estado do Paraná	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	79.763.500 241	995.725 3
10CJ	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	100.000.000 100	12.000.000 22
10NK	Dragagem de Aprofundamento do Calado da Hidrovia Porto Alegre - Rio Grande	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	30.000.000 100	1.621.622 5
10OH	Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Estado de Santa Catarina	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	92.326.469 100	92.326.469 100
10BV	MELHORIA DA SEGURANÇA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	100.000.000 100	20.100.000 21
10ON	Obras Complementares na BR-101 na Região Sul	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	45.000.000 100	775.862 2
11XB	Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea no Estado do Paraná	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2005 12/2007	Sul	R\$ Meta	20.000.000 12	20.000.000 12
10OT	Recuperação do Berço N° 2 e dos Molhes do Porto de Imbituba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	70.000.000 100	14.788.212 22

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11XC	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba - SC	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Sul	R\$ Meta 30.000.000 100	30.000.000 100
11XF	Recuperação do Molhe do Porto de Laguna - SC	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2008	Sul	R\$ Meta 28.000.000 100	9.000.000 70
10OV	Recuperação Emergencial do Molhe de Abrigo e das Estruturas do Cais no Porto de Imbituba	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 65.000.000 100	1.120.690 2

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0235 Corredor Nordeste

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10JI	Adequação de Pontes na BR-304 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Ponte Adequada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	30.000.000 100	27.400.169 87
10IN	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-020 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	80.000.000 97	3.298.970 4
105T	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Paraíba	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	210.740.000 124	86.730.000 77
7624	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2012	Nordeste	R\$ Meta	410.220.000 242	82.920.000 138
7435	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2015	Nordeste	R\$ Meta	343.760.000 206	163.360.000 125
7626	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	144.080.000 85	51.080.000 65
1558	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2003 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	19.599.697 12	13.500.000 8
10JA	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-222 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	80.000.000 97	3.298.970 4
1236	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	05/1999 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	110.000.000 97	31.160.000 21
1492	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-232 no Estado de Pernambuco	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2003 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	146.154.503 143	72.400.000 47
11VK	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-304 no Estado do Rio Grande do Norte	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	15.840.000 19	15.840.000 15
10JS	Ampliação e Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto de Recife	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	120.000.000 100	26.833.333 23
10JU	Complexo Portuário do Porto de Pecém	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	120.000.000 100	4.948.454 5

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7214	Construção da Ferrovia Transnordestina no Estado de Pernambuco	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2005 12/2014	Nordeste	R\$ Meta	1.051.000.000 523	9.000.000 229
5597	Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	12/2003 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	42.400.000 100	2.000.000 4
10BW	Construção de Contornos Rodoviários na BR-122 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	20.000.000 12	13.260.000 8
12C2	Construção de Pontes na BR-226 no Estado do Rio Grande do Norte	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	18.550.000 100	18.550.000 100
1574	Construção de Trechos Rodoviários na BR-020 no Estado do Piau	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/1993 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	186.600.000 267	46.120.000 71
10LP	Construção de Trechos Rodoviários na BR-110 no Estado do Rio Grande do Norte	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	20.000.000 67	20.000.000 67
10DK	Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	20.000.000 29	18.347.500 18
7441	Construção de Trechos Rodoviários na BR-135 no Estado do Piau	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	26.000.000 38	17.610.000 28
10LV	Construção de Trechos Rodoviários na BR-222 no Estado do Piau	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 01/2008	Nordeste	R\$ Meta	30.000.000 101	19.459.045 65
10LX	Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 136	6.504.066 22
11UZ	Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Cear	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	20.000.000 29	9.580.000 18
10LW	Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Piau	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/1993 01/2008	Nordeste	R\$ Meta	30.000.000 102	6.185.568 21
12EV	Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Piau	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2015	Nordeste	R\$ Meta	108.000.000 154	1.000.000 1
106C	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-226 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	60.000.000 200	9.000.000 30

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Meta	Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
10B2	Construção de Trechos Rodoviários na BR-315 no Estado do Piauí	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2015	Nordeste	R\$ Meta	220.000.000 275	20.550.000 41
7204	Construção de Trechos Rodoviários na BR-330 no Estado do Piauí	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	150.000.000 215	40.180.000 61
10MF	Construção de Trechos Rodoviários na BR-343 no Estado do Piauí	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 01/2008	Nordeste	R\$ Meta	12.000.000 44	2.474.227 9
10MK	Construção de Trechos Rodoviários na BR-407 no Estado do Piauí	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 01/2008	Nordeste	R\$ Meta	15.000.000 54	3.092.784 11
10MQ	Construção de Trechos Rodoviários na BR-437 na Região Nordeste	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 134	40.000.000 134
10CG	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-437 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	32.000.000 109	5.000.000 17
10CO	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO PIAUÍ	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	154.942.842 516	154.942.842 516
11XL	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2005 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	12.000.000 4.000	2.000.000 22
5311	Melhoramentos na Infra-Estrutura Portuária do Porto de Suape	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	11/1995 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	157.651.539 100	53.500.000 29
10DZ	MODERNIZAÇÃO DE PORTOS NO ESTADO DO CEARÁ	M. dos Transportes	Instalação portuária melhorada (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	60.000.000 10	12.000.000 2
10OQ	Recuperação de Trechos Ferroviários na Região Nordeste	M. dos Transportes	Trecho recuperado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	60.000.000 120	60.000.000 120
10CC	RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABEDELLO	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 01/2007	Nordeste	R\$ Meta	64.030.000 100	64.030.000 100
10OU	Recuperação e Modernização dos Portos do Estado do Ceará	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	210.000.000 100	172.426.188 82

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7417	Adequação da Pavimentação do Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	03/2004 03/2008	Nordeste	R\$ Meta 4.850.000 100	3.950.000 85
1309	Aquisição de Área para o Porto de Fortaleza - 120 mil m²	M. dos Transportes	Área adquirida (m²)	07/2003 11/2006	Nordeste	R\$ Meta 10.000.000 120.000	10.000.000 120.000
7495	Construção de Armazém Frigorífico no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	02/2005 06/2008	Nordeste	R\$ Meta 2.400.000 100	2.100.000 85
7712	Construção de Cais para Terminal Pesqueiro no Porto de Natal	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 20.000.000 100	8.000.000 60
7718	Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	08/2005 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 20.000.000 100	9.500.000 60
5490	Derrocagem no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Derrocagem realizada (m³)	10/2003 10/2006	Nordeste	R\$ Meta 2.600.000 1.454.913	2.600.000 1.454.913
7714	Dragagem da Baía de Evolução do Porto de Natal	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	10/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 16.000.000 4.100	10.000.000 2.850
1938	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	10/2003 09/2006	Nordeste	R\$ Meta 12.230.000 3.478	12.230.000 3.478
7433	Implantação de Sistema de Segurança Ambiental no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 08/2007	Nordeste	R\$ Meta 1.115.000 100	1.115.000 100
10VZ	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 1.500.000 100	1.500.000 100
1893	Modernização do Sistema de Iluminação Elétrica do Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	09/2003 03/2007	Nordeste	R\$ Meta 1.500.000 100	1.600.000 100
1889	Obras Cíveis para o Aprofundamento do Cais Comercial do Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	10/2003 01/2009	Nordeste	R\$ Meta 25.600.000 100	19.600.000 79
1930	Obras de Infra-Estrutura para Instalação de Equipamentos de Movimentação de Cargas no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	11/2003 09/2009	Nordeste	R\$ Meta 2.875.000 100	925.000 36
1307	Recuperação da Infra-Estrutura do Cais Comercial e Pier Petrolero no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	08/2002 12/2009	Nordeste	R\$ Meta 9.949.531 100	3.000.000 39

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5689	Recuperação dos Molhes de Proteção do Porto de Maceió	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	04/2002 12/2009	Nordeste	R\$ Meta 19.590.388 100	11.413.221 59
3255	Recuperação e Melhoramentos da Infra-Estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 60.600.000 100	34.808.198 75
7488	Reforma de Armazéns no Porto de Fortaleza	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	06/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta 1.400.000 100	1.400.000 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0236 Corredor Oeste-Norte**

Órgão Responsável **39000 Ministério dos Transportes**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10IW	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	20.000.000 35	1.176.470 2
10IY	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	20.000.000 35	1.176.470 2
1246	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Rondônia	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	07/2002 12/2010	Norte	R\$ Meta	150.000.000 88	48.250.000 31
10BZ	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-364 NO ESTADO DO MATO GROSSO	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	40.000.000 40	1.178.470 1
10CI	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NA BR-364 NO ESTADO DE RONDÔNIA	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	63.514.776 213	63.514.776 213
10KB	Construção de Anéis Rodoviários no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	50.000.000 163	7.391.509 24
10UL	Construção de Anéis Viários no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	50.000.000 100	5.841.121 11
10KH	Construção de Contornos Rodoviários na BR-364 no Estado de Rondônia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 Após 2007	Norte	R\$ Meta	20.000.000 75	2.424.380 9
10KU	Construção de Pontes em Rodovias Federais no Estado de Rondônia	M. dos Transportes	Ponte construída (% de execução física)	04/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	120.000.000 100	44.044.580 35
1210	CONSTRUÇÃO DE PONTES NA BR-364 NO ESTADO DE RONDÔNIA	M. dos Transportes	Ponte construída (m)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	80.000.000 100	2.816.902 4
11Q3	Construção de Terminais Fluviais no Estado do Amazonas	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	12/2004 03/2006	Norte	R\$ Meta	12.200.000 900	13.400.000 900
10LO	Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	60.000.000 194	1.860.466 6
106B	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-158 NO ESTADO DO MATO GROSSO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	200.000.000 678	7.378.021 25

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004-2007
7420	Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta 52.100.000 118	17.800.000 25
1490	Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Par	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	11/1991 12/2015	Norte	R\$ Meta 743.359.284 1.063	59.600.000 83
1576	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-174 NO ESTADO DO MATO GROSSO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 72.000.000 254	3.411.029 12
11UW	Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Par	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2009	Norte	R\$ Meta 91.200.000 114	51.000.000 76
1436	Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Amazonas	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/1998 12/2010	Norte	R\$ Meta 120.000.000 172	50.282.559 71
1516	Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Par	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2015	Norte	R\$ Meta 520.000.000 743	32.000.000 36
1248	Construção de Trechos Rodoviários na BR-319 no Estado do Amazonas	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2002 12/2012	Norte	R\$ Meta 520.000.000 743	188.250.000 265
1354	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-364 NO ESTADO DO MATO GROSSO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 124.000.000 170	15.752.000 53
1424	Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	12/1999 12/2015	Centro-Oeste	R\$ Meta 528.000.000 755	52.700.000 72
106K	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-421 NO ESTADO DE RONDÔNIA	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 90.000.000 300	46.224.148 154
10MN	Construção de Trechos Rodoviários na BR-422 no Estado do Par	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 Após 2007	Norte	R\$ Meta 270.000.000 905	11.340.207 38
7460	Construção de Trechos Rodoviários na BR-429 no Estado de Rondônia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2009	Norte	R\$ Meta 90.000.000 128	41.750.000 42
10EK	Construção do Porto Fluvial de Parintins - AM	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2009	Norte	R\$ Meta 18.000.000 100	19.725.000 80

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
1928	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso do Porto de Santarém	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2003 12/2008	Norte	R\$ Meta	2.500.000 914	2.000.000 569
3334	Recuperação do Pier nº 1 do Porto de Santarém	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2008	Norte	R\$ Meta	14.000.000 100	11.740.000 82

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0229 Corredor São Francisco

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11WY	Adequação de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2005 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 16.000.000 9	16.000.000 9
105S	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	12/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 382.800.000 225	109.860.000 152
1212	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2002 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 520.896.900 306	88.723.470 150
10IR	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 49.023.915 50	49.023.915 50
10KA	Construção de Anéis Rodoviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (lan)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 25.000.000 90	278.934 1
11WG	Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2005 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 14.000.000 9	1.000.000 1
1226	Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	12/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 40.000.000 24	40.000.000 24
7146	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 25.000.000 500	50.000 1
10KL	Construção de Contornos Rodoviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 25.000.000 83	25.000.000 83
1332	Construção de Pontes na BR-030 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 31.000.000 100	31.000.000 100
10LH	Construção de Trechos Ferroviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 221.336.000 180	2.469.525 2
10LL	Construção de Trechos Rodoviários na BR-020 na Região Nordeste	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	02/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 168	19.459.045 65
107Q	Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	12/1991 09/2007	Nordeste	R\$ Meta 84.354.642 120	48.400.000 131

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7144	Construção de Trechos Rodoviários na BR-135 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2003 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 157.070.583 232	76.000.000 87
7459	Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2011	Nordeste	R\$ Meta 180.000.000 258	55.000.000 70
10MD	Construção de Trechos Rodoviários na BR-324 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 146	1.031.582 3
10ME	Construção de Trechos Rodoviários na BR-330 no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 146	2.850.871 10
10NA	Construção de Trechos Rodoviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 200.000.000 679	4.126.327 14
10NI	Construção do Terminal Portuário Turístico de Salvador	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	49.705.525 99
10OD	Implantação e Melhoria de Transportes Ferroviários no Estado da Bahia	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 300.000.000 100	265.908.602 88
10OI	Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Aratu	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	1.031.582 3
10OJ	Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Ilhéus	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	1.031.582 3
10OK	Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Salvador	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	1.031.582 3
5859	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio São Francisco	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2000 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 60.000.000 100	56.050.000 96
10OO	Obras Complementares na Hidrovia do São Francisco	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	1.031.582 2

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
------	--------	----------------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------	------------------------

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Meta	Período 2004 - 2007
7334	Ampliação do Sistema de Controle Transportadouro no Porto de Aratu - BA	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2004	Nordeste	R\$ Meta	1.500.000 100	1.500.000 100
11US	Ampliação de Terminal de Granéis Líquidos no Porto de Aratu - BA	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	25.000.000 100	10.000.000 75
7326	Construção de Dois Berços de Atracação com Retroárea no Prolongamento do Cais de Água de Meninos no Porto de Salvador	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	50.000.000 100	50.000.000 100
7350	Construção de Plataforma de Acostagem no Cais no Porto de Ilhéus	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	15.449.607 100	15.449.607 100
7762	Derrocagem na Bacia de Evolução no Porto de Aratu - BA	M. dos Transportes	Derrocagem realizada (m³)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	6.000.000 600	6.000.000 600
7322	Dragagem de Aprofundamento no Cais de Água de Meninos no Porto de Salvador	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2006 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	2.734.200 100	2.734.200 100
100V	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Ilhéus	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	9.526.990 695	9.526.990 695
7330	Instalação de Estação de Tratamento de Resíduos Tóxicos no Porto de Aratu - BA	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	6.566.084 100	5.139.651 78
11KC	Melhorias nas Sub-Estações Elétricas e Iluminação no Porto de Salvador	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	08/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	1.450.000 100	950.000 65
7318	Obras de CONTENÇÃO no Cais de Água de Meninos no Porto de Salvador	M. dos Transportes	Obra executada (m³)	01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	10.582.981 1.420	10.582.981 1.420
7328	Obras de Estabilização de Encostas no Porto de Aratu - BA	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	1.525.649 100	1.525.649 100

Programa 0232 Corredor Sudoeste

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
10II	Adequação de Hidrovias na Região Centro-Oeste	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 100.000.000 Meta 100	20.724.810 21
10IK	Adequação de Portos no Rio Paraguai no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 18.000.000 Meta 100	2.104.041 12
10IO	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 180.000.000 Meta 218	2.482.285 3
10IP	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000 Meta 39	1.052.020 2
10IV	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000 Meta 33	1.241.142 2
10IZ	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	05/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000 Meta 33	3.156.062 4
10JD	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000 Meta 33	1.241.142 2
10NV	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-452 no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000 Meta 33	1.241.142 2
10JG	Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 30.000.000 Meta 43	2.104.041 3
10KE	Construção de Contornos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	05/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000 Meta 67	2.104.041 7
7544	Construção de Contornos Rodoviários na BR-493 no Estado do Rio de Janeiro	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ 610.000.000 Meta 2.044	20.000.001 67
10KN	Construção de Contornos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	2.104.041 7
				01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta	1.052.020 4

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
					Total	R\$ Meta	
						20.000.000	3.156.061
						70	11
10EO	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	M. dos Transportes	Ponte construída (m)	12/2000 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	55.555.556 56
11XY	Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2005 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	19.000.000 28
10LI	Construção de Trechos Ferroviários no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	1.241.142 1
107P	Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso	M. dos Transportes	Trecho construído (km)	01/2004 12/2015	Centro-Oeste	R\$ Meta	8.002.000 10
7176	Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta	4.000.000 10
10MG	Construção de Trechos Rodoviários na BR-359 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	27.129.748 92
10MM	Construção de Trechos Rodoviários na BR-419 no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	3.156.062 11
10NB	Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	05/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	5.876.370 20
10CB	Modernização do Porto de Ladário - MS	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	10.020.000 29
106Q	Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso do Sul	M. dos Transportes	Trecho recuperado (km)	01/2006 12/2015	Centro-Oeste	R\$ Meta	1.000.000 58

Programa **0231 Corredor Transmetropolitano**

Órgão Responsável **39000 Ministério dos Transportes**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004-2007
1344	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 06/2008	Sudeste	R\$ Meta	596.169.433 296	124.320.000 145
10IT	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	260.000.000 273	12.384.342 13
10IU	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de São Paulo	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	140.000.000 140	93.208.016 93
1350	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de São Paulo	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	243.743.000 143	17.850.000 1
10KP	Construção de Infra-Estrutura Portuária no Porto de Santos - Projeto Barnabé/Bagres	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	800.000.000 100	155.346.693 20
10LB	Construção de Pontes na BR-364 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Ponte construída (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 100	187.500 1
10LS	Construção de Trechos Rodoviários na BR-154 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	150.000.000 509	12.384.341 42
10NZ	Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	82.000.000 320	512.500 2
11W3	Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2006 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	40.000.000 57	15.000.000 24
10MS	Construção de Trechos Rodoviários na BR-462 no Estado de Minas Gerais	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	12.000.000 49	493.726 2
10CR	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-497 NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	12.000.000 40	12.000.000 40
7640	Construção do Rodoanel de São Paulo	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	369.000.000 184	5.000.000 47
10DS	CONSTRUÇÃO DO RODOANEL METROPOLITANO NO ESTADO DE SÃO PAULO	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	17.750.000 59	17.750.000 59

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
7700	Construção do Tramo Norte do Ferroanel no Estado de São Paulo	M. dos Transportes	Quilômetros construídos (km)	01/2003 12/2015	Sudeste	R\$ Meta 300.000.000 66	2.000 4
10EQ	Construção do Tramo Sul do Ferroanel no Estado de São Paulo	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 87.832.336 100	87.832.336 100
7414	Obras Complementares na Hidrovia Tietê-Paraná no Estado de São Paulo	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 60.000.000 100	26.000.000 84
10OP	Obras de Melhoramentos na Hidrovia do Rio Paran	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 50.000.000 100	952.381 2

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
11SY	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Santos	M. dos Transportes	Dragagem realizada (mil m³)	01/2006 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 42.000.000 10.000	42.000.000 10.000
1939	Implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos	M. dos Transportes	Trecho implantado (km)	03/2002 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 456.589.244 10	261.650.000 22
3325	Recuperação da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Santos	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 31.014.422 100	15.179.930 49

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1116 Crédito Fundiário**

Órgão Responsável **49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
1545	Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural	M. do Desenvol. Agrário	Família beneficiada (unidade)	01/2004	Nordeste	R\$	470.773.168
				12/2008		Meta	57.308
				01/2004	Sudeste	R\$	111.721.369
				12/2008		Meta	13.746
				01/2004	Sul	R\$	130.644.952
				12/2008		Meta	16.255
				Total		R\$	713.139.489
						Meta	125.020

Programa **0172 Cultura Afro-Brasileira**

Órgão Responsável **42000 Ministério da Cultura**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
11CP	Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra	M. da Cultura	Centro implantado (% de execução física)	01/2000 12/2015	Centro-Oeste	R\$ Meta 20.000.000 100	628.271 4
10EN	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA	M. da Cultura	Centro cultural implantado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta 80.000.000 12	14.000.000 2

Programa **1141 Cultura, Educação e Cidadania**

Órgão Responsável **42000 Ministério da Cultura**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
5104	Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	M. da Cultura	<i>Espaço cultural instalado (unidade)</i>	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	59.136.602 1.701	59.136.602 963

Programa 0581 Defesa da Ordem Jurídica

Órgão Responsável 34000 Ministério Público da União

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3158	Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	M. Público da União	Sede construída com 26.500 m² (% de execução física)	06/2004 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 36.493.060 100	4.813.000 ??
10UI	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre	M. Público da União	Sede construída (% de execução física)	01/2004 12/2009	Sul	R\$ Meta 10.600.000 100	10.600.000 100
11SE	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Curitiba - PR	M. Público da União	Sede construída com 13.500m² (% de execução física)	01/2006 12/2011	Sul	R\$ Meta 13.500.000 100	1.000.000 7
1187	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Goiânia - GO	M. Público da União	Sede construída com 8.536 m² (% de execução física)	01/2003 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 11.506.000 100	9.400.000 73
1203	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS	M. Público da União	Sede construída com 12.000 m² (% de execução física)	01/2003 12/2011	Sul	R\$ Meta 16.660.830 100	10.300.000 52
11KE	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS	M. Público da União	Sede construída com 12.000m² (% de execução física)	01/2004 12/2011	Sul	R\$ Meta 16.500.000 100	6.000.000 36
7772	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF	M. Público da União	Sede Construída com 18.800m² (% de execução física)	01/2004 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 24.268.920 100	9.978.771 42
11II	Implantação de Ofícios junto às Varas da Justiça do Trabalho	M. Público da União	Ofício implantado (unidade)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta 24.240.143 93	21.371.200 92
3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais	M. Público da União	Procuradoria implantada (unidade)	01/2005 12/2015	Nacional	R\$ Meta 60.000.000 80	51.969.214 35

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0695 Defesa Econômica e da Concorrência**

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3924	Construção do Edifício-Sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	M. da Justiça	Sede construída com 11.200 m² (% de execução física)	01/2006 12/2006	Nacional	R\$ Meta	8.040.000 100	8.040.000 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0580 Defesa Jurídica da União**

Órgão Responsável **20114 Advocacia-Geral da União**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7600	Expansão do Sistema Integrado de Controle das Ações da União	Presidência da República	Sistema expandido (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 14.981.702 100	14.981.702 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural** Órgão Responsável **20101 Gabinete da Presidência da República**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7134	Implantação do Canal de Televisão Internacional	Câmara do Deputados Senado Federal Supremo Tribunal Federal Presidência da República	Canal de televisão implantado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta 40.000.000 100	36.088.394 100

Programa 1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Órgão Responsável 56000 Ministério das Cidades

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURITY

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10AI	IMPLANTAÇÃO DE NOVOS TRECHOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS	Min. das Cidades	Trecho implantado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 200.000.000 100	7.000.000 1
5754	Implantação do Trecho Cajueiro Seco-Tip-Timbi do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE	Min. das Cidades	Trecho implantado (% de execução física)	04/1996 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 676.760.800 100	272.276.800 31
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	Min. das Cidades	Trecho implantado (% de execução física)	01/1995 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 573.120.000 100	116.873.000 11
5366	Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA	Min. das Cidades	Trecho implantado (% de execução física)	12/1999 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 483.959.000 100	258.137.800 60
5319	Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza	Min. das Cidades	Trecho implantado (% de execução física)	10/1998 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 710.457.000 100	180.807.096 28
5174	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	Min. das Cidades	Sistema modernizado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sul	R\$ Meta 116.018.000 100	17.173.000 13
5168	Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA	Min. das Cidades	Sistema modernizado (% de execução física)	01/2001 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 70.336.700 100	65.329.700 67
11J9	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB	Min. das Cidades	Sistema de trem urbano recuperado (% de execução física)	03/2002 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 31.052.000 100	5.830.000 19
11JD	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL	Min. das Cidades	Sistema de trem urbano recuperado (% de execução física)	02/2002 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 29.603.000 100	5.850.000 19
11IO	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN	Min. das Cidades	Sistema de trem urbano recuperado (% de execução física)	04/2001 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 34.223.000 100	5.900.000 18

Programa 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Órgão Responsável 53040 Ministério da Integração Nacional

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Estimado	Período 2004 - 2007
10DF	IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE IRRIGAÇÃO DO EMPREENDIMENTO XINGÓ - ESTADO DE SERGIPE	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ 104.750.000 Meta 100	104.750.000 100
10GL	Implantação de Projeto de Irrigação Mucambo/Cuscuzeiro no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ 100.000.000 Meta 100	7.142.858 7
10GM	Implantação de Projeto de Irrigação Rio Caririnha/Riacho Pituba no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ 100.000.000 Meta 100	7.142.858 7
10GO	Implantação de Projeto de Irrigação Vale do Iuiu no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ 204.000.000 Meta 100	13.466.648 7
10GN	Implantação de Projetos de Irrigação Braço Sul/Guarantã do Norte com 82 ha no Estado de Mato Grosso	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 50.000.000 Meta 100	1.450.388 3
10GS	Implantação de Projetos de Irrigação em Áreas do Assentamento Itamarati - Ponta Porã - MS	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ 12.000.000 Meta 100	1.652.020 9
10BC	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$	3.156.061 3
				01/2004 12/2007	Nordeste	R\$	213.209.763 10
				01/2004 12/2007	Norte	R\$	62.634.897 58
				01/2004 12/2007	Sudeste	R\$	12.500 1
				01/2004 12/2007	Sul	R\$	28.517.019 69
					Total	R\$ 307.330.240 Meta 140	307.330.240 141
10GF	Implantação do Perímetro de Irrigação Bacia dos Rios Paraíba e Mamanguape com 10.000 ha no Estado da Paraíba	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ 115.000.000 Meta 100	115.000.000 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1736	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 1ª Etapa - com 8.816 ha no Estado do Cear	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	06/1993 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	105.500.000 100	5.987.800 5
5902	Implantação do Perímetro de Irrigação Bananeiras com 400 ha no Estado de Alagoas	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	12.000.000 100	12.000.000 100
10GP	Implantação do Perímetro de Irrigação do Jenipapo no Estado do Piau	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	02/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	50.000.000 100	1.190.477 3
5252	Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1997 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta	307.348.000 100	34.250.691 23
1622	Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba com 3.150 ha no Estado de Sergipe	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1998 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	88.000.000 100	24.779.000 42
5320	Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 1ª Etapa - com 4.678 ha no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1988 06/2005	Sudeste	R\$ Meta	399.470.000 100	18.970.000 20
3770	Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia com 10.790 ha no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1995 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	132.934.000 100	19.000.000 15
1686	Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	10/1999 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	22.530.039 100	5.690.000 98
5264	Implantação do Perímetro de Irrigação Piancó com 4.205 ha no Estado da Paraíba	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	06/2002 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	13.560.000 100	10.977.000 65
1606	Implantação do Perímetro de Irrigação Pinar com 2.120 ha no Estado do Mato Grosso	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1997 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	20.400.000 100	11.506.000 100
5932	Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha no Estado do Tocantins	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	07/2000 12/2010	Norte	R\$ Meta	411.000.000 100	43.210.000 21
1666	Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Balsamo - 1ª Etapa - com 700 ha no Estado de Alagoas	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2000 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	51.200.000 100	37.311.000 85
10GH	Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Corrente - 1ª Etapa no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2003 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	100.000.000 100	33.621.565 34
10DE	IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SANTA CRUZ/APODI - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	50.000.000 100	5.020.000 10

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1670	Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582 ha no Estado de Tocantins	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2000 12/2009	Norte	R\$ Meta 164.800.000 100	31.168.000 34
1746	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª Etapa - com 10.700 ha no Estado do Ceará	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	05/1993 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 215.000.000 100	18.500.000 32
5268	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo com 5.542 ha no Estado do Maranhão	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	06/1995 12/2009	Nordeste	R\$ Meta 115.699.500 100	10.600.000 13
1608	Implantação do Perímetro de Irrigação Três Barras com 1.456 ha no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1996 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 55.000.000 100	11.390.000 30
5246	Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100 ha no Estado da Paraíba	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/1998 12/2009	Nordeste	R\$ Meta 66.200.000 100	21.246.332 24
10GT	Implantação do Projeto de Irrigação Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 30.000.000 100	662.118 2
10GR	Implantação do Projeto de Irrigação Campo Alegre - 1ª Etapa com 4.520 ha no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 36.000.000 100	8.067.425 22
10GQ	Implantação do Projeto de Irrigação Cruz das Almas no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 12/2016	Nordeste	R\$ Meta 400.000.000 100	4.462.943 1
10DI	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO RIO FORMOSO - ESTADO DO TOCANTINS (TERCEIRA ETAPA)	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 150.000.000 100	45.920.001 31
10ER	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SAMPAIO - ESTADO DO TOCANTINS	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 150.000.000 100	19.950.000 13

Programa 0630 Desenvolvimento da Aviação Civil

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3121	Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil	M. da Defesa	Instalação construída/reformada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	14.449.622 74
							12.449.622 10

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0359 Desenvolvimento da Bovideocultura

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10GB	Apoio à Implantação de Centro de Pesquisas em Bovideocultura - Estado de Tocantins	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Unidade modernizada (unidade)	03/2004 Após 2007	Norte R\$ Meta	25.000.000 5	5.185.187 7

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Órgão Responsável 26000 Ministério da Educação

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3676	Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP	M. da Educação	Profissional capacitado (unidade)	01/1998 12/2006	Nacional	R\$ Meta	17.053.470 37.529	6.536.000 3.800
3688	Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional - PROEP	M. da Educação	Plano implantado (unidade)	11/1997 12/2006	Nacional	R\$ Meta	13.517.768 40	1.823.574 5
10TO	Expansão e Consolidação da Rede Federal de Educação Tecnológica	M. da Educação	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta		3.500.000 1
				01/2004 12/2005	Norte	R\$ Meta		7.363.771 1
				01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta		961.591 43
				01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta		193.237 2
					Total	R\$ Meta	12.018.599 47	12.018.599 47
7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	M. da Educação	Centro implantado (unidade)	11/1997 11/2007	Nacional	R\$ Meta	839.154.987 342	627.331.575 230
3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional - PROEP	M. da Educação	Programa implantado (% de execução física)	11/1997 12/2006	Nacional	R\$ Meta	123.230.484 100	24.354.782 11

Programa **0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

Órgão Responsável **52000 Ministério da Defesa**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
10PL	AMPLIAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DA ESTAÇÃO DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTARÉM-PA	M. da Defesa	Estação Ampliada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 15.000.000 100	464.038 4
10PR	AMPLIAÇÃO DO AERÓDROMO SÃO JOAQUIM - SC	M. da Defesa	Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (% de execução física)	01/2004 12/2004	Sul	R\$ Meta 14.000.000 100	14.000.000 100
10RB	Ampliação do Aeroporto Internacional de Vitória - ES	M. da Defesa	aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 266.000.000 100	1.373.967 1
10PZ	AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO AEROPORTO DE CHAPECÓ/SC	M. da Defesa	Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 20.000.000 100	2.062.396 10
10QB	CONCLUSÃO DO AEROPORTO DE MARINGÁ	M. da Defesa	Aeroporto construído (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 30.000.000 100	295.410 1
10QC	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO - DECOLAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO NO ESTADO DO PIAUÍ	M. da Defesa	Pista construída (% de execução física)	02/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	1.190.477 3
10BA	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	M. da Defesa	Pista construída (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 53.397.896 100	53.397.896 100
12CE	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual	M. da Defesa	Aeroporto/aeródromo construído (% de execução física)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta 188.663.939 100	169.161.174 83
12CD	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional	M. da Defesa	Aeroporto/aeródromo construído (% de execução física)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta 24.600.000 100	23.500.000 95
10QL	CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE CATANDUVAS/SC	M. da Defesa	Aeroporto construído (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 30.000.000 100	662.118 3
10BB	CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE GOIÂNIA	M. da Defesa	Aeroporto construído (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 220.000.000 100	138.314.301 63
10QM	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CARGA FRIGORIFICADA DO AEROPORTO DE CHAPECÓ/SC	M. da Defesa	Terminal implantado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 14.000.000 100	1.308.411 10

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		em R\$ 1,00	2004 - 2007
100R	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES	M. da Defesa	Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 125.000.000 100	91.001.185 65
10QR	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE ITUMBIARA-GO	M. da Defesa	Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 30.000.000 100	1.241.142 5
5154	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual	M. da Defesa	Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta 86.932.334 50	66.995.169 53
5150	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional	M. da Defesa	Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta 245.870.799 123	201.031.433 93

Programa **1110 Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia**

Órgão Responsável **24000 Ministério da Ciência e Tecnologia**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Moeda	Estimado	2004 - 2007
				Término				
7391	Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e Nanotecnologia	M. Ciência e Tecnologia	Laboratório implantado (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	40.724.405 45	40.724.405 45

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0361 Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10EY	Apoio a Implantação de Centro de Pesquisas em Grãos e Cereais - Estado de Tocantins	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Unidade implantada (unidade)	03/2004	Norte	R\$ 25.000.000	5.000.002
				Após 2007		Meta 5	7

Programa **0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte** Órgão Responsável **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
109C	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Projeto apoiado (unidade)	01/2004	Nacional	R\$	102.600.000
				12/2004		Meta	4.026
				01/2004	Nordeste	R\$	750.000
				12/2004		Meta	8
				01/2004	Sul	R\$	103.791
				12/2004		Meta	2
					Total	R\$ Meta	103.453.791 4.036

Programa **0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior**

Órgão Responsável **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidades)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
5074	Modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior - SISCOMEX	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Sistema modernizado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 13.710.627 100	13.710.627 100

Programa **0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários**

Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5089	Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais	M. da Fazenda	Estudo realizado (unidade)	01/2002 12/2006	Nacional	R\$ Meta 26.163.314 5	21.033.833 4
1068	Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários	M. da Fazenda	Obra realizada (% de execução física)	01/1997 12/2005	Sudeste	R\$ Meta 13.860.294 100	2.600.000 19

Programa 0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Termo	Regionalização		Total	Período
							Estimado	2004 - 2007
1655	Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba - PR	M. da Fazenda	Obra realizada (% de execução física)	03/2002 12/2005	Sul	R\$ Meta	17.226.123 100	12.200.000 84
7686	Construção de Novo Edifício do Banco Central do Brasil no Rio de Janeiro - RJ	M. da Fazenda	Obra executada (% de execução física)	03/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 100	30.000.000 100
3593	Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do BACEN junto ao Sistema Financeiro Nacional	M. da Fazenda	Estudo realizado (unidade)	01/2002 12/2005	Nacional	R\$ Meta	32.407.673 23	11.412.752 7

Programa **1047** Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Estimado	2004 - 2007
5676	Ampliação do Abastecimento de Água do Subistema da Adutora do Feijão - 3ª Etapa - com 232 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 08/2005	Nordeste	R\$ Meta	14.453.000 100	14.453.000 00
5896	Ampliação, Recuperação e Automação dos Sistemas Integrados de Alto Sertão e Sertaneja no Estado de Sergipe (Proágua Semi-árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	49.000.000 100	49.000.000 100
10IIQ	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Semi-Árido	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	30.000.000 125	1.206.683 5
5854	Construção da Barragem Arneiróz II no Estado do Ceará (PROÁGUA Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	11/2002 03/2005	Nordeste	R\$ Meta	13.937.812 100	11.937.812 40
5160	Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste	M. do Desenvol. Agrário	Família beneficiada (unidade)	10/2000 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	112.144.536 38.169	77.240.000 40.669
3028	Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido	M. do Meio Ambiente	Projeto elaborado (unidade)	01/2000 12/2005	Nacional	R\$ Meta	70.580.046 70	18.000.000 22
10HR	Implantação de Pólo de Desenvolvimento na Região do Cariri	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	50.000.000 89	6.802.722 12
5814	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Araçuaí no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 06/2006	Sudeste	R\$ Meta	13.220.605 100	13.220.605 100
10HY	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado do Espírito Santo	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	03/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	12.000.000 100	1.714.286 15
5808	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em São Francisco e Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	17.200.000 100	17.200.000 100
5830	Implantação do Sistema Adutor do Garrineho com 184 km no Estado do Piauí (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	22.946.778 100	22.946.778 100
5928	Implantação do Sistema Adutor Gavião-Pecém com 55 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	47.136.800 100	47.136.800 100

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004-2007
5500	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Santana com Sistema Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 15.340.000 100	15.340.000 100
5822	Sistema Adutor Luís Gonzaga com 118 km no Estado de Pernambuco (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 17.540.000 100	17.540.000 100
5878	Sistema Adutor Serra de Santana - 2ª Etapa - com 205 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	09/2002 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 16.105.000 100	15.575.000 67
5892	Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Planalto e Barra do Choça com Adutora de 21 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 04/2005	Nordeste	R\$ Meta 10.917.796 100	10.917.796 100

Programa **0362** Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
101E	Desenvolvimento de Tecnologia para Quantificação do Sequestro de Carbono na Lavoura Cacaueira	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Estudo realizado (unidade)	02/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 30	4.000.000 3

Programa **1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**

Órgão Responsável **49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
102C	Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	M. do Desenvol. Agrário	Plano elaborado (unidade)	01/2004 12/2015	Nacional	R\$ Meta	1.188.538.000 2.700	65.168.474 520

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0137** Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Órgão Responsável 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
5158	Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	M. do Desenv. Agrário	Família em Assentamento Consolidado (unidade)	12/2000 12/2007	Nacional	R\$ Meta 153.236.141 19.241.416	153.236.141 19.241.466

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa			0154 Direitos Humanos, Direitos de Todos		Órgão Responsável		20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURITY									
Projetos									
Ação	Índice	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período	
				Término			Estimado	2004 a 2007	
11H8	Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário	Presidência da República	Unidade assistida (unidade)	01/2004 12/2006	Nacional	R\$ Meta	19.953.800 13	19.953.800 13	
7801	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE CIDADANIA	Presidência da República	Centro construído (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	80.000.000 55	22.000.000 15	

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis**

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3351	Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento a Clientes Consumidores	M. de Minas e Energia	Unidade implantada (unidade)	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta 88.363.700 200	57.000.000 171
3347	Ampliação da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural	M. de Minas e Energia	Unidade implantada (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 28.287.900 22	28.287.900 22
3348	Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural	M. de Minas e Energia	Posto de serviço implantado (unidade)	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta 605.474.200 520	162.000.004 495

Programa **1218 Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos**

Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7668	Implantação de Rede de Informações em Transplantes	M. da Saúde	Rede implantada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	11.979.000 100	10.614.000 87	

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1138 Drenagem Urbana Sustentável**

Órgão Responsável **53000 Ministério da Integração Nacional**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2003	Nacional	R\$	70.890.465	44.923.000
				12/2008		Meta	124.835	87.606
1662	Obras de Macrodrenagem	M. Integração Nacional	Obra executada (unidade)	04/2003	Centro-Oeste	R\$		64.117.000
				04/2010		Meta		32
				04/2003	Nordeste	R\$		37.600.000
				04/2010		Meta		6
				04/2003	Norte	R\$		55.286.000
				04/2010		Meta		15
				04/2003	Sudeste	R\$		113.610.000
				04/2010		Meta		14
				04/2003	Sul	R\$		47.395.700
				04/2010		Meta		5
					Total	R\$	388.600.000	318.008.700
						Meta	129	72

Programa 1133 Economia Solidária em Desenvolvimento

Órgão Responsável 38000 Ministério do Trabalho e Emprego

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Projeto	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		emitted	2004-2007
5565	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA PARA POPULAÇÕES CARENTES	Min. Assistência Social	Pessoa beneficiada (unidade)	01/2004	Centro-Oeste	R\$	73.839
				Após 2007	Meta		1.18
				01/2004	Nacional	R\$	1.892.019
				Após 2007	Meta		3.784
				01/2004	Nordeste	R\$	476.541
				Após 2007	Meta		753
				01/2004	Norte	R\$	1.600.000
				Após 2007	Meta		2.800
				01/2004	Sudeste	R\$	100.000
				Após 2007	Meta		100
				01/2004	Sul	R\$	5.023.152
				Após 2007	Meta		9.926
				Total	R\$	30.000.000	9.165.551
					Meta	57.316	17.511

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1037 Eficiência na Agricultura Irrigada**

Órgão Responsável **53000 Ministério da Integração Nacional**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
7016	Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada	M. Integração Nacional	Cadastro implantado (% de execução física)	01/2004 12/2009	Nacional R\$ Meta	15.000.000 100	4.650.000 55

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0294 Energia na Região Nordeste

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
5103	Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Bongü para até 430 MW	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	515.704.408 100	2.053.156 6
5105	Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Camaçari de 174 para 350 MW	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	11/2001 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	568.188.971 100	225.320.314 38
3409	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Alagoas	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	60.415.000 2.200	46.653.961 1.136
3407	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	40.929.360 100	32.039.373 100
1891	Expansão de Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí no Estado do Maranhão (Acréscimo de aproximadamente 120 km de Linha de Transmissão e de 695 MVA de Transformação de Potência em Subestações)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	655.003.276 100	306.200.000 45
3378	Implantação de Sistema de Transmissão Associado à UHE de Xingó na Bahia	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/1995 01/2006	Nordeste	R\$ Meta	225.530.743 100	4.629.589 3
3376	Implantação de Sistema de Transmissão Associado à UHE de Xingó no Ceará	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/1995 01/2006	Nordeste	R\$ Meta	148.217.350 100	4.790.450 6
3371	Implantação de Sistema de Transmissão Fortaleza I - Pici (27,7 km de Linha de Transmissão)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/1993 01/2006	Nordeste	R\$ Meta	86.291.407 100	26.647.875 20
3375	Implantação de Sistema de Transmissão no Estado de Alagoas (69 kV)	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	29.190.000 524	24.494.586 520
3370	Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste	M. de Minas e Energia	Obras em Subestações e Linhas de Transmissão (% de execução física)	01/1990 01/2008	Nordeste	R\$ Meta	2.571.543.563 100	1.210.831.378 100
3379	Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2000 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	201.578.600 100	164.271.530 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
5482	Implantação de Sistema de Transmissão Presidente Dutra (MA) - Teresina - Fortaleza II (LT de 500 kV - 1º Circuito P. Dutra/Fortaleza, aprox. 750 km, 2º Circuito Emergencial P. Dutra/Teresina, aprox. 210 km e 3 SEs Associadas, com 2.550 MVA)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/1998 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	626.288.357 100	110.218.216 16
3390	Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA)	M. de Minas e Energia	Lote irrigado (unidade)	01/1986 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	2.187.813.325 1.200	358.035.275 236
5107	Sistema de Transmissão do Nordeste (Implantação de 4 Subestações Seccionadoras de 230 kV)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/1985 01/2008	Nordeste	R\$ Meta	429.920.994 100	387.216.430 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0297 Energia na Região Norte

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Ítulo	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3235	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/1998 12/2000	Norte	R\$ Meta 3.856.832.011 100	1.600.000.000 27
10JW	Construção da Usina de Bambu no Estado do Amapá	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	06/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 100.000.000 100	3.255.739 4
10NN	Expansão de Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí para o Estado do Amapá	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	06/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 100.000.000 100	3.255.739 4
1897	Expansão de Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à UHE Tucuruí (Acréscimo de 1.582 MVA nas Subestações Associadas)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2008	Norte	R\$ Meta 517.879.050 100	342.800.000 61
10EF	Implantação de Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene no Estado do Amapá	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (% de execução física)	12/2006 12/2006	Norte	R\$ Meta 85.000.000 100	85.000.000 100
10DW	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITAITUBA - PARINTINS / BARREIRINHA / MAUÉS	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 300.000.000 13	24.000.000 1
10N1	Implantação de Sistema de Transmissão no Pará - Cametá/Tucuruí/Dryver (100kV - 150kVOLT)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 20.000.000 100	1.144.894 0
1109	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta 60.000.000 4	30.000.000 3
10OF	Interligação do Sistema Elétrico Boa Vista/Manaus	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2008	Norte	R\$ Meta 200.000.000 100	56.974.897 29
7096	Interligação Elétrica do Sistema Isolado Acre/Rondônia à Rede Básica Nacional em Mato Grosso	M. de Minas e Energia	Sistema de transmissão implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 543.000.000 100	543.000.000 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0295 Energia na Região Sul

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3380	Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2003 12/2006	Sul	R\$ Meta	55.000.000 100	54.890.100 90
3374	Ampliação da Capacidade da Nova Usina Térmica de Porto Alegre, de 24 para 100 MW	M. de Minas e Energia	Usina modernizada (% de execução física)	01/2003 12/2008	Sul	R\$ Meta	217.607.000 100	10.700.000 6
105K	Ampliação de Sistema de Transmissão no Sul (38 km e reforços em 9 subestações)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sul	R\$ Meta	1.063.593.888 100	855.993.165 91
1127	Implantação de Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW (RS)	M. de Minas e Energia	Usina implantada (% de execução física)	01/2001 12/2009	Sul	R\$ Meta	989.025.000 100	723.006.020 69
12DQ	Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo para a Geração de Energia Elétrica	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	10/2005 05/2008	Sul	R\$ Meta	151.093.000 100	91.093.000 69
5115	Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio Através da Conversora de Rivera (Ressarcimento de 50% dos Investimentos Realizados pela Empresa Estatal Uruguia Usinas Y Transmisiones Electricas - UTE)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2005	Sul	R\$ Meta	69.375.960 100	34.476.000 36
3372	Revitização da Usina Termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Sul	R\$ Meta	25.000.000 100	25.000.000 72

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
10BO	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA NA REGIÃO SUDESTE	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (unidade)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 300.000.000 1.000	300.000 7
10JO	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Mato Grosso do Sul	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	12/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 50.000.000 214	2.104.041 9

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1887	Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (Acréscimo de aproximadamente 365 km de Linha de Transmissão, Implantação da SE Jauru (MT) 400 MVA e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2002 01/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 522.905.061 100	333.000.000 51
3414	Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 731.662.208 100	189.719.804 31
5361	Implantação de Sistema de Transmissão Cachoeira Paulista - Adrianópolis - 3º Circuito (500 kV - 177 km) - (SP/RJ)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2000 01/2006	Sudeste	R\$ Meta 164.987.607 100	33.094.486 6
7164	Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto - Vitória (345 kV - 370 km) - (MG/ES)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2000 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 300.925.289 100	149.938.502 38
3292	Modernização da UHE Furnas de 1.200 MW (MG)	M. de Minas e Energia	Usina modernizada (% de execução física)	01/2003 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 380.695.851 100	362.755.024 86
7066	Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG)	M. de Minas e Energia	Usina modernizada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 353.412.384 100	269.019.884 69
3302	Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG)	M. de Minas e Energia	Usina modernizada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 259.720.574 100	191.304.754 65
7068	Modernização da UHE Porto Colômbia com 320 MW (MG/SP)	M. de Minas e Energia	Usina modernizada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 109.981.393 100	107.981.393 50

Plano Plurianual 2004-2007
Anexo V - Projetos de grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3288	Obras Complementares na Área do Reservatório do Aproveitamento Múltiplo de Manso no Estado de Mato Grosso	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	162.093.738 100	128.633.043 75
3360	Sistema de Transmissão de ITAIPU (PR) - São Paulo (SP) (Reforços nas Torres da LT 750 kV Foz - Ivaiporã, LT Ivaiporã - Itabará I e II e na LT Itabará - Tijuco Preto I e II)	M. de Minas e Energia	Obra executada (% de execução física)	01/2002 12/2007	Nacional	R\$ Meta	83.909.086 100	55.098.460 100
1853	Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ)	M. de Minas e Energia	Gerador substituído (% de execução física)	06/2002 09/2008	Sudeste	R\$ Meta	607.658.505 100	491.169.759 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1042 Energia nos Sistemas Isolados

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3267	Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas	M. de Minas e Energia	Capacidade de geração ampliada (% de execução física)	01/2002 12/2009	Norte R\$ Meta	282.695.226 100	141.684.000 58
3995	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2007	Norte R\$ Meta	24.588.753 290	24.588.753 290
1167	Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2001 12/2008	Norte R\$ Meta	109.980.981 771	42.395.000 681
3410	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus (AM)	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2007	Norte R\$ Meta	62.684.000 1.667	62.684.000 1.667
3404	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2007	Norte R\$ Meta	56.791.571 774	56.791.571 774
3367	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2007	Norte R\$ Meta	50.611.582 589	50.611.582 589
101Z	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2005 12/2007	Norte R\$ Meta	18.795.000 54	18.795.000 54
3242	Expansão do Sistema de Transmissão Acre/Rondônia	M. de Minas e Energia	Sistema expandido (% de execução física)	01/2002 01/2008	Norte R\$ Meta	1.009.903.570 100	557.000.000 54
10EF	IMPLANTAÇÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO OIAPOQUE - CALÇOENE NO ESTADO DO AMAPÁ	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2004 Após 2007	Norte R\$ Meta	50.000.000 123	1.632.121 4
1721	Implantação de Oleodutos e Instalação de Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas da CEAM	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2009	Norte R\$ Meta	15.049.994 100	8.156.000 59
3277	Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2008	Norte R\$ Meta	10.766.689 100	8.744.000 73
7104	Implantação de Sistema de Subtransmissão em 138/69/34,5 kV para Interligação de Municípios e Localidades na Área de Concessão da CEAM	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2004 12/2007	Norte R\$ Meta	114.216.000 615	114.216.000 615

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3398	Implantação de Sistema de Transmissão em Manaus (AM)	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 462.506.000 439	462.506.000 439
3381	Implantação de Sistema de Transmissão em Rondônia	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 148.127.831 943	123.488.235 858
3243	Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 01/2008	Norte	R\$ Meta 363.064.487 100	240.000.000 64
3225	Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE, Ligando Manaus a Cariri, Itacoatiara e Rio Preto da Eva (AM)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2005	Norte	R\$ Meta 98.364.160 100	100.000 1
3259	Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE, Ligando Manaus a Iranduba, Manacapuru e Novo Airão (AM)	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2006	Norte	R\$ Meta 37.888.511 100	28.991.000 77
7108	Interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Rio Branco (AC)	M. de Minas e Energia	Linha de transmissão implantada (km)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 200.763.418 683	200.763.418 683
1885	Recapitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (Acréscimo de 4 MW) - (AP)	M. de Minas e Energia	Unidade recapitada (% de execução física)	07/2002 12/2009	Norte	R\$ Meta 202.540.000 100	65.520.000 30
3263	Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica de Manaus (AM)	M. de Minas e Energia	Parque de geração revitalizado (% de execução física)	01/2002 12/2007	Norte	R\$ Meta 90.774.474 100	73.149.000 81
1183	Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica da CEAM de 71,2 kW	M. de Minas e Energia	Parque de geração revitalizado (% de execução física)	01/2001 12/2008	Norte	R\$ Meta 94.746.540 100	60.270.000 75

Programa **1250 Esporte e Lazer da Cidade**

Órgão Responsável **51000 Ministério do Esporte**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5450	Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	Ministério do Esporte	<i>Espaço esportivo implantado (unidade)</i>	01/2000 12/2008	Nacional	R\$ Meta 643.220.952 1.267	19.751.527 <i>145</i>
3073	Modernização de Núcleos de Esporte e de Lazer	Ministério do Esporte	<i>Espaço esportivo modernizado (unidade)</i>	01/2001 12/2008	Nacional	R\$ Meta 49.273.000 493	9.428.672 <i>105</i>

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1171 Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE**

Órgão Responsável **25000 Ministério da Fazenda**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1149	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização Fiscal dos Estados	M. da Fazenda	<i>Projeto gerido (unidade)</i>	01/1997 12/2005	Nacional R\$ Meta	29.252.304 81	11.380.000 54

Programa **1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM** Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	M. da Fazenda	Contrato gerido (unidade)	05/2001 12/2009	Nacional	R\$ Meta	35.999.561 1.330	26.284.671 1.167

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0360** Gestão da Política Agropecuária

Órgão Responsável 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
11TR	Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Sistema de Informação implantado (% de execução física)	01/2005 12/2006	Nacional	R\$ Meta	70.000.000 100	70.000.000 100

Programa 0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1579	Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública	M. da Fazenda	Sistema desenvolvido (% de execução física)	01/2001 12/2007	Nacional	R\$ Meta 24.401.518 100	21.004.688 80
3599	Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI	M. da Fazenda	Sistema implantado (% de execução física)	01/2000 12/2008	Nacional	R\$ Meta 57.054.756 100	23.149.559 52

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **8006** Gestão da Política de Comunicações

Órgão Responsável 41000 Ministério das Comunicações

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
12EB	Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações	M. das Comunicações	Estrutura de informática modernizada (% de execução física)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 36.695.220 100	27.711.320 76
107R	Reformulação da Política para o Setor de Telecomunicações	M. das Comunicações	Estudo realizado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 11.520.500 100	11.520.500 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Órgão Responsável 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidades)	Início Término	Regionalização	Total	
						Estimado	Período 2004 - 2007
11JM	Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios	M. Desenv. Soc e Comb. Fome	Edifício construído (m²)	01/2006 12/2008	Nacional	R\$ Meta 42.000.000 18.500	41.000.000 17.500

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0310** Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Órgão Responsável 56000 Ministério das Cidades

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término			
3955	Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento	Min. das Cidades	Estudo realizado (unidade)	01/2000	Nacional	R\$ 78.066.000	70.246.000
				10/2007		Meta 264	238

Programa **1067 Gestão da Política de Educação**

Órgão Responsável **26000 Ministério da Educação**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
12C6	Aquisição e Reforma do Edifício-Sede do FNDE	M. da Educação	Edifício construído com 22.000 m² (% de execução física)	01/2005 06/2007	Centro-Oeste R\$ Meta	31.893.253 100	31.893.253 100

Programa **0276** Gestão da Política de Energia

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3427	Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistema de Geração e de Transmissão na Região Amazônica	M. de Minas e Energia	Estudo realizado (% de execução física)	01/1988 12/2009	Norte	R\$ Meta 194.223.677 100	99.880.000 70

Programa 0511 Gestão da Política de Meio Ambiente

Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (Unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10GU	Formulação de Políticas para Preservação do Meio Ambiente	M. do Meio Ambiente	Projeto executado (% de execução física)	01/2005 Até 2007	Nordeste	R\$ Meta	15.000.000 100	1.287.554 70

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0225 Gestão da Política dos Transportes**

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
7252	Estudo para a Estruturação Organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres	M. dos Transportes	<i>Estudo realizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta	17.378.729 12	7.650.000 44
7732	Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas	M. dos Transportes	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2012	Nacional	R\$ Meta	25.000.000 100	3.416.140 100
101C	Implantação de Sistema de Informações para o Planejamento em Transportes	M. dos Transportes	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta	11.336.818 100	5.722.000 36

Programa **1069 Gestão da Política Mineral**

Órgão Responsável **32000 Ministério de Minas e Energia**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total	
						Estimado	Período 2004 - 2007
7064	Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM	M. de Minas e Energia	<i>Projeto executado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta 75.560.000 100	37.223.820 88

Programa 0698 Gestão da Política na Área da Justiça				Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça				
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE								
Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		2004 - 2007	2004 - 2007
						Estimado		
3974	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública	M. da Justiça	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta	40.000.000 100	4.371.993 27
11HT	Revitalização do conjunto arquitetônico do Ministério da Justiça	M. da Justiça	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	11.200.000 100	11.200.000 100

Programa 0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos

Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004-2007
7728	Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos	M. do Meio Ambiente	Plano elaborado (% de execução física)	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta 17.060.000 100	6.338.635 38

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços				Órgão Responsável 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior				
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE								
Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007	
5090	Integração do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Sistema Integrado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 15.040.200 100	15.040.200 100	

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1054** Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público Órgão Responsável 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1771	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	M. do Planej. Orç. e Gestão	Sistema implantado (% de execução física)	12/2000 12/2005	Nacional	R\$ Meta	27.200.000 100	18.000.000 64
11EI	Revisão e Consolidação da Legislação de Recursos Humanos	M. do Planej. Orç. e Gestão	Legislação publicada (unidade)	06/2004 08/2005	Nacional	R\$ Meta	144.870 2	144.870 2

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**

Órgão Responsável **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
12C5	Desenvolvimento do Projeto Orla	M. do Planej. Orç. e Gestão	<i>Imóvel cadastrado (unidade)</i>	01/2005 12/2019	Nacional	R\$ Meta 57.500.000 50.000	8.726.729 533

Programa 0570 Gestão do Processo Eleitoral

Órgão Responsável 14000 Justiça Eleitoral

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
7217	Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais	Justiça Eleitoral	Imóvel adquirido (unidade)	01/2005 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta 1.550.000 700	2.100.000 7
				01/2007 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 430.000 1	430.000 1
				03/2005 12/2008	Norte	R\$ Meta 1.233.340 497	1.143.340 5
				01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 9.631.280 2.416	8.632.280 37
				01/2006 12/2008	Sul	R\$ Meta 1.600.000 31	1.255.000 1.024
5439	Construção de Cartórios Eleitorais	Justiça Eleitoral	Cartório construído (unidade)	08/2002 11/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 20.671.387 48	12.847.000 43
				01/2001 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 25.208.236 64	22.411.426 65
				04/2002 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 14.168.700 545	12.149.617 40
				01/1997 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 8.258.975 120	8.078.975 16
				05/2004 11/2008	Sul	R\$ Meta 9.910.000 320	9.963.000 18
7219	Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas	Justiça Eleitoral	Imóvel construído (unidade)	01/2005 08/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 3.555.000 1	3.555.000 1
				01/2006 10/2007	Nordeste	R\$ Meta 3.647.044 304	3.755.794 7
				11/2004 12/2008	Sul	R\$ Meta 2.795.200 1	2.795.200 1
7813	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	Justiça Eleitoral	Sede construída com 13.000 m² (% de execução física)	04/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 11.250.000 100	11.250.000 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7125	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília	Justiça Eleitoral	Sede construída com 52.537 m ² (% de execução física)	03/2004 12/2008	Centro-Oeste R\$ Meta	53.000.000 100	47.250.000 90
7129	Implantação da Rede de Alta Velocidade via Satélite para a Justiça Eleitoral	Justiça Eleitoral	Rede instalada (% de execução física)	03/2001 10/2006	Nacional R\$ Meta	43.350.540 100	28.000.000 68
7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	Justiça Eleitoral	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2009	Nacional R\$ Meta	30.000.000 100	24.564.000 95

Programa **1088** Gestão Pública para um Brasil de Todos

Órgão Responsável 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5310	Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE	M. do Planej. Orç. e Gestão	Projeto elaborado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	14.203.122 88	11.403.122 88
1118	Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF	M. do Planej. Orç. e Gestão	contrato executado (% de execução física)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	36.100.000 100	21.100.000 60

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **8002 Governo Eletrônico**

Órgão Responsável **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
3543	Implantação de Infra-Estrutura Integrada de Comunicações - Infovia Brasil	M. do Planej. Orç. e Gestão	Infovia implantada (% de execução física)	01/2003 12/2008	Nacional	R\$ Meta	11.620.000 100	8.240.006 70
3549	Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal	M. do Planej. Orç. e Gestão	Estrutura de integração implantada (unidade)	01/2000 12/2008	Nacional	R\$ Meta	19.803.324 54	10.000.000 6

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0150 Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas**

Órgão Responsável **30000 Ministério da Justiça**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
3869	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	M. da Saúde	unidade estruturada (unidade)	01/2003 12/2008	Nacional	R\$ Meta 88.027.496 1 255	54.900.000 852
12BV	Instalação de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas - Memorial do Patrimônio Cultural	M. da Justiça	Casa de cultura instalada (unidade)	01/2005 12/2010	Nacional	R\$ Meta 10.748.000 124	4.478.180 45

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1008 Inclusão Digital**

Órgão Responsável 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
1117	Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos	M. das Comunicações	Instalação implantada (unidade)	01/2005	Nacional	R\$ 101.253.200	92.383.700
				12/2009		Meta 2.313	1.747

Programa 0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas

Órgão Responsável 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5288	Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho	M. do Planej. Orç. e Gestão	Pesquisa implantada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Nacional	R\$ Meta 3.319.009 100	3.319.009 100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0496** Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Órgão Responsável 20101 Gabinete da Presidência da República

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
1391	Instalação de Equipamentos em Sítios Operacionais do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	M. da Defesa	Sítio implantado (unidade)	07/1997 07/2005	Nacional	R\$ Meta	619.278.393 65	4.547.473 5
7491	Integração da Base de Dados e Informações do SIPAM	Presidência da República	Base de dados integrada (% de execução física)	01/2001 12/2005	Nacional	R\$ Meta	21.291.822 100	15.212.000 58
5525	Obras Cíveis do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	M. da Defesa	Área construída (m²)	07/1997 12/2005	Nacional	R\$ Meta	44.269.936 69.946	16.500.000 12.500
5523	Sistema de Aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	M. da Defesa	Aeronave adquirida (unidade)	07/1997 07/2005	Nacional	R\$ Meta	1.595.688.435 12	3.000.000 2

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 6035 Infra-estrutura de Transportes				Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes				
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE								
Projetos								
Ação	Ítulo	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10DO	ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	80.000.000 80	8.000.000 8
10IL	Adequação de Rodovias Federais	M. dos Transportes	Trecho adequado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	500.000.000 485	12.384.341 12
10QN	Construção de Acessos Rodoviários na Região Sudeste	M. dos Transportes	Acesso construído (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	100.000.000 335	51.782.231 173
10QK	Construção de Anéis Rodoviários na Região Nordeste	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	03/2004 04/2005	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 133	40.000.000 133
10KM	Construção de Contornos Rodoviários no Estado de Goiás	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	50.000.000 162	3.723.427 12
10DY	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta		89.230.010 298
				01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta		12.384.341 41
					Total	R\$ Meta	500.000.000 1.669	101.014.551 339
10DL	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	80.000.000 266	10.250.000 34
10DN	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	M. dos Transportes	Trecho pavimentado (km)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	80.000.000 270	12.750.000 43
10EI	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta	5.200.000.000 100	327.250.694 7
10EJ	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta	3.000.000.000 100	313.000.694 11
10OE	Infra-Estrutura Portuária na Região Norte	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2002 Após 2007	Norte	R\$ Meta	150.000.000 100	43.000.001 29

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total		Período
				Término		Estimado		2004 - 2007
10EP	INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA NO ESTADO DO PARÁ	M. dos Transportes	Obra executada (% de execução física)	01/2004	Norte	R\$ 3.000.000.000		10.000.000
				Após 2007		Meta 100		%

Programa **1036 Integração de Bacias Hidrográficas**

Órgão Responsável **53000 Ministério da Integração Nacional**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
5912	Estudo de Integração das Bacias dos Rios Paranaíba e Grande com a Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Estudo realizado (% de execução física)	06/2004 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 100	16.000.000 35
5908	Estudo de Integração das Bacias dos Rios Tocantins e Parnaíba com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Poti, Acaraú e Piranhas	M. Integração Nacional	Estudo realizado (% de execução física)	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta	30.000.000 100	24.500.000 71
5904	Estudo de Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Vaza-Barris, Itapecuru, Jacuípe e Contas (Eixo Sul)	M. Integração Nacional	Estudo realizado (% de execução física)	06/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta		27.500.000 27
				06/2004 12/2009	Nordeste	R\$ Meta		500.000 1
					Total	R\$ Meta	40.000.000 100	28.000.000 28
101N	Integração das Bacias dos Rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú, Mamanguape/Gramame/Apodi/Piranhas Açu no Nordeste Setentrional	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2014	Nordeste	R\$ Meta	165.000.000 100	89.501.000 28
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	01/2004 12/2012	Nordeste	R\$ Meta	3.218.514.000 100	3.218.514.000 100
12EO	Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	M. Integração Nacional	Família atendida (unidade)	01/2005 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	75.000.000 700	75.000.000 700

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1020 Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental**

Órgão Responsável **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Projeto (emenda)	Ano		Regionalização	Total	
				Início	Término		Estimado	2004 - 2007
3571	Implantação do Projeto-Piloto de Colonização em Grupo no Distrito Agropecuário de Manaus	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Projeto implantado (% de execução física)	01/2000		Norte	R\$ 17.006.974	16.380.965
				12/2007			Meta 100	99

Programa 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Órgão Responsável 92000 Atividades Padronizadas

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Fim	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1059	Implantação de Sistema Integrado de Informações para Gestão Empresarial e Controle Operacional	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2005	Nacional	R\$ Meta 73.494.974 100	35.383.756 20
1805	Implantação do Corredor de Exportação	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ Meta 400.000 100	400.000 100
3286	Instalação de Bens Imóveis	M. da Fazenda M. Desenv. Ind. Com. Ext. M. dos Transportes	Imóvel instalado (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 405.825.285 5	216.359.607 14
				01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 405.825.285 5	23.055.000 14
				01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 405.825.285 5	28.747.900 10
				01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 405.825.285 5	148.485.731 12
				01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 405.825.285 5	11.680.671 4

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1300 Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde** Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período	
				Término		Estimado	2004 - 2007	
7666	Investimento no Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde - QUALISUS	M. da Saúde	Projeto financiado (unidade)	01/2004 12/2011	Nacional	R\$ Meta	1.579.901.000 19	846.733.000

Programa **0168 Livro Aberto**

Órgão Responsável **42000 Ministério da Cultura**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1521	Instalação de Bibliotecas Públicas - Fome de Livro	M. da Cultura	Biblioteca instalada (unidade)	01/1996 12/2010	Nacional	R\$ Meta	111.000.000 5.507	20.515.154 320
7367	Modernização de Bibliotecas Públicas	M. da Cultura	Biblioteca modernizada (unidade)	01/2004 12/2015	Nacional	R\$ Meta	40.000.000 456	6.702.169 239
7581	Reforma do Prédio Anexo da Biblioteca Nacional	M. da Cultura	Prédio reformado (% de execução física)	01/2001 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	16.000.000 100	1.535.339 15

Programa 0273 Luz para Todos

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
10JM	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Mato Grosso	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 80.000.000 5.001	74.905.483 4.682
10JN	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica na Bahia	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2005 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 30.000.000 5.041	618.949 104
10JP	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Piau	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	02/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 30.000.000 41	29.188.568 39
1379	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (PRODEEM)	M. de Minas e Energia	Unidade consumidora atendida (unidade)	12/1994 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	4.195.823 1.140
				12/1994 12/2008	Nacional	R\$ Meta	72.486.041 3.000
				12/1994 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	29.269.379 5.201
				12/1994 12/2008	Norte	R\$ Meta	21.648.014 4.518
				12/1994 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	4.804.316 1.385
				12/1994 12/2008	Sul	R\$ Meta	1.285.080 482
					Total	R\$ Meta 2.500.000.000 9.000	133.688.653 15.726
5914	Energização Rural	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Linha de distribuição instalada (km)	01/2004 12/2020	Nacional	R\$ Meta 1.100.000.000	6.162.198 272
5291	Implantação de Projetos-Piloto de Mecanismo de Atendimento das Necessidades Energéticas em Áreas Remotas (PRODEEM)	M. de Minas e Energia	Projeto-piloto implantado (unidade)	01/2007 12/2009	Nacional	R\$ Meta	1.900.000 4
				01/2007 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	383.998 1
					Total	R\$ Meta 60.500.000 40	2.283.998 5

Luz para Todos

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10EG	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ENERGETICOS COM BASE EM ENERGIA RENOVÁVEL E DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE PONTOS ISOLADOS COM PCH	M. de Minas e Energia	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta 600.000.000 100	252.365.356 44
10BK	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CLAREAR - 100% DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (unidade)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta 420.000.000 47	17.971.948 2
7054	Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda (Luz no Campo)	M. de Minas e Energia	Domicílio atendido (unidade)	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta 630.000.000 2.500.000	77.498.990 17.432

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10WO	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz Para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 21.059.915 940	11.426.537 475
11X8	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 303.273.504 10.475	146.376.575 8.010
11X9	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 147.310.141 6.557	119.050.000 3.457
11XI	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 278.821.592 14.627	194.233.203 8.373
11XQ	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 397.040.006 20.000	275.498.790 17.020
11XU	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 50.972.351 622	30.000.000 506
11YL	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos	M. de Minas e Energia	Rede ampliada (km)	01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 454.363.617 32.739	337.158.209 22.838
104B	Atendimento de Energia Elétrica às Comunidades Isoladas	M. de Minas e Energia	Ação implementada (% de execução física)	01/2004 01/2008	Nacional	R\$ Meta 124.000.000 100	94.000.000 81

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal**

Órgão Responsável **39000 Ministério dos Transportes**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
101L	Adequação de Rodovias Federais	M. dos Transportes	<i>Trecho adequado (km)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 500.000.000 501	309.608.540 310

Programa 0390 Metrologia e Qualidade Industrial

Órgão Responsável 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11DG	Ampliação de Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Laboratório Beneficiado (unidade)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta 60.000.000 600	10.500.000 170

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0365 Minimização de Riscos no Agronegócio**

Órgão Responsável **22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3989	Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Estação implantada (unidade)	03/2000 12/2008	Nacional	R\$ Meta 29.604.888 336	16.795.372 227
3658	Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Rede implantada (% de execução física)	03/2000 12/2009	Nacional	R\$ Meta 18.090.014 100	5.429.776 45
5920	Zoneamento Agrícola	M. da Agric., Pec. e Abastec.	Zoneamento realizado (unidade)	12/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta 22.203.470 454	20.883.754 351

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0661 Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1701	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais	M. da Justiça	Unidade aparelhada/reaparelhada (unidade)	01/2003 12/2008	Nacional	R\$ Meta	40.789.202 810	33.950.000 205
11TW	Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais	M. da Justiça	Vaga disponibilizada (unidade)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta		59.825.704 754
				01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta		4.999.999 250
				01/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta		123.419.183 1.496
				01/2005 12/2008	Norte	R\$ Meta		81.311.806 900
				01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta		159.505.188 2.540
				01/2005 12/2008	Sul	R\$ Meta		60.143.268 839
					Total	R\$ Meta	706.204.711 53.563	480.205.148 6.779
11TX	Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais	M. da Justiça	Vaga disponibilizada (unidade)	01/2005 12/2006	Nacional	R\$ Meta	96.300.000 700	96.300.000 700
3908	Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional	M. da Justiça	Banco de dados integrado (% de execução física)	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ Meta	27.042.221 100	15.360.165 75
11TY	Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais	M. da Justiça	Unidade reformada (unidade)	01/2005 12/2010	Nacional	R\$ Meta	81.127.000 300	31.000.000 62

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0813 Monumenta**

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
5017	Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano	M. da Cultura	Pessoa capacitada (unidade)	01/2000	Nacional	R\$	23.230.612	15.681.727
				12/2009		Meta	5.290	3.877
5021	Educação Patrimonial na Área do Monumenta	M. da Cultura	Pessoa conscientizada (unidade)	01/2000	Nacional	R\$	19.937.068	13.824.630
				12/2009		Meta	2.115.230	1.708.514
5538	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano	M. da Cultura	Conjunto histórico preservado (unidade)	01/2000	Nacional	R\$	112.415.000	93.313.193
				12/2009		Meta	30	26

Programa 0171 Museu Memória e Cidadania

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1612	Modernização de Museus	M. da Cultura	Museu modernizado (unidade)	01/2004 12/2010	Nacional	60.000.000 1.000	22.592.027 333	

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE**

Órgão Responsável **24000 Ministério da Ciência e Tecnologia**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3704	Complementação da Infra-Estrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara	M. Ciência e Tecnologia	Infra-estrutura implantada (% de execução física)	01/2000 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 135.472.155 100	103.341.500 57
7299	Construção de Terminal Portuário em Alcântara	M. Ciência e Tecnologia	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta 66.000.000 100	20.000.000 30
1275	Implantação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais	M. Ciência e Tecnologia	Centro implantado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 50.000.000 100	11.737.435 23
7378	Implantação do Sítio de Lançamento do Foguete Cyclone no Centro de Lançamento de Alcântara (Acordo Brasil-Ucrânia)	M. Ciência e Tecnologia	Sítio implantado (% de execução física)	02/2005 12/2010	Nacional	R\$ Meta 200.000.000 100	120.275.336 78
3488	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS	M. Ciência e Tecnologia	Projeto executado (% de execução física)	03/1998 12/2010	Nacional	R\$ Meta 86.325.000 100	24.000.000 52
3463	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS	M. Ciência e Tecnologia	Satélite desenvolvido (% de execução física)	07/1988 12/2008	Nacional	R\$ Meta 487.412.872 100	293.561.400 46
10V6	Reconstrução da Torre Móvel de Integração do Sítio do Veículo Lançador de Satélite	M. Ciência e Tecnologia	Torre construída (% de execução física)	07/2004 12/2005	Nacional	R\$ Meta 30.000.000 100	9.000.000 30

Programa 1113 Nacional de Atividades Nucleares

Órgão Responsável 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
1404	Implantação de Instalações e Laboratórios de Pesquisa nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	M. Ciência e Tecnologia	Instalação implantada (unidade)	01/2000 12/2007	Nacional	R\$ Meta 14.800.000 4	10.672.633 7
1392	Implantação do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN - NE)	M. Ciência e Tecnologia	Centro implantado (% de execução física)	01/1999 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 28.600.000 100	10.464.935 93
1401	Reforma das Instalações de Rejeitos Radioativos	M. Ciência e Tecnologia	instalação reformada (unidade)	01/2000 12/2007	Nacional	R\$ Meta 10.910.555 11	8.400.000 3

Programa **0506 Nacional de Florestas**

Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10HV	Implantação de Pólos de Reflorestamento	M. do Meio Ambiente	Projeto apoiado (unidade)	02/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	15.000.000 10	651.542 1
7594	Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais	M. do Meio Ambiente	Sistema aperfeiçoado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Nacional	R\$ Meta	16.063.700 100	11.001.186 80

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
12BF	Adaptação de Plataformas de Produção	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	05/2004 12/2006	Exterior	R\$ Meta 73.659.070 100	73.659.070 100
1924	Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2007)	M. de Minas e Energia	Projeto executado (% de execução física)	01/2002 12/2008	Exterior	R\$ Meta 8.085.056.986 100	8.333.756.234 88
3312	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim (RJ)	M. de Minas e Energia	Sistema de produção implantado (% de execução física)	01/1991 12/2004	Sudeste	R\$ Meta 1.664.999.952 100	3.150.000 1
3317	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim Sul (RJ)	M. de Minas e Energia	Sistema de produção implantado (% de execução física)	04/1994 12/2009	Sudeste	R\$ Meta 11.436.863.550 100	5.273.543.872 29
1119	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Roncador (RJ)	M. de Minas e Energia	Sistema de produção implantado (% de execução física)	04/1997 12/2009	Sudeste	R\$ Meta 11.395.609.528 100	7.603.326.889 58
3095	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ)	M. de Minas e Energia	Sistema de produção implantado (% de execução física)	06/2000 12/2005	Sudeste	R\$ Meta 1.766.247.838 100	134.765.358 12
7018	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Jubarte e Cachalote (ES)	M. de Minas e Energia	Sistema de produção implantado (% de execução física)	01/2004 01/2005	Sudeste	R\$ Meta 7.171.203.099 100	401.496.823 3

Programa **0392 Pólo Industrial de Manaus**

Órgão Responsável **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Termino	Regionalização	Valor Estimado	Período 2004-2007
12CB	Divulgação do Pólo Industrial de Manaus	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Evento realizado (unidade)	01/2005 12/2008	Norte	R\$ Meta 16.090.288 76	13.651.971 75
3560	Implantação do Complexo de Armazenagem e Comercialização de Mercadoria na Zona Franca de Manaus	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Entrepoto construido (% de execução física)	01/2005 12/2011	Norte	R\$ Meta 109.052.400 100	10.822.089 16
5080	Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Parque implantado (% de execução física)	01/2004 12/2011	Norte	R\$ Meta 170.418.000 100	37.251.600 17

Programa 0566 Prestação Jurisdicional Militar

Órgão Responsável 13000 Justiça Militar da União

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECUNIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7808	Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar	Justiça Militar	Sede construída com 30.000 m² (% de execução física)	01/2004 12/2010	Centro-Oeste R\$ Meta	36.700.000 100	3.400.000 11

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Órgão Responsável 12000 Justiça Federal

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimativa	Período 2004 - 2007
11L9	Construção da Central de Arquivo Judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre - RS	Justiça Federal	Prédio construído com 2.000 m² (% de execução física)	01/2007 12/2009	Sul Meta	10.000.000 100	150.000 1
10SG	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO ANEXO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM FORTALEZA - CE	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	06/2007 06/2011	Nordeste Meta	R\$ 59.751.280 100	3.000.000 5
10SH	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO ANEXO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM JOÃO PESSOA - PB	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	06/2006 06/2008	Nordeste Meta	R\$ 15.000.000 100	2.000.000 13
10TG	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DA 3ª REGIÃO - SP	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2007 12/2010	Sudeste Meta	R\$ 11.451.840 100	86.641 1
10SK	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM GOIÂNIA - GO	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2006 12/2009	Nordeste Meta	R\$ 27.500.000 100	1.200.000 4
10TJ	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRF DA 2ª REGIÃO - RJ	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2006 12/2008	Sudeste Meta	R\$ 82.410.000 100	10.750.000 13
11ME	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Goiânia - GO	Justiça Federal	Anexo construído com 25.000 m² (% de execução física)	01/2006 12/2012	Centro-Oeste Meta	R\$ 27.500.000 100	700.000 3
10SL	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO LUÍS - MA	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2006 12/2008	Nordeste Meta	R\$ 12.863.400 100	1.000.000 8
11MF	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em São Luís - MA	Justiça Federal	Anexo construído com 11.694,25 m² (% de execução física)	01/2006 12/2012	Nordeste Meta	R\$ 12.873.400 100	700.000 5
10RK	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM BLUMENAU - SC	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2006 06/2008	Sul Meta	R\$ 10.620.050 100	100.000 1
11KR	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC	Justiça Federal	Sede construída com 15.000 m² (% de execução física)	01/2007 06/2009	Sul Meta	R\$ 17.727.150 100	150.000 1
11KX	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cascavel - PR	Justiça Federal	Sede construída com 10.000 m² (% de execução física)	01/2007 06/2010	Sul Meta	R\$ 11.818.100 100	150.000 1
1868	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Caxias do Sul - RS	Justiça Federal	Sede construída com 10.580 m² (% de execução física)	01/2003 12/2009	Sul Meta	R\$ 12.792.000 100	6.299.475 54

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
10SO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CONTAGEM - MG	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2007 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	11.000.000 100	100.000 1
11JL	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR	Justiça Federal	Sede construída com 15.000 m² (% de execução física)	01/2007 06/2010	Sul	R\$ Meta	17.727.150 100	150.000 1
10RL	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM JOINVILLE - SC	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2006 06/2008	Sul	R\$ Meta	10.620.050 100	100.000 1
11KU	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Joinville - SC	Justiça Federal	Sede construída com 15.000 m² (% de execução física)	01/2007 06/2010	Sul	R\$ Meta	17.727.150 100	150.000 1
7235	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora - MG	Justiça Federal	Sede construída com 10.000 m² (% de execução física)	01/2004 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	11.000.000 100	7.340.000 67
11KZ	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Maringá - PR	Justiça Federal	Sede construída com 10.000 m² (% de execução física)	01/2007 06/2009	Sul	R\$ Meta	11.818.100 100	150.000 1
1874	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo - RS	Justiça Federal	Sede construída com 14.801 m² (% de execução física)	01/2003 06/2009	Sul	R\$ Meta	17.696.500 100	10.795.446 70
10SJ	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - DF	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2006 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	32.549.000 100	2.400.000 7
11MD	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF	Justiça Federal	Sede construída com 29.590 m² (% de execução física)	01/2006 12/2012	Centro-Oeste	R\$ Meta	32.549.000 100	1.200.000 4
1896	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG	Justiça Federal	Sede construída com 56.650 m² (% de execução física)	01/2003 12/2012	Sudeste	R\$ Meta	60.300.000 100	10.470.000 18
7241	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá - MT	Justiça Federal	Sede construída com 9.018 m² (% de execução física)	01/2000 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	14.359.000 100	9.430.359 69
1850	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Florianópolis - SC	Justiça Federal	Sede construída com 34.700 m² (% de execução física)	01/2003 12/2009	Sul	R\$ Meta	49.377.800 100	21.011.464 47
11QK	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE	Justiça Federal	Sede construída com 40.000 m² (% de execução física)	06/2005 06/2010	Nordeste	R\$ Meta	59.751.280 100	5.598.816 9
11HQ	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Manaus - AM	Justiça Federal	Sede construída com 15.000 m² (% de execução física)	01/2006 12/2012	Norte	R\$ Meta	19.500.000 100	1.500.000 8

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
7345	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Teresina - PI	Justiça Federal	Sede construída com 15.838 m² (% de execução física)	08/2001 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	17.015.020 100	9.610.224 59
1834	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória - ES	Justiça Federal	Sede construída com 19.080 m² (% de execução física)	06/2003 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	24.890.000 100	19.546.500 80
11S2	Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília - DF	Justiça Federal	Sede construída com 20.000 m² (% de execução física)	01/2006 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta	26.250.000 100	700.000 3
11JB	Construção do Edifício-Sede do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro - RJ	Justiça Federal	Sede construída com 20.000 m² (% de execução física)	01/2006 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	97.000.000 100	11.050.000 11
10TK	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRF DA 1ª REGIÃO EM BRASÍLIA - DF	Justiça Federal	Sede construída (% de execução física)	01/2005 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	41.426.000 100	5.000.000 12
10QV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DF	Justiça Federal	Obra executada (% de execução física)	01/2005 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	36.426.000 100	36.426.000 100
11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF	Justiça Federal	Sede construída com 29.590 m² (% de execução física)	01/2006 12/2011	Centro-Oeste	R\$ Meta	41.426.000 100	3.520.000 9
5205	Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Federal	Justiça Federal	Juizado especial implantado (unidade)	01/2002 12/2010	Nacional	R\$ Meta	65.281.626 218	7.331.815 40
3757	Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal	Justiça Federal	Sistema implantado (% de execução física)	01/1998 12/2010	Nacional	R\$ Meta	548.019.351 100	101.978.100 19
3755	Implantação de Varas Federais	Justiça Federal	Vara federal instalada (unidade)	01/1998 12/2008	Nacional	R\$ Meta	134.126.757 480	63.386.000 143
1136	Modernização de Instalações da Justiça Federal	Justiça Federal	Instalação modernizada (unidade)	01/2006 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	1.320.000 1	880.000 1
				01/2002 12/2009	Nacional	R\$ Meta	5.000.001 100	34.028.272 50
				01/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	700.000 1	1.679.000 3
				01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	3.000.001 1	2.500.000 1

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação / Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
			Término			Estimativa	2004 - 2007
1400 Modernização da Estrutura do Judiciário Federal	Justiça Federal	Modernização da estrutura do Judiciário Federal	01/2003 06/2010	Sul	R\$ Meta	6.576.028 1	550.000 1
3600 Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP	Justiça Federal	Sede reformada em 28.000 m² (% de execução física)	01/2003 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	15.150.000 100	8.841.924 59

Programa **0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**

Órgão Responsável 16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3751	Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Just. do DF e dos Territ.	Juizado implantado (unidade)	01/1999 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	51.409.747 40	34.450.000 28
12C7	Implantação de Sistema Eletrônico de Vigilância e Segurança	Just. do DF e dos Territ.	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta	13.000.000 100	13.000.000 100
3753	Implantação de Sistemas para a Modernização Jurisdicional	Just. do DF e dos Territ.	Sistema implantado (% de execução física)	01/2000 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	16.709.000 100	9.012.823 48
3060	Reforma e Modernização do Bloco "A" do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF	Just. do DF e dos Territ.	Edifício reformado em 19.586 m² (% de execução física)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	12.000.000 100	12.000.000 100

Programa 0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Órgão Responsável 11000 Superior Tribunal de Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
7804	Implantação de Certificação Digital	Sup. Tribunal de Justiça	Rede implantada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	13.335.334 100	9.752.204 96
5560	Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	Sup. Tribunal de Justiça	Sistema implantado (% de execução física)	01/1999 12/2008	Nacional	R\$ Meta	173.830.344 100	111.554.687 33

Programa **0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal**

Órgão Responsável **10000 Supremo Tribunal Federal**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11CD	Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal	Supremo Tribunal Federal	Área de 21.426 m² recuperada e modernizada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Centro-Oeste R\$ Meta	12.040.000 100	12.040.000 100
1147	Interligação Informatizada no Poder Judiciário	Supremo Tribunal Federal	Sistema implantado (% de execução física)	01/2001 12/2007	Nacional R\$ Meta	74.426.080 100	44.935.552 45
11E6	Modernização do Poder Judiciário	Supremo Tribunal Federal	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2011	Nacional R\$ Meta	50.000.000 100	21.912.000 43

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista			Órgão Responsável	15000 Justiça do Trabalho				
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURITY/DE								
Projetos								
Ação	Ítulo	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Fórmula	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
1671	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília - DF	Justiça do Trabalho	Sede construída com 96.000 m² (% de execução física)	12/1997 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	212.885.510 100	145.844.537 60
1176	Construção do Complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Justiça do Trabalho	Sede construída com 16.400 m² (% de execução física)	01/2003 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	20.516.420 100	20.940.536 106
3740	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN	Justiça do Trabalho	Sede construída com 24.958 m² (% de execução física)	08/1993 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	27.086.410 100	5.900.000 24
3741	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região em Cuiabá - MT	Justiça do Trabalho	Sede construída com 32.606 m² (% de execução física)	01/1994 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	41.781.116 100	21.748.535 47
11EN	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS	Justiça do Trabalho	Sede construída com 16.000 m² (% de execução física)	01/2006 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	19.456.000 100	2.801.277 14
11EL	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA	Justiça do Trabalho	Sede construída com 60.429 m² (% de execução física)	01/2006 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	54.382.862 100	7.830.060 14
11A7	Construção do Edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE	Justiça do Trabalho	Sede construída com 14.541 m² (% de execução física)	01/2006 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	20.000.000 100	2.639.505 13
11EH	Construção do Fórum Trabalhista em Salvador - BA	Justiça do Trabalho	Fórum construído com 18.667 m² (% de execução física)	01/2006 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	17.040.318 100	2.453.469 14
10WS	Construção de Fórum Trabalhista em Manaus - AM	Justiça do Trabalho	Fórum construído com 10.450m² (% de execução física)	01/2006 12/2009	Norte	R\$ Meta	14.107.500 100	2.031.202 14
5093	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho	Justiça do Trabalho	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2006	Nacional	R\$ Meta	120.031.800 100	117.514.800 86
7814	Implantação de Varas do Trabalho	Justiça do Trabalho	Vara implantada (unidade)	01/2005 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	3.849.710 122	3.315.996 24
				01/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	7.553.631 306	6.987.101 52
				01/2005 12/2007	Norte	R\$ Meta	2.650.489 110	2.199.877 20

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	
				Fórmula		Estimado	Período 2004 - 2007
7814	Implantação de Varas do Trabalho	Justiça do Trabalho	Vara implantada (unidade)	01/2005	Sudeste	R\$ 10.158.298	10.158.298
				12/2005		Meta 5	
				01/2005	Sul	R\$ 6.146.999	6.146.999
				12/2005		Meta 25	
11K6	Implantação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Justiça do Trabalho	Conselho implantado (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ 11.000.000 Meta 100	11.000.000 100
7878	Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho	Justiça do Trabalho	Instalação modernizada (% de execução física)	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ 117.000.000 Meta 100	10.147.937 10
11QY	Modernização do Poder Judiciário no Âmbito da Justiça do Trabalho	Justiça do Trabalho	Sistema implantado (% de execução física)	01/2006 12/2011	Nacional	R\$ 1.062.068.264 Meta 100	150.964.036 22
5373	Recuperação da Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Justiça do Trabalho	Área recuperada com 39.853 m² (% de execução física)	02/2002 12/2005	Sudeste	R\$ 42.968.870 Meta 100	34.681.979 51

Programa **0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer** Órgão Responsável **44000 Ministério do Meio Ambiente**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3029	Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia (PROARCO)	M. do Meio Ambiente	Área monitorada (km²)	01/2000 12/2005	Norte R\$ Meta	34.192.909 2.067.414	4.000.000 2.067.414

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1186 Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis**

Órgão Responsável 36000 Ministério da Saúde

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7484	Adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos	M. da Saúde	Rede de frio adequada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional		36.430.000 87	27.750.000 15

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1027 Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10DB	CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO NEBLINA - ARAGUAINA - TO	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ Meta	400.000.000 00	4.080.000 7
109L	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO PARA CONTROLE DE CHEIAS	M. Integração Nacional	Obra executada (unidade)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	400.000.000 286	11.195.000 8
10DD	CONSTRUÇÃO DO CANAL DO RIO APODI - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	M. Integração Nacional	Obra realizada (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	400.000.000 82	4.930.000 1
10CZ	OBRAS DE MACRODRENAGEM NO TABULEIRO DOS MARTINS - MACEIÓ - AL	M. Integração Nacional	Obra realizada (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	400.000.000 40	10.175.000 1

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0515** Proágua Infra-estrutura

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total	Período
							Estimado	2004 - 2007
10CV	AÇÕES COMPLEMENTARES DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	200.000.000 2.000	60.052.189 600
10DJ	AÇÕES DE COMBATE À SECA	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	240.000.000 30	4.645.246 30
10DH	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA DO ALTO/BAIXO TIETÊ - ESTADO DE SÃO PAULO (AGUAPEI/PEIXE/REG. METROPOLITANA)	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Sudeste	R\$ Meta	240.000.000 3	5.930.000 3
12GG	Barragem Macaíba no Estado do Rio Grande do Norte	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	25.000.000 100	25.000.000 100
3631	Construção da Adução Acauã com 55 km no Estado da Paraíba	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	72.066.000 100	41.471.000 57
10GX	Construção da Adução da Bacia do Rio Capivari no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	07/2005 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	25.000.000 100	3.723.427 15
5910	Construção da Adução de São Francisco com 42,5 km no Estado de Sergipe	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	80.000.000 100	53.000.000 60
10HZ	Construção da Adução do Açude Caldeirão de Piripiri a Pedro II no Estado do Piauí	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	50.000.000 100	38.918.091 78
10CT	Construção da Adução do Canal do Sertão Alagoano - Delmiro Gouveia - AL	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	12/2001 12/2014	Nordeste	R\$ Meta	531.040.000 100	74.500.000 41
5256	Construção da Adução do Italuís com 45 km no Estado do Maranhão	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2000 12/2012	Nordeste	R\$ Meta	300.000.000 100	48.000.000 11
10HG	Construção da Adução do Jenipapo no Estado do Piauí	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	02/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	30.000.000 100	714.286 2
1716	Construção da Adução do Oeste com 721 km de Extensão no Estado de Pernambuco	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/1992 12/2011	Nordeste	R\$ Meta	218.628.410 100	58.633.299 28

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título							
10CU	CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO SEMI-ÁRIDO ALAGOANO - ESTADO DE ALAGOAS	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 100	37.741.794 94
11ON	Construção da Adutora do Sudeste Piauiense com 147 Km no Estado do Piauí	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	06/2005 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	13.000.000 100	13.000.000 100
11P5	Construção da Adutora Guanambi com 60 km no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	05/2005 05/2007	Nordeste	R\$ Meta	20.000.000 100	20.000.000 100
3647	Construção da Adutora Jucazinho com 243 km de Extensão no Estado de Pernambuco	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/1998 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	168.989.098 100	12.940.000 11
10DA	Construção da Adutora Pirapama com 22,7 km no Estado de Pernambuco	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	06/2005 12/2013	Nordeste	R\$ Meta	96.000.000 100	32.222.000 26
3715	Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/1998 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	68.927.660 100	52.507.743 76
3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2000 12/2011	Sudeste	R\$ Meta	259.572.000 100	9.343.000 4
109X	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM CORURUPE - ESTADO DE ALAGOAS	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	60.000.000 100	2.353.263 4
10GW	Construção da Barragem de Castelo do Piauí no Rio Poti em Castelo do Piauí - PI	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 100	29.188.568 73
10HW	Construção da Barragem de Santa Cruz dos Milagres com Sistema de Adutora no Estado do Piauí	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2003 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	81.174.045 100	7.800.000 10
10GZ	Construção da Barragem do Careta no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	32.000.000 100	9.377.290 29
3445	Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	07/2001 12/2012	Centro-Oeste	R\$ Meta	165.850.000 100	37.500.000 20
5924	Construção da Barragem do Peão no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	30.000.000 100	4.500.000 14
1604	Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piauí	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	11/2001 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	65.000.000 100	40.485.890 92

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título						
10HA	Construção da Barragem do Rio do Salto no Estado de Santa Catarina	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 20.000.000 100	2.208.014 11
11NI	Construção da Barragem Figueiredo no Estado do Cear	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2009	Nordeste	R\$ Meta 70.000.000 100	20.000.000 20
10AA	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM FRONTEIRA - CRATEÚS - CE	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 70.000.000 100	20.060.000 29
10GY	Construção da Barragem Gasparinho no Rio Varzea Barris em Coronel Sá - BA	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	2.779.720 6
5308	Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2009	Sudeste	R\$ Meta 219.000.000 100	36.270.000 40
10DC	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICA - CAICÓ - RN	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 240.000.000 100	8.130.000 3
12F4	Construção da Barragem Piau no Estado do Piau	M. Integração Nacional	Projeto executado (% de execução física)	03/2005 12/2006	Nordeste	R\$ Meta 12.000.000 100	12.000.000 100
109Y	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM RIACHO FUNDO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ E WALL FERRAZ - ESTADO DO PIAUÍ	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2001 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 50.000.000 100	39.709.045 79
109I	CONSTRUÇÃO DE AÇUDES	M. Integração Nacional	Obra executada (unidade)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 88.669.121 80	88.669.121 80
109H	CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS	M. Integração Nacional	Obra executada (unidade)	01/2004 12/2004 01/2004 12/2004	Nordeste Sudeste Total	R\$ Meta R\$ Meta R\$ Meta 100.949.541 40	27.247.353 20 73.702.188 20 100.949.541 40
3517	Construção do Açude Algodão II no Estado do Piau	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2001 12/2006	Nordeste	R\$ Meta 20.600.000 100	7.600.000 35
3785	Construção do Açude Bujari no Estado do Rio Grande do Norte	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Nordeste	R\$ Meta 20.000.000 100	9.498.450 51

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
Ação	Título						
3722	CONSTRUÇÃO DO AÇUDE TINGUI NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2000 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta 120.000.000 100	42.918.000 37
11NK	Construção do Canal de 15 km e Adutora de 10 km interligando o Açude Orós - Feiticeira no Estado do Cear	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 24.000.000 100	12.000.000 53
12GH	Construção do Canal do Apodi com 41,6 km no Estado do Rio Grande do Norte	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2007 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 34.000.000 100	17.000.000 50
3601	Construção do Complexo Castanhão no Estado do Cear	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/1989 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 545.680.000 100	65.369.457 23
11NU	Construção do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km de extensão no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 06/2009	Nordeste	R\$ Meta 15.243.060 100	8.600.000 57
110W	Construção do Sistema Adutor de Vitória da Conquista com 11,84 km de extensão no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 17.600.000 100	12.600.000 72
101K	Construção do Sistema Adutor Frei Damião com 435,5 km no Estado de Pernambuco	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 180.000.000 100	20.000.000 20
11NM	Construção do Sistema Adutor Gavião-Pecém - 2ª Etapa - no Estado do Ceará	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 06/2009	Nordeste	R\$ Meta 48.000.000 100	24.000.000 50
11NF	Construção do Sistema Adutor Jacobina/Saúde/Caém com 65 km de extensão no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 16.675.000 100	11.300.000 68
11PB	Construção do Sistema Adutor para Senhor do Bonfim/ Jaguarari/ Carrapichel com 28 km no Estado da Bahia	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2006 06/2009	Nordeste	R\$ Meta 16.000.000 100	8.100.000 51
11PO	Construção dos Sistemas de Poços de Água Subterrânea	M. Integração Nacional	Poço implantado (% de execução física)	05/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 11.000.000 20	11.000.000 20
				05/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta 15.000.000 26	15.000.000 26
				05/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 12.000.000 0	12.000.000 0
				05/2005 12/2008	Sul	R\$ Meta 53.300.000 46	53.300.000 46

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total	
Ação	Título					Estimado	Período 2004 - 2007
					Total	R\$ Meta 138.300.000 100	91.300.000 92
1851	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	M. Integração Nacional	Obra executada (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	17.022.998 5
				01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	750.000 1
				01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	944.826.578 20
				01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	22.675.844 5
				01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	1.550.000 1
					Total	R\$ Meta 986.825.420 32	986.825.420 32
10CY	FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	M. Integração Nacional	Projeto apontado (unidade)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	10.596.332 16
11NP	Obras Complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	05/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	50.000.000 100
10ES	SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PEDRO II/PIRIPIRI - ESTADO DO PIAUÍ	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	01/2002 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	62.000.000 100

Programa 0647 Produção de Material Bélico

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Termo	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
1515	Adequação do Parque Industrial	M. da Defesa	Parque industrial adequado (% de execução física)	06/2001 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 59.892.467 100	36.011.150 75
3500	Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 10.089.810 100	6.588.850 72

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança

Órgão Responsável 25000 Ministério da Fazenda

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término			
						Estimado	2004 - 2007
3274	Modernização do Parque Industrial	M. da Fazenda	Linha de produção modernizada (% de execução física)	01/1997 12/2008	Sudeste	R\$ Meta 132.904.393 100	R\$ 81.000.000 68

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Órgão Responsável 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início termino	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
100Q	Construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC	M. Ciência e Tecnologia	Centro construído com 800 m² (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 40.816.500 100	40.816.500 100
12EH	Construção do Instituto de Neurociências	M. Ciência e Tecnologia	Instituto construído com 15.000 m² (% de execução física)	03/2005 12/2007	Nacional	R\$ Meta 34.000.000 100	34.000.000 100
1249	Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional - Institutos do Millenium	M. Ciência e Tecnologia	Instituto implantado (unidade)	01/2001 12/2005	Nacional	R\$ Meta 97.893.356 58	60.000.000 24
10BL	IMPLANTAÇÃO DE PARQUE TECNOLÓGICO	M. Ciência e Tecnologia	Parque tecnológico apoiado (unidade)	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 50.681.520 1	50.681.520 1
				01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta 341.122 1	341.122 1
					Total	R\$ Meta 51.022.642 2	51.022.642 2
10BP	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA - CEITEC	M. Ciência e Tecnologia	Centro implantado (unidade)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 30.000.000 1	10.640.891 0
1251	Implantação do Instituto Nacional do Semi-Árido	M. Ciência e Tecnologia	Instituto implantado (% de execução física)	01/2001 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 21.264.052 100	14.405.321 56
10RG	Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico na Área da Produção Metal Mecânica	M. Ciência e Tecnologia	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta 30.000.000 3	3.827.019 0
12C9	Recuperação da Infra-Estrutura Física das Unidades de Pesquisa	M. Ciência e Tecnologia	Unidade Recuperada (unidade)	01/2005 12/2009	Nacional	R\$ Meta 32.500.000 42	13.073.670 14

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1025** Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10DG	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL - REGIÃO SUL	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Sul	R\$ Meta	400.000.000 26.667	4.500.000 300
10CX	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	M. Integração Nacional	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 Após 2007	Nordeste	R\$ Meta	400.000.000 453	153.715.630 174

Programa 0153 Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão Responsável 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Agão	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
10AY	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE REABILITAÇÃO DE MENOR INFRATOR	Presidência da República	Unidade construída (unidade)	01/2004 Após 2007	Nacional	R\$ Meta 100.000.000 63	8.000.000 5

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência**

Órgão Responsável **20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término			
						Estimado	2004 - 2007
7972	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes	Presidência da República	Pessoa atendida (unidade)	01/2004 Após 2007	Norte	R\$ 35.000.000 Meta 14.000	100.000 40

Programa 0393 Propriedade Intelectual

Órgão Responsável 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
5078	Implantação do Sistema EPOQUE de Busca no Banco de Dados do Escritório Europeu de Patentes	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2006	Nacional	R\$ Meta	17.893.600 100	17.893.600 100
3578	Reforma do Edifício-Sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	M. Desenv. Ind. Com. Ext.	Edifício-sede reformado (% de execução física)	01/2000 12/2005	Sudeste	R\$ Meta	16.373.225 100	7.230.460 8

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento**

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	R\$	Estimado	2004 - 2007
				Término				
7494	Regularização e Proteção de Terras Indígenas na Amazônia Legal - PPTAL (Programa-Piloto)	M. da Justiça	Regularização efetivada (ha)	11/1995 12/2008	Nacional	R\$ Meta	63.137.036 40.278.163	33.327.711 7.820.000

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários

Órgão Responsável 33000 Ministério da Previdência Social

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3896	Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social	Min. Previdência Social	Ambiente tecnológico reestruturado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	192.859.390 100	162.657.399 80
5509	Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	Min. Previdência Social	Agência reformulada (unidade)	01/2000 12/2007	Nacional	R\$ Meta	149.719.500 1.164	121.945.772 591

Programa **0632 Reparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira**

Órgão Responsável **52000 Ministério da Defesa**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$ Meta	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3113	Aquisição de Aeronaves	M. da Defesa	Aeronave militar adquirida (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	799.030.189 114	618.614.920 82
3105	Aquisição de Veículos de Superfície	M. da Defesa	Veículo adquirido (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	11.013.992 181	8.061.264 128
3120	Construção e Aquisição de Instalações Militares	M. da Defesa	Instalação militar construída/adquirida (m²)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	15.722.000 12.118	12.322.000 9.202
3123	Implantação de Novos Sistemas Bélicos	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2000 12/2011	Nacional	R\$ Meta	113.000.000 90	36.000.000 86
7861	Implantação de Sistema de Simulação	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2001 12/2009	Nacional	R\$ Meta	30.556.170 100	16.800.000 69
5261	Implantação de Sistemas de Telemática Militar	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2002 12/2010	Nacional	R\$ Meta	17.206.000 100	10.700.000 20
3116	Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica	M. da Defesa	Equipamento modernizado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	46.000.000 315	34.000.000 142
3108	Modernização de Instalações Militares	M. da Defesa	Instalação militar modernizada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	30.888.000 150	16.565.694 102
3128	Modernização e Revitalização de Aeronaves	M. da Defesa	Aeronave modernizada/revitalizada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	518.022.909 203	382.011.199 178
1493	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica	M. da Defesa	Unidade habitacional obtida (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	45.000.000 523	36.000.000 479

Programa 0626 Reparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURITY

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
1942	Modernização de Meios Aeronavais	M. da Defesa	Aeronave modernizada (unidade)	01/2007 12/2008	Nacional	R\$ 35.283.000 Meta 11	15.000.000 5
1943	Modernização de Meios de Fuzileiros Navais	M. da Defesa	Equipamento modernizado (unidade)	01/2007 12/2008	Nacional	R\$ 11.761.000 Meta 30	5.000.000 15
1944	Modernização de Meios Navais	M. da Defesa	Navio/submarino modernizado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ 370.930.709 Meta 20	254.911.124 11
1945	Modernização de Organizações Militares Terrestres	M. da Defesa	Organização militar modernizada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ 44.938.734 Meta 35	36.928.734 19
1948	Obtenção de Meios Navais	M. da Defesa	Navio/submarino obtido (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ 234.735.712 Meta 16	157.428.612 9
1949	Obtenção de Sistemas Operativos	M. da Defesa	Sistema obtido (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ 324.735.124 Meta 38	228.957.303 7

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro				Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa			
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE								
Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
11U2	Implantação da Brigada de Operações Especiais	M. da Defesa	Brigada implantada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ Meta	87.988.100 100	87.988.100 100
3134	Adequação de Organizações Militares	M. da Defesa	Organização militar adequada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	29.919.192 46	21.914.376 36
11UT	Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve	M. da Defesa	Brigada implantada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ Meta	48.691.173 100	48.691.173 100
11U9	Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva	M. da Defesa	Brigada implantada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ Meta	70.609.613 100	70.609.613 100
11U7	Implantação da Brigada de Operações de Força de Paz	M. da Defesa	Brigada implantada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ Meta	118.014.050 100	118.014.050 100
10QU	Implantação de Pelotões Especiais de Fronteiras	M. da Defesa	Pelotão implantado (% de execução física)		Nacional	R\$ Meta	60.000.000 20	60.000.000 20
3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2015	Nacional	R\$ Meta	3.785.916.732 100	149.247.491 5
3142	Instalação de Organizações Militares	M. da Defesa	Organização militar instalada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	91.249.905 43	65.829.268 34
3144	Modernização da Força Terrestre	M. da Defesa	Veio de modernidade implantado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	132.822.224 60	122.822.224 52
5375	Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército	M. da Defesa	Organização militar modernizada (unidade)	05/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	66.083.872 55	50.333.872 50
3145	Obtenção de Armamentos	M. da Defesa	Armamento obtido (unidade)	01/2006 12/2008	Nacional	R\$ Meta	12.648.143 700	7.822.076 440
3146	Obtenção de Meios Específicos	M. da Defesa	Meio obtido (unidade)	01/2006 12/2008	Nacional	R\$ Meta	28.682.602 2.060	17.738.374 1.300
3147	Obtenção de Meios Terrestres	M. da Defesa	Meio obtido (unidade)	01/2006 12/2008	Nacional	R\$ Meta	14.720.622 59	9.103.773 38

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3131	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército	M. da Defesa	Unidade habitacional obtida (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta 21.332.523 540	16.462.956 135

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1059 Recenseamentos Gerais**

Órgão Responsável **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Termino		Estimado	2004 - 2007
1779	Censo Agropecuário 2004 e Contagem da População 2005	M. do Planej. Orç. e Gestão	Censo realizado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta 625.541.340 100	625.541.340 80
5292	Censo Demográfico 2010	M. do Planej. Orç. e Gestão	Ação preparatória concluída (% de execução física)	01/2007 12/2009	Nacional	R\$ Meta 300.000.000 100	6.000.000 15
11KI	Estudo para a Atualização Contínua da Base Territorial	M. do Planej. Orç. e Gestão	Estudo concluído (% de execução física)	01/2006 12/2008	Nacional	R\$ Meta 22.583.000 100	14.683.000 60

Programa 0288 Refino de Petróleo

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
10UJ	Implantação de Refinaria	M. de Minas e Energia	Unidade implantada (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 600.000.000	435.577.609
3155	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - Replan (SP)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2001 12/2011	Sudeste	R\$ Meta 3.805.627.313 100	1.522.482.161 35
3151	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - Revap (SP)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2001 12/2011	Sudeste	R\$ Meta 3.146.121.086 100	2.097.609.496 71
3135	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - Reduc (RJ)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2000 12/2009	Sudeste	R\$ Meta 4.969.164.084 100	2.135.719.775 42
3143	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - Regap (MG)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2000 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 1.229.607.253 100	658.680.983 34
3129	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - Relam (BA)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2000 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 3.281.044.092 100	433.100.590 9
3161	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar (PR)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2001 12/2009	Sul	R\$ Meta 3.873.203.682 100	1.584.402.108 42
5085	Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap (RS)	M. de Minas e Energia	Refinaria adaptada (% de execução física)	01/2000 12/2011	Sul	R\$ Meta 3.556.393.536 100	1.709.734.884 50

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1083 Reforma do Judiciário			Órgão Responsável		30000 Ministério da Justiça			
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE								
Projetos								
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
109U	APOIO À CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO INTEGRADO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA CAPITAL	M. da Justiça	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	36.169.044 100	36.169.044 100
12GE	Reaparelhamento, Modernização e Reforma das Instituições do Judiciário Brasileiro - Morejus	M. da Justiça	Projeto apoiado (unidade)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	10.616.160 128	7.804.000 96

Programa **1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal** Órgão Responsável **33000 Ministério da Previdência Social**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5645	Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV	Min. Previdência Social	Sistema implantado (% de execução física)	04/1999 12/2008	Nacional	R\$ Meta 12.711.411 100	6.215.412 40

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1264 Relações do Brasil com Estados Estrangeiros**

Órgão Responsável 35000 Ministério das Relações Exteriores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término			Estimado	2004 - 2007
11LP	Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Londres, no Reino Unido	M. Relações Exteriores	Imóvel adquirido com 1.375 m ² (unidade)	01/2007	Exterior	R\$	29.000.000	29.000.000
				12/2007		Meta	1	1
11W5	Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria do Consulado-Geral do Brasil em Nova York, nos Estados Unidos	M. Relações Exteriores	Imóvel adquirido com 5.277 m ² (unidade)	01/2006	Exterior	R\$	31.900.000	31.900.000
				12/2006		Meta	1	1

Programa **1256 Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais** Órgão Responsável 35000 Ministério das Relações Exteriores

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
111.C	Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York, nos Estados Unidos	M. Relações Exteriores	Imóvel adquirido com 1.750 m2 (unidade)	01/2005 12/2005	Exterior	R\$ Meta	31.900.000 /	31.900.000 7

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa		8007 Resíduos Sólidos Urbanos		Órgão Responsável		44000 Ministério do Meio Ambiente	
AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE							
Projetos							
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11KO	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes ou com Risco de Transmissão de Dengue	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	7.840.700 70.326
				01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	5.001.300 53.733
				01/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	24.915.800 153.026
				01/2005 12/2008	Norte	R\$ Meta	14.647.700 94.546
				01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	10.986.700 85.783
				01/2005 12/2008	Sul	R\$ Meta	10.051.800 71.867
					Total	R\$ Meta	142.103.460 649.568
							73.444.000 529.281

Programa **6004 Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional** Órgão Responsável **56000 Ministério das Cidades**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
10AJ	OBRAS DE ADEQUAÇÃO URBANA E DE REVITALIZAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL	Min. das Cidades	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	80.500.000 1.610	80.500.000 1.610

Programa **1246 Rumo ao Pan 2007**

Órgão Responsável **51000 Ministério do Esporte**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
				Término			
3950	Implantação de Infra-Estrutura para a Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	Ministério do Esporte	Infra-estrutura implantada (% de execução física)	06/2007 06/2007	Sudeste R\$ Meta	147.500.000 100	147.500.000 100

Programa 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
3429	Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco	M. Integração Nacional	Obra executada (% de execução física)	09/2000 12/2010	Nacional	R\$ Meta	289.300.000 71
				09/2000 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	259.520.564 9
					Total	R\$ 1.200.000.000 Meta 100	548.820.564 80
5472	Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do Rio São Francisco	M. Integração Nacional	Leito recuperado (km)	01/2004 12/2009	Nordeste	R\$ Meta	17.200.000 375
				01/2004 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	18.200.000 95
					Total	R\$ 70.000.000 Meta 500	35.400.000 470
101P	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco	M. do Meio Ambiente	Área estabilizada (ha)	01/2004 12/2024	Nordeste	R\$ Meta	30.813.600 67.568
				01/2004 12/2024	Sudeste	R\$ Meta	12.462.000 39.027
					Total	R\$ 108.000.000 Meta 108.000	43.275.600 106.595

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total					
Ação	Título					Estimado	Período 2004 - 2007				
7654	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2008	Centro-Oeste	R\$	52.457.698				
						Meta	14.565				
				01/2004 12/2008	Nacional	R\$	65.477.601				
						Meta	27.198				
				01/2004 12/2008	Nordeste	R\$	217.234.044				
						Meta	58.710				
				01/2004 12/2008	Norte	R\$	59.073.677				
						Meta	21.504				
				01/2004 12/2008	Sudeste	R\$	62.767.104				
						Meta	17.915				
				01/2004 12/2008	Sul	R\$	71.630.100				
						Meta	27.435				
					Total	R\$	690.671.224				
						Meta	218.743				
5528	SANEAMENTO BÁSICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2006	Nacional	R\$	56.974.897				
						Meta	35.600				
				01/2004 12/2006	Nordeste	R\$	125.189.380				
						Meta	67.950				
				01/2004 12/2006	Norte	R\$	154.998.246				
						Meta	96.935				
				01/2004 12/2006	Sudeste	R\$	150.000				
						Meta	100				
									Total	R\$	337.312.523
										Meta	200.585
											200.585
											200.585

Programa 0122 Saneamento Ambiental Urbano

Órgão Responsável 56000 Ministério das Cidades

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2008	Centro-Oeste Meta	R\$ 8.947	23.661.880
				01/2004 12/2008	Nacional Meta	R\$ 16.443	32.920.600
				01/2004 12/2008	Nordeste Meta	R\$ 50.035	138.968.677
				01/2004 12/2008	Norte Meta	R\$ 14.065	40.974.200
				01/2004 12/2008	Sudeste Meta	R\$ 14.784	37.233.500
				01/2004 12/2008	Sul Meta	R\$ 10.836	34.824.335
					Total	R\$ 396.963.192	308.583.192
						Meta 133.724	115.110
3861	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2008	Centro-Oeste Meta	R\$ 30.020	47.193.214
				01/2004 12/2008	Nacional Meta	R\$ 94.849	96.757.100
				01/2004 12/2008	Nordeste Meta	R\$ 184.246	236.073.128
				01/2004 12/2008	Norte Meta	R\$ 61.924	67.531.000
				01/2004 12/2008	Sudeste Meta	R\$ 86.112	92.957.500
				01/2004 12/2008	Sul Meta	R\$ 73.386	81.603.800
					Total	R\$ 830.465.742	622.115.742
						Meta 678.198	530.537

Programa **1287 Saneamento Rural**

Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
12G1	Abastecimento de Água e Instalações Hidrosanitárias em Escolas Públicas Rurais - Água na Escola	M. da Saúde	Escola atendida (unidade)	01/2005 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	80.000.000 1.440	30.000.000 1.080
3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	111.757.014 12.774	72.890.000 14.035
3997	Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	10.658.000 4.090	10.658.000 4.090
3996	Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí)	M. da Saúde	Família beneficiada (unidade)	01/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	13.243.000 5.940	13.243.000 5.940
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos	M. da Saúde	Comunidade beneficiada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	176.397.000 589	130.151.000 512
7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	M. da Saúde	Aldeia Beneficiada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	199.210.000 2.665	146.181.000 2.218

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 8028 Segundo Tempo

Órgão Responsável 51000 Ministério do Esporte

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização		Total	Período
				Término				
5069	Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional	Ministério do Esporte	Instituição de ensino beneficiada (unidade)	01/2002 12/2002	Nacional	R\$ Meta	58.364.124 287	28.435.000 187

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0623 Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro**

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Estimado	2004 - 2007
3133	Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	M. da Defesa	Sistema revitalizado (% de execução física)	01/2000 12/2009	Nacional	R\$ Meta	970.531.886 90	564.359.874 35

Programa **0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos** Órgão Responsável **56000 Ministério das Cidades**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
5162	Implantação e Integração de Sistemas de Dados e Informações do Sistema Nacional de Trânsito	Min. das Cidades	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004	Nacional	R\$ 17.668.761	17.668.761
				12/2007		Meta 100	100

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais**

Órgão Responsável **30000 Ministério da Justiça**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
7061	Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	M. da Justiça	Veículo adquirido (unidade)	01/2003 12/2010	Nacional	R\$ Meta 33.907.300 395	4.198.700 88
11MC	Construção de Unidades Operacionais de Policiamento na Malha Rodoviária	M. da Justiça	Posto de policiamento construído (unidade)	01/2005 12/2009	Nacional	R\$ Meta 10.906.000 60	4.798.050 33
3904	Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	M. da Justiça	Sede construída com 70.000 m² (% de execução física)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta 43.000.000 100	33.932.700 80
10QT	Construção e Aparelhamento de Centro de Treinamento da Polícia Rodoviária Federal	M. da Justiça	Centro de treinamento construído/aparelhado (% de execução física)	01/2004 Após 2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 15.000.000 100	3.366.466 22
5394	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS	M. dos Transportes	Ponto Crítico Eliminado (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	76.081.953 103
				01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	23.250.000 47
				01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	80.419.310 163
				01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	200.000 1
					Total	R\$ Meta 179.951.263 314	179.951.263 314
1835	Reaparelhamento e Modernização da Polícia Rodoviária Federal	M. da Justiça	Unidade modernizada (unidade)	01/2003 12/2008	Nacional	R\$ Meta 167.510.635 1.685	113.642.695 1.288
1821	Reforma das Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal	M. da Justiça	Unidade reformada (m²)	01/2003 12/2008	Nacional	R\$ Meta 15.268.142 38.776	7.633.131 11.754

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue**

Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	M. da Saúde	Serviço estruturado (unidade)	01/2004	Centro-Oeste	R\$	12.738.100
				12/2008		Meta	17.022
				01/2004	Nacional	R\$	27.618.000
				12/2008		Meta	98
				01/2004	Nordeste	R\$	40.846.080
				12/2008		Meta	152
				01/2004	Norte	R\$	21.785.400
				12/2008		Meta	87
				01/2004	Sudeste	R\$	38.707.740
				12/2008		Meta	131
				01/2004	Sul	R\$	17.599.200
				12/2008		Meta	63
					Total	R\$	208.101.520
						Meta	54.131
7697	Implantação da Unidade de Fracionamento do Plasma	M. da Saúde	Unidade implantada (90% de execução física)	01/2004	Nacional	R\$	108.000.000
				12/2008		Meta	100
							88

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas**

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
5140	Adequação de Instalações Médicas, Hospitalares e Odontológicas da Marinha	M. da Defesa	Unidade adequada (unidade)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ 27.838.510 Meta 0	24.838.510 7

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 0221 Serviços de Transporte Aquaviário

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
100C	Implantação do Sistema de Segurança nos Portos Nacionais	M. dos Transportes	Sistema implantado (unidade)	01/2004 01/2007	Nacional	R\$ 150.000.000 Meta 147	2.053.663 2
100Z	Sistema de Monitoramento de Embarcações em Águas Brasileiras - SISMEA	M. dos Transportes	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ 90.000.000 Meta 100	567.313 1

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1093 Sistema Único de Assistência Social**

Órgão Responsável **55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Projeto	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Estimado	Período
				Término			2004 - 2007
1481	AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA POPULAÇÕES CARENTES	Min. Assistência Social	Pessoa beneficiada (unidade)	01/2004	Centro-Oeste	R\$	59.777.916
				12/2007		Meta	44.713
				01/2004	Nacional	R\$	16.992.019
				12/2007		Meta	700
				01/2004	Nordeste	R\$	4.940.308
				12/2007		Meta	10.124
				01/2004	Norte	R\$	3.470.000
				12/2007		Meta	10.082
				01/2004	Sudeste	R\$	14.378.480
				12/2007		Meta	821.951
				01/2004	Sul	R\$	26.723.229
				12/2007		Meta	20.119
					Total	R\$	126.281.952
						Meta	907.689

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURITY

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	R\$	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5000	Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais	M. da Justiça	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	17.912.720 10	
				01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	180.954.500 23	
				01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	14.714.020 10	
				01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta	13.434.540 10	
				01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	47.020.890 10	
				01/2004 12/2008	Sul	R\$ Meta	24.310.120 10	
					Total	R\$ Meta	404.219.010 100	298.346.790 73
1000	Implantação do Sistema Nacional de Identificação e Registro de Imagens de Armas de Fogo	M. da Justiça	Sistema implantado (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	10.000.000 10	12.000.000 1
3916	Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública	M. da Justiça	Unidade implantada (unidade)	01/2004 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta	12.664.995 15	
				01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta	10.279.480 112	
				01/2004 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	23.692.200 30	
				01/2004 12/2010	Norte	R\$ Meta	3.779.480 24	
				01/2004 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	31.027.390 15	
				01/2004 12/2010	Sul	R\$ Meta	22.870.705 12	

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
					Total	R\$ Meta	104.314.250 208
3912	Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública (Segurança Cidadã)	M. da Justiça	Instituição de Segurança Pública Modernizada (unidade)	01/2004 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta	3.198.700 6
				01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta	19.993.500 81
				01/2004 12/2010	Nordeste	R\$ Meta	3.198.700 9
				01/2004 12/2010	Norte	R\$ Meta	3.198.700 6
				01/2004 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	3.398.700 6
				01/2004 12/2010	Sul	R\$ Meta	3.198.700 6
				Total		R\$ Meta	125.225.000 552
							36.187.000 114
7797	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública - PNAPO	M. da Justiça	Projeto apoiado (unidade)	01/2004 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	26.229.340 15
				01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	414.953.121 283
				01/2004 12/2008	Nordeste	R\$ Meta	20.592.200 30
				01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta	24.701.940 24
				01/2004 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	68.742.440 49
				01/2004 12/2008	Sul	R\$ Meta	27.069.080 18
				Total		R\$ Meta	796.395.121 933
							582.288.121 419

Programa 0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5408	Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	M. da Defesa	Projeto desenvolvido (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta 66.983.365 7	38.129.159 6
3122	Desenvolvimento do AM-X	M. da Defesa	Aeronave desenvolvida (% de execução física)	01/2000 12/2015	Nacional	R\$ Meta 1.102.663.334 100	218.797.564 64

Programa 0629 Tecnologia de Uso Naval

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Projeto	Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total		Período
					Termino		Estimado	2004 - 2007	
	3216	Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear	M. da Defesa	Protótipo construído (% de execução física)	01/2000 12/2015	Nacional	R\$ Meta	110.179.000 100	15.301.872 4
	1421	Construção do Protótipo de Reator Nuclear	M. da Defesa	Protótipo construído (% de execução física)	01/2000 12/2015	Nacional	R\$ Meta	355.449.000 100	158.204.434 4
	3217	Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologia Nuclear em Pesquisas e Empreendimentos Conjuntos	M. da Defesa	Tecnologia desenvolvida e aplicada (% de execução física)	01/2000 12/2015	Nacional	R\$ Meta	280.971.000 100	23.771.689 1
	3529	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	M. da Defesa	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	146.352.000 100	6.203.925 24
	3215	Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval	M. da Defesa	Tática adotada (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	22.905.665 48	18.350.959 7
	1425	Implantação de Infra-Estrutura Básica na Área Nuclear	M. da Defesa	Área construída (m²)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ Meta	8.298.000 500	7.298.000 400
	11TC	Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear	M. da Defesa	Tecnologia desenvolvida (% de execução física)	01/2005 12/2008	Nacional	R\$ Meta	112.200.000 100	63.770.000 4

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimativa	2004 a 2007
11UA	Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	M. Integração Nacional	Perímetro irrigado transferido (unidade)	01/2005	Nacional	R\$	26.229.015
				12/2005	Meta		10
				01/2005	Nordeste	R\$	188.889.797
				12/2005	Meta		78
				01/2005	Sudeste	R\$	20.549.701
				12/2005	Meta		4
					Total	R\$	314.753.423
						Meta	104
							235.668.513
							101

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados**

Órgão Responsável **32000 Ministério de Minas e Energia**

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
11SP	Ampliação do Escoamento de Derivados do Terminal de Niterói - TENIT (Canoas - RS)	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	01/2005 12/2007	Sul	R\$ Meta	27.293.690 100	27.293.690 100
1045	Implantação de Melhorias na Infra-Estrutura de Dutos e Terminais	M. de Minas e Energia	Infra-estrutura modernizada (% de execução física)	01/2003 12/2015	Nacional	R\$ Meta	278.497.500 100	71.359.020 26
11SW	Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha D'água-RJ)	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	01/2005 12/2009	Sudeste	R\$ Meta	253.234.800 100	58.891.899 45
11SM	Implantação do Terminal de Pecem (CE)	M. de Minas e Energia	Projeto implantado (% de execução física)	01/2005 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	31.500.000 100	31.500.000 100

Programa 0290 Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
11UH	Aquisição de Embarcações de Apoio Offshore em Estaleiros Nacionais	M. de Minas e Energia	Embarcação Recebida (unidade)	01/2005 12/2011	Nacional	R\$ 417.275.000 Meta 12	85.287.398 3
1063	Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais	M. de Minas e Energia	Navio recebido (unidade)	01/2004 12/2009	Nacional	R\$ 1.822.767.020 Meta 23	648.826.316 6
1061	Modernização e Adequação de Navios	M. de Minas e Energia	Navio modernizado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ 20.767.800 Meta 25	17.532.591 7

Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa **1166 Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos**

Órgão Responsável **54000 Ministério do Turismo**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Período 2004 - 2007
5112	Adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística	Min. do Turismo	Bem adequado (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional R\$ Meta	32.526.901 240	32.006.901 240
5701	Implantação de Centros de Informações Turísticas	Min. do Turismo	Centro implantado (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional R\$ Meta	12.968.226 340	12.968.226 340

Programa **0255 Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica**

Órgão Responsável **41000 Ministério das Comunicações**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SECURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	2004 - 2007
11Y4	Implantação de Retransmissoras de Televisão da União	M. das Comunicações	retransmissoras de TV instaladas (unidade)	01/2005 12/2015	Nacional	R\$ Meta 52.500.000 1 000	13.041.000 2 70

Programa 1073 Universidade do Século XXI

Órgão Responsável 26000 Ministério da Educação

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
5189	Construção da Escola de Engenharia da UFMG no Campus da Pampulha	M. da Educação	Edifício construído com 40.000 m² (% de execução física)	01/2003 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	42.614.445 100	24.920.644 60
5213	Construção da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG no Campus da Pampulha	M. da Educação	Edifício construído com 13.000 m² (% de execução física)	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	16.449.889 100	11.467.388 65
7321	Construção do Instituto de Ciências Biológicas da Fundação Universidade de Brasília	M. da Educação	Edifício construído com 24.709 m² (% de execução física)	01/2003 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	25.345.790 100	23.609.400 69
10TS	Expansão do Ensino Superior Federal	M. da Educação	Projeto apoiado (unidade)	03/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta	30.000.000 148	204.053 1
10TV	Implantação da Universidade do Sertão Central do Cear	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	100.000.000 10	10.000.000 1
10BN	IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	01/2004 01/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	100.000.000 2	77.334.044 1
12EM	Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	01/2005 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	45.000.000 1	35.000.000 1
12EL	Implantação da Universidade Federal do ABC	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	01/2005 12/2008	Sudeste	R\$ Meta	100.000.000 1	90.000.000 1
10TQ	Implantação da Universidade Federal do Sudoeste Goiano - UFESGO	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	20.000.000 17	1.241.142 1
10TR	Implantação da Universidade Federal na Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	07/2005 12/2007	Sul	R\$ Meta	20.000.000 1	20.000.000 1
10TW	Implantação da Universidade Pública de Colatina	M. da Educação	Instituição implantada (unidade)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	20.000.000 2	12.698.414 1

Programa **1203 Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis**

Órgão Responsável **36000 Ministério da Saúde**

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Período 2004 - 2007
3994	Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	M. da Saúde	Sistema modernizado (% de execução física)	02/1999 12/2009	Nacional	R\$ Meta	1.958.000.000 100	576.625.000 100

Plano Plurianual 2004-2007
Anexo V - Projetos de Grande Vulto

Valores em R\$ 1,00

Programa 1289 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Órgão Responsável 36000 Ministério da Saúde

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
				Término		Estimado	
7694	Construção do Edifício-Sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária	M. da Saúde	Sede construída com 30.000 m ² (% de execução física)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 44.500.000 100	44.500.000 100



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

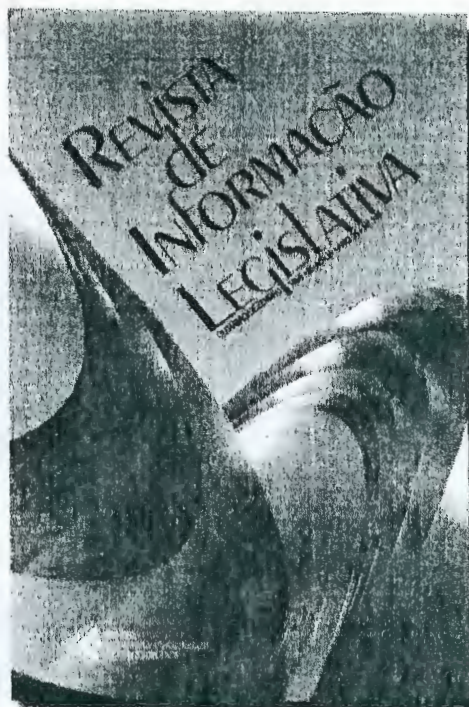
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 448 PÁGINAS